



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

ÁGILA FLAVIANA ALVES CHAVES RODRIGUES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO E PARA O TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU (BELÉM-PARÁ)**

Belém - PA
2018

ÁGILA FLAVIANA ALVES CHAVES RODRIGUES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO E PARA O TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU (BELÉM-PARÁ)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Área de concentração: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Orientação: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém - PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

C512p Chaves Rodrigues, Ágila Flaviana Alves
A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará) / Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues. — 2018
332 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

1. Produção social do espaço. 2. Espaço turístico. 3. Políticas Públicas. 4. Vida cotidiana. 5. Ilha do Combu. I. Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro da, *orient.* II. Título

CDD 711.4098115

ÁGILA FLAVIANA ALVES CHAVES RODRIGUES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO E PARA O TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU (BELÉM-PARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Defesa: Belém (PA), 25 de junho de 2018

Banca examinadora

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Orientador – PPGDSTU/UFPA

Prof^a. Dr^a. Mirleide Char Bahia
Examinadora interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares
Examinadora externa – PPGEIO/IFCH/UFPA

Para Deus, meus pais, professora Maria Lúcia da Silva Soares (*in memoriam*), seus esforços não foram em vão, dedico ainda a todos os combuenses que participaram, junto comigo, dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida, e por ser essa força invisível que me permitiu não fraquejar diante das adversidades que surgiram durante toda a trajetória até aqui.

À minha família, pelo apoio incondicional as minhas opiniões e decisões. Obrigada Dercília Alves Pereira, minha avó destemida, pelas teimosias e ensinamentos, que fizeram de mim um pouco de você. Suas histórias e estórias de lutas no interior de Minas e posteriormente, no interior do nosso Pará, enchem meus olhos de lágrimas e meu coração de orgulho. Aos meus pais, Eni Machado Chaves e Francisco Martins Chaves, é por vocês e para vocês que vivo e persisto, cada gota de suor que vi brotar de suas faces para que não faltasse nada em nossa educação será recompensada. Fui criada para voar, mas também para saber retornar ao meu ninho, no “colinho” amoroso de vocês. Não posso esquecer de agradecer ao meu irmão, parceiro “mais certo nas horas incertas”, Bruno Machado Chaves.

Agradeço também ao meu companheiro, amigo, marido e comparsa de jogo e de vida, Diego Nery Rodrigues, que me tira do sério ao mesmo tempo em que extrai meus melhores sorrisos. Somos uma dupla improvável e por isso damos tão certo. Sendo bem clichê, como é bom amar e sentir-se amada!

Aos meus tios, tias, primos, primas e sogra, muito obrigada por cada momento. Em especial, à minha princesa e afilhada Tais Alves Ribeiro, que apesar da pouca experiência de vida me ensina tanto sobre amor e compreensão. Também cabe agradecer à minha irmã Wanessa Freitas de Aviz, não ter o mesmo tipo sanguíneo que o meu é apenas um detalhe diante da importância que tens em minha vida.

Ao meu orientador e mentor, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, obrigada por ser meu ponto de referência nesse caminhar, valeu a pena insistir tanto para ingressar na pesquisa. As leituras e as conversas, sejam as mais sérias ou mesmo as mais despreziosas, fizeram-me acreditar e buscar por um outro mundo, em que a esperança e a equidade entre as pessoas sejam possíveis. Espero um dia fazer para outros o que você faz por seus orientandos, não é fácil e, por isso, desculpe pelas falhas.

Agradeço também aos meus queridos Michel, Helbert, David, Miguel, Gabriel, e as queridas Suelem, Rebeca e Eliana, pelos incentivos e pela companhia nesses cerca de dois anos de mestrado. Obrigada pelos lanchinhos na Val, pelos almoços no RU, e, principalmente, pela cumplicidade a cada colóquio, disciplinas e demais atividades paralelas oficiais e extraoficiais. Vocês tornaram o meu dia-a-dia mais leve e alegre, contem comigo para compartilhar novas percepções, tensões e conflitos.

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, agradeço pelos conhecimentos acadêmicos e de vida compartilhados. À Professora Dra. Mirleide Char Bahia, muito obrigada por pensar e cuidar de cada um de nós, discentes muitas vezes inseguros e aflitos diante de algumas dificuldades que surgiram durante esse período. Aos professores Drs. Chiquito, Nírvia Ravena, Marcela Vecchione, Ligia Simonian, Fábio Carlos, Silvio Figueiredo, que também foram essenciais para minha formação acadêmica. Aos professores da Geografia, em especial à professora Dra. Goretti da Costa Tavares, por seu conhecimento a respeito do turismo e a produção do espaço na Amazônia, e ao professor Dr. Márcio Douglas Amaral, por tornar tênue o percurso para a compreensão das linhas teóricas e metodológicas por mim escolhidas para a elaboração da dissertação.

Meu muito obrigada aos técnicos do Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurthienne (LAENA), em especial ao Wellington Fernandes, como também com a José Vieira e Josilene Ferreira, integrantes da equipe do PPGDSTU. Também para todos os colegas de turma do mestrado 2016 do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em especial para José Vieira, Beninson Oliveira, Ana Célia Guedes, Thiliane Meguis, Kássia Farias, Juliana Hamoy, Nadile Castro, Fredy Angel, Nelson Faro e Igor Monteiro. Que possamos nos tornar uma rede de pesquisadores engajados com as causas e problemáticas que envolvem a Amazônia de modo a contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Agradeço à Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, instituições que marcam toda a minha formação acadêmica. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar esses dois anos de pesquisa que resultaram nesta dissertação.

Além disso, muito obrigada ao Arquivo Público Municipal de Belém, à biblioteca da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e à Fundação Cultural do Estado do Pará, que concentram acervos de diversas fontes de informação para o auxílio de pesquisadores e estudantes. À Secretaria de Estado de Turismo, à Coordenadoria Municipal de Turismo, ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, Associação Brasileira das Agências de Viagens, à Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacentes e à Associação dos Trabalhadores de Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará, agradeço pela concessão de entrevistas durante as atividades de campo.

Agradeço também aos meus amigos, que sempre estarão comigo, aliviando todas as angústias e estresses. Obrigada Jamily, Danileno, Eder e Yngreth. Desculpem-me todas as ausências.

Por fim, quero agradecer a todos os moradores da ilha do Combu, pessoas de luta e de fé que, valendo-se de empatia e simpatia, forneceram informações valiosas sobre seu cotidiano, continuidades e descontinuidades.

Uma vez um homem me chamou de ribeirinho. Aí eu disse: “tá, tudo bem, agora por que o senhor tá me chamando de ribeirinho? De que forma o senhor me colocou? O que o senhor tá querendo dizer comigo? ”. Eu tive uma discussão e aí ele disse: “porque os ribeirinhos são tudo assim, são tudo ignorante, são tudo caboclo”. Eu respondi: “Tá, tudo bem, pode ser, caboclo, ignorante, mas não burro”. Falei bem assim mesmo para ele: “Então, sou ribeirinho sim, com muito orgulho. Não tenho vergonha de ser ribeirinho. Não é porque eu moro na beira do rio, não acho que eu seja uma pessoa má ou burro, isso não”. Eu falando com ele: “Se quisesse morar em Belém, eu moraria, porque tenho casa em Belém, meus pais tem casa lá. Mas eu prefiro ser ribeirinho e não é o senhor que vai fazer eu sair daqui” (condutor embarcação, 43 anos, morador da ilha do Combu, 10 de novembro de 2017).

RESUMO

Tendo por base as teorias da produção social do espaço de Henri Lefêbvre e do espaço enquanto instância social de Milton Santos, este trabalho estabelece reflexões acerca da produção do espaço turístico em Belém, capital do estado do Pará, em especial sobre a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (APA Combu), localizada na parte sul da cidade. Ambiente dotado de diversidade biológica e cultural importante para a qualidade de vida e bem-estar dos grupos que nele habitam, que atualmente vem passando por processos burocráticos longos e esguios de modo a dificultar a sustentabilidade de uso dos recursos naturais. O objetivo principal é analisar as percepções, tensões e conflitos relacionados à prática do turismo por parte dos distintos atores sociais que utilizam essa fração do espaço (órgão gestor, empresários, sociedade civil organizada, visitantes locais e externos, antigos e novos moradores), considerando a diversidade urbana e regional em que a APA está inserida. Para a realização do estudo lançou-se mão dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica teórico-conceitual de temas, teorias, conceitos e noções pertinentes; b) revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico e levantamento de dados secundários sobre a parte sul continental e região insular de Belém, como também a respeito das políticas públicas pertinentes à questão ambiental e turística; c) levantamento fotográfico da ilha do Combu e entorno com observação sistemática em campo sobre a interação cidade-rio-várzea-floresta; d) realização de entrevistas individuais gravadas com questões semiestruturadas com técnicos, planejadores e representantes do poder público, ligados às políticas de planejamento e de gestão ambiental e turística da ilha do Combu; com representantes do mercado turístico que atuam diretamente na ilha; com antigos moradores que possuem liderança política e comunitária no local; com novos e antigos moradores que possuem atividades comerciais na ilha; e) análise e sistematização dos dados coletados à luz do referencial teórico previamente definido e revisado. Os resultados nos mostraram que a forma de conceber o espaço vem transformando a vida dos moradores do Combu, influenciados pela presença de agentes exógenos, que possuem interesses distintos quanto ao uso do espaço para fins de lazer e turismo. A presença dos novos atores repercute principalmente em ações promocionais e intervenções realizadas pelo Estado, fazendo da ilha um local propício para a busca por novas aspirações econômicas, em que a implantação de estabelecimentos comerciais e das atividades de lazer, inspirados pelo crescimento do turismo no local, passa a ocupar um dos centros de disputas espaciais. Desse modo, entende-se que um turismo de base local, que vá para além da representação do discurso sustentável, deve ser fortalecido, de modo que as populações estabelecidas mantenham o controle sobre os processos que lhe são impostos, prevalecendo o direito à diferença e a coletividade, tão presentes na dimensão das vivências ribeirinhas.

Palavras-Chave: Produção social do espaço. Espaço turístico. Políticas Públicas. Vida Cotidiana. Ilha do Combu. Belém-Pará.

ABSTRACT

Based on the theories of the social production of the space of Henri Lefêbvre and of the space as social instance of Milton Santos, this work establishes reflections about the production of the tourist space in Belém, capital of the Pará state, in particular on the Environmental Protection Area of Combu Island (APA Combu), located in the southern part of the city. Environment endowed with biological and cultural diversity important for the quality of life and well-being of the groups that inhabit it, has been undergoing long and slim bureaucratic processes in order to make sustainability of the use of natural resources difficult. The main objective is to analyze the perceptions, tensions and conflicts related to the practice of tourism by the different social actors that use this fraction of space (management institution, businessmen, organized civil society, local and external visitors, old and new residents), considering the urban and regional diversity in which APA is inserted. To carry out the study, the following methodological procedures were used: a) theoretical-conceptual bibliographical review of relevant themes, theories, concepts and notions; b) a bibliographical review of a historical-geographical character and a survey of secondary data on the southern part of the island and the insular region of Belém, as well as on the public policies pertinent to the environmental and tourism; c) Photographic survey of the Combu island. and surroundings with systematic observation in the field about the interaction between city-river-várzea-forest; d) conducting individual interviews recorded with semi-structured questions with technicians, planners and representatives of the public institution, linked to the policies of planning and environmental and tourism management of the Combu island; e) analysis and systematization of the data collected in relation to the theoretical framework previously defined and revised. The results showed us that the way of conceiving space has been transforming the lives of the residents of Combu, influenced by the presence of external agents, who have different interests regarding the use of space for leisure and tourism purposes. The presence of the new actors has repercussions mainly on promotional actions and interventions carried out by the State, making the island a place conducive to the search for new economic aspirations, the construction of commercial establishments and leisure activities, inspired by the growth of tourism in the place, happens to occupy one of the center of space disputes. In this way, it is understood that local-based tourism, which goes beyond the representation of sustainable discourse, should be strengthened, so that local populations maintain control over the processes imposed on them, prevailing the right to difference and collectivity, so present in the dimension of riverine experiences.

Key-words: The production of space. Tourism production of space. Public policy. Everyday life. Combu Island. Belém-Pará.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Belém: capacidade Hoteleira	72
Tabela 2 - Ilhas de Belém: características gerais dos moradores.....	79
Tabela 3 - Estado do Pará: principais dificuldades para comercializar os atrativos turísticos	176
Tabela 4 - Ilha do Combu: origem dos visitantes	184
Tabela 5 - Ilha do Combu: período de visitas	185
Tabela 6 - Ilha do Combu: formas de acesso	185
Tabela 7 - Belém: ilhas visitadas	186
Tabela 8 - Ilha do Combu: como conheceu	187
Tabela 9 - Ilha do Combu: atividades de lazer realizadas	187
Tabela 10 - Combu: percepção do visitante quanto à possíveis melhorias	189
Tabela 11 - Região Metropolitana de Belém : relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, 1997-2015	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espaço geográfico segundo Santos: relações com os elementos do espaço turístico	54
Quadro 2 - Programa Desenvolve Belém	57
Quadro 3 - Circuitos da economia urbana: composição e características	92
Quadro 4 - Ilhas de Belém: principais transformações no espaço até a década de 1960	113
Quadro 5 - Ilha do Combu: a importância do rio e da floresta para os agentes antes do turismo	147
Quadro 6 - A importância do rio, da floresta e do turismo para os moradores da ilha do Combu: principais mudanças	150
Quadro 7 - Ilha do Combu: conflitos e tensões após o crescimento das atividades de lazer e de turismo	158
Quadro 8 - Ilha do Combu : projetos e ações midiáticas empresariais e governamentais	182
Quadro 9 - Ilha do Combu: desenvolvimento do turismo na visão do frequentador ..	194
Quadro 10 - Combu: os circuitos superior, superior marginal, inferior e a perspectiva do turismo	199
Quadro 11 - Ilha do Combu: importância da tecnologia para o circuito inferior	222
Quadro 12 - Ilha do Combu: formação empreendedora em turismo para moradores e comerciantes	224
Quadro 13 - Ilha do Combu: resumo cronológico da jurisdição administrativa.....	229
Quadro 14 - Arranjo institucional da gestão fundiária no Brasil	233
Quadro 15 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2008	243
Quadro 16 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2009	245
Quadro 17 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2010	248
Quadro 18 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2011	249
Quadro 19 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2012	250
Quadro 20 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2013	251
Quadro 21 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2014	252
Quadro 22 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2015	253
Quadro 23 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2016	256
Quadro 24 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2017	258
Quadro 25 - Ilha do Combu: atuação da Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR)	262
Quadro 26 - Amazônia e Estado do Pará: principais planos e programas para o desenvolvimento do turismo	272
Quadro 27 - Plano Ver-o-Pará: planos, macroprogramas e programas operacionais	278
Quadro 28 - Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação (2012-2014)	279
Quadro 29 - PRODETUR Pará: ciclo de preparação das propostas	283
Quadro 30 - Ilha do Combu: características dos componentes da infraestrutura de serviços básicos e comunitários	284

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Unidades de Conservação estaduais da região metropolitana de Belém: localização	52
Mapa 2 - Belém: localização das intervenções turísticas na orla	60
Mapa 3 - Ilha do Combu: localização geográfica	68
Mapa 4 - Ilha do Combu: divisão espacial por comunidades	75
Mapa 5 - Furo Igarapé Combu: localização das trilhas "Filha do Combu" e "Combu".....	190
Mapa 6 - Ilha do Combu: distribuição dos objetos espaciais e/ou equipamentos de lazer e turismo	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espaço turístico: esquema síntese das variáveis que o compõem	71
Figura 2 - Ilhas arenosas da província do Pará, no rio Amazonas	115
Figura 3 - Natureza primitiva pode ser encontrada em ilhas do Pará	140
Figura 4 - Chamada para festa divulgada nas redes sociais virtuais	166
Figura 5 - Estado do Pará: principais serviços comercializados pelas agências de Viagens e Turismo	175
Figura 6 - Matéria revista Casacor "O Doce diferencial paraense"	179
Figura 7 - Edição número 180 da Revista GOL	179
Figura 8 - Portal de notícias do Ministério do Turismo	180
Figura 9 - Polo Belém: demanda atual, potencial e segmentos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável	276
Figura 10 - Ilha do Combu: sede administrativa e centro de recepção de visitantes	286

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Pequenas lanchas enfileiradas a espera de passageiros	62
Fotografia 2 - Terminal Fluvial Turístico da praça Princesa Isabel visto do rio	62
Fotografia 3 - Terminal Fluvial Turístico Praça Princesa Isabel	63
Fotografia 4 - Estacionamento público praça Princesa Isabel	63
Fotografia 5 - Marina B&B	64
Fotografia 6 - Atuação do mercado turístico nas embarcações que saem da praça Princesa Isabel	64
Fotografia 7 - Parque infantil da praça Princesa Isabel	65
Fotografia 8 - Ribeira da comunidade Beira Rio	86
Fotografia 9 - Moradia às margens do igarapé Combu	86
Fotografia 10 - Casa selecionada pelo projeto <i>Street River</i> na comunidade Igarapé Piriquitaquara	87
Fotografia 11 - Entrada do furo do igarapé Combu	87
Fotografia 12 - Trabalhador extrativista demonstrando seu trabalho para grupo de turistas	88
Fotografia 13 - Porto do Pará em 1899	115
Fotografia 14 - Embarcação a vapor	116
Fotografia 15 - Ilha de Arapiranga, município de Barcarena, registrada no "Album do Para em 1899" do governador Paes de Carvalho	116
Fotografia 16 - Educandário Nogueira de Faria, ilha de Cotijuba	117
Fotografia 17 - Cine Guajarino, ilha de Mosqueiro	117
Fotografia 18 - Instituto Orfanológico da ilha de Caratateua	118
Fotografia 19 - Hospedaria de Imigrantes, ilha de Caratateua	118
Fotografia 20 - Matéria jornal O Liberal "Combu, onde se inventa a prosperidade", em 1989	138
Fotografia 21 - Matéria jornal O Liberal "Combu: tecnologia supera a crise", em 1993	138
Fotografia 22 - Matéria jornal O Liberal "No Combu, a riqueza desprezada", em 1994	139
Fotografia 23 - Matéria jornal O Liberal "As ilhas que cercam o império do asfalto", em 1995	139
Fotografia 24 - Matéria jornal O Liberal "Belém resgatará ilhas do isolamento", em 2007	140
Fotografia 25 - Matéria jornal Diário do Pará "Olha o Combu aí", em 2016	141
Fotografia 26 - Placa em residência chamando atenção para redução de velocidade das embarcações	165
Fotografia 27 - Faixa chamando atenção para festa de aparelhagem em restaurante	165
Fotografia 28 - Domingo de lazer no furo São Benedito	166
Fotografia 29 - Atividade de caminhada realizada durante o Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia realizado pela UNESCO	167
Fotografia 30 - Faixa divulgando venda de "propriedade com residência"	167
Fotografia 31 - Visitantes durante banho às margens do furo Combu	191
Fotografia 32 - Jovem morador em travessia pelo igarapé localizado dentro do terreno da família	191
Fotografia 33 - Restaurante furo Igarapé Combu	214
Fotografia 34 - Dia de lazer para visitantes no furo Igarapé Combu	214
Fotografia 35 - Campo de futebol localizado na comunidade Beira Rio	215
Fotografia 36 - Terreno adaptado para o consumo de visitantes	215
Fotografia 37 - Entrada de trilha ecológica	216

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAV	Associação Brasileira de Agência de Viagens
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRADESA	Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
AECAVBEL	Associação Ecológica de Canoagem e Vela de Belém
APA	Área de Proteção Ambiental
ARBCIMB	Associação dos Ribeirinhos, Barqueiros e Condutores das Ilhas do Município de Belém
ASPAS	Associação Paraense de Supermercados
ASTIB	Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPA	Batalhão da Polícia Ambiental
CEPLAC	Superintendência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Pará
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COOPETRANS	Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das ilhas de Belém
CPAOR	Capitania dos Portos da Amazônia Oriental
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DEMA	Divisão Especializada em Meio Ambiente
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EE	Estações Ecológicas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FADESP	Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FOMENTUR	Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
FUNCACAU	Fundo de Apoio à Cacaucultura do Pará
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará

IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MTUR	Ministério do Turismo
MZAN	Macrozona de Ambiente Natural de Belém
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ODA	<i>Official Development Assistance</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDT	Plano de Desenvolvimento do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNGPU	Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PROMABEN	Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Plano de Turismo da Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado
SECON	Secretaria Municipal de Economia
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDEME	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SEGETUR	Sistema Estadual de Gestão de Turismo
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SESMA	Secretaria de Saúde do Município de Belém
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAN	Secretaria Estadual de Saneamento

SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
SINGTUR	Sindicato de Guias de Turismo
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCU	Termo de Concessão de Uso
TI	Terra Índigena
UC	Unidade de Conservação
USAID	<i>Agency for International Development</i>
VASP	Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	"LAR" DE RIBEIRINHOS E "DESTINO" DE VISITANTES: REFERENCIAIS TEÓRICOS E EMPÍRICOS PARA ENTENDER O TURISMO COMO PRÁTICA (RE)ORGANIZADORA DO ESPAÇO DA ILHA DO COMBU	40
2.1	A produção social do espaço e o incremento do turismo na parte sul de Belém.....	41
2.2	O cotidiano ribeirinho da Ilha do Combu e a (re)invenção do lugar	78
3	A ILHA DO COMBU COMO PRODUTO HISTÓRICO E SOCIAL DAS RELAÇÕES ENTRE “OS ESTABELECIDOS” E OS “RECÉM-CHEGADOS”	100
3.1	O panorama histórico-geográfico das ilhas da parte sul de Belém	101
3.2	De caminhos a trilhas: o incremento do turismo na Ilha do Combu	120
4	DAS CONTRADIÇÕES À PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO: CONFLITOS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS ENTRE OS AGENTES PRODUTORES E CONSUMIDORES DO ESPAÇO COMBUENSE	143
4.1	Do tempo lento das relações cotidianas ao tempo rápido dos espaços turísticos	144
4.2	Os circuitos da economia urbana na perspectiva do lazer e do turismo ..	172
5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO AO RIO E À FLORESTA: PRESERVAÇÃO, USO DA NATUREZA E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	227
5.1	A Ilha do Combu como terreno de marinha e Projeto de Assentamento Agroextrativista	228
5.2	A Ilha do Combu como Área de Proteção Ambiental: a articulação entre as políticas ambientais e de turismo	240
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	292
	REFERÊNCIAS	300
	APÊNDICES	321



1 INTRODUÇÃO

Localizada na confluência entre a Baía do Guajará e a foz do Rio Guamá, o nascimento e crescimento de Belém, a partir da orla fluvial, fez com que a cidade fosse reconhecida historicamente como ribeirinha, devido à sua estreita relação com as águas.

Enquanto cidade fluvial, é banhada, em sua quase totalidade, por rios e igarapés¹, assentada em terras baixas e por imenso igapó², formação que pode ser visualizada até os dias de hoje, nas divisões internas dos bairros, divididos em áreas de terra firme e áreas de baixadas (CASTRO, 2006). E composta também por um grande número de ilhas, com dimensão territorial de 50.582,30 hectares, porção continental correspondente a 17.378,63 hectares ou 34,36% da área total, e a porção insular corresponde a 33.203,67 hectares ou 65,64% (PDTIS, 2009).

Inicialmente, a economia voltada para as águas era dinamizada pelo capital comercial, cujas vias fluviomarítimas permitiam aos rios a condição de principal meio de circulação das mercadorias. A partir da década de 1960, Belém passou por um processo de reestruturação espacial, com o início da abertura de novas vias terrestres e com o surgimento de novas dinâmicas econômicas, contribuindo para a expansão da sua malha urbana para outros municípios e trazendo à cidade, até então fluvial, ares de metrópole. Nesse sentido, se, por um lado, as características geográficas e históricas reforçavam a identidade ribeirinha, por outro, Belém acompanhou a modernidade, sua sofisticação e desigualdades.

Durante décadas, a região insular da cidade recebeu o tratamento de periferia destinada ao acolhimento de categorias populacionais consideradas marginalizadas e inadequadas para o convívio social. Em outros momentos, as ilhas desempenhavam o papel de localização estratégica para grupos revolucionários, servindo ainda de apoio para ações militares. A presença de quilombos nas áreas próximas de Belém também era bem expressiva, devido ao processo desigual de apossamento da terra, criando experiências de fuga e de busca por refúgio, em que pequenos grupos de sesmeiros, de sitiantes sem-terra, de quilombolas e de índios destribalizados valiam-se dos cenários de matas, rios e igarapés para lutar em defesa da liberdade (DERGAN, 2006).

Da coexistência de distintos momentos históricos, permanências de formas e conteúdos de populações anteriores, sintetiza-se, na região insular de Belém, um conjunto de relações que entrelaçam o modo de vida urbano ao modo de vida ribeirinho. Considera-se, por isso, que, no

¹ Termo para se referir a riacho, estreito e navegável por pequenas embarcações, nascido na mata e com desague no rio, muito utilizado pelos diversos grupos populacionais que habitam a Amazônia.

² Trata-se de um tipo de vegetação comum na Amazônia. Geralmente, encontrada em áreas baixas próximos aos rios, sofrendo a influência constante das marés.

plano do cotidiano, os fluxos globais da divisão socioespacial do trabalho, da acumulação e da dominação hegemônica se materializam, criando práticas capazes de redefinir e embaralhar a escala local dos lugares e de suas fronteiras (CARDOSO, 2012).

Atualmente, as novas dinâmicas inseridas na região insular são influenciadas principalmente pelo modo de vida³ do entorno, e a visualização dessas interferências se dá pela produção de uma cotidianidade⁴, manifestada nas características do sistema capitalista de produção. A cotidianidade, visualizada na capital paraense, busca programar sua sociedade para ter hábitos voltados à produção e ao consumo, criando espaços abstratos, onde prevalecem a força das imagens e da razão estética.

O turismo como conhecemos hoje, um dos fenômenos da modernidade, surge a partir da segunda metade do século XX, junto aos avanços da indústria e do comércio, demonstrando que a cidade tradicional desfazia-se, dando lugar a uma urbanização adequada a um modelo próprio, no qual os processos decisórios, a circulação de mercadorias e as informações estão subordinadas a uma lógica de poder externa às vontades e às práticas cotidianas dos lugares. Na maioria das vezes, esse fenômeno manifesta uma cotidianidade, que visa atender interesses de determinada parcela da população, colocando os demais residentes em condição de subordinação frente a lógicas que fogem à vida cotidiana.

Vale lembrar que o urbano não é o único tipo de espaço onde o turismo acontece, mas certamente é um dos lugares mais importantes, considerando o fato de que é o lugar por excelência do encontro social e cultural, e “mesmo quando o destino turístico ocorre em meio natural, poucos são os casos em que a cidade não se interpõe como escala conveniente ou obrigatória” (YAZIGI, 2003, p. 71). Dessa forma, a sociedade urbana é reflexo, extensão e (re)produção das relações sociais de produção concebidas pelo processo de industrialização e urbanização, apresentando ela própria o conteúdo de sua negação.

Nos dias de hoje, o turismo converte-se em um fenômeno de deslocamento em massa, que ocasiona importantes impactos políticos, sociais, econômicos e espaciais nos lugares, tornando-se componente efetivo da cotidianidade, vinculado a lógicas de consumo e poder, capazes de agrupá-lo e unificá-lo.

³ A expressão modo de vida aqui explicitada faz aproximação direta com a noção conceitual e teórica de vida cotidiana. Concorde-se com Seabra (2004) quando afirma que a categoria modo de vida se refere às diversas formas de uso do tempo nos lugares, ou seja, os peculiares empregos do tempo traduzidos nas formas de usufruto do espaço. Reúne-se e distingue-se, em diferentes níveis, o particular e o geral, o singular e o universal, o abstrato e o corpóreo.

⁴ Sempre foi preciso alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, produzir objetos, reproduzir o que o consumo devora, entretanto, assume que até o século XIX, até "o capitalismo de livre-concorrência e até o desenvolvimento do 'mundo da mercadoria', não existia o reino da cotidianidade" (LEFÈBVRE, 1991, p. 52).

Enquanto atividade econômica, ligado aos meios de produção, o turismo faz parte do processo de circulação e acumulação do capital, uma vez que os produtos e serviços de viagens (hotelaria, aviação, restauração, lazer etc.) consumidos pelos turistas são convertidos em mais-valia⁵. Nesse sentido, entende-se, assim como em Marx (1996a), que a mercadoria corresponde a satisfação das necessidades humanas, seja diretamente, como meio de subsistência ou objeto de consumo, seja indiretamente, como meio de produção. Não importando a sua natureza, sua origem, ou se provenha do estômago ou da fantasia.

De acordo com Trindade Júnior e Amaral (2006), o cenário urbano de Belém apresenta o rio e seus atrativos como principal pano de fundo para as atuais intervenções no espaço. Entretanto, é cabível analisar se as práticas que se revelam não constituem estratégias apoiadas em discursos regionalistas que reproduzem lógicas de apropriação e de gestão aplicadas a outras realidades.

Para além do rio, algumas das ilhas de Belém despontam como um dos principais atrativos turísticos da cidade, inseridas entre as principais opções de lazer ofertadas pelas agências de turismo receptivo, tendo ampla divulgação nos veículos de comunicação local e nacional desse setor (PDITS, 2009). Nesse contexto, a parte insular acaba se mostrando um espaço propício para a reprodução de algumas dessas lógicas de apropriação do capital.

A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo do encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, portanto, formador de novas relações carregadas de novos valores (RODRIGUES, 1997). Sendo assim, as atividades de lazer oferecidas nas ilhas surgem como uma proposta de fuga ao cotidiano, embora se reconheça que não há como fugir dele, que é constantemente transformado pelos elementos que o separam e o modificam em seu próprio terreno (LEFÈBVRE, 1991).

O lazer vivenciado nas ilhas, surge a partir do tempo disponível das pessoas, criando possibilidades de vivências com diversos conteúdos culturais e suas manifestações (esporte, arte, turismo, literatura, entre outros) (BAHIA, 2012). Contudo, entende-se que embora certas práticas sociais tragam ao indivíduo a sensação de afastamento das atividades pertinentes ao dia-a-dia, não há, de fato, uma evasão das atribuições do trabalho profissional e do tempo imposto, que cada vez mais ganha terreno, se comparado ao tempo dos lazeres. Compreende-se, também, que só haverá tempo livre se houver economia no tempo de circulação⁶.

⁵ Termo eternizado nas obras de Marx (1996a), trata-se da referência base para a constituição do lucro e do processo de acumulação no sistema capitalista, cujo fio condutor é a busca pelo excedente da produção e a exploração da força de trabalho. Entende-se como um ciclo onde “o processo de acumulação capitalista faz com que uma porção da mais valia converta-se de novo em capital, para produzir nova mais valia” (HARVEY, 1990, p.96).

⁶O cotidiano (LEFÈBVRE, 1991) engloba três modalidades de tempo social: o tempo obrigatório (do trabalho profissional), o tempo livre (dos lazeres) e o tempo imposto (aquele das exigências diversas fora do trabalho).

O não trabalho contém o futuro, e é o horizonte, mas a transição se anuncia longa, confusa e perigosa. Somente uma automatização integral da produção tornaria possível a sociedade dos lazeres. Para Lefèbvre, o lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesmo. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo (LEFÈBVRE, 1991, p. 61-62).

Nessa discussão, o objeto de estudo desenvolve-se em torno da produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental (APA) da ilha do Combu, localizada em uma região fortemente urbanizada, inicialmente, não sendo estabelecido um período de tempo para análise⁷.

Com base no código florestal, que separava áreas de preservação integral de áreas onde são permitidas a exploração de recursos naturais, na década de 1980, criam-se as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Estações Ecológicas (EE) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Com a Constituição de 1988, reforça-se o embate em torno das Unidades de Conservação (Artigo 225 do capítulo IV), ao declarar-se que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uso comum, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2000). O referido artigo de lei consolida no Brasil a preocupação mundial, a respeito da utilização dos recursos naturais e as consequências do mau uso deste bem, que, até então, era visto pela maioria da população como inesgotável.

Por ser uma categoria específica nas políticas de planejamento e gestão ambiental, a produção espacial em áreas de proteção ambiental acontece sob "a atuação do Estado, do capital e da sociedade". Esses agentes, predecessores da fragmentação do espaço, utilizam os locais de maneira diferenciada, visando a interesses particulares às suas esferas de poder (MOLINA, 2007, p. 16).

Para o recorte empírico de análise, os agentes do Estado (poder público) são representados pelos técnicos e gerentes de planejamento das políticas públicas, pertencentes aos órgãos ligados à gestão ambiental e turística da ilha; pelos agentes do mercado, representados pelas empresas de viagens, pelos donos de bares e restaurantes, pelas empresas de transporte, pelos comércios de prestação de serviços; e pela sociedade, representada pelos visitantes (locais e externos) e pelos moradores (novos e antigos). Nessa perspectiva, a escolha da ilha do Combu, surge da preocupação em analisar se o local está sendo cambiado e valorizado economicamente (RODRIGUES, 1997) e quais são os principais beneficiados no processo de valorização.

⁷Identificar a concepção do processo de produção do espaço turístico dentro de um período de tempo pré-definido é um exercício complexo, haja vista que tal concepção resulta do processo de apropriação do espaço geográfico pelos sujeitos em cada momento histórico, sendo a produção espacial diferenciada de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas envolvidas.

O lazer no Combu manifesta-se como opção de liberdade, construído pelos frequentadores como uma saída das rotinas de subordinação impostas pelo sistema de trabalho da cidade, estando intimamente ligado à discussão de cotidianidade, “principal produto da sociedade dita organizada ou de consumo dirigido⁸” (LEFÈBVRE, 1991, p. 82).

A forma como ocorrem as relações entre os moradores do Combu e as agências de turismo são diferenciadas, uma vez que são vendidos sonhos para o sujeito urbano que tem ao seu dispor o tradicional/natural, e para o sujeito da ilha, a garantia de que o sonho da modernidade seja sustentado pela permanência do tradicional/natural (DERGAN, 2006).

Delimitar o estudo às Áreas de Proteção Ambiental prepara o terreno para que se possa entender o turismo enquanto fenômeno social e enquanto reflexo de algumas das determinações da totalidade global. Essa ideia se apoia numa visão determinada da realidade, na qual os fenômenos só têm sentido quando analisados em função do todo ao qual pertencem (CARLOS, 1994).

Uma APA, por trazer consigo singularidades espaciais, transforma-se em uma extensão territorial de relevante potencial turístico, com frequente demanda externa e boa aceitação por parte dos residentes. Admite-se que as existências e possibilidades podem ser únicas para esses locais, pela forte presença da natureza, “não a dos padrões românticos, mas aquela em que a paisagem é o resultado da acumulação de tempos” (SANTOS, 1982, p. 38).

A ilha do Combu atrai regularmente visitantes de diversas regiões, em busca de contato com a fauna, com a flora e com as populações ribeirinhas, ou somente pela possibilidade de usufruir de momentos de lazer e contemplação. Isso se deve, em parte, pela saturação dos grandes centros urbanos, que produzem na população a necessidade de afastamento dos desarranjos diários, a fim de aproveitar o máximo de tempo livre.

Nesse contexto, o tema tratado neste trabalho diz respeito aos processos ligados à prática social do turismo e como esses se refletem no espaço geográfico, fio condutor desta análise. Pretende-se compreender as singularidades do processo de produção espacial pelo uso turístico na ilha do Combu, cuja interação com o rio, por meio de diversas atividades, faz do local um ponto de resistência e de persistência do modo de vida ribeirinho, que vai de encontro às racionalidades impostas pelo sistema hegemônico atual.

O espaço se torna, assim, a melhor referência de análise para as contestações sobre a vida cotidiana da sociedade moderna, por traduzir os tipos de relações de poder que nele estão

⁸O mundo passou por muitas mudanças, principalmente no último século, transitando “de uma velha cultura alicerçada na limitação das necessidades, na economia e na administração da escassez, para uma nova cultura baseada na abundância da produção e amplitude do consumo” (LEFÈBVRE, 1991, p. 64).

visualizadas. Numa concepção dialética, entende-se que é no tempo e no espaço que está a resposta para compreender a predominância do capitalismo enquanto sistema hegemônico atual.

Em sentido amplo, o local é apenas o ponto de partida para um objetivo maior, desvelar os aspectos da produção do espaço turístico na região amazônica, de diversidade urbana própria, no qual “um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações de totalidade, sem com isso eliminar as particularidades históricas” (CARLOS, 1994, p. 39).

A análise da (re)ordenação do local, a partir da prática turística, é considerada pela capacidade que o fenômeno tem de transformar os lugares dos quais se apropria, de acordo com uma lógica própria. Entendendo-se o indivíduo, como elemento central na discussão acerca da produção espacial, uma vez que o ser humano faz do espaço, uma extensão da sua própria vida em sociedade (MOLINA, 2007).

Nos passeios de barco, nas compras de produtos artesanais, nas excursões em grupos, nas trilhas ecológicas, nos banhos de rio e de igarapé, nos acampamentos, nas práticas de canoagem, nos serviços de alimentação, no descanso e na contemplação da paisagem é possível perceber a combinação de novas temporalidades e espacialidades na ilha do Combu. Nesse sentido, além do processo de (re) organização do espaço, surgem novas relações de trabalho, impulsionando o aumento da circulação de pessoas, de mercadorias, de informações e de ideias. Assim sendo, as questões que norteiam a pesquisa são:

- a) de que maneira ocorrem as relações entre os sujeitos sociais que consomem e produzem o espaço para fins turísticos?
- b) qual o papel dos agentes da produção de espaços para o turismo em áreas de proteção ambiental, como no caso da ilha do Combu?
- c) quais contradições e tensões resultam do contato estabelecido entre estes agentes?
- d) como as percepções, os interesses e os valores dos diferentes agentes sociais reproduzem conflitos nos espaços turísticos de áreas de proteção ambiental?
- e) quais são as políticas públicas de intervenção turística em nível nacional, estadual e municipal estabelecidas para áreas de proteção e como estão inseridas na gestão da ilha?

Para a primeira questão da problemática de estudo busca-se entender as relações entre os sujeitos sociais que consomem e produzem o espaço da ilha para fins turísticos, tanto na esfera política quanto na econômica, na social e na ambiental, em seus diversos componentes hierárquicos e escalares.

Em segundo lugar, visa-se identificar o papel dos agentes produtores e consumidores do espaço turístico. Parte-se do pressuposto de que as APA localizadas em regiões urbanizadas são locais de forte interferência humana, cujos interesses são diversos e externos às lógicas de uso do lugar. Portanto, buscou-se compreender as mudanças e as permanências que delas decorrem considerando a relação entre os agentes anteriormente estabelecidos na ilha e os novos agentes recém-chegados.

A terceira questão pretende levantar as contradições e tensões que resultam do contato estabelecido entre esses agentes, uma vez que, "o espaço é cada vez mais produzido em função do seu valor de troca, é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes" (GOTTDIENER, 1993, p. 220).

Para a quarta questão da problemática, existe o interesse em compreender como as percepções, os interesses e os valores dos diferentes agentes sociais e os conflitos nos espaços voltados para o turismo. Parte-se do entendimento de que as racionalidades, irracionalidades e contrarrazionalidades encontradas nesses locais podem ocasionar a superposição de ações dos sujeitos sociais hegemônicos sobre os sujeitos sociais hegemonzados, gerando tensões.

Por fim, em quinto lugar, analisam-se as políticas públicas de intervenção ambiental e turística em nível nacional, estadual e municipal estabelecidas para áreas de proteção ambiental e a gestão da Ilha do Combu. A partir delas, o pressuposto assumido é de que existem perspectivas expressas, de forma implícita e explícita, nas políticas de planejamento e gestão da APA. As respostas para essa questão definirão os níveis de efetividade, eficácia e eficiência dessas políticas após implementadas nesse espaço.

O presente trabalho instalada a problemática que lhe dá significação, tem por objetivo analisar as percepções, tensões e conflitos relacionados à prática do turismo por parte dos distintos agentes sociais que utilizam o espaço da ilha do Combu (órgão gestor, empresários, sociedade civil organizada, visitantes locais e externos, antigos e novos moradores), de modo a tornar compreensíveis as questões da produção social no local, considerando a diversidade urbana e regional em que a APA está inserida.

Esse objetivo geral se subdivide em cinco outros específicos, sendo eles:

- a) Identificar e analisar os papéis dos agentes, suas preferências, percepções e tensões;
- b) Compreender as implicações do contato entre os novos agentes e as novas formas de conceber o espaço;
- c) Identificar as contradições resultantes do contato entre os agentes sociais e os impactos do uso do espaço para o turismo;

- d) Analisar a correlação de forças estabelecidas entre os atores e a sua repercussão em nível de espacialidade em uma APA localizada em área metropolitana;
- e) Analisar as políticas de intervenção turística para a APA e sua aplicabilidade à realidade do Combu.

A partir da preocupação primordial em começar a elucidar os aspectos que caracterizam a produção do espaço turístico na Amazônia, surge o desafio de estabelecer métodos de investigação e análise que sejam críticos e reflexivos sobre a relação entre o turismo e o processo de produção espacial em uma região de marcante diversidade urbano-regional.

Portanto, considera-se a pesquisa de natureza qualitativa-explicativa, pois há o entendimento que investigar a produção social do espaço seja uma missão da análise qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos (GIL, 1991), concentrados na compreensão da contradição do fato observado, somado à descoberta do significado das ações e relações sociais entre os sujeitos. É explicativa, no sentido de identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008).

A prática na qual está alicerçada a perspectiva qualitativa aborda o processo indutivo como não quantificável, pois corresponde a questões muito particulares, sendo as práticas cotidianas essenciais às narrativas e aos discursos dos sujeitos pesquisados. A escolha pelo método qualitativo em estudos sobre o turismo, reconhece que, além do processo de pesquisa ser uma construção coletiva, ele parte da realidade dos sujeitos mediados, trazendo consigo a interdisciplinaridade para o problema teórico-metodológico.

Gunther (2006) afirma que a pesquisa qualitativa é uma investigação baseada em textos, isto é, a coleta de dados produz textos nas diferentes técnicas analíticas e esses são interpretados hermeneuticamente. Para Caumo (2006), a pesquisa qualitativa exige a participação direta do pesquisador, vivenciando ele mesmo as situações que investiga buscando pelas respostas, também adequadas às características dos demais sujeitos que vivem e interagem diretamente na realidade daquele fenômeno.

A produção do espaço pelo e para o turismo em áreas de proteção ambiental sugere que a abordagem qualitativa é a que melhor conduz o pesquisador em turismo a desempenhar um papel relevante frente às imposições de um mercado turístico, que atinge de forma indistinta todos os locais.

Ir a campo para estudar os agentes sociais da produção do espaço turístico, é assumir o compromisso de ver o mundo a partir do ponto de vista dos atores envolvidos, mesmo entendendo

que “o pesquisador assim como o turista, interage temporariamente com o cotidiano do lugar que pesquisa, ele próprio é um elemento exterior às populações pesquisadas, um outsider” (BEDIM; PAULA, 2007, p. 69). Portanto, o primeiro esforço é o de definir uma instrumentação teórico-metodológica que auxilie na compreensão dos fenômenos espaciais em sua totalidade dentro do recorte espacial escolhido, considerando os elementos do espaço.

Assim, baseada no exposto e nos objetivos elencados, encontram-se os seguintes procedimentos metodológicos de investigação:

a) Revisão bibliográfica teórico-conceitual oportuna à realização da pesquisa, apoiada principalmente na teoria da produção social do espaço (LEFÈBVRE, 1974, 1991, 2001, 2006, 2008) e do espaço como uma instância social (SANTOS, 1992, 1993, 2002, 2006, 2008a, 2008b, 2014). Acredita-se que as duas teorias conversam e se relacionam, ressaltando o espaço como importante categoria de interpretação da sociedade. A partir deste desdobramento é possível compreender como o turismo é capaz de (re) qualificá-lo e (re) ordená-lo. Para análise dos sujeitos sociais em condições econômicas semelhantes, destaca-se a abordagem teórica das teias de interdependência social de Elias (1994, 2006, 2008). Para o diálogo sobre os efeitos do turismo na economia urbana, principalmente sobre o papel das atividades de pequeno comércio e a prestação de determinados serviços na dinâmica das cidades, serão considerados os estudos sobre os circuitos econômicos (SANTOS, 2005, 2008; SANTOS, SILVEIRA, 2008; SILVEIRA, 2004, 2005, 2007, 2009; MONTENEGRO, 2006, 2014; BICUDO, 2006). Busca-se, ainda, contribuir com a noção de urbanodiversidade na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2001, 2005, 2010, 2013, 2014, 2015) e com o aprofundamento do debate sobre o espaço turístico (CRUZ, 2001, 2002, 2007; RODRIGUES, 1997; FRATTUCCI, 2008) e sobre as políticas públicas de turismo na Amazônia (NÓBREGA, 2006; NASCIMENTO, 2015). Outros autores importantes são mobilizados, como: Amaral (2005), Bahia (2012), Boullón (2002), Carlos (1994, 2001), Castro (1999, 2008, 2011), Coriolano (2006 e 2012), Gottdiener (2010), Malheiro e Trindade Jr. (2009), Martins (1996), Oliveira e Schor (2008), Sanchez (1994, 2001, 2004), Seabra (2011); Silva e Malheiro (2005), e Trindade Jr., Santos e Ravena (2005);

b) Revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico das ilhas da parte sul de Belém, em especial, a ilha do Combu, privilegiando-se livros e coletâneas, artigos em periódicos científicos, dissertações, teses, artigos em revistas e jornais, que estejam relacionados acerca de processos e acontecimentos ocorridos ao longo do tempo e a sua projeção no espaço geográfico da referência empírica de análise. Entre os autores principais trabalhados, encontram-se: Amaral (2005), Baena (1069), Castro e Campos (2015), Castro (1999), Cirilo (2013), Dergan (2006), Guzman (2008),

Malheiro (2009), Matta (2006), Moreira (1966), Ribeiro (2010), Rodrigues (2006), Nunes (2017), Trindade Jr. (1998, 2005, 2008, 2010). Mais adiante, foi possível compreender como locais de expressão tradicional transformam-se em espaços potencialmente turísticos e quais interesses se encontram por trás dessa análise;

c) Levantamento de dados secundários, aqueles tratados anteriormente por outros pesquisadores e de domínio da comunidade científica, sobre o turismo na região metropolitana de Belém, principalmente, na parte sul da cidade e na ilha do Combu, também das políticas ambientais e de turismo implantadas nestes locais, tendo como apoio: a Lei Orgânica do Município; o Plano Diretor do Município de Belém instituído em 2008 pela Lei nº 8.655; as leis e os projetos de lei relacionados à implementação de políticas públicas de meio ambiente e turismo em áreas de proteção ambiental a nível municipal, estadual e federal; a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, na forma da Lei nº 6.083 de 1997; informativos da prefeitura; convênios firmados entre o governo federal, estadual e/ou municipal, também deles com a iniciativa privada, relacionados ao turismo na ilha do Combu e sua relação com o entorno; o regimento interno e as atas de reunião do conselho gestor da APA; e as matérias publicadas nos jornais locais;

d) Observação sistemática em campo do tipo semiestruturada, tendo o plano de observação como instrumento de orientação. Selltiz e Cook (1987) afirmam que é preciso elucidar o comportamento cotidiano na forma em que ele realmente ocorre. Para isso, foi realizada uma descrição interpretativa do modo de vida, das práticas socioculturais, econômicas e políticas das comunidades. A opção pela metodologia de observação sistemática não participante acontece da necessidade do pesquisador de se colocar em posição de tempo e espaço, onde seja possível presenciar as manifestações do fenômeno pesquisado. Assim, as visitas à ilha ocorreram semanalmente nos períodos de abril, julho, setembro, outubro e novembro de 2017 e janeiro de 2018. Buscaram-se informações sobre o perfil dos agentes, das atividades de lazer e de turismo desenvolvidas e sobre a figuração dos grupos locais, além do registro fotográfico e do diário de campo sobre os aspectos da atividade social, como as formas de deslocamento, as práticas econômicas e cotidianas, assim como os objetos e símbolos que marcam as relações sociais. Em suma, essa etapa da pesquisa consistiu em três fases: a) descritiva, pois buscou-se relatar exhaustivamente a realidade aparente, reconhecendo as relações horizontais como essas se apresentam, sem definir ainda os tempos históricos que as geraram; b) analítico-regressiva, após o reconhecimento das relações sociais no vivido, sabendo que as mesmas não são recentes, buscou-se datá-las em seus tempos históricos distintos; c) histórico-genético, quando houve o reencontro com o presente, revelando a coexistência de diversos tempos no espaço, as contradições e as

articulações que nele existem, identificando as permanências de usos que não estão presas a modelos pré-estabelecidos pela vida social moderna;

e) Levantamentos realizados por meio da aplicação de formulários *on-line*, tendo como apoio a netnografia⁹ para análise das interações entre os turistas e o meio. Buscando, assim, ratificar a necessidade em compreender os processos e relações que determinam se a ilha do Combu se trata, de fato, de um espaço turístico ou se o referido local revela-se apenas como um ambiente de lazer para os moradores da cidade. Os perfis identificados com o auxílio do método de netnografia e os dados quantitativos foram apresentados em tabelas sistematizadas destacando elementos para entender os usos e a importância da ilha para os agentes que a frequentam e a consideram um espaço de lazer;

f) Realização de entrevistas do tipo semiestruturadas com perguntas previamente formuladas – e não-estruturadas – em que o informante aborda livremente o tema proposto (CRUZ NETO, 1996). Essa técnica foi aplicada aos três grupos de agentes sociais: representantes do mercado turístico, representantes dos atuais e antigos moradores, e representantes institucionais das principais políticas de planejamento e gestão do espaço turístico. Para determinar quantas pessoas devem ser entrevistadas em um estudo qualitativo, é preciso considerar diversos fatores, como a qualidade e a potencialidade demonstrada pelas pessoas a serem abordadas, além da natureza do objeto de pesquisa (TAYLOR; BODGAN, 1992 apud ALVES, 2011). Nesse sentido, o roteiro de entrevistas e o marco teórico contribuem para o desenvolvimento das compreensões teóricas sobre a vida social da área estudada.

g) Por fim, análise e sistematização de todos os dados coletados e redação da dissertação.

Nesse sentido, interpretar a complexidade das práticas sociais reproduzidas no espaço, exige que se estabeleçam diálogos teórico-metodológicos que possam elucidar o caminho do pesquisador até o objetivo da pesquisa. O turismo enquanto campo de pesquisa e estudo é interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (BENI, 2003), sendo necessária a presença de outras ciências que lhe deem suporte na construção de noções, conceitos e categorias, facilitando sua compreensão e métodos que o justifiquem. Estudos da área realizados no Brasil têm sido

⁹ A netnografia é um método oriundo da etnografia, tratando-se de um procedimento metodológico capaz de adaptar a análise etnográfica ao mundo virtual, sendo chamada também, de etnografia virtual. Para Montardo e Rocha (2005), a netnografia é mais utilizada por estudiosos da área de *marketing* digital, enquanto a etnografia virtual tem uso mais comum entre pesquisadores da área de comunicação social. Assume-se a netnografia como um método interpretativo e investigativo para o comportamento cultural e de comunidades *on-line* (KOZINETS, 1997), devendo o pesquisador ser considerado parte integrante daquele grupo. Admite-se que, as dinâmicas comunicacionais entre os objetos observados e a relação pesquisador-objeto podem diferir, principalmente, no que se refere à noção de tempo-espaço (AMARAL *et al*, 2008).

questionados quanto à sua relevância teórica, pois pouco se considera a natureza do método científico. Dentre os motivos, destaca-se o fato de que diversas pesquisas são desenvolvidas vinculadas a interesses empresariais ou pelo alto grau de empiricismo.

Segundo Panosso Netto (2003), o estabelecimento de mecanismos que verifiquem a validade do conhecimento do fenômeno turístico, ora denominado epistemologia do turismo, é imprescindível para que sejam desmitificados os equívocos perpassados por alguns estudiosos. O autor lança ainda um questionamento sobre as possibilidades de estudar o turismo como um campo ou como uma disciplina.

[...] se for estudado como um campo, o turismo ficará sempre “preso” aos limites das disciplinas científicas, como a Economia, o Direito, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia. Se o turismo for pensado como uma disciplina, então ele estará no mesmo patamar que as outras ciências (PANOSSO NETTO, 2003, p. 75-76).

Entende-se, assim, o materialismo histórico e dialético como o melhor método de compreensão e análise do fenômeno turístico em sua repercussão espacial. O método não é estático, é dinâmico, posto que não se restringe ao imediato, trabalha com a história, e nela enxerga a contradição que emana de quaisquer dicotomias (XAVIER, 2013). Para a definição dialética das coisas é necessário pesquisar sua origem e percurso, não apenas o contexto histórico que descreve fatos, mas a complexidade das relações sociais.

Nesta pesquisa leva-se em consideração as críticas ao materialismo histórico dialético, por sua ênfase muitas vezes economicista, de caráter dual e determinista, categorias pertencentes a um viés marxista mais "tradicional", o que difere das contribuições pretendidas no estudo. Portanto, tem-se o desafio de fugir de ideias fetichizadas e dogmáticas, buscando uma análise multidisciplinar disposta a não causar confusões nas teorias, conceitos e noções introduzidos por Marx (1996) e por Lefèbvre (1974) e tantos outros.

A contribuição teórica e política de Lefèbvre (1991, 2001, 2006, 2008), e, mais adiante, a de Santos (1992, 1993, 2002, 2006, 2008a, 2008b, 2014), tornam-se fundamentais para a compreensão do cotidiano, da produção social do espaço e da configuração de novas redes de relações sociais entre os indivíduos, revelando as contradições da sociedade capitalista.

O espaço é social, portanto, objeto de estudo de geógrafos, de sociólogos, de historiadores, mas também de outros pesquisadores das ciências sociais que desejam se aprofundar na temática, introduzindo as percepções de suas próprias áreas de conhecimento.

Nesse sentido, não é possível limitar-se a uma única definição de turismo. Na sua dimensão econômica, por exemplo, trata-se de uma atividade que envolve o deslocamento temporário, no

qual há a necessidade da composição de diferentes componentes fundamentais, como transporte, alojamento, alimentação e entretenimento – lazer e atrações (LAGE; MILONE, 2000). No entanto, o turismo vai muito além disso, é uma oportunidade de vivências e de compreensão do outro em seu meio. Por isso, reduzi-lo unicamente a um fenômeno econômico é limitar o universo de possibilidades que ele possui.

Ademais, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFÈBVRE, 2006), vinculado às práticas sociais. Amplo e complexo, o turismo compreende processos sociais que são conduzidos para além do conhecimento sobre os impactos nas comunidades em que está inserido. Trata-se de um fator constitutivo da sociedade atual e não está alheio aos desdobramentos que ocorrem no espaço e que, por isso, não pode ser analisado de fora, mas a partir do modo como ocorrem as relações daqueles que o praticam.

Por meio da aproximação com a epistemologia particular da geografia, tentou-se realizar uma reflexão acerca da relação entre turismo e espaço, considerando as particularidades de uma região como a Amazônia, pois:

[...] Toda tentativa de uma leitura do turismo na sua relação com o espaço que parta de um isolamento desse fenômeno está, desde o início fadada ao fracasso. É o mundo que explica o turismo e não o contrário. O esforço teórico e metodológico que se coloca é o de tentar encontrar sentidos e significados do mundo e, a partir daí, buscar apreender a inserção da atividade turística nessa totalidade (CRUZ, 2007, p. 8).

Logo, há o entendimento de que o espaço não existe em si mesmo, é produzido, processando-se como parte integrante das práticas sociais, sendo resultado e pré-condição da sociedade. O espaço é relacional, histórico e dividido em três dimensões dialeticamente interligadas (LEFÈBVRE, 2006).

Para Lefèbvre (2006), a triplicidade espacial manifesta-se por meio da prática espacial (espaço percebido), das representações do espaço (espaço concebido) e dos espaços de representação (espaço vivido). O espaço percebido compreende todos os signos e códigos relacionados à materialidade dos elementos, engloba a percepção humana do cotidiano e das práticas espaciais onde as relações sociais coexistem. O espaço concebido é ligado à produção do conhecimento, nele encontram-se os cientistas, os engenheiros, os tecnocratas, os planejadores e os agenciadores dos meios técnicos de produção dominantes, onde as representações mentais e ideológicas se encontram misturadas. Por outro lado, no espaço vivido estão os habitantes que não se sujeitam ao que é homogêneo. Trata-se do plano da vivência, onde se encontram implícitos no tempo os símbolos e as imagens que fazem parte da história dos homens.

O vínculo dialético estabelecido no interior desta triplicidade, permite-nos estudar os laços, a gênese, as distorções, os deslocamentos e as interferências na dinâmica de reprodução das relações sociais. O método regressivo-progressivo colabora com o desafio interpretativo contido nesta seleção.

Primeiro, há o contato com o fenômeno, que é observado, apreendido e descrito, na sequência há a sistematização e datação dos fatos nas circunstâncias em que se apresentam, permanecem ou se transformam, para, por fim, a análise refletir sobre como acontecem as mudanças dentro do contexto social.

O pesquisador que utiliza esse método tenta resgatar, por meio desse andar regressivo, o que precedeu o presente para, em seguida, retornar o processo em sentido contrário e esclarecer, desdobrar e desenvolver todas as possibilidades contidas na situação presente. Com isso, buscase, elucidar, bem como clarificar o futuro, o possível e o impossível (MARTINS, 1996; SEABRA, 1996).

O espaço turístico é resultado das relações entre os agentes sociais que utilizam o espaço geográfico para fins turísticos. Tais relações podem ser econômicas (relações de trabalho), políticas (planos e projetos públicos) e simbólico-culturais (linguagem e imaginário). Daí a importância de entender o espaço também como uma instância social, por este ser o reflexo da sociedade nele inserida.

O espaço organizado pelo ser humano é como as demais estruturas sociais, subordinada e subordinante (SANTOS, 1978), que, embora submetido à lei da totalidade¹⁰, dispõe de certa autonomia. Santos (2006) apresentou à sociedade seu descontentamento com o fato de diversos pesquisadores sociais, inclusive alguns marxistas, não considerarem o espaço como uma instância social. O autor buscou por meio de uma interpretação densa do espaço, colocá-lo no mesmo patamar das instâncias econômica, política e ideológica. Atribuiu a ausência dessa classificação, principalmente, ao fato do espaço não evoluir no mesmo ritmo e nem na mesma direção que as demais.

Por suas qualidades funcionais, o espaço como qualquer estrutura social (a nível da sociedade, se se prefere dizer assim) é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade, seu dinamismo sendo consequência da cisão social da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território (SANTOS, 2006, p. 181).

¹⁰Santos considera o espaço geográfico uma totalidade, devendo este, ser analisado como tal. Nessa perspectiva, propôs a análise do espaço a partir da indissociabilidade entre forma e conteúdo – estrutura, processo e função (SANTOS, 2014).

Numa leitura da totalidade, destacam-se as categorias de grande relevância para a leitura geográfica da sociedade. A partir do pensamento lefebvriano, sustenta-se que existe uma relação dialética entre as formas, as estruturas e as funções do espaço. A estas categorias acrescenta-se outra, a de processo (SANTOS, 1985 apud TRINDADE JÚNIOR, 2014).

As formas espaciais referem-se ao aspecto visível de um conjunto de objetos; a função, é a atividade desempenhada por estes objetos; a estrutura pode ser social ou natural e é definida historicamente: nela, formas e funções são criadas e fundamentadas (SAQUET; SILVA, 2008). Dessa maneira, o espaço é construído por processos, contendo uma estrutura traçada por formas e funções, mudando conforme as sociedades historicamente se transformam. A análise dos processos se dá por meio da leitura do tempo e do espaço, pois "a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado" (SANTOS, 2009, p 60).

A teoria permitiu ao espaço alcançar a condição de importante categoria de análise para as ciências sociais, ao concebê-lo como uma verdadeira instância social.

E é nesse sentido que concebe o espaço como uma verdadeira instância social, diferenciando-o do espaço natural e atribuindo-lhe status ontológico semelhante ao da instância econômica (infraestrutura), e ao das demais instâncias da sociedade, a jurídico-político e a instância ideológico-cultural (integrantes da superestrutura). Em sua elaboração, para além das três instâncias já tidas e conhecidas dentro do pensamento crítico, haveria uma quarta instância, formado pelo espaço e pelas espacialidades da vida social (TRINDADE JÚNIOR, 2014, p. 29).

A necessidade de associar as análises sobre a produção social do espaço com as mesmas componentes que conduzem ao entendimento do espaço turístico ocorre da compreensão de que a Amazônia é um campo diverso e não-homogêneo, constituída por um conjunto de relações humanas de interesses múltiplos, muitas vezes conflituosos, mas que também possibilitam novas estratégias de desenvolvimento e manutenção das populações originalmente estabelecidas. Trindade Júnior (2002), ao discutir as cidades a partir das espacialidades e temporalidades urbanas e ribeirinhas, remete-nos a pensar que em Belém as contradições nos espaços vão desde a sua projeção para a concepção de um "sujeito amazônico", quanto para a proeminência do espaço para um "sujeito turista", pois revelam-se particularidades que:

Sugerem pensar políticas urbanas mais alinhadas a essas complexidades locais e que se distanciem tanto de uma Amazônia romantizada, aquelas das cidades ribeirinhas paradas no tempo, quanto de uma Amazônia standardizada, aquelas das formas urbanas padronizadas e homogeneizadas (TRINDADE JÚNIOR, 2011, p. 131).

Assim, por meio do acúmulo de conhecimento e com base na problemática desenvolvida, as principais hipóteses de investigação a orientar este estudo são que:

a) a forma de conceber o espaço transforma o modo de vida dos moradores, influenciados pela presença de agentes exógenos (poder público, empresários e visitantes), que possuem interesses distintos quanto ao uso do espaço para fins turísticos na ilha. Considera-se que não há interesse, por parte desses agentes, em minimizar os impactos negativos provocados pelo uso do espaço, ocasionando conflitos, tensões e diversos problemas socioambientais;

b) a ilha é uma área de características predominantemente ribeirinhas, sofrendo com visitas e ações de grupos de atores que se deslocam a partir da parte continental da metrópole. Concordando com Krippendorf (2001), considera-se que, conforme se desenvolve o turismo, a população local busca relacionar-se apenas comercialmente com os visitantes, tendo inicialmente a visão de que o turismo será a solução de todos os problemas, posteriormente, acreditam que a atividade gerará muito lucro e, em seguida, preocupam-se com as consequências trazidas pelo fenômeno e suas práticas. Portanto, considera-se que o desenvolvimento e crescimento populacional, tanto dentro da APA quanto nas áreas do entorno, representa uma oportunidade e uma ameaça à conservação dos recursos socioambientais, assim como ao bem-estar das populações tradicionais que ali residem ;

c) o espaço é um cenário de fortes tensões e conflitos, uma vez que movimentos sociais, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e empresários disputam as produções no local de modo fragmentado e não-consensual. Dentre as principais causas de conflitos, acredita-se que há a inexistência de uma estratégia clara de integração da dinâmica local às questões globais pelo fato de não haver a constituição de um plano de manejo na ilha. O Estado cria e implementa políticas em áreas protegidas de forma pouco esclarecida e pouco negociada com os diferentes atores que utilizam o local. Os agentes do mercado se apropriam da terra de maneira ilegal, contrariando as premissas de constituição da área enquanto unidade de conservação. Paralelamente, o órgão gestor não realiza a devida fiscalização quanto às ações realizadas na ilha;

d) da dissociação entre as instâncias do poder (federal, estadual, municipal) surgem processos burocráticos, longos ou esguios, que oportunizam o não cumprimento das resoluções no tempo hábil. Por isso, tanto visitantes quanto moradores conseguem usufruir do turismo e do lazer, muitas vezes de maneira independente das condutas do poder público, devido aos entraves de ordem política e/ou partidária, que acabam por não desenvolver ações que busquem desburocratizar tais processos;

e) as demandas existentes na ilha são, principalmente, ligadas à implementação de infraestrutura e fiscalização, sendo que as políticas e estratégias atuais não resolvem adequadamente os problemas sociais e ambientais a que se propõem solucionar.

A história, a memória e a natureza das comunidades da ilha do Combu reafirmam que os espaços são, cada vez mais, criados pelas representações que deles fazemos, diferenciadas na função e na forma de se relacionar com a natureza.

Segundo Cruz (2002), o turismo vem se apresentando no Brasil, como a única das atividades econômicas modernas que literalmente atua consumindo espaços. Na ilha do Combu, a magnitude do processo é evidenciada de maneira expressiva, haja vista as relações estabelecidas entre as diferentes esferas do poder público e pelos representantes do mercado. Esses agentes rivalizam entre si, gerando relações permeadas por contradições, conflitos de naturezas e escalas diversas, não ocorrendo de modo tranquilo.

A apropriação do espaço por parte destes novos atores implica na formação de novas territorialidades. Esse processo é conflituoso e dificulta o desenvolvimento satisfatório do turismo local, pois os agentes têm interesses divergentes, tal desentendimento privilegia pequenos grupos em detrimento de outros, o que torna ainda mais complexa a análise.

Desse modo, e com o objetivo de responder as questões da problemática de pesquisa, a dissertação está dividida em cinco partes. A primeira a introdução, apresenta a dissertação. No segundo capítulo encontram-se os elementos referentes ao marco teórico, elencando temas, categorias e conceitos que dizem respeito à produção social do espaço, à cidade, ao urbano e à vida cotidiana. Apresentam-se os subsídios teóricos utilizados para a compreensão do espaço socialmente produzido e enquanto instância social, orientando a leitura sobre as especificidades e diversidade socioespacial das cidades amazônicas, principalmente, no que se refere às novas dinâmicas impostas pelo turismo. Nele também é apresentado de forma contextualizada o recorte analítico de estudo, demonstrando como as práticas turísticas revelam mudanças e permanências que coexistem na estrutura urbana das cidades. Propõe-se a discussão sobre as concepções que envolvem a produção do espaço e como o turismo se apropria desse, criando seu próprio, denominado espaço turístico, por meio da descrição da paisagem transformada pelo fenômeno, seus aspectos de formação, semelhanças e diferenças.

A hipótese principal do segundo capítulo é a de que o espaço é produzido a partir da reprodução humana, e o turismo, mesmo da forma mais alternativa, transforma esse espaço quando se apropria dele. No caso da ilha do Combu, cujas características são predominantemente ribeirinhas, há a influência de grupos de atores que se deslocam a partir da parte continental da

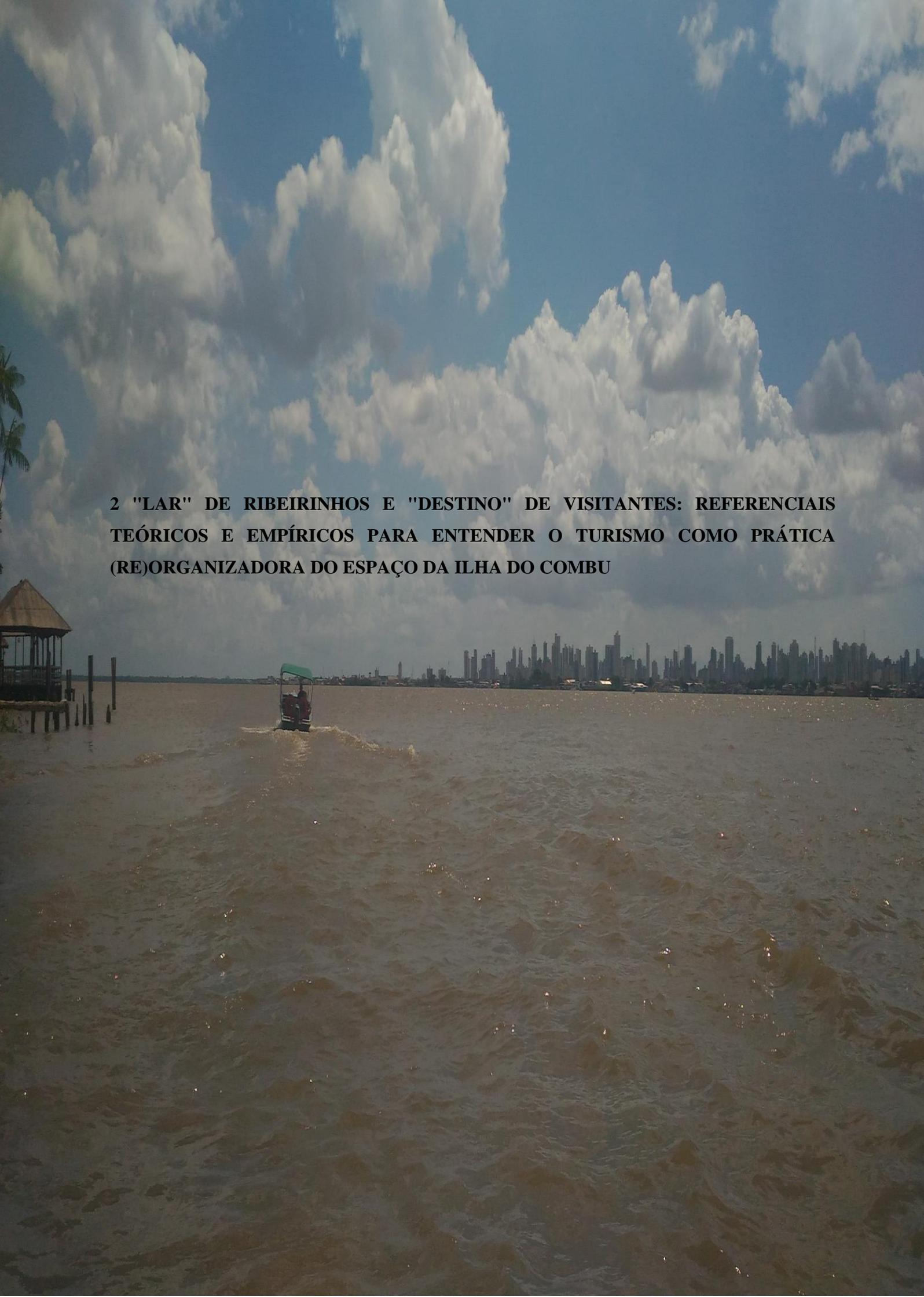
metrópole e que demandam de infraestrutura de hospedagem, de acesso, de circulação e de alimentação. Nesse sentido, (re)organiza-se o território de acordo com uma lógica de valorização, que, na maioria das vezes, não atende às demandas locais.

Essa sistematização é o ponto de partida para o terceiro capítulo, no qual se realizou a retomada histórico-geográfica do processo de formação e de produção do espaço da referência empírica de análise: identificação, caracterização e formação do contexto socioespacial do turismo no Combu. Objetiva-se sistematizar os elementos histórico-geográficos que caracterizam e identificam a problemática de investigação do ponto de vista da relação estabelecida entre os produtores do espaço. O argumento central é de que o uso turístico desta área de proteção ambiental, inserida no contexto da metrópole, é resultado de um processo de controle e conquista desse território por novos agentes do espaço. A partir deste contato surge um cenário de fortes tensões e conflitos, no qual os *outsiders*, representados por turistas, moradores de segundas residências, mercado e gestores públicos, disputam as produções no local para fins turísticos ou não, tudo isso de modo fragmentado e não consensual, ou seja, desrespeitando as demandas e práticas ribeirinhas dos estabelecidos.

O quarto capítulo apresenta os agentes e os seus papéis na produção do espaço turístico da ilha. A proposta é realizar a discussão dos resultados empíricos da pesquisa, sistematizando os dados coletados à luz do referencial teórico. O argumento central é que há diferentes agentes sociais disputando o espaço em questão, como os próprios turistas, uma vez que sem eles não haveria a definição de lugar turístico, o mercado (representados pelos empresários da atividade turística), os planejadores e promotores territoriais (representados pelos agentes do Estado e as políticas públicas em turismo), além da comunidade receptora que reivindica o lugar para reprodução da sua própria vida. Da correlação de forças, estabelecida por estes agentes, surgem conflitos e novas práticas que (re) organizam o espaço.

O quinto capítulo apresenta a discussão sobre como está sendo pensado o planejamento e a gestão do turismo por parte do poder público em suas diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) em áreas de proteção ambiental. Revela a importância de analisar as leis, os projetos, os planos estratégicos de turismo e demais políticas de intervenção turística para a APA e sua aplicabilidade à realidade do Combu. Parte-se do pressuposto de que a dissociação entre as instâncias do poder (federal, estadual, municipal) gera processos burocráticos longos ou esguios, oportunizando o não cumprimento das resoluções no tempo hábil para atender às necessidades da população interessada e revelando o envolvimento de outros atores no campo dialético das políticas públicas desenvolvidas para a parte sul do município de Belém.

Esta pesquisa pretende enaltecer a voz do morador ribeirinho da Amazônia urbana, ao mesmo tempo, tenta mostrar que a prática do turismo deve estabelecer pressupostos que valorizem as vivências e trocas de experiências entre os sujeitos que dela participam. Busca-se contribuir com subsídios às políticas públicas e planos de gestão para que contemplem as singularidades e particularidades locais, atentando às dinâmicas e demandas sociais.

A scenic view of a body of water, likely a bay or lagoon, with a city skyline in the background. The water is brownish and has a small boat with a green canopy in the middle ground. The sky is blue with large, white, fluffy clouds. On the left, there is a small structure with a thatched roof on a pier.

**2 "LAR" DE RIBEIRINHOS E "DESTINO" DE VISITANTES: REFERENCIAIS
TEÓRICOS E EMPÍRICOS PARA ENTENDER O TURISMO COMO PRÁTICA
(RE)ORGANIZADORA DO ESPAÇO DA ILHA DO COMBU**

2.1 A produção social do espaço e o incremento do turismo na parte sul de Belém

Observada da parte continental da cidade, a orla combuense¹¹ apresenta uma composição paisagística cuja predominância do verde da mata e do colorido das casas parece reproduzir um ambiente de preservação dos ecossistemas e da população humana ali existente. De frente para esta paisagem, de conteúdos espaciais e simbólicos, encontra-se o rio, onde diversas embarcações “bailam” entre o ir e vir das águas, transportando cargas, animais e passageiros, como também, os sentimentos e as emoções daqueles que dele sobrevivem.

Nas ilhas da parte sul¹² de Belém somos levados a ter a impressão do mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2000), cujo paraíso é verde e pouco habitado, um verdadeiro cenário preservado e pouco explorado ao alcance dos habitantes da cidade. Contudo, não se imagina, em um primeiro contato, a influência urbana presente nestes locais.

O urbano é simultaneidade, reunião de elementos que compõe a vida social, trata-se do conjunto de objetos, pessoas, símbolos e crenças que se projetam em escala mundial. É forma (cidade) e é conteúdo da sociedade, inacabada, aberta, (re)construída e (re)produzida por diferentes grupos sociais (LEFÈBVRE, 2008). Logo, entende-se a região insular de Belém como parte de uma sociedade urbana, compreendida pelas mediações originais entre a cidade, o campo e a natureza em que:

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas (LEFÈBVRE, 2008, p. 74).

Cidades são, portanto, projeções da sociedade sobre um local, dependente das relações próximas e das relações globais, situando-se num meio termo entre a ordem próxima e a ordem distante. Na primeira, sustentam-se as relações de produção e de propriedade, é o local de sua reprodução. Na segunda, está contida a primeira, que a sustenta, encarna-a e idealiza-a sobre um

¹¹ O termo adotado remete a questões de identidade e do sentimento de pertença ligados ao modo de vida ribeirinha das comunidades da ilha do Combu, construídos ao longo do tempo, a partir da dinâmica da população com esse lugar, vivida e forjada a partir dos processos cotidianos, do dia-a-dia das pessoas (NUNES, 2017).

¹² Segundo dados do Anuário Estatístico do Município, apresentados pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), a capital paraense possui 43 ilhas, distribuídas geograficamente em quatro regiões: a) ao norte encontram-se quinze ilhas, com destaque para as ilhas de Mosqueiro e São Pedro, por suas extensões como , no caso da primeira, pelo grande número de praias, procuradas para veraneio, principalmente, no período de férias escolares; b) ao centro-leste são encontradas três, destacando-se a de Caratateua ou Outeiro, a maior das ilhas dessa região, conhecida também por suas praias muito procuradas por banhistas aos finais de semana; c) o extremo-leste é composto por dezessete ilhas, sendo as mais importantes, Cotijuba, Tatuoca, Jutuba e Urubuoca ou Paquetá-Açu; d) ao sul são encontradas oito ilhas, sendo as mais extensas, as de Cintra ou Maracujá, Combu, Murutucu e Grande.

terreno (o lugar) e sobre um plano, o da vida imediata (cotidiana) (LEFÈBVRE, 2001). Posto isso, é preciso apreender, dialeticamente, tanto a ordem próxima quanto a ordem distante, considerando suas contradições explícitas e implícitas no espaço.

Belém sempre teve forte vínculo ao elemento hídrico, principalmente durante sua fase ribeirinha, compreendida por aquelas cidades amazônicas surgidas antes da década de 1960 (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Vivida por todos e planejada pelo Estado, da capital paraense não se exclui a ordem imediata associada aos rios e à dinâmica da floresta, muito menos a ordem distante que a consolida como metrópole.

Após a segunda metade do século XX, por meio de um novo arranjo espacial, permitiu-se à cidade expandir sua malha urbana e especializar seus serviços, acompanhando as tendências de urbanização internacional e nacional. Assim, dentro da forma espacial metropolitana de Belém, manifestam-se inúmeras formas espaciais, a exemplo dos prédios de apartamentos, dos conjuntos residenciais, das unidades industriais, das favelas, dos distritos industriais, dos centros administrativos, dos centros empresariais e dos condomínios exclusivos (TRINDADE JÚNIOR, 2016) e, ainda, nas vilas de pescadores, nos assentamentos agroextrativistas, nas áreas protegidas e em outros arranjos ordenados de objetos¹³.

Construídos pelos “fazedores oficiais da cidade” - arquitetos, engenheiros e planejadores urbanos - alguns destes locais são considerados abstratos, descolados da realidade, primados pela razão estética e pela força das imagens (SOUZA, 2006).

Considera-se Belém tornou-se um dos "portões" de entrada da Amazônia para o capital internacional, constatação reforçada pela presença do fenômeno turístico, haja vista que o turismo proporciona a maior possibilidade de fluxos de pessoas, de informações e de capitais. Nesse processo de organização estratégica do espaço, planejamento e gestão pública passam a tratar a cidade em formato de mercadoria e/ou de empresa, tornando-se o *marketing* urbano uma premissa fundamental para a consolidação das políticas.

O *city marketing* é, ao mesmo tempo, resultado e tática dos processos de reestruturação urbana, funcionando como ponto de partida imprescindível à realização das transformações econômicas e espaciais enquanto estratégia *sine qua non* para os projetos das cidades emergentes (SÁNCHEZ, 1997).

O *city marketing* constitui-se na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão. Visa-

¹³ Para Santos (2008), a forma é o aspecto visível de uma coisa, correspondendo ao arranjo ordenado de objetos de maneira padronizada. Não deve ser tomada isoladamente, uma vez que, se isolada, será apenas uma expressão descritiva dos fenômenos ou de um dos aspectos de determinado instante do tempo.

se assim, atender tanto habitantes como os próprios investidores, construindo uma nova imagem para cidade, uma estratégia de fortes impactos sociais (SÁNCHEZ, 1999, p.115).

Ao longo dos anos, os agentes do Estado vêm estabelecendo um discurso de afastamento das águas, ao ponto de considerar que Belém “cresceu de costas” para o rio. Considera-se que a intencionalidade do discurso e da tentativa de (re)aproximar a imagem de Belém das águas surge por meio da (re)valorização da cultura ribeirinha, iniciada por meio da discussão de abertura da orla da cidade para projetos que buscassem resgatar a sua face fluvial, construindo e revitalizando espaços, voltando-os para o lazer, para a arte e para o turismo (AMARAL, 2005).

Assim como o autor supracitado, discorda-se da generalização dessa denominação, uma vez que a reprodução desta fala exclui espaços como a orla e as ilhas da parte sul, cuja expressiva presença de elementos como barcos, feiras, portos e trapiches, apontam a existência das relações de proximidade da cidade, que ainda se mostra, de alguma forma, ribeirinha. Aceitar esse discurso exclui estes grupos do processo de produção social da cidade, uma vez que a resistência e a persistência de seus usos e práticas anteriores passam a ser ignoradas diante da produção e do consumo modernizante.

No caso de Belém, observaram-se, nos últimos anos, inúmeras tentativas de valorização do espaço, em que antigos usos são substituídos por novos, assim como são estabelecidas novas funcionalidades para os objetos do passado (TRINDADE JÚNIOR, 2005). Dentro desta nova estrutura do planejamento estratégico neoliberal, atrair o consenso e apoio dos habitantes também se torna fundamental.

A produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade (SANCHEZ, 1999, p. 116).

Dessa maneira, a partir do ano de 1998, iniciam-se significativas tentativas de reaproximação das águas, sendo o turismo enquanto atividade econômica capaz de gerar emprego, renda e momentos de entretenimento para a população, uma das principais justificativas de abertura da cidade para o rio.

As intervenções urbanas realizadas na área central – como a implantação do “Complexo Estação das Docas” e do “Núcleo histórico Feliz Lusitânia”, de iniciativa do governo estadual; e o “Projeto Ver-o-Rio” e o “Complexo do Ver-o-Peso”, implementados pela prefeitura Municipal de Belém – passam a ser destaque no cenário urbano (AMARAL, 2005), havendo ainda, referências a outros investimentos, como os:

[...] voltados ao lazer e ao turismo destaca-se: construção de um Novo Centro de Convenções, modernização do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans, duplicação da Avenida Júlio César, construção da Alça Viária, reurbanização da praia do Maçarico, melhorias no Aeroporto de Soure, construção da Hidrovia do Marajó, Parque Ecoturístico do Guamá, revitalização do Parque da Residência, Complexo Estação das Docas, Planetário de Belém, Parque Naturalístico Mangual das Garças, Polo Joalheiro São José Liberto, Núcleo Histórico Feliz Lusitânia, entre outros (AMARAL, 2005, p. 150).

No modelo de planejamento estadual, o retorno às águas se mostrou como uma tentativa política fundamentada em adequar partes fragmentadas da orla em opções de lazer e turismo. O *marketing* urbano, implementado nos locais de responsabilidade do governo estadual, segmentou a dinâmica socioespacial e estabeleceu ações orientadas a atender determinada demanda da sociedade, resultando em uma tentativa de inserir Belém no rol competitivo com outros grandes centros urbanos do país (AMARAL, 2005).

Nas intervenções executadas pela gestão municipal, entre os anos de 1997 e 2004, foi possível observar a preocupação da prefeitura em colocar em prática uma concepção de gestão e planejamento mais participativo¹⁴, cuja preocupação com uma filiação estética demarcava um estilo mais regionalista, ainda que articulado com uma representação determinada e até mesmo normatizada sobre a região. Ademais, a prefeitura de Belém da época buscou associar a arquitetura e o paisagismo a elementos arquitetônicos tradicionalmente vistos como amazônicos, contudo, sem negar a modernização da cidade (AMARAL, 2005).

Nos anos seguintes, a orla continental continuou sendo o palco principal das intervenções urbanísticas da cidade, como é o caso do Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), também conhecido como “Portal da Amazônia”. Iniciado pela gestão municipal no ano de 2006, com o apoio do governo federal por meio do Ministério do Turismo, esse projeto tinha como premissa tornar a orla da parte sul “livre de toda a sujeira acumulada durante anos de descaso” (MALHEIRO, 2009, p. 24).

¹⁴ Para Trindade Júnior (2002), o planejamento participativo objetiva: a) necessidade de negociação entre os atores, reconhecendo suas assimetrias, lutas e pressões políticas, mas primando pela participação e sem negação dos conflitos; b) necessidade de pensar um projeto político que extrapole a esfera local e integre as estratégias regionais (redes regionais de solidariedade e de atração de investimentos); c) transferência de recursos, em que os espaços públicos sejam espaços fundamentais para a apropriação coletiva e que o uso seja priorizado em detrimento da troca; d) a imagem do urbano não deve ser descartada, porém ela deve estar associada a seu contexto imediato e sua compreensão deve ser coletiva e, ainda, expressar o que realmente seja esse coletivo; e) necessidade de uma política intra-urbana mais radical e mais avançada no sentido de colocar em prática o ideário de reforma urbana, com a viabilização de alguns meios e instrumentos já bastante discutidos nos meios acadêmicos e praticado com sucesso por algumas experiências em curso; f) necessidade de, no recorte espaço-institucional de gestão, utilizar os critérios geográficos para pensar uma gestão descentralizada e democrática; g) necessidade de pensar o desenvolvimento urbano a partir de uma base sócio-espacial, procurando promover a sustentabilidade, não apenas ambiental, mas também econômica, política e sociocultural.

Malheiro (2009) analisou os discursos e imagens projetados pela gestão pública municipal durante a implantação das obras do Portal da Amazônia, assim como as mudanças ocorridas na orla fluvial de Belém durante o final dos anos 2000, período em que essa intervenção urbanística buscou tornar esse fragmento da orla objeto privilegiado e competitivo frente às estratégias nacionais e internacionais para a Amazônia.

A necessidade de requalificar e revitalizar¹⁵ a orla, abrindo-se verdadeiras “janelas para o rio” (OLIVEIRA, 2003), evidencia o ritmo acelerado da metrópole e das ordens impostas pelos agentes controladores do espaço, capazes de impor necessidades superficiais aos habitantes, transformando-os em consumidores de mercadorias. O *marketing* instalado pelo Estado, e reforçado pela mídia, contribuiu para o estabelecimento de consensos que não consideraram a realidade das demandas populares que já habitavam o local desde muito antes.

Os moradores das ocupações urbanas assistem gradualmente à segregação dos seus assentamentos humanos, o empobrecimento de suas relações de vizinhanças e a diminuição dos espaços públicos por meio da banalização do consumo (TRINDADE JÚNIOR, 2004).

Dessa maneira, o Portal da Amazônia foi, inicialmente, um projeto arrojado e contraditório, apresentando-se como uma obra de longa duração e de objetivos escusos, uma vez que não foram admitidas as manifestações espaciais de outras épocas, assumindo ainda uma postura frágil diante dos processos de participação popular nas tomadas de decisão.

Boa parte dos habitantes da área foram realocados em locais distantes das dinâmicas com as quais estavam acostumados, interferindo de maneira significativa nas práticas cotidianas daquela parte da cidade. O projeto afastou os moradores de seu ambiente de convívio familiar e das atividades de subsistência intimamente ligadas ao rio, como a pesca, a condução de embarcações, a carpintaria, a comercialização de produtos regionais nas feiras e portos da região (CHAVES, 2013)¹⁶.

¹⁵ Para Vasconcellos e Mello (2006) surge um novo momento no processo de intervenção urbana, as ações voltadas a tecidos urbanos já existentes, no sentido de adequá-los outra vez, ou readaptá-los, vêm recebendo a cada novo contexto, novas denominações, geralmente com o prefixo re, como, por exemplo, revitalização, requalificação ou revalorização.

¹⁶ A autora deste trabalho estudou o perfil dos atuais frequentadores do Portal da Amazônia após sua inauguração (CHAVES, 2013). A pesquisa foi fruto do artigo de conclusão do curso de especialização em Gestão de Cidades e Sustentabilidade do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), no período compreendido entre dezembro de 2012 a agosto de 2013, intitulado “Tribos do Portal: uma análise do perfil dos atuais frequentadores da orla do Portal da Amazônia”, sob a orientação do professora Dra. Ana Maria de Albuquerque Vasconcelos. Após a realização do estudo, constatou-se que nesse espaço permanecem antigos usos ao mesmo tempo que surgem outros novos, sendo o local alvo de disputa entre os diversos atores (comerciantes ambulantes, empresários, praticantes de atividades físicas e esportivas, movimentos sociais, novos e antigos moradores) que dele usufruem.

Os atuais frequentadores do Portal da Amazônia usam seu tempo livre para jogos recreativos, atividades esportivas, alimentação, relaxamento e contemplação. Contudo, as novas atividades inseridas no espaço não excluíram a presença de alguns dos agentes anteriores, posto que a presença de antigos frequentadores (moradores e pequenos comerciantes) pode ser notada por meio de atividades comerciais, que de certo modo ainda guardam ligação com o bairro do Jurunas e com o rio (CHAVES, 2013)¹⁷.

A verticalização, outro processo importante da metropolização (TRINDADE JÚNIOR, 2015), consolida-se na área central de Belém, espalhando-se por essa parte da orla, atingindo consideravelmente os bairros do Guamá, Jurunas, Terra-firme, Condor e Cremação. A especulação imobiliária revela-se com o aumento da presença de incorporadoras e construtoras nas proximidades da orla, reconhecendo a área como espaço ideal para a construção de edifícios residenciais e comerciais, com a melhor vista, arejamento e aproximação aos principais equipamentos urbanos da cidade.

Neste caminhar do planejamento urbano, mais recentemente, Belém tem tido destaque nos veículos de comunicação locais e nacionais, por seu potencial cultural gastronômico e pela biodiversidade. As novas ações apresentadas nos planos e nos projetos dos agentes e promotores territoriais, afirmam que a culinária paraense desponta como a que melhor representa o Brasil, por suas características peculiares que remetem à origem indígena, como também pela variedade de sementes, frutos e raízes originadas da floresta.

As políticas de turismo corroboram com o novo contexto desenvolvimentista, conferindo à cidade potencialidades no âmbito cultural (dança, gastronomia, artesanato), patrimônio histórico e ecoturismo, destacando-se, nesse último grupo, o potencial do segmento de sol e praia (PDITS, 2009).

Desse modo, tal qual a questão ambiental, a cultura torna-se uma dimensão analítica importante para a investigação do espaço urbano, em que planejadores e promotores territoriais reconhecem e agem sobre o seu caráter de produção coletiva. Nesse caso, a interpretação é a de que a cultura, sob a forma de políticas urbanas culturais, insere-se e é inserida no cotidiano, acabando por ensejar dinâmicas, ações, relações e apropriações no e do espaço (SILVA; SARAIVA, 2016).

Dentre as propostas atuais do governo estadual, voltadas para a articulação entre projetos de gastronomia, sustentabilidade, turismo e meio ambiente, encontra-se a criação do “Centro de

¹⁷ A pesquisa apontou ainda, a ausência de ações públicas de manutenção, fiscalização e conservação do espaço pós-inaugurado, haja vista que os entrevistados apontaram a falta de segurança como o maior empecilho para o aumento da frequência de visitas ao Portal da Amazônia (CHAVES, 2013).

Gastronomia da Amazônia”, que visa ao desenvolvimento ambiental, social e econômico do estado do Pará (PARÁ, 2016).

O decreto de criação do polo gastronômico, idealizado em 2015 e promulgado em 2016, envolveu além do governo estadual, representantes de um conjunto de organizações sociais, como o Instituto Paulo Martins (entidade que promove o festival “Ver-o-Peso da Cozinha Paraense”), o Instituto ATÁ (sediado em São Paulo e coordenado pelo *chef* de cozinha Alex Atala), e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (criado em 2015, tendo como princípio estimular negócios sustentáveis e de inovação) (AGÊNCIA PARÁ, 2016).

A primeira tentativa de implantação do polo gastronômico ocorreu na Casa das Onze Janelas¹⁸, durante o segundo semestre de 2016, não foi possível devido à resistência de movimentos sociais ligados ao Museu de Arte Contemporânea, que funciona no mesmo local e seria transferido para um novo espaço, ainda a ser definido, quando as obras do polo fossem concluídas (PARÁ, 2016).

A reação dos movimentos sociais e de outros agentes locais, como também a polêmica entre empresários pela permanência e uso do local como restaurante, fez com que entidades privadas, como o Instituto ATÁ, interessadas em participar do processo de implementação do projeto, fossem obrigadas a recuar diante da disputa. Conforme é possível identificar em um comunicado publicado pelo jornal “Diário do Pará”, por ocasião do lançamento do decreto estadual:

Diante da inflexibilidade do Governo do Pará, do radicalismo das partes, da ausência de real diálogo, da clara confusão criada e do nosso profundo desagrado com a maneira com que vem sendo conduzida pelas partes a criação do Polo Gastronômico, bem como a não permanência do Museu de Arte Contemporânea na Casa das Onze Janelas, em Belém (PA), conforme Decreto 1.568 de 17/6/2016, o Instituto ATÁ não irá se candidatar para gerenciar o projeto do Polo Gastronômico. Consideramos que a arte é essencial na construção da identidade de uma nação. Por isso, não compactuamos com um projeto que valoriza a cultura culinária do Pará desabrigando demais expressões de arte, como as plásticas, fotografia, entre outros projetos que tinham como morada o Museu Casa das Onze Janelas (DIÁRIO DO PARÁ, 2016, não paginado).

Esse resultado demonstra que a prática de venda do espaço público¹⁹ da cidade, mesmo sendo cada vez mais comum, não impede a ocorrência de conflitos e tensões de ordens diversas por parte daqueles que dele usufruem. Nesse primeiro momento, o uso massivo de propagandas

¹⁸ A Casa das Onze Janelas faz parte do projeto arquitetônico do Complexo Feliz Lusitânia, composto também pelo Forte do Presépio, Praça Dom Frei Caetano Brandão, Catedral Metropolitana, Igreja de Santo Alexandre e pelo Museu de Arte Sacra de Belém.

¹⁹ Compreende-se espaço público como aquele onde ocorre uma ação política ou, pelo menos, onde há a possibilidade de uma ação política. É um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o *locus* ou só o palco onde as coisas acontecem, este é, sobretudo, um espaço socialmente produzido, contendo um significado simbólico para as pessoas (BAHIA, 2012, p. 114).

para convencer a população das vantagens²⁰ existentes nos espaços onde são comercializados produtos e serviços *gourmetizados*²¹ não foram suficientes, principalmente, por esse local se apresentar vulnerável por seu tipo de administração e histórico de conflitos.

Essa proposta de intervenção reforça a pouca importância dada para a participação dos agentes locais na concepção dos programas e projetos, colaborando ainda com a construção de uma cidade com forte apelo cultural, em que a produção de imagens desenvolvida pelos planos estratégicos e “pelo investimento em *marketing*, pode ser considerada: a) um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana; b) instrumentos do novo planejamento urbano; c) instrumentos para a legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar” (SÁNCHEZ, 1999, p. 115).

Nesse ambiente, permeado de estratégias de competição interurbana, em que são oferecidos cada vez mais todos os tipos de atrativos para atrair capitais para a cidade, empresariando a sua gestão (HARVEY, 1996), tem-se, no modelo de parceria público-privada, um forte aliado na consolidação de projetos bem-sucedidos, visto que no modelo amplamente adotado pelo governo do estado apresenta-se muita participação por parte da iniciativa privada e pouca atuação das demais camadas da sociedade (ANDRADE, 2014).

Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (SEDEME), cujo papel é o de captar e articular interessados em participar do movimento de crescimento econômico da cidade, torna-se evidente o processo de empresariamento da gestão urbana, tendo, por exemplo, a criação do polo de gastronomia (PARÁ, 2016, p. 1):

Art. 5º, dentre outras, a SEDEME:

I - expedir normas complementares para a fiel execução deste Decreto;
II - celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entidades, instituições e organizações públicas ou da iniciativa privada.

Art. 6º A gestão do Polo de Gastronomia poderá ser em parte ou integralmente delegada à iniciativa privada, por meio de Contrato de Gestão a ser celebrado com entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social.

Parágrafo único. As entidades privadas sem fins lucrativos cujas finalidades institucionais tenham afinidade com as atividades do Polo de Gastronomia poderão requerer a qualificação como Organização Social perante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME.

²⁰ Em formulário de múltipla escolha aplicado online junto aos consumidores dos atrativos turísticos da cidade, no período de julho à dezembro de 2017, verificou-se que atualmente o Complexo Feliz Lusitânia ocupa o oitavo lugar entre os principais atrativos turísticos visitados na capital, com 45,3 %, perdendo para o complexo do Ver-o-Peso (84,4%), para o Mangal das Garças (81,3%), seguido pelas região insular (76,6%), e ainda pela Basílica de Nazaré (65,6%), Catedral Metropolitana, (50%) e Portal da Amazônia (48,4%).

²¹ O termo deriva da palavra *gourmet*, de origem francesa, e nesse caso, faz referência ao processo de reapropriação de elementos da cultura pelo capital (ARANTES, 2002).

O modelo de gestão público-privada tem provocado profundas e questionáveis mudanças no exercício dos governos com relação às suas prioridades, visto que a alocação de recursos e compromissos na implementação das políticas, segue tendências cada vez maiores a uma mercantilização da vida urbana (SANCHEZ, 1999).

Criada em 2011, a SEDEME consiste em um órgão de administração direta, cuja finalidade é formular e executar as políticas de desenvolvimento econômico no estado do Pará, tendo por funções básicas: planejar, propor e executar planos e programas relacionados à indústria, ao comércio, aos serviços e aos recursos minerais, inclusive em ação coordenada com demais órgãos do poder executivo estadual, fomentando a verticalização da cadeia produtiva mineral, apoiando o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços; de forma a estimular o mercado, atraindo e captando investimentos necessários ao desenvolvimento econômico da região (PARÁ, 2011).

Entende-se a SEDEME como um dos articuladores da nova política de desenvolvimento do estado, sendo um reflexo do novo planejamento urbano, que até pouco tempo atrás, ao menos explicitamente, tinha nas instituições governamentais verdadeiros vigilantes em prol do bem público e da regulação da ação da iniciativa privada, passando agora a se configurarem como promotores do crescimento (SANCHEZ, 1999).

Tentativas de construção e reprodução de “cidades-modelo”, por parte dos agentes públicos e privados, nem sempre são recebidas de bom grado pela população, uma vez que, para ser vendida e alavancar as engrenagens de inúmeros mercados, dentre os quais, os mercados imobiliários, de consumo, de turismo e o das chamadas “boas práticas”, faz-se necessário, primeiramente, edificar um emaranhado de imagens-síntese oficiais, surgidas de dentro para fora (localmente). Essas imagens se pretendem dominantes nas práticas de organizar a cidade de modo a torná-la simbolicamente eficiente (SÁNCHEZ, 2001; SILVA, SARAIVA; 2016).

A SEDEME foi compelida a rever a destinação do polo, assim como ampliar a discussão entre os interessados. Portanto, fazendo uso de suas atribuições legais, autorizou uma oitiva à sociedade por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS)²². Nesse documento, o polo passou a ser denominado Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade, uma vez que o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

²² O PMIS é um instrumento de comunicação pública que permite a qualquer cidadão, coletivo ou organização (institucionalizada ou não) apresentar projetos/propostas à gestão pública, para que seja avaliado a viabilidade de implantação de determinado empreendimento de interesse público.

(IDEFLOR-Bio) manifestou-se favoravelmente à implantação do projeto no Parque Estadual do Utinga (PEUt) (PARÁ, 2017).

O Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS), conduzido pela SEDEME, trouxe como escopo: potencializar as características regionais da cultura paraense, apoiar a cadeia de valor de produtos locais, reforçar o título de cidade criativa da gastronomia conferido pela UNESCO²³ ao município de Belém, promover o turismo, gerar novos empregos e, conseqüentemente, estabelecer o desenvolvimento econômico do estado (PARÁ, 2017).

A *gourmetização* de elementos da culinária regional traz reflexos significativos sobre a vida cotidiana da população, sendo o espaço um produto social em que as relações capitalistas se reproduzem e atuam com suas contradições e conflitos. Sobre esse assunto, observa-se que, em Belém, componentes alimentares originários da floresta, representantes das relações tradicionais de trabalho e da reprodução da vida, comumente negociados nas feiras e nos supermercados, estão cada vez mais raros ou caros. Em contrapartida, nas mesas dos bares e restaurantes da cidade e até mesmo em outras regiões, os mesmos elementos agora acrescidos de técnicas alimentícias mais modernas, tornam-se cada vez mais presentes.

A definição do Parque Estadual do Utinga (PEUt), localizado na parte sul da cidade, entre os municípios de Belém e Ananindeua, como o novo espaço de localização do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade, mostra como a valorização da cultura e do meio ecológico, vistos como elementos simbólicos e espaciais, vai sendo cada vez mais apropriada pelas novas políticas, cuja relação e interesses vão além da gestão coletiva municipal e estadual.

Criado em 1993, o PEUt (Mapa 1) está entre as quatro unidades de conservação da região metropolitana de Belém geridas pelo IDEFLOR-Bio, sendo as demais: a Área de Proteção

²³ Desde o ano de 2008, a Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), vinculada à UNESCO, procura promover políticas globais de crescimento econômico sustentável nos países em desenvolvimento (UNCTAD; PNU, 2010, p.7). Nesse período, foi elaborado um relatório sobre economias criativas dos países, apontando que as indústrias, por meio de sólidos componentes artísticos, são capazes de se apropriar de produtos simbólicos, capazes de atingir maiores parcelas do mercado. Para Ferreira (2017 apud UNCTAD, 2010), o modelo adotado desenvolve-se em torno de quatro eixos (patrimônio, artes, mídias e criações funcionais) divididos em nove subgrupos: 1) locais culturais; 2) expressões culturais tradicionais; 3) artes cênicas; 4) audiovisuais; 5) novas mídias; 6) serviços criativos; 7) design; 8) Editoras e mídia impressas; 9) e artes visuais. Nesse sentido, a UNESCO criou uma "Rede Internacional de Cidades Criativas", nesse grupo composto por 116 cidades, estão as seguintes cidades brasileiras: Belém e Florianópolis (gastronomia); Curitiba (Design); Salvador (Música); e Santos (cinema); além dessas, três novas cidades passaram a integrar o grupo em 2017, Brasília na área de design, Paraty na gastronomia e João Pessoa nas áreas de artesanato e artes folclóricas. Em novembro de 2017, pela primeira vez o Brasil sediou o "Encontro Mundial das Cidades Criativas da Unesco", ocorrido em Belém, onde representantes de organizações internacionais e nacionais interessados em conhecer a culinária e a cultura local reuniram-se em uma agenda coordenada pela prefeitura municipal, contando ainda com o apoio do governo estadual, através da Secretaria de Turismo. Os locais visitados pelo grupo com cerca de 100 participantes foram: o Palácio Antonio Lemos (abertura), a ilha do Combu (conhecer a cadeia produtiva do cacau e a culinária local), o Complexo Ver-o-Rio (apresentação de grupos de danças folclóricas e indígenas), Polo Joalheiro ("Workshop Biodiversidade: Diálogos com a gastronomia") e, por último, o mercado do Ver-o-Peso e o Portal da Amazônia (encerramento).

Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém), criada no ano de 1993, localizada nos municípios de Belém e Ananindeua; a Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu (APA COMBU), criada em 1997 e situada a 1,5 km ao sul da capital; e o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole Amazônia (REVIS Metrópole Amazônia), conhecido por sua localização na antiga área da Pirelli, que abrange 6,3% da área total dos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel, estando a 23 km do município de Belém (IDEFLOR-Bio, 2016).

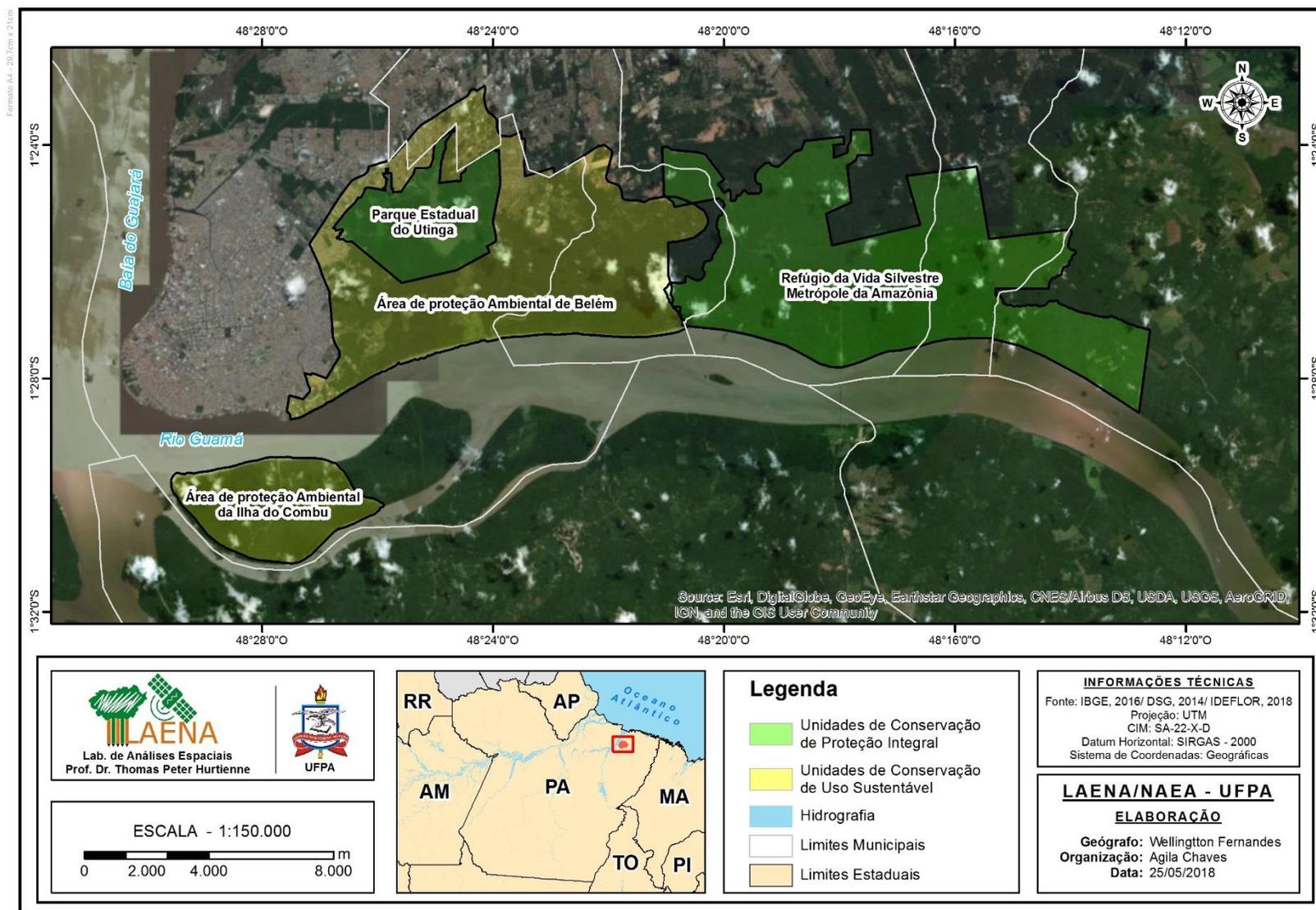
Entre as demais áreas protegidas encontram-se as de responsabilidade da prefeitura municipal de Belém: o Bosque Rodrigues Alves, considerado "Jardim Botânico" desde o ano de 2002, conforme os critérios da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e "Jardim Zoológico" pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), título conferido no mesmo ano; o Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro (PMIM), unidade de conservação englobada pelas diretrizes do Plano Diretor do Município de Belém, no ano de 1988; e o Parque Ecológico do Município de Belém "Gunnar Vingren" (PEGV), criado na categoria de APA em 1991 (SEMMA, 2016).

Nesse novo ambiente, o turismo passa a ser um condutor veloz no processo de circulação das pessoas, dos objetos e das informações. A oferta turística pressupõe o conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região, onde os produtos turísticos são colocados à disposição dos consumidores, que seguem até o destino para satisfação de suas necessidades (LAGE, 2001). Engloba-se tudo que o local de destino tem a oferecer para os turistas, atuais e potenciais, portanto, pode ser determinada pela quantidade de bens e serviços disponibilizados por dado preço e em determinado período de tempo (WAHAB, 1991).

Paiva e Vargas (2010) entendem que os turistas são os grandes consumidores do espaço. Por meio da influência desses atores sociais sobre determinado local sabe-se se investir em empreendimentos turísticos é uma alternativa de bons negócios ou não. Os agentes do mercado por meio de estudos de demanda conseguem determinar se uma localidade preenche os requisitos necessários para tornar-se um destino turístico, eles gerenciam a sazonalidade nesses lugares.

O Parque do Utinga, que abrange as dimensões dos bairros Curió-utinga, Souza, Castanheira, Guanabara e Águas Lindas, constitui-se também em um ambiente atraente para o capital imobiliário que avança em direção às periferias. Por seu tipo de constituição e componentes ecológicos, torna-se propício para o desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas, permitindo a presença de agentes sociais nas dinâmicas socioespaciais do entorno.

Mapa 1 - Região Metropolitana de Belém: localização das unidades de conservação estaduais



Fonte: Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA/NAEA), 2018.

A importância em entender como inevitáveis os impactos dos seres humanos sobre o ambiente ecológico parte da compreensão que, desde o início da presença humana sobre a Terra, a natureza está sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua história natural, até a criação de uma natureza social (SANTOS, 1992).

Assim, buscando compreender a complexidade dos processos modernizantes que acometem a cidade quando refletidos no meio ecológico, procurou-se elucidar os dois grupos que compõem as unidades de conservação brasileiras: o primeiro, formado por aquelas onde não são permitidas atividades que envolvam de forma alguma o consumo, a coleta, o dano ou a destruição dos recursos naturais; e o segundo, onde estão as que compreendem os territórios habitados pelas populações tradicionais e que podem ser usufruídos pela sociedade em geral, cuja utilização dos recursos naturais são de baixo impacto, sendo possível notar a presença de algumas formas de conhecimento antepassadas (BRASIL, 2000) (Apêndice A).

Desse modo, pensar a Amazônia de acordo com as várias formas de articulação impostas pela atividade turística e pela ótica da proteção da natureza associada à cultura, estabelecidas nas leis, planos e convenções é um tanto complexo, uma vez que o fator tempo e a escala das ações tornam-se abstratas e particulares a cada agente envolvido.

As belezas naturais e os aspectos culturais, como a religiosidade e a culinária de Belém, constituem reconhecidos atrativos turísticos, usados em grande parte pelos habitantes da cidade como alternativas de descanso e lazer nos períodos de tempo livre. Tais elementos também são empregados em estratégias midiáticas e governamentais, sugerindo ao morador da cidade a necessidade cada vez maior de buscar por ar puro, ambiente verde e contato com a vida rústica do campo ou das áreas naturais, como tentativa de aquisição de produtos benéficos à saúde e ao bem estar social.

As estratégias de comunicação inseridas nos instrumentos políticos continuam sendo interpretadas como um poderoso instrumento do planejamento, resultante do desenho de novas estratégias urbanas acionadas, sobretudo, em momentos de profundos processos de reestruturação econômica, social e espacial (SANCHEZ, 1999).

Nesse cenário, onde as cidades são colocadas à venda, o *marketing* impõe consensos que não levam em consideração as demandas e necessidades da maioria da população, destacando-se as estratégias voltadas para a classe média e para os turistas, interessados em uma "vivência" com a cultura regional.

No novo formato do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade estão previstas a instalação do Museu do Alimento da Amazônia, da Escola Superior de Gastronomia e

Biodiversidade, do restaurante “Da floresta à Mesa (*Food to Table*)”, do Laboratório “*Food Lab*”, de um espaço para eventos e a Feira do Produtor (PARÁ, 2017).

Entende-se que o governo não reconhece ou parece não reconhecer as possibilidades existentes nos espaços onde a vida realmente se realiza. Ao invés da criação de um centro gastronômico em um local exposto à segregação social, e não concebido inicialmente para esse fim, questiona-se por que não são gerados vários pequenos centros culinários nas feiras, nas praças e nos diversos portos espalhados pela cidade, atingindo assim a maior parte da população que se vê cada vez mais compelida ao afastamento dos lugares turísticos.

No mundo homogêneo pelo capitalismo, na medida em que aumenta no espaço urbano o aparecimento das técnicas, da ciência e da circulação de informações, a cidade se torna cada vez mais um meio técnico-científico-informacional. Isso acontece pelo fato de ser nela, "onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhe vem o alto coeficiente de internacionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas de produção" (SANTOS, 2014, p. 234-235).

A cidade que se torna "criativa" para investidores e consumidores, é marcada pela presença de agentes que possam contribuir para o crescimento econômico da região. Assim, compreender como o espaço geográfico tende a se transformar em turístico, considerando a pré-definição do espaço geográfico como valiosa, aprofunda o estudo das relações que são ou podem vir a ser de uso para o planejamento e organização da atividade turística (ALBACH, 2010), sendo importante também estudá-lo no sentido de totalidade (RODRIGUES, 1997) (Quadro 1):

Quadro 1 – Espaço geográfico segundo Santos: relações com os elementos do espaço turístico.

Espaço Geográfico	Elementos do espaço turístico
Seres humanos/ sociedade	Demanda turística; população residente; representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor ligados ao turismo.
Firmas	Meios de Hospedagem; empreendimentos de alimentação; agências e operadoras de turismo; transportadoras turísticas; espaços para eventos; serviços de lazer e entretenimento; empresas de marketing e promoção.
Instituições	Superestrutura turística – instituições reguladoras e normatizadoras da atividade (OMT – organização Mundial do Turismo, OMC – Organização Mundial do Comércio, Ministério do Turismo, Embratur – Instituto Brasileiro do Turismo, Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, Entidades da Classe Turístico, dentre tantas outras).
Infraestruturas	Serviços públicos; transporte e acessos; comunicação; segurança; educação; saúde
Meio ecológico	Base física do trabalho humano; questões dos ecossistemas e do turismo sustentável.

Fonte: Albach (2010) com base em Santos (1996) e Rodrigues (2001).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

A atividade turística, realizada pelas grandes firmas e mercados, cujo objetivo proeminente é a acumulação, pertence a um ambiente hostil do meio geográfico, pelo fato do turismo se tratar

de uma prática capaz de "(re)criar o urbano em lugares, inicialmente, não programados para o serem" (MOLINA, 2007, p. 114).

Por isso, a demanda turística é formada por sujeitos, seres individuais e sociais, pelas populações residentes e por todos os outros representantes das firmas, do poder público e das instituições. As firmas são constituídas pelos meios de hospedagem, de alimentação, pelas operadoras de viagens, empresas aéreas, transportadoras turísticas, centros de eventos e convenções, serviços de lazer e entretenimento e sistemas de promoção e *marketing*.

As instituições correspondem às superestruturas que regulam o turismo. Em nível global, considera-se a representação da Organização Mundial do Turismo (OMT); em nível nacional, tem-se o Estado representado pelo Ministério do Turismo (MTUR) e pela Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Tais superestruturas são responsáveis por promover os mecanismos de ação, de produção das normas e das legitimações de ordem turística. As infraestruturas são compostas pelas redes de serviços de apoio ao turismo, as redes de transporte e acesso, de comunicação, de telefonia, de energia, de saneamento, de abastecimento, de segurança, de saúde e educação.

O meio ecológico é formado pelos ecossistemas e paisagens, intocados e modificados, cada vez mais técnicos (SANTOS, 1992). É o espaço dos complexos territoriais, do turismo dito sustentável, que procura reconhecer as intervenções que visam à conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras.

Nas reservas naturais, consome-se destruindo e produzindo (RODRIGUES, 1997). O espaço valorizado deixa de ser natural para se tornar social, mesmo nos locais "naturais", onde os padrões de consumo se mostram cada vez mais urbanos. Quando se trata do fenômeno turístico, torna-se cada vez mais difícil diferenciar o que é "natural", rural e urbano.

Os impactos das interferências, pequenas ou grandes, que acontecem na parte sul da cidade, interferem de maneiras diversas na produção espacial da ilha do Combu. No ano de 2017, a prefeitura de Belém, por meio da Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), e em parceria com o Fórum das Entidades Empresariais do Estado do Pará, instituiu o Programa "Desenvolve Belém", criado para incorporar todos os projetos futuros e em andamento dessa Companhia (BELÉM, 2017) (quadro 03).

O programa Desenvolve Belém foi apresentado à mídia e a alguns grupos empresariais locais, como o novo percurso a ser realizado pela prefeitura junto aos seus apoiadores. A maioria

das propostas sugere a mudança e a transformação de vários locais em ambientes de consumo e de entretenimento.

Os discursos do poder público que visam dar vida nova ou "resgatar" o patrimônio da cidade tratam-se, na maioria das vezes, de processos que podem transformar a paisagem, negando-a e deslegitimando-a de outros usos. Entende-se que estes locais se voltam para uma classe média privilegiada e desejosa de se apropriar do espaço, excluindo dele outros possíveis agentes, usos e funções sociais. Preocupa-se, então, com essa forma de ocupar e (re)usar os espaços "abandonados", desprezando as atividades populares e as pessoas que os utilizam e que provavelmente não poderão pagar pelos novos serviços e infraestrutura.

Nesse sentido, mesmo introduzidos em um contexto de mudanças do cenário político atual, tanto o Centro Global de Gastronomia quanto algumas das propostas do programa "Desenvolve Belém" (Quadro 2) já se encontram em fase de implantação, com previsão de operacionalização dentro dos próximos meses, como é o caso do projeto Chão em Dia, para regularização de imóveis de servidores públicos municipais, que já se encontra em fase de cadastramento dos interessados.

Outrossim, observa-se que em três dos quatro pilares apresentados pelo programa demonstra-se uma tendência de formação de espaços para o turismo, sendo que a proposta da marina "pública" chama maior atenção, por ser uma área de influência direta sobre o recorte empírico dessa pesquisa.

A proposta de construção da "Marina Belém" nasce em um cenário marcado por um entorno de grande quantitativo populacional e pelas baixas condições de vida (IBGE, 2017), em uma área que vai do antigo Iate Clube, atual sede do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova²⁴ (PROMABEN), até a praça Princesa Isabel, prevendo-se a composição de locais para apoio náutico, constituído de rampas de calado²⁵, estrutura para retirada de barcos, quadras poliesportivas, área para eventos e um complexo gastronômico (CODEM, 2017).

²⁴ A bacia da Estrada Nova, é a quinta maior bacia hidrográfica da cidade, com extensão aproximada de 9,54 km², possuindo 72,70% de sua área constituída por áreas inundáveis (BELÉM, 2007). O PROMABEN prevê a macro e microdrenagem de quatro (4) Sub-bacias da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, entre as quais, a Sub-bacia 1, que se estende da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon; a Sub-bacia 2, da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva; a Sub-bacia 3, do canal da Quintino Bocaiúva ao canal da travessa 3 de Maio; e a Sub-bacia 4, do canal da 3 de Maio à Universidade Federal do Pará (CRUZ, 2012). Atualmente, o programa está subdividido em PROMABEN I e II, sendo que a segunda etapa contraiu recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para conclusão das obras (ALVES, 2015).

²⁵ Calado é a parte da embarcação que se encontra submersa. Rampas de calado colaboram como medida de segurança para evitar que os barcos encostem no leito, sob o risco de baterem ou até mesmo naufragar.

Quadro 2 - Programa Desenvolve Belém

Pilares	Projeto	Abraçãncia	Caracterizaãõ	Setores
Conexões do Futuro	Marina Belém	Iate Clube até a área da praça Princesa Isabel (Condor)	Ocupação do antigo espaço do Iate Clube do Pará, na avenida Bernardo Sayão, integrando-o à área da praça Princesa Isabel, contemplando espaços para prática de esportes, com marina, estacionamento, área para eventos e lazer, e um complexo gastronômico.	Lazer, esporte, turismo, Saneamento e transporte
	Viver Parque das Orquídeas	Augusto Montenegro	Construção de um empreendimento habitacional para funcionários públicos municipais, em área de propriedade da PMB, localizada na avenida Augusto Montenegro.	Habitação
Chão em Dia	Regularizaãõ o Fundiária	Regularizaãõ Fundiária	Prestação de consultoria por funcionários da CODEM à população, buscando a aprovação de projetos imobiliários junto à PMB.	Habitação
Centro Vivo	Assembleia Paraense	Rua 1º de Março (Centro)	Desapropriação e transformação em edifício residencial, cujas unidades serão vendidas para funcionários públicos do município.	Habitação
	Espaço Palmeira	Rua Ó de Almeida (Centro)	Espaço para ambulantes, que seriam remanejados de outras áreas, ou ainda um empreendimento habitacional aos moldes do programa "Minha Casa Minha Vida", do Governo Federal, composto ainda por, estacionamento, praça de alimentação e shopping popular.	Comércio, serviços, habitação e transporte
	Travessa Leão XIII	Comércio	Projeto de revitalização, prevendo-se a transformação do local em uma rua coberta, a ser chamada de "Rua da Gastronomia", cujas oportunidades correspondem a restauração dos casarões, construção de restaurantes e espaços culturais, além da implementação de um estacionamento.	Lazer e turismo
	Mercado Francisco Bolonha	Ver-o-Peso	Espaço já recuperado, a ser ocupado por empresas de prestação de serviços, como bares, restaurantes, hostel, agência de turismo, além de um espaço acadêmico.	Lazer, turismo e educação
	Palacete Pinho (Casa Portugal)	Cidade Velha	Transformação do local na "Casa de Portugal", tendo como parceiro o Consulado Português e outras entidades portuguesas na cidade. Apresentando a possibilidade de criação de um restaurante de culinária portuguesa, uma loja de artigos da culturais, um centro de eventos e "cowork ²⁶ ".	Comércio, serviços, lazer e turismo.
Cidade para Pessoas	Cidade Criativa da Gastronomia	Realizado em diversos pontos da cidade	Realizado em 2017, onde apresentou-se o título de Belém enquanto cidade gastronômica, para diversos chefs de cozinha, representantes do poder público e da imprensa, nacional e internacional.	Turismo
	Conviver Parklet Belém	Avenida Brás de Aguiar (Centro)	Ocorrido em 2017, com o apoio da prefeitura e da câmara municipal de vereadores. Visou alavancar as vendas dos estabelecimentos próximos aos Parklets (assentos e mesas feitos com material reaproveitável).	Lazer
	Mercado de São Brás	Praça Floriano Peixoto (São Brás)	Reforma em parceria com a iniciativa privada, passando por processo de reordenamento dos permissionários, dividindo o espaço com outras estruturas de gastronomia e eventos.	Comércio, lazer e turismo

Fonte: Prefeitura de Belém (2017).

Organização : Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

²⁶ O *Coworking* (co-trabalho) trata-se de um ambiente de trabalho onde diferentes tipos de pessoas e negócios atuam, como *startups* e profissionais *free-lancer*.

Dessa forma, existe a necessidade de analisar se as lógicas que seguem transformando essa região correspondem a uma união vertical de vetores da modernização, responsáveis por trazer “desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício” (SANTOS, 2014, p. 259).

A respeito das demais intervenções que já ocorrem na parte sul, encontra-se a fase atual do PROMABEN, que desde 2009, tem por objetivo reestruturar - com obras de drenagem, infraestrutura viária e sanitária - os bairros do Jurunas, Batista Campos, Cremação, Condor e Guamá, bem como, parcialmente, os bairros de Nazaré, São Braz e Cidade Velha. Como toda grande obra de intervenção urbanística, previu-se o remanejamento de inúmeras famílias para conjuntos habitacionais ou ainda a possibilidade de recebimento de valores insignificativos como compensação e forma de aceitação desse cenário em modificação (CRUZ, 2012).

Parcialmente finalizado em 2013, as obras do PROMABEN foram por várias vezes interrompidas, devido a atrasos na execução do projeto, nas alterações na condição de remanejamento das famílias e nos impasses quanto ao desperdício de recursos financeiros, demonstrando-se a irrelevância do cumprimento com a prestação dos serviços à população de Belém, que há anos espera pela resolução dos problemas de alagamento e de moradia nessa região. Soma-se a isso, a falta de prestação de contas da gestão que iniciou o programa (ALVES, 2015).

Nessa porção da cidade, em que o contato entre terra e água é ainda maior, encontra-se uma tipologia de práticas sociais que deveriam ser consideradas pelo poder público, identificadas da seguinte forma: (1) residencial, (2) industrial, (3) comercial, (4) de recreação, lazer e turismo, (5) de serviços, (6) institucional, (7) de feiras e mercados, (8) misto e (9) subutilizado, além dos (10) aglomerados multifuncionais, posto que neles se desenvolvem várias atividades organicamente ligadas e onde se observa uma complexa miscelânea de conteúdos, cores, sons, morfologia, cheiros e odores (SILVA; BARBOSA; TRINDADE JR., 2005, p.67).

Portanto, na orla sul de Belém percebe-se a existência de um adensamento maior do uso do solo ao longo do dique marginal, traduzido, sobretudo, na existência de serviços ligados à circulação fluvial, ao comércio e a algumas indústrias, além de setores do comércio ligados ao circuito inferior da economia urbana, criando, assim, uma coesão entre várias atividades. Nessa área, merecem destaque os trapiches e as feiras, que evidenciam em maior grau o caráter ribeirinho da cidade (TRINDADE JÚNIOR, 2005).

Outrossim, observa-se que cada vez mais os novos projetos (e promessas) vão se inserindo aos anteriores, nem sempre sendo executados de acordo com as necessidades da população residente. A prefeitura de Belém e o governo do estado abrem caminho para a elaboração de uma

estratégia de ocupação do espaço em favorecimento de uma classe, uma vez que, até o momento, não é possível observar nos projetos a forma como a maioria dos agentes e seus inúmeros usos estarão inseridos.

Nesse sentido, nas cidades amazônicas, os grupos que assumem uma postura que vai para além das trocas econômicas são continuamente oprimidos pela aliança entre capital, trabalho e Estado, sendo as políticas públicas concebidas e implementadas por meio de parcerias entre o público e o privado.

O projeto de cidade, que atinge diversos pontos da parte central e caminha em direção à parte sul (Mapa 2), atravessa o rio chegando também a comunidades de traços tradicionais. Nestes locais, estão estabelecidos grupos culturalmente diferenciados, possuindo formas próprias de organização social, ocupando e usando o espaço e os recursos do rio e da floresta como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, criações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007). O Combu é uma dessas expressões, sendo a mais próxima geograficamente da parte continental da cidade, onde é possível, no contexto apresentado, consumir e reproduzir uma natureza e cultura “originalmente” paraense.

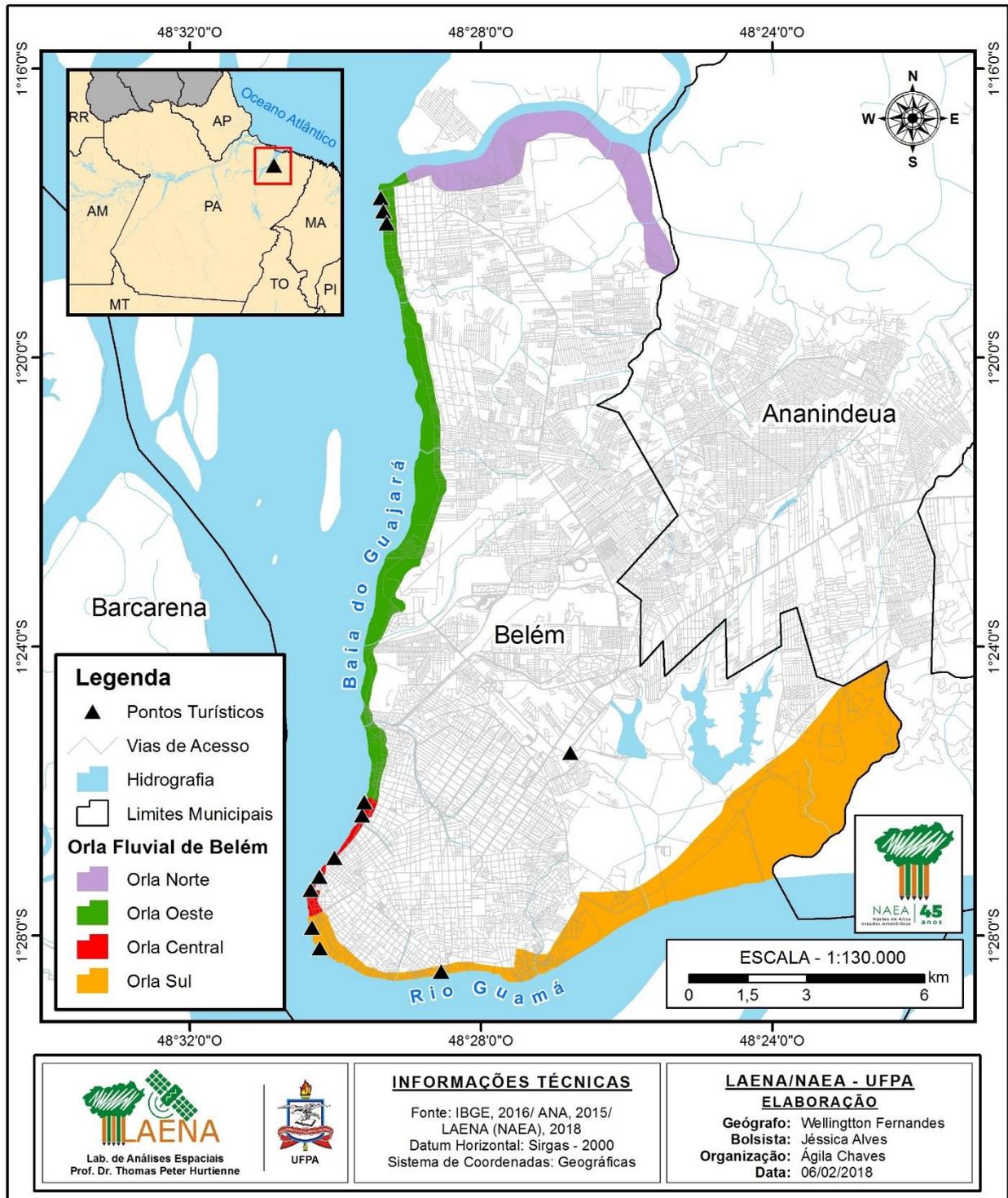
Em vista disso, embora no turismo sejam frequentes as extensões formadas por verticalidades²⁷, não se trata de uma regra, ao contrário, existem locais onde as horizontalidades²⁸ são possíveis, a praça Princesa Isabel, por seu conteúdo histórico e geográfico, é um desses ambientes. O local é o ponto de partida da maioria das embarcações de moradores que fazem travessia para as ilhas da parte sul e para o município do Acará. Nela, diariamente, embarcam e desembarcam estudantes, moradores e comerciantes, que se dirigem à parte continental a fim de realizar atividades diversas. Quando retornam, trazem consigo cargas e mercadorias que abastecem os lares, os comércios, os bares e os restaurantes da região insular (Fotografia 1).

Resultado da gestão do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, revitalizada entre os anos de 1997 e 2004, juntamente com as praças Waldemar Henrique e Milton Trindade (Pracinha do Horto); com os complexos Ver-o-peso e Ver-o-Rio; assim como a Orla de Icoarací (MERGULHÃO, 2009), a praça Princesa Isabel, ainda pode ser identificada como um dos poucos espaços de vivência ribeirinha da cidade.

²⁷Pontos separados no espaço responsáveis por assegurar o funcionamento global da sociedade e da economia (SANTOS, 2014).

²⁸Extensões formadas de pontos que se agregam, sem descontinuidades na definição tradicional de região (SANTOS, 2014).

Mapa 2 - Belém: localização das Intervenções turísticas na orla



A partir da década de 1990, sua infraestrutura passa a ser composta por um terminal fluvial turístico com capacidade para receber pequenas embarcações, com cais de arrimo, atracadouros (Fotografia 2), um anfiteatro, um parque infantil, um estacionamento para ônibus e carros, um posto da Guarda Municipal e um posto de Informações Turísticas (PIT) (Fotografia 3).

Ao lado da praça Princesa Isabel, encontra-se o antigo Palácio dos Bares, atualmente utilizado como estacionamento para guardar os veículos dos frequentadores que se dirigem, principalmente, para a ilha do Combu (Fotografia 4). O entorno é marcado pela existência de marinas particulares que guardam embarcações como lanchas e *jet-skis* (Fotografia 5), depósitos de produtos que escoam pelo Rio Guamá, ambientes residenciais de alvenaria e madeira, pequenos estabelecimentos comerciais (tabernas), alguns bares e casas de shows, além de estar nas proximidades da feira do Porto da Palha, distante cerca de 500 metros.

Sobre sua morfologia social, a praça Princesa Isabel exhibe uma variedade de usos, dinâmicas e formas de apropriação do espaço. Os distintos grupos sociais usam o ambiente como forma de acesso ao rio (pesca e banho), para a circulação (fluvial e terrestre) e para o lazer (festas que ocorrem nas proximidades e estendem-se ao espaço). Ademais, outras formas de utilização do espaço vêm ganhando destaque, como as relacionadas ao desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para o turismo (Fotografia 6).

Atualmente, o local chama a atenção pelo abandono por parte da administração pública, tendo em conta que a praça apresenta um sistema de iluminação precário, o posto de informações turísticas encontra-se fechado e degradado pela ação do tempo, os equipamentos lúdicos sem condições para o uso, assim como o acúmulo de lixo e a falta de jardinagem (Fotografia 7). Durante a observação em campo, também não foi constatada a presença de pessoas realizando atividades físicas e esportivas (caminhadas, exercícios, corridas, passeios de bicicleta etc), pois segundo relato dos frequentadores, a ocorrência de assaltos, de brigas, casos de prostituição e tráfico de drogas são habituais.

As ilhas de Belém, espaços que ainda revelam a face ribeirinha da cidade, são continuamente invadidas por processos e dinâmicas externas, que vão de encontro a um modo de vida intimamente ligado às vivências com o rio e com a floresta.

Fotografia 1 – Pequenas lanchas enfileiradas a espera de passageiros



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: no espaço da praça Princesa Isabel, encontra-se uma cooperativa de lanchas e duas associações de condutores de barcos, que disputam os passageiros e o espaço do pequeno porto, ficando o acesso aos primeiros por dentro do estacionamento do Palácio dos Bares e, ao segundo grupo, pelo trapiche do terminal fluvial.

Fotografia 2 – Terminal fluvial turístico da praça princesa isabel visto do rio



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: espaço direcionado, inicialmente, para as embarcações estilo “popopo” (mais lentas e maiores que as lanchas), onde há a predominância dos barcos da Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém (ARBCIMB) e da Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará (ASTIB), assim como de outras pequenas embarcações independentes e, em alguns casos ilegais, que utilizam o mesmo local para desembarcar passageiros. A passarela de acesso à praça Princesa Isabel possui estrutura em concreto com escada para acesso e circulação de passageiros e cargas que vem, principalmente, das ilhas do Combu, Murutucu, Grande e do município do Acará.

Fotografia 3 – Terminal fluvial turístico Praça Princesa Isabel



Autoria: Antônio Athayde (abr. 2015).

Nota: frequentado por condutores de embarcação, comerciantes, moradores da região, estudantes e grupos de visitantes, principalmente, no período diurno quando é possível encontrar uma equipe composta por dois seguranças, contratados pelos donos de restaurante e pelos membros da associação e da cooperativa de condutores de embarcação.

Fotografia 4 – estacionamento público Praça Princesa Isabel



Autoria: Luciene Leal (dez. 2015).

Nota: com capacidade para cerca de 50 veículos de pequeno, médio e grande porte, contando ainda com calçadas e uma ciclovia. Tem maior movimentação aos fins de semana e período de férias escolares, ficando os demais dias da semana para o fluxo de passageiros e de cargas de moradores das ilhas.

Fotografia 5 – Marina B&B



Autoria : Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: localizada ao lado da Praça Princesa Isabel, trata-se de um galpão com infraestrutura para atendimento náutico, onde são guardadas embarcações particulares, do tipo lanchas e jet-skis, de alto padrão. Possui estacionamento privativo para os veículos de clientes, serviços de lavagem, salvamento de embarcação com pane, canal de rádio para comunicação entre as embarcações, monitoramento e segurança 24 horas, internet, bar e restaurante flutuante. Todos os navegantes contam também com um serviço de abastecimento das embarcações com o posto de gasolina e diesel flutuante.

Fotografia 6 – Atuação do mercado turístico nas embarcações que saem da Praça Princesa Isabel



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: pequenas e médias agências de receptivo turístico, oferecem pacotes para grupos de turistas nacionais e internacionais, que, quando em pequeno número, utilizam as embarcações que atuam na praça Princesa Isabel, dando-se preferência aos barcos, por seu estilo “rústico” e regional, capazes de proporcionar um passeio mais lento, no qual a paisagem do entorno pode ser observada com um pouco mais detalhes. Na imagem, observa-se a atuação da agência com um pequeno grupo de visitantes brasileiros e italianos, que durante os cerca de 15 minutos de viagem, recebem uma breve explanação a respeito de alguns dos elementos característicos da região, sendo orientados a realizarem alguns procedimentos antes de praticar a trilha ecológica na ilha do Combu.

Fotografia 7 – Parque infantil da Praça Princesa Isabel



Autoria: Ana Paula Gama (abr. 2015).

Nota: equipamento público cuja estrutura original era formada por três balanços, um escorregador e uma gangorra, encontra-se abandonado e depredado, tomado pela grama, pelo acúmulo de lixo, sendo inapropriado para o uso, assim como outros ambientes da praça, como o posto de informações turísticas e o quiosque da polícia militar.

Nessa perspectiva, entende-se a ilha do Combu (Mapa 3) como um local formado por um conjunto de pequenas relações sociais heterogêneas, “resultado de contatos e interações expressas em movimentos de diferentes naturezas que chegam de fora e que se mesclam aos que nela são originados, revelando espaços residuais e de resistências” (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p. 104).

Nos últimos anos, os moradores das comunidades estabelecidas nessa fração do espaço veem-se diante de intervenções externas, de novas demandas e da apropriação das ilhas para construção de pousadas, restaurantes, bares e trilhas ecológicas. Da mesma forma, pode-se notar a presença de festas com fins comerciais, passeios de barco organizados por empresas turísticas, assim como grupos em lanchas e *jet-skis*.

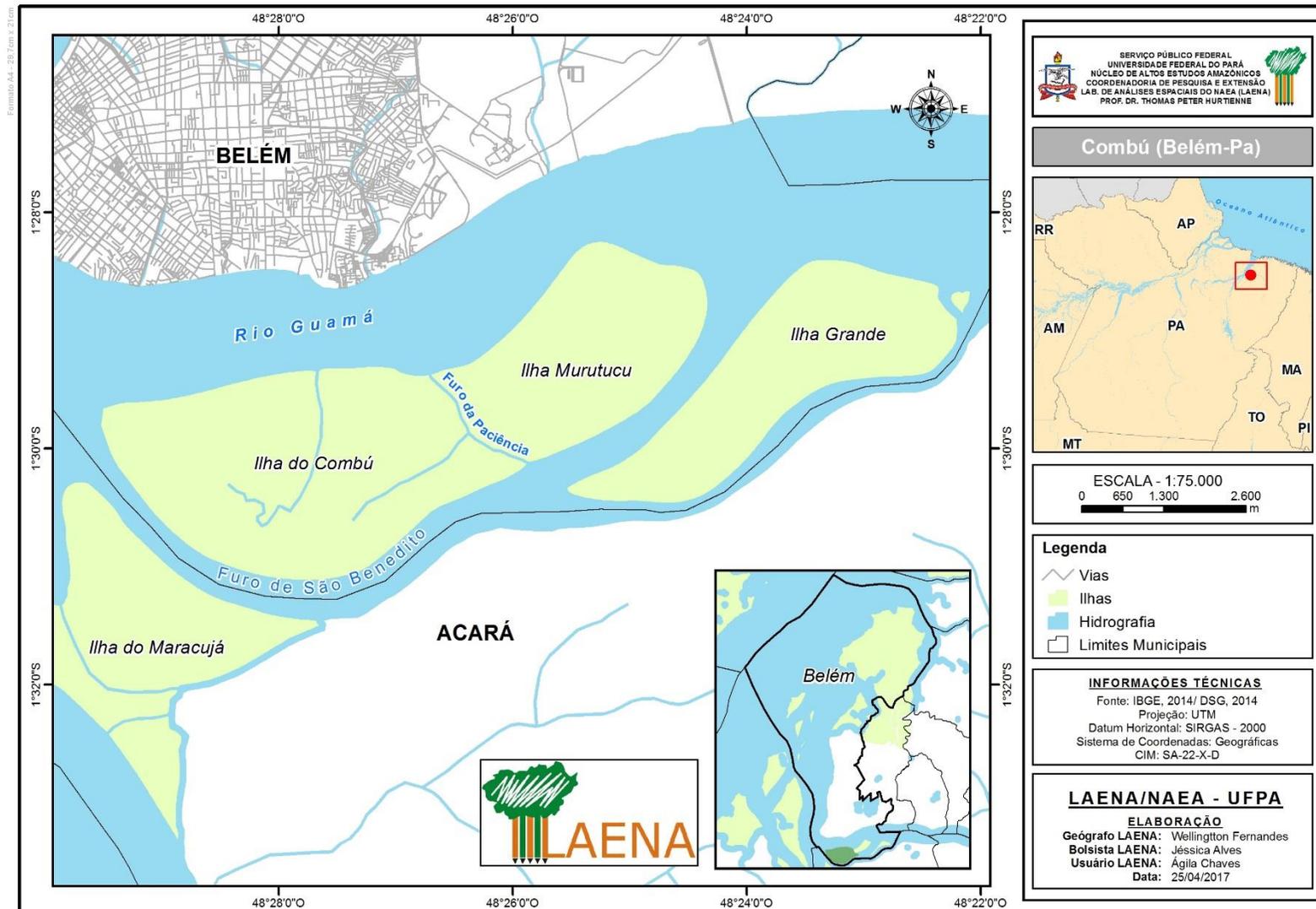
A travessia até a ilha deve ser feita por embarcações, único meio de chegar ao local, e dura em média 15 minutos. Embora existam outros portos que fazem o traslado, o porto da praça Princesa Isabel é o principal. Quanto à frequência das travessias, há uma variável conforme a demanda diária.

Ao norte, a ilha está situada às margens do Rio Guamá; ao sul, pelo Furo de São Benedito; a leste pelo Furo da Paciência; e ao oeste, pela Baía do Guajará. Sendo entrecortada pelos igarapés Combu e Piriquitaquara. Seu ecossistema sofre influência direta das marés do estuário do rio Guamá e, durante os períodos de dezembro a maio, apresenta inundações, permitindo a caracterização do solo como sendo de várzea temporária. Sua rede hidrográfica mantém características da bacia Amazônica, formada por baías, rios, furos e igarapés; clima equatorial, quente e úmido; temperatura média de 26° durante todo o ano (MATTA, 2006).

De acordo com a divisão administrativa da Prefeitura Municipal de Belém, distribuem-se oito distritos pelo município, fazendo a ilha do Combu parte do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOOUT), estando cerca de 1,5 km de distância em relação à orla continental (PDITS, 2010).

A ocupação humana constitui-se quase que totalmente por ribeirinhos, cuja distribuição espacial não está concentrada e nem tão dispersa. As casas e palafitas espalham-se ao longo das margens de igarapés, furos de rio e no decurso da orla insular (MATTA, 2006). A população residente procura conservar a floresta, de onde extrai o açaí, o cacau, dentre outras frutas, como parte de seu sustento, praticando atividades de manejo baseadas no saber tradicional, passado de pais para filhos.

Mapa 3 – Ilha do Combu: localização geográfica.



Fonte: Lab. de Análises Espaciais do NAEA (LAENA) - Prof. Dr. Thomas Hurtienne (2017).

O Combu apresenta uma formação típica do estuário amazônico, com 15 Km² de área de várzea, possuindo composição florística variada, árvores de grande porte e sub-bosque, mata primária, secundária e solo razoavelmente fértil (DERGAN, 2006). O solo de várzea da ilha é pouco propício para a agricultura, assim os residentes têm na economia doméstica, voltada para a extração de frutos, como o açaí e o cacau, sua base de produção.

Além das palmeiras de açaí, que predominam na ilha, as espécies a seguir podem ser encontradas em menor número: ucuúba ou virola (*Virola surinamensis*, Warb), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart), cacau (*Theobroma Cacao* L.), andiroba (*Carapa Guianensis*) e seringueira (*Hevea brasiliensis*). Há também a fava grande do igapó ou fava de impigem (*Vatairea guianensis*), açacu ou assacu (*Hura crepitans* L.), o anani ou ananim (*Symphonia globulifera* L. F.), ingá (do grupo das leguminosas, *Inga cinnamomea*), ingá-vermelho (*Inga Alba*), ingá cipó (*Inga edulis*), munguba (*Bombax munguba* Mart), inajarana (*Quararibea guianensis* Aubl), cupuçurana (*Matisia paraensis* Huber), cipó-caáraçaca (*Memora magnífica*), mututirana (*Pterocarpus officinalis*), arumã-açú (*Ischnosiphon obliquus*), lírio-aranha (*Hymenocallis* sp), além de diversos tipos de orquídea (CIRILO, 2013).

Segundo Cruz (2001), a intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva à introdução, à multiplicação e, em geral, à concentração espacial de objetos, cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Assim, os fluxos de capital, as informações e a vinda de pessoas de fora para determinadas localidades determinam ao espaço potencialidade para futuros investimentos por parte da iniciativa privada e dos planejadores do turismo.

Entre as alterações espaciais que acontecem no Combu, ganham destaque os restaurantes criados para fins de lazer e turismo, oferecendo serviços e propostas de atividades como parquinhos para crianças, trapiches para banho, além das trilhas ecológicas aos que desejam aventurar-se ilha adentro. As atividades mesclam o conhecimento moderno ao conhecimento tradicional, sendo realizadas, em sua maioria, sem o acompanhamento de um guia, precisando o frequentador valer-se das informações fornecidas pelos proprietários dos estabelecimentos, juntamente com o auxílio de moradores ou de placas de sinalização encontradas pelos caminhos por onde estão autorizados a percorrer.

As visitas, sozinhas, não podem transformar determinada localidade em um destino de turistas. De acordo com a lógica imposta por esse tipo de mercado, há a necessidade de que alguns requisitos, principalmente de infraestrutura, sejam implantados.

Rodrigues (1997) defende que o espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser concebido por fronteiras euclidianas (exatas e precisas), mesmo porque existem elementos externos, como a demanda, que devem ser considerados. Acrescenta-se a essa análise as

particularidades e singularidades encontradas em espaços como o amazônico, capazes de reorientar as ações do planejamento turístico e do mercado.

Assim, espaços turísticos são espaços sociais representados por conjuntos de fixos e fluxos, concebidos em um sistema de objetos e um sistema de ações, onde “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2014, p. 63).

Nestes ambientes, os conteúdos técnicos e informacionais estão centrados nas estruturas, feitas para atender às demandas dos fluxos turísticos, podendo trazer a intensificação da tecnoesfera – correspondente ao mundo dos objetos –, articulada em uma rede mais ampla e complexa que introduz ao território racionalidades, irracionalidades e contraracionalidades.

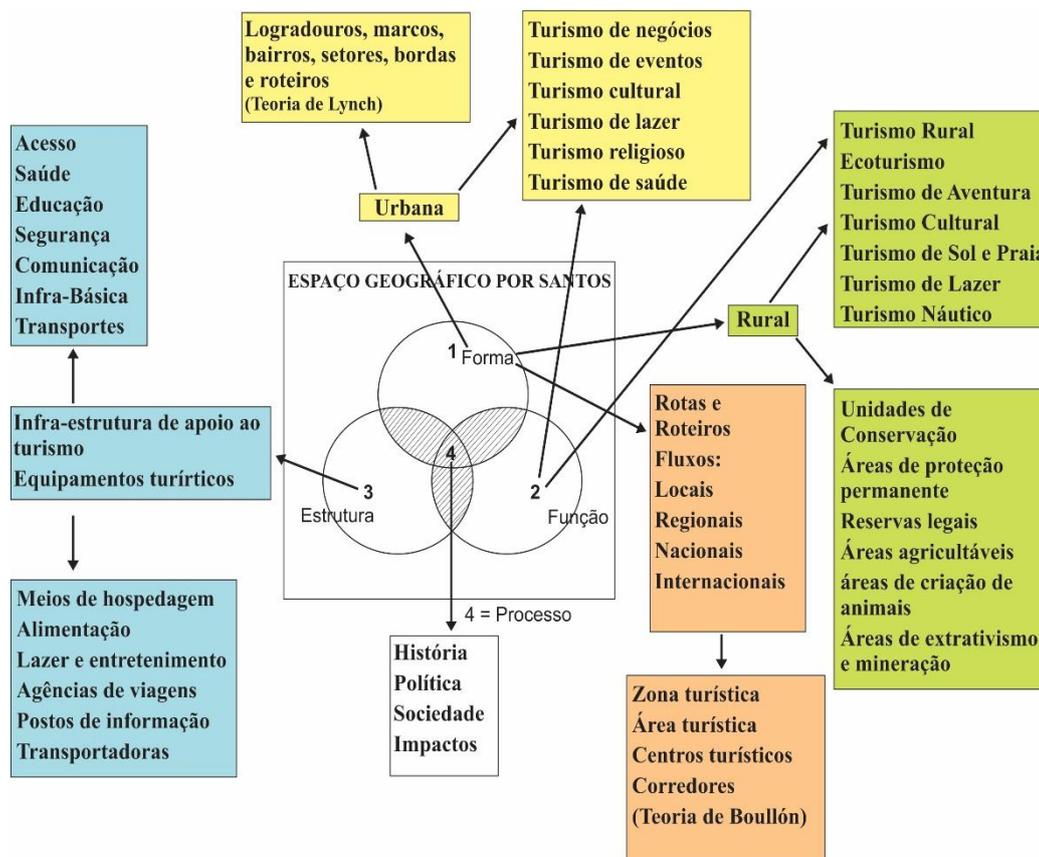
A cada período histórico, os territórios correspondem a uma dada racionalidade, sendo que cada sociedade veste a roupa de seu tempo (SANTOS, 2008b). O sistema econômico se apresenta como a racionalidade dominante, por outro lado, os pobres, os imigrantes e todos os excluídos da sociedade são vistos como integrantes de uma irracionalidade, que não consegue se subordinar completamente às racionalidades dominantes, produzindo contraracionalidades, não alinhadas aos meios de acesso à contemporaneidade. As contraracionalidades são outras formas de racionalidade, “paralelas e convergentes ao mesmo tempo” (SANTOS, 2002, p. 309).

Grupos pertencentes a comunidades tradicionais fazem uso diferenciado do solo e dos recursos da natureza, valorizando a ancestralidade, a cultura e a produção própria de alimentos, vestimentas e ferramentas, reforçando e defendendo uma racionalidade própria que resiste ao que é hegemônico.

Portanto, por meio de visita *in loco*, observou-se em campo como vem sendo (re)organizado o espaço da ilha do Combu para o uso turístico, possibilitando determinar a distribuição territorial dos atrativos, dos empreendimentos e dos agentes, detectando os agrupamentos e concentrações que são notadamente turísticos (BOULLÓN, 2002).

O avanço do estudo da geografia do turismo se fortalece na categoria espaço, tendo o espaço geográfico para compreender o espaço turístico (ALBACH, 2010). Nesse sentido, Albach (2010) estabelece um esquema síntese para clarificar as variáveis que compõem o espaço turístico, olhando-as de maneira relacionada (Figura 1).

Figura 1 – Espaço turístico: esquema síntese das variáveis que o compõem.



Fonte: Albach (2010).

A forma refere-se ao aspecto visível, a paisagem (RODRIGUES, 1997), podendo ser compreendida como rural e urbana. De acordo com Lynch (1960 apud ALBACH, 2010), são exemplos de forma urbana, os logradouros, os marcos, os bairros, os setores, as bordas e os roteiros²⁹. No rural, são exemplos as unidades de conservação de uso sustentável, as áreas de proteção integral, as áreas agricultáveis, as regiões de criação pecuária, as áreas de extrativismo e de mineração. Neste ambiente, encontram-se o turismo: rural, cultural, náutico, ecoturismo, de aventura, de sol e praia. Entende-se, também, que em algumas regiões pode haver o encontro dessas tipologias em um mesmo espaço.

No ambiente urbano, desenvolvem-se as seguintes formas: os negócios, os eventos, os lazeres, o religioso, o cultural e a saúde. A mobilidade também é forma (ALBACH, 2010), uma

²⁹Lynch (1960) e, posteriormente, Boullón (2002) definiram os logradouros como os caminhos e pontos nodais do espaço urbano; os marcos são objetos, artefatos urbanos ou edifícios, que se destacam no todo e atuam como pontos de referência; os setores e roteiros, identificados apenas pelo segundo autor, são: a) setores: substancialmente áreas menores que os bairros, possuidores de características similares a estes; b) roteiros: vias de circulação selecionadas para o trânsito turístico de veículos e de pedestres até os atrativos turísticos.

vez representada pelas rotas, pelos roteiros e pelos fluxos, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais.

A função do espaço turístico é definida pelos atrativos e equipamentos, responsáveis por atender às demandas dos turistas. Decompõe-se a função nos seus elementos, oferta e demanda, em transporte, em infraestrutura, em serviços, na gestão e no *marketing*, analisando-os de maneira sincrônica, captando sua participação na totalidade (RODRIGUES, 1997).

A estrutura espacial reflete a dependência das partes ao todo, revestindo-se de um triplo aspecto, definido pelas estruturas, pelos serviços de apoio e pelos equipamentos turísticos, com incidências territoriais específicas em cada um deles.

O turismo, por se tratar de um fenômeno social que envolve deslocamento apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras), (re)produz-se ou se reformula em espaços anteriormente ocupados (RODRIGUES, 1997). Nesse sentido, no Combu é realizado o “turismo de um dia” ou de curta duração, no qual os visitantes permanecem apenas por um período curto, usufruindo das opções de lazer do local e, posteriormente, dirigindo-se de volta às residências, casas de amigos e parentes, ou aos hotéis da cidade. Consta-se que, até o momento, não existe na ilha equipamentos de meios de hospedagem (Tabela 1), principalmente pelo fato do local ser uma área de proteção ambiental.

Tabela 1 - Belém: capacidade Hoteleira.

Polo Belém	Número de Meios de Hospedagem	Número de Unidades Habitacionais	Número de leitos
Belém	55	2.310	4.235
Mosqueiro	7	105	252
Caratateua	1	14	28
Cotijuba	13	26	52
Combu	0	0	0
Total	76	2.455	4567

Fonte: ABIH/PA (2009 apud PDTIS, 2010, p. 180).

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), são estabelecidos critérios para a caracterização de atividades e estabelecimentos turísticos sustentáveis em áreas de proteção ambiental (BRASIL, 2003). Assim, para um empreendimento hoteleiro instalar-se em uma APA é necessário uma série de licenças e avaliações por parte do órgão gestor.

O turismo de um dia ou de visitação temporária é atribuído àqueles visitantes internos (de Belém) ou externos (turistas nacionais e internacionais), consumidores dos serviços turísticos identificados na ilha. Esses usuários do turismo podem ser classificados como turistas, excursionistas e visitantes (OMT, 2001), sendo o turista:

[...] toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração (ONU apud IGNARRA, 2004, p. 15).

Quando o visitante não pernoita em uma localidade turística, é denominado pelos agentes do mercado de excursionista, pelo caráter da viagem e da permanência por um período menor que 24 horas em localidade que não seja da sua residência fixa ou habitual. Esse visitante tem, portanto, as mesmas finalidades que caracterizam os turistas, porém, sem pernoitar no local visitado (IGNARRA, 2007).

O movimento intenso de visitantes no Combu ocorre de forma espontânea desde muito antes da criação da área de proteção ambiental. Entretanto, apesar das características específicas de APA, aberta à presença de população humana, atualmente, o desenvolvimento das atividades de lazer e de turismo acontece sem que sejam estabelecidos critérios de uso do lugar.

Para Bahia (2012), o lazer quando subordinado ao trabalho é vivenciado no tempo livre das pessoas, criando necessidades de consumo que muitas vezes são impregnadas pela oferta de “diversões” diretamente vinculadas aos mecanismos de apropriação de bens materiais, como forma de produto cultural que, geralmente, são encontrados na denominada “indústria cultural”, representada pela indústria do esporte, do turismo e do entretenimento.

A valorização dada a certos espaços pelos agentes do mercado turístico e de lazer, cujo auxílio dos meios de comunicação é fundamental, justifica-se por uma psicofera³⁰ criada para adjetivá-los. Nesse sentido, chama-se a atenção para as transformações ocorridas a partir das ocupações permanentes e temporárias no espaço, uma vez que “os espaços turísticos evoluem pelo processo de ondas de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço, levando à sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que o engendram” (RODRIGUES, 1997, p. 50).

No novo cenário político e econômico que se estabelece na cidade, o discurso-espetáculo mostra os lugares como esses não o são, havendo, muitas vezes, o desinteresse em considerar a formação, a história e as interações com as comunidades originais. Transmite-se uma realidade falsa que compromete a sobrevivência das populações locais e do próprio turismo a longo prazo. Assim, até o ano de 2010, a ilha não apresentava alguns dos requisitos de infraestrutura

³⁰Reino das ideias, das crenças, das paixões, lugar da produção de um sentido, fazendo parte do meio ambiente, do entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (SANTOS, 2014).

considerados básicos para o desenvolvimento da atividade turística, tendo a área continental da cidade como suporte para que as visitas ocorram. Já o turista que visita o Combu hoje é aquele que passa algumas horas retornando à parte continental ao final do dia.

A história e a memória das comunidades do Combu, reafirmam que os espaços são, cada vez mais, criados pelas representações que deles fazemos, sendo essas diferenciadas na função e forma de se relacionar com a natureza. Dessa forma, há a necessidade em tornar nítido o processo de desenvolvimento do turismo como um elo entre a dimensão ribeirinha e a vida urbana contemporânea.

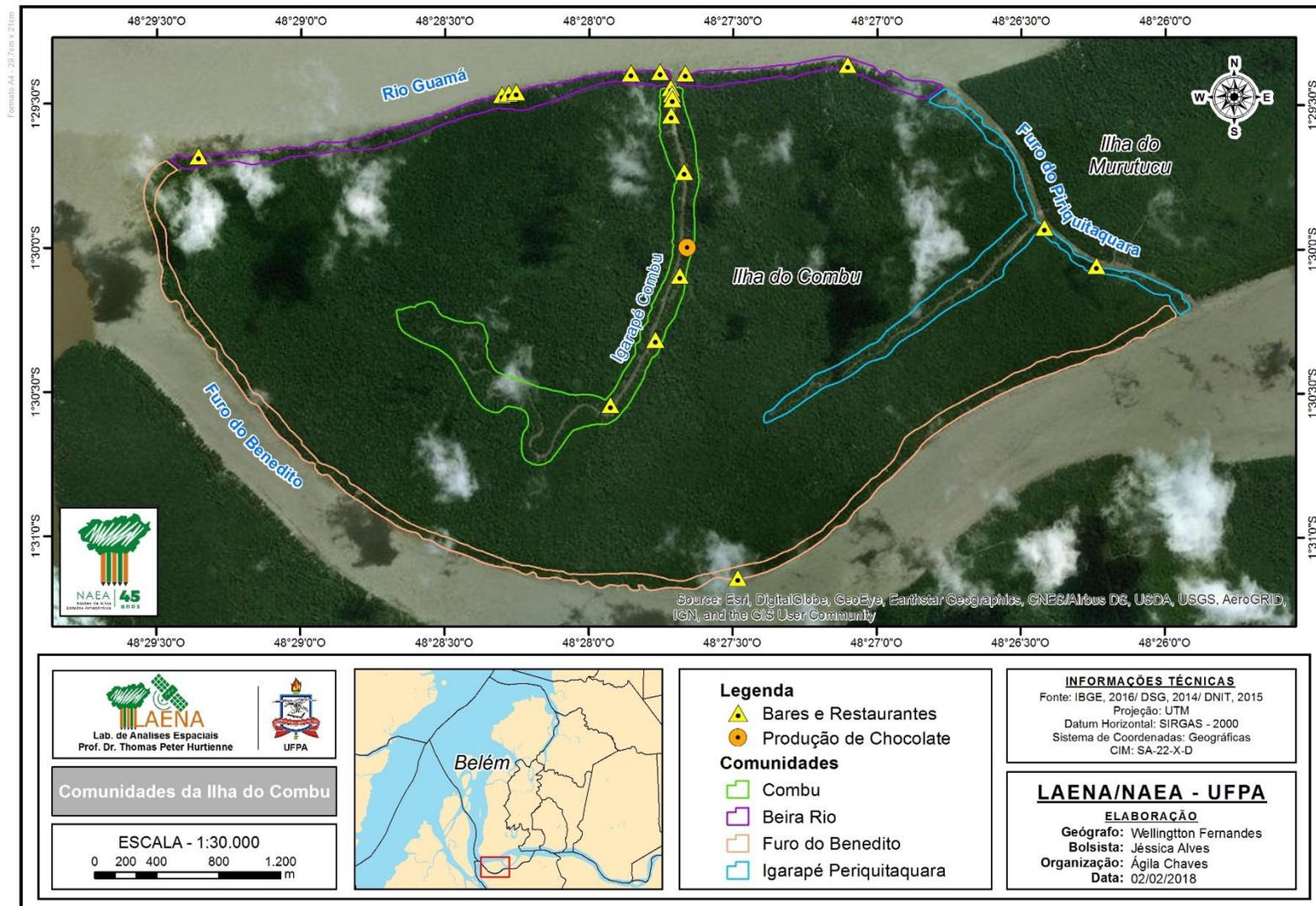
De acordo com os dados da Unidade Básica de Saúde do Combu (UBS Combu), assume-se que, até o ano de 2017, a ilha é composta por cerca de 2.200 habitantes, divididos em 560 famílias, distribuídas em quatro comunidades: Igarapé Combu; Beira Rio; Santo Antônio ou Igarapé Piriquitaquara; e comunidade do São Benedito a Preservar ou do Furo do São Benedito (Mapa 4).

O abastecimento ou tratamento de água na ilha, por parte da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), ainda é inexistente. Tal situação obriga os comerciantes e a população a construir poços artesianos, bem como adquirir água potável a partir da compra de água potável em pontos de distribuição da parte continental. Em alguns casos, monta-se cisternas (captação da chuva) e poços rasos (cacimbas) ou retira-se a própria água do rio, nesse último caso, podendo ocasionar o aumento de dermatoses e de demais doenças que acometem, principalmente, as crianças.

O Combu também não apresenta sistema de esgotamento sanitário. São encontradas unidades de tratamento primário de esgoto doméstico como, fossas sépticas, cuja transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto é lançada em um tanque e a parte líquida liberada, admitindo-se, inclusive, a existência de fossas abertas, nas quais os resíduos sólidos ficam expostos e sem proteção, podendo contaminar o lençol freático e comprometer a saúde da população, principalmente em período de cheia dos rios.

A ilha permanece sem sistema de limpeza urbana e rede de drenagem pluvial, o lixo acumulado é queimado pelos moradores ou retirado em embarcações que partem em direção ao continente. Aos finais de semana e períodos de férias escolares, o acúmulo de resíduos é maior, devido ao aumento no número de frequentadores. Na comunidade Beira Rio, localizada de frente para o continente, o amontoado de detritos deixados pelo fluxo das marés é mais evidente.

Mapa 4 - Ilha do Combu: divisão espacial por comunidades.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA), 2018.

O sistema de comunicação não chega em todos os pontos da ilha, estando restrito à Comunidade Beria Rio, de frente para o continente, aos comerciantes e aos moradores que possuem condições de investir nesse tipo de tecnologia. A respeito da energia elétrica, a lamparina, o lampião, a vela e o gerador à diesel foram substituídos pela eletricidade em 2011, aumentando a aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos por parte dos residentes.

A segurança pública na ilha é dispersa e pouco evidente. O policiamento é realizado pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFlu) da polícia civil do estado, que tem como responsabilidade garantir a seguridade de boa parte da orla da Região Metropolitana de Belém, constatando-se a ausência de uma unidade física na ilha. Inclusive, nota-se a falta de atuação de instituições como o corpo de bombeiros e de equipes de resgates e salvamento, mesmo em período de grande movimento, cabendo aos restaurantes a contratação de profissional bombeiro civil particular, ação que não é realizada por todos os estabelecimentos comerciais. A Capitania do Portos da Amazônia Oriental (CPAOR), responsável pela fiscalização das embarcações, marinas e portos que trafegam nos diversos municípios do estado do Pará, pode ser observada atuando, principalmente, aos fins de semana e em período de férias escolares.

No Combu, os objetos espaciais demarcam atividades e interações cotidianas, constituídas por forte subjetividade e simbolismo. A ilha não possui um trapiche ou porto central; no local são encontrados pequenos portos e atracadouros espalhados pelos inúmeros terrenos da orla insular, servindo como ponto de encontro entre moradores e aqueles que os visitam. Nestes espaços de vivência e identidade ribeirinha são difundidas sociabilidades mais orgânicas cujo tempo lento, das relações mais diretas, repletas de laços de parentescos e amizades dos moradores (MALHEIRO; TRINDADE JÚNIOR, 2005) vão de encontro ao tempo rápido da parte continental.

Outrossim, os trapiches e as diversas rampas de acesso ao rio servem também como elo de circulação para os agentes do mercado turístico, visitantes, comerciantes e condutores de embarcação, esses últimos por uma pequena quantia em dinheiro transportam os frequentadores interessados em usufruir dos espaços dos restaurantes, dos bares, das trilhas ecológicas, de uma praia formada a partir de um banco de areia que surge na baixa da maré e, também, da produção artesanal de chocolate.

Às margens da comunidade Beira Rio e da comunidade Igarapé Combu, concentram-se também as residências, os anexos de instituições públicas municipais, os pequenos comércios, a maioria dos bares e restaurantes e uma pequena fábrica de beneficiamento do cacau extraído na região. Considera-se, assim, que nestas duas comunidades apresenta-se a melhor infraestrutura voltada para fins de lazer e turismo da Ilha. Nesses ambientes, os frequentadores podem apreciar

a culinária local, com destaque para os peixes de água doce e para o açaí, consumido em forma de chibé³¹, acompanhado por peixe, camarão ou charque, complementos tipicamente regionais.

A dimensão ribeirinha de Belém, assim como de outras grandes cidades amazônicas, é refletida, principalmente, pelo que diz respeito à dinâmica e ao papel dos rios, seus fortes elos em relação à natureza e à vida rural não moderna (TRINDADE JÚNIOR, 2010). O elemento rio expressa, portanto, múltiplos usos do tempo e do espaço, materializado-se em atividades econômicas, como também, em proporções simbólicas, pertencentes ao plano do vivido, que não se sujeita ao que é programado e homogêneo.

Segundo Arantes (2009), na última década, a lógica do capitalismo contemporâneo tornou-se cultural, no qual uma nova geração de urbanistas surge pautando a governabilidade na relação cultura-economia. Nessa relação, aparatos urbanos de cultura seriam usados para uma estratégia competitiva de inserção global.

O Combu surge como um "oásis" na cidade, onde o cotidiano é recriado por critérios racionais que não reconhecem os contornos imateriais dos diversos territórios que configuram o lugar. Assim, os espaços não são considerados somente territórios administrativos e não podem ser formados apenas pelas coisas, objetos geográficos naturais e artificiais. O espaço é tudo isso, mais a sociedade (SANTOS, 1992).

Considera-se aqui, a importância das interações e do modo de vida entre os cidadãos e o rio, seja em se tratando do rio como via de transporte, seja considerado este fonte de recursos econômicos e de subsistência (TRINDADE JÚNIOR, 2002). Nesse sentido, estudos que visem analisar a forma como o turismo se apropria e consome espaços, (re)significando-os, pode cooperar com o planejamento, com a avaliação e a com a execução das políticas públicas, fazendo com que estas levem em consideração as especificidades locais. No caso de Belém, os fortes apelos turísticos voltam-se para as paisagens de beira de rio, encontradas na orla e nas ilhas, como também nas intervenções ou nas práticas e usos no ambiente ecológico da cidade.

A reflexão em torno das transformações que o turismo provoca nos locais dos quais se apropria ganha relevância por se tratar de uma temática imprescindível nas questões que envolvem as percepções e os interesses atuais sobre a Amazônia. Entendem-se as áreas de proteção ambiental não como espaços invioláveis, mas como espaços socialmente produzidos (LEFÈBVRE, 1974).

Enfocar no conjunto de transformações socioespaciais pelas quais a Ilha do Combu tem passado nos últimos anos faz com que esse trabalho assumira importância na compreensão das

³¹ Presença diária na alimentação da maioria da população de Belém, a polpa de açaí misturada a água e farinha de mandioca forma o chibé, que depois de misturado pode ser consumido com ou sem acompanhamento.

mudanças e permanências, no que concerne às formas de relações mantidas a partir do advento do turismo no espaço urbano e nas vias fluviais da cidade.

2.2 O cotidiano ribeirinho da Ilha do Combu e a (re)invenção do lugar

Nas cidades amazônicas, os cursos d'água ainda se fazem importantes para uma série de indivíduos e grupos sociais, compondo elementos da paisagem, das relações de trabalho e de sobrevivência, sobre o qual aglomeram-se conhecimentos. Especificamente, observa-se que em locais de forte vínculo com os elementos naturais, a modernidade incorporada pela dinâmica do turismo caminha lado a lado com a tradição.

Atribui-se aqui o uso do termo “população tradicional” para os moradores do Combu, entendendo que essa expressão está no cerne de diversas discussões e que sua implicação ultrapassa a procura pela teorização, envolvendo uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, espaciais e tecnológicas, uma vez que os diversos organismos multilaterais que trabalham em torno do assunto apresentam dificuldades e discordâncias na tentativa de indicar uma definição aceita universalmente (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p. 39).

No Combu vivem grupos de indivíduos ligados ao curso do Guamá e seus afluentes, onde o vivido se confirma e se mistura com a cidade, com o rio, com a mata e com as pessoas, sendo a Ilha formada por histórias e estórias de homens que viram bichos, matintas pereira, curupiras, peixes que falam e pescadores gigantes, cujas pernas envolvem de uma margem à outra do igarapé (NUNES, 2017). Assim, tomando por base as noções sobre o cotidiano – onde o espaço é o protagonista nas relações humanas, por nele estarem inscritas as transformações da sociedade, aquelas que vão além das aparências e que possibilitam ao pesquisador revelar o possível nele ocultado –, na Ilha do Combu, desenvolvem-se práticas socioespaciais de pessoas de vida simples, quase invisíveis dentro do ritmo acelerado da metrópole.

Entende-se que a centralidade urbana de Belém, considerando seu papel de mediação no processo de circulação de pessoas, de capital e de informações, não impede que na metrópole sejam notados pequenos grupos humanos de ritmo lento, com organizações próprias, onde a paisagem sublinhada pela circulação de barcos e canoas, pequenos portos, trapiches e atividades ligadas ao circuito inferior da economia, não seja apenas um acumulado de objetos antiquados, mas um conjunto de formas agregadas à vida das pessoas, cheias de significado e de significação.

Nesse local, que parece destoar do ritmo intenso da parte continental, que se faz tão próxima e ao mesmo tempo tão distante, concentram-se um dos principais pontos de coleta de açaí da

cidade. Esse fruto típico da região amazônica, garante o sustento diário de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, sendo comum visualizá-los valendo-se somente da peconha³², sua ferramenta e instrumento de trabalho para a realização do manejo da fruta, sua indispensável fonte de alimento e de renda.

A Ilha do Combu também é espaço de seringueiros, castanheiros, pupunheiros, cupueiros, pescadores, catadores de caranguejo, feirantes, carregadores, lavadeiras, parteiras, carpinteiros, rezadeiras, professores, enfermeiros e tantos outros, trata-se de um ambiente complexo e múltiplo dos processos sociais que a envolvem a cidade.

Para quem chega à ilha, é possível perceber que assim como em outras áreas da parte sul, a organização do espaço urbano acontece de maneira diferenciada da apresentada pelo continente, sendo o próprio rio um configurador da organização espacial (SOUZA, 2008). A frequência de embarcações e travessias diárias, depende do número de passageiros e das necessidades destes, sendo o rio um espaço cotidiano de circulação, não se apresentando como um limite, mas como uma extensão da vida ribeirinha.

O componente fluvial torna-se fundamental para o entendimento das vivências e resistências dos vários agrupamentos de pessoas que fazem do rio parte da sua vida, nele são transportadas mercadorias e passageiros, nele obtem-se alimento. O rio possui relevância no desenvolvimento de atividades lúdicas, como na contemplação, nas brincadeiras e nos banhos (des)pretensiosos e prazerosos, tão inerentes ao lazer e ao ócio, quando repletos de subjetividades, isto é, para além do que é imposto pela cotidianidade.

A população das ilhas, em média, reside no local há bastante tempo. Alguns moradores ali residem entre 24 e 38 anos, como observado nas ilhas de Mosqueiro e Combu (Tabela 2), respectivamente (FADESP, 2012).

Tabela 2: Ilhas de Belém: características gerais dos moradores

Ilha	Idade (média)	N ° de filhos (média)	Tempo de residência (média)
Combu	48,6	3,5	35,8
Onças	41,5	4,5	38,3
Cotijuba	36,6	3,0	25,1
Mosqueiro	43,9	3,8	24,1

Fonte: FADESP (2012).

³² Para subir até o topo do açázeiro e retirar os cachos da fruta, o morador da Amazônia necessita da utilização da peconha. Esse utensílio de trabalho, constituído por pequenas tiras de tecido têxtil ou por cascas de madeira flexíveis, forma uma espécie de "cinto" que permite ao "peconheiro" unir os pés junto ao caule da palmeira, possibilitando-o retirar os cachos de açaf com maior rapidez e menor desperdício.

Nesses locais, o pescado é utilizado principalmente para subsistência, sendo a renda dos moradores constituída basicamente pela exploração do açaí e, em menor proporção, a colheita do cacau e também a pesca do camarão, que depende muito da sazonalidade: período estiagem (menor quantidade de chuva) e chuvoso (maior quantidade de chuva) (FADESP, 2012). Entretanto, no caso do Combu, diante das ações recentes, a pesca comercial vem sendo cada vez mais difícil, visto que cardumes de peixes e camarões são afugentados pelas consequências do movimento intenso de embarcações.

O ato de pescar é um diálogo de sobrevivência com o rio, há a exigência de técnicas e conhecimentos variados sobre a vazante e a cheia das marés, sobre as ondas (de lance, de relance e de quebra), onde até mesmo o movimento da lua pode ter relação com o bom fluir das águas. O vento e as ondas fortes não intimida quem precisa navegar todos os dias e até mesmo durante as madrugadas para buscar seu alimento.

Nessa perspectiva, as embarcações tornam-se mais que um meio de circulação, são possibilidades sociais de proximidade e de renda, sejam pequenas ou grandes, lentas ou rápidas, possuem seu conteúdo simbólico-cultural e econômico. Mesmo com a sabedoria das águas, esses sujeitos vivem uma série de ambiguidades e contrastes, pois além da representação sublime, tranquila, libertadora e quase poética trazida pelo elemento hídrico, também se revelam a destruição, a erosão, a escassez e a morte do alimento.

Em todas as habitações o único meio de transporte são as embarcações, a inexistência de ruas de terra ou de chão batido dificulta até mesmo a presença e uso de bicicletas, encontradas apenas em algumas poucas residências. Os vários pequenos caminhos são abertos de maneira espontânea e sobre certa racionalidade, atravessando os terrenos de casas, seguindo até a mata, onde é praticada a atividade extrativista, ou até as margens.

Tendo em vista que na Ilha não existe sistema público de abastecimento de água, a importância dos rios também se dá no seu aproveitamento e uso para fins domésticos, como a lavagem de roupas e utensílios do lar. A água é transportada para dentro das casas através de pequenos sistemas de abastecimento ou por meio de baldes, tendo-se ainda a opção de lavar os utensílios domésticos diretamente no curso de água.

A partir das observações do cotidiano da Ilha do Combu e das relações que os moradores estabelecem com o rio, percebe-se que esse é um espaço de produção social, em constante movimento. As práticas ribeirinhas remetem a tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente da população continental, associado a um conjunto de representações e

imagens que os habitantes das ilhas formam a respeito de seu espaço geográfico-cultural oriundo de sua insularidade (DIEGUES, 1998).

O Combu não possui um trapiche ou porto central, no local são encontrados pequenos portos e atracadouros espalhados pelos inúmeros terrenos da orla insular, servindo como ponto de encontro entre moradores e aqueles que os visitam. O trapiche, com estrutura em sua maioria feita de madeira, forma o elo entre a terra e a água, nele circulam pessoas, cargas e animais, penduram-se as roupas para secar ao sol, contempla-se a paisagem, faz-se conversa e fofocas, entre outros laços afetivos, ou seja, nele são demarcadas as atividades e as interações cotidianas.

As relações de vizinhança e de proximidade são muito expressivas, todos se conhecem e dividem as experiências cotidianas. A existência dos trapiches fortalece essa condição e, às vezes, esses espaços tornam-se locais dos pequenos conflitos internos entre esses sujeitos em condição social semelhante. Para Ribeiro (2010), a rede de parentescos é estabelecida por meio da união dos filhos da Ilha entre si, que acabam por constituir famílias que ali vão ficando e fixando novas residências, quase sempre nos mesmos lotes que os pais.

Na atual configuração espacial do Combu, além de antigos moradores, encontram-se outros dois subgrupos, comerciantes-moradores e apenas comerciantes (aqueles que retornam para o continente ao fim das suas atividades). O primeiro grupo, anteriormente estabelecido, dispõe de maior poder de coesão entre si, enquanto os dois últimos, mal se conhecem ou mal conhecem os que moram ali há mais tempo.

Os antigos, denominados aqui de estabelecidos, usando seu sentimento de unidade – desenvolvida de longa data – reservam para os seus familiares e moradores de maior proximidade, as atividades e conectividades mais importantes na organização social da ilha, como os exercícios de liderança no antigo centro comunitário, no conselho gestor e nas demais associações e cooperativas de moradores.

Entre o grupo dos “de fora”, que estabeleceram comércios e moradias simultaneamente, percebe-se a intenção de estabelecer vínculos com o local, uma vez que a maioria destes é proveniente de regiões insulares ou de maior contato com o rio. Em contraste, o grupo de moradores mais antigos reforça sobre estes uma imagem baseada no pertencimento, no fato de terem se estabelecido há mais tempo no lugar.

A fofoca “disse-me-disse” é um elemento sociológico importante para analisar os tipos de vínculos e conflitos formados entre habitantes em condições econômicas e sociais semelhantes, tornando-se um elemento poderoso para propagar características ruins entre os novos membros (ELIAS; SCOTSON, 2000). Como nesse caso específico, onde o grupo recém-chegado é julgado

por seus aspectos predominantemente economicistas, sendo essa característica recorrente apenas em uma pequena parcela, aquela que só possui negócios no local.

Elias e Scotson (2000) observaram em uma pequena comunidade britânica a forma como aconteciam as relações de desigualdade social e diferenças entre antigos moradores, denominados estabelecidos, e os novos moradores chamados de "os de fora"³³. O resultado da pesquisa apontou que os problemas em pequena escala e os desenvolvidos em larga escala dentro de um país são inseparáveis.

As fofocas, entre os estabelecidos, propagam-se numa rápida velocidade pelos canais espaciais da ilha, como nos trapiches, no antigo centro comunitário, nas igrejas, no campo de futebol, e entre o ir e vir das embarcações. Procurou-se entender o nível de cada uma destas aspirações e se o fator econômico prevalece sobre elas.

A abordagem da figuração estabelecidos-outsiders, como um tipo de relação estática, que não pode ser mais do que uma etapa preparatória. Os problemas com que nos confrontamos numa investigação como essa só se evidenciam quando se considera que o equilíbrio de poder entre esses grupos é mutável e compõe um modelo que mostra, pelo menos em linhas gerais, os problemas humanos — inclusive econômicos — inerentes a essas mudanças. No momento, ainda é essencialmente obscura a complexa polifonia do movimento de ascensão e declínio dos grupos ao longo do tempo — dos grupos estabelecidos que se tornam *outsiders* ou desaparecem por completo como grupos e dos representantes dos grupos de *outsiders* que passam a fazer parte de um novo *establishment*, integrando posições que antes lhes eram negadas ou que, conforme o caso, são paralisados pela opressão. Também obscuro é o rumo dessas mudanças no longo prazo, como o da passagem de disputas pelo poder restritas ao âmbito local, entre uma grande multidão de unidades sociais relativamente pequenas, para as disputas entre um número cada vez menor de unidades sociais cada vez maiores (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 36).

Os *outsiders*, sem disporem de vínculos aproximativos, principalmente, por seu tempo de instalação recente no lugar, não contam com os mesmos instrumentos que os estabelecidos, isto é, além de não se conhecerem entre si, possuem pontos de encontros de formação recente, não sendo suficientes para marcar um vínculo com o grupo. Nesse sentido, os recém-chegados, que não partilham dos valores afetivos e do modo de vida dos antigos residentes, são tidos como inferiores. Esse tipo de comportamento, chamado de “carisma grupal distintivo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19), decorre da sensação de superioridade que um grupo tem em detrimento dos aspectos culturais de outro.

³³Na tradução para o inglês, considera-se a denominação *outsiders* (ELIAS ; SCOTSON, 2000).

Os diferentes pontos de vista e posições sociais em tais grupos formam uma configuração social própria, onde os conflitos costumam lançar mão da estigmatização social³⁴ como estratégia de hierarquização. Nesse sentido, torna-se importante compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam os indivíduos e grupos sociais.

A busca por novas aspirações econômicas, como a abertura de estabelecimentos comerciais inspirados pelo crescimento do turismo, pode até ocupar o centro das disputas socioespaciais atuais do Combu, entretanto, observou-se que podem haver outros motivos para que esses novos moradores se estabeleçam no local, como a busca por maior contato com a natureza, o afastamento das mazelas da parte continental ou o estabelecimento de novos laços afetivos entre antigos e novos residentes.

A partir da leitura específica do espaço, observou-se a posição de liderança política exercida por alguns membros da comunidade Igarapé Combu, local onde se encontra o maior número de moradores, estabelecimentos públicos e comerciais da Ilha, destacando-se ainda a produção de cacau pertencente a uma das mais antigas famílias residentes do local. O segundo destaque vai para os integrantes da comunidade Igarapé Piriquitaquara, de onde vêm a maioria dos condutores de embarcação, de forte atuação na Ilha.

A participação política nas ações planejadas pelos agentes do poder público, quando há, são conduzidas em sua maioria pelos membros dessas duas comunidades, visto que na comunidade Beira Rio e na comunidade São Benedito, a maioria dos moradores se envolve com menor intensidade nas questões locais. Nesse sentido, concorda-se com Castro (1999, p. 35), “o trabalho é esse conjunto de manifestações humanas face à natureza, de atividades materiais e simbólicas”.

Ora o trabalho que recria continuamente essas relações, reúne aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos. O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades *tradicionais*, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo criado no mundo simbólico (CASTRO, 1999, p. 35, grifo da autora).

Lima (2015) reforça ainda, a ideia de que existem outros elementos além dos econômicos que podem contribuir para a análise das relações de poder em pequenas comunidades, a exemplo de quando determinado grupo se coloca como superior a outro por meio dos simbolismos existentes entre antigas relações familiares.

³⁴ A maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder, utilizando-as para marginalizar e censurar membros de outro grupo muito semelhante, é denominada estigmatização social (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O aspecto econômico ganha destaque máximo (como causa dos conflitos e diferenças sociais) quando o desequilíbrio de poder entre os envolvidos nas contendas fica mais extremo e a favor dos estabelecidos. Por essa visão, aqueles que se encontram na miséria material tendem a dedicar todos os seus esforços (e tempo disponível) à sua sobrevivência básica (comer, ter onde morar e o que vestir), sem condições de reconhecimentos de outros problemas que não sejam os econômicos-materiais. Entretanto, quando a diferença de poder econômico diminui entre estabelecidos e outsiders, outros aspectos não econômicos tornam-se mais claramente reconhecíveis na dinâmica dos conflitos e tensões (LIMA, 2015, p. 552).

Na Ilha do Combu, mesmo entre grupos de pessoas em condições econômicas parecidas, é possível notar conflitos de ordem social. Visualizar as configurações, por sua própria natureza, torna-se interessante na medida em que as determinantes destas configurações mostram as formas de existência e de desenvolvimento dos indivíduos na sua estrutura social (FRASSON, 2001). Este tipo de análise torna-se fundamental no sentido de que não só interpreta o indivíduo em si, mas também os conceitos importantes de formação dos grupos aos quais ele pertence.

O conceito de configuração desenvolvido por Elias (2008) é articulado a partir do binômio indivíduo-sociedade – enquanto componentes indissociáveis de uma mesma estrutura – onde existem dinâmicas que organizam o movimento da figuração, a exemplo: “visitantes locais”, “visitantes externos”, “novos residentes” e população “estabelecida”. A esses aspectos acrescenta-se o espaço.

Seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas. Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam. Mas as transformações dos seres humanos singulares, e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são transformações em planos diferentes e de tipo diferente (ELIAS, 2006, p. 26).

A rede de ligações que se estabelece em uma sociedade não ocorre por acaso, é reflexo de estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições dentro de suas relativas posições e manifestações de poder, fazendo-se presentes em todo processo social (FRASSON, 2001). Assim, compreender a configuração da sociedade traz um significado especial, cujos objetivos conduzem ao estabelecimento de novas aceções sobre os padrões de comportamento desta.

Os primeiros moradores das comunidades do Combu, não raro, associam os “de fora” como vetores da maioria dos males existentes hoje no local. Portanto, os novos estabelecidos “representam uma forma específica de interação para com o grupo estabelecido, flutuando no viés de serem membros deste grupo ao mesmo tempo que estão fora dele e o confrontam” (BEDIM, 2006, p 31). Para Elias e Scotson (2000, p. 26), os recém-chegados são vistos como anômicos, por não se submeterem às normas específicas estabelecidas pelos outros.

Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma "infecção anômica": esses membros podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider. Assim, o contato com os outsiders ameaça o "inserido" de ter seu status rebaixado dentro do grupo estabelecido. Ele pode perder a consideração dos membros deste — talvez não mais pareça compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Numa dinâmica de possíveis múltiplas relações de interdependências, ou seja, nem unilaterais e nem unidimensionais, o poder não é propriedade exclusiva (e definitiva) de um indivíduo e ou grupo social, mas sim resultante de tensões móveis em interrelações sociais (re)configuráveis. Acrescenta-se que o espaço em suas múltiplas dimensões pode contribuir com essas (re)configurações (ELIAS; SCOTSON, 2000), uma vez que o engajamento das famílias mais antigas em relação aos moradores mais novos se faz a frente da realização das atividades que envolvem, principalmente o turismo, o lazer e a produção de cacau em que as relações de produção acabam influenciando.

Reconhece-se que a formação da sociedade não é homogênea e as teias de interdependência se referem-se tanto a grupos relativamente pequenos quanto a grupos maiores, que escapam às definições mais abrangentes e às complexidades sociais presentes nos indivíduos (FRASSON, 2001). Nesse sentido, as determinantes que conduzem a essa configuração podem ser consideradas como um instrumento de dominação³⁵, na medida que se desenvolvem ações que buscam um controle político e social.

Em suma, as experiências turísticas dizem muito sobre o mundo social, como a ideia de que interesses por vezes antagônicos são causadores da falta da interação entre os agentes do poder privado-privado e privado-público, resultando em impasses para o desenvolvimento social do turismo em determinada localidade.

Nas teias de interdependência social, os recém-chegados, em efeito inverso, podem tratar os estabelecidos como sujeitos sem expressão social e política, assumindo postura a frente deles. Os "de fora", normalmente veem a atividade turística como sinônimo de desenvolvimento econômico para a Ilha e aqueles estabelecidos que questionam suas práticas são acusados de serem contrários aos avanços e estigmatizados como "atrasados", "tradicionais" ou "conservadores".

³⁵ Lefèbvre diferencia o termo apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"). O primeiro diz respeito ao uso do espaço, carregado das marcas do "vivido", tempo e tempos, ritmos de vida diferenciados, do valor de uso e do simbólico. O uso implica "apropriação e não "propriedade". O segundo é mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Tanto mais o espaço é funcionalizado, mais ele é dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, colocando-se fora do tempo vivido e atrelando-se ao tempo-espaço do capital (LEFÈBVRE, 1974; HAESBAERT, 2007).

Fotografia 8 – Ribeira da comunidade Beira Rio



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: localizada de frente para a parte continental de Belém, onde criança toma banho no rio Guamá acompanhado pelo responsável, que realiza atividade de pesca do camarão; espaço que determina a permanência de uma temporalidade ribeirinha. Ao fundo, a margem parcialmente desmoronada em razão do forte movimento das ondas, reforçadas pelo vento, e movimento intenso de embarcações próximos a essa ribeira.

Fotografia 9 – Moradia às margens do Igarapé Combu



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (abr. 2017).

Nota: onde se confirma a temporalidade ribeirinha por meio da presença do trapiche, utilizado como ponto de encontro e de secagem de roupa, de atracação de embarcações, com casa de alvenaria aos fundos, tendo ainda destaque o componente florístico, em que o terreno está repleto de palmeiras de açáí.

Fotografia 10 – Casa selecionada pelo projeto *Street River* na comunidade Igarapé Piriquitaquara



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (jan. 2018).

Nota: a placa sinaliza que o local é um dos muitos ambientes da Ilha contemplados pelo projeto, que no ano de 2017, (re)vitalizou cerca de 12 residências e embarcações de moradores das comunidades Igarapé Combu e Igarapé Piriquitaquara. O evento de arte urbana de mesmo nome atraiu jornalistas, empresários e artistas grafiteiros de outras regiões do Brasil para incursões organizadas pela ilha do Combu. Em contraponto a essa paisagem, encontram-se as palmeiras de açaí como plano de fundo, o trapiche, o atracadouro e um morador da região de passagem pelo local.

Fotografia 11 – Entrada do furo do Igarapé Combu



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: área com o maior número de residências, restaurantes e serviços públicos da ilha, cujo fluxo de embarcações do tipo rabeta, barcos, canoas e lanchas são elementos constantes da paisagem movimentando as águas do igarapé.

Fotografia 12 – Trabalhador extrativista demonstrando seu trabalho para grupo de turistas



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: uso da peconha para subir no açazeiro, atividade comum entre a maioria dos moradores da ilha, que desde jovens são ensinados a retirar o cacho da fruta da palmeira, posteriormente, iniciando o processo de debulhamento e embalagem para a venda nas feiras e nos porto de Belém, principalmente no Porto da Palha e na Feira do Açáí.

Nessas relações de configuração própria, que envolvem o imaginário e o simbólico, debatem-se no espaço os novos pequenos comerciantes, moradores ou não, ligados unicamente à atividade turística; os antigos moradores que trabalham com o turismo e com o extrativismo; os moradores que só se interessam pelo extrativismo ou ainda não tiveram oportunidades no turismo; e os donos de segundas residências que buscam o espaço para fins de lazer e descanso.

Ademais, os trapiches e as diversas rampas ao longo das margens da orla insular combuense são espaços de vivência e identidade ribeirinha, onde são difundidas sociabilidades mais orgânicas cujo tempo lento, das relações mais diretas, repletas de laços de parentescos e amizades (MALHEIRO; TRINDADE JÚNIOR, 2005) vão de encontro ao tempo rápido da parte continental.

Para quem é de fora ou cujo contato com a Ilha é recente, ancorar nos atracadouros e trapiches leva a impressão de certa ausência e estabilidade, de estar-se acessando um local temporário, inacabado e precocemente deteriorado (OLIVEIRA; SCHOR, 2008). Entretanto, para os que possuem maior vínculo, o trapiche é apontado como principal lugar da casa, escolhido para a descontração, para o “jogar conversa fora”, sendo um espaço de socialização e sociabilidade, repleto de outros usos e significados, local de acesso ao solo, de atracagem das embarcações, de venda de produtos da ilha, de brincadeiras, de festas, de segurança e de extensão do lar (NUNES, 2017).

Nesse sentido, a mudança ocorrida no uso do rio, das embarcações e até mesmo dos trapiches, ocasionada pelo advento do turismo não extingue as permanências de outros usos. Para Castro (1999), os grupos sociais atualizam os processos de trabalho e padrões de gestão que compõe o cotidiano da produção em regiões como a amazônica, portanto, seguem com a modernidade ao seu modo, indo além das relações com o capital.

É nesse ambiente que os moradores da ilha do Combu firmam seu modo de vida, constroem famílias, repassam valores desenvolvidos durante anos em contato com a floresta, com o rio e com a cidade. Por mais que aos poucos as palafitas se misturem com as construções de alvenaria, onde os banhos de piscina parecem ser mais convidativos que os banhos nas águas barrentas do rio, o "homem comum" (MARTINS, 2011) reinventa a vida e muitas vezes transgride o que está imposto pela cotidianidade.

No interior da ilha, se encontra a mata de várzea, um espaço social, haja vista que não é vazia ou passiva diante das relações que a rodeiam. A floresta enquanto produto intervém na produção, como produtora age nas forças produtivas, estando ainda inserida na reprodução ampliada do capital (LEFÈBVRE, 1974).

Nesse ambiente, o elemento natural e cultural é dominado pela "inflação hiperealista do mundo das imagens" (ARANTES, 1999, p. 90) e pelo fortalecimento do papel do mercado, na figura das agências receptivas de turismo (atravessadoras), das redes de hotéis e, por conseguinte, dos grandes empresários, a natureza e as comunidades tradicionais se transformam em espetáculo, em estratégias que se desenvolvem e se enfrentam.

A floresta, a frente das casas e os quintais, locais onde se realiza a coleta do açaí, do cacau e de tantos outros frutos, também podem ser considerados ambientes de múltiplos usos e simbologias. O açaí, fruto que aparece entre os alimentos básicos para o sustento das famílias da região insular, assim como em bairros da parte continental da cidade, ganha destaque.

Andrade (2014) evidencia que o morador genuinamente paraense carrega o hábito de ingerir açaí em suas origens ribeirinhas. O fruto é consumido acompanhado de farinha de mandioca ou tapioca, de peixe, camarão, carne seca ou charque, remetendo ao modo de vida daqueles grupos populacionais cuja vivência se estrutura à beira dos rios. Outrossim, reconhece-se que nos espaços mais urbanizados de outras regiões o açaí tem assumido uma diversidade de formas de consumo, transformando-se em sobremesas, bombons, bebida alcoólica, pó energético, dentre outros produtos.

Considera-se que a comida assume o papel de elemento cultural identitário, passando a atuar como um marcador das maneiras culturalmente estabelecidas, codificadas e reconhecidas, por meio da qual o grupo representa a si mesmo, expressando, assim, pertencimento e, conseqüentemente, identidade (MACIEL, 2005 apud NUNES, 2017).

No Combu, o açaí merece especial atenção, pois consiste em uma planta da qual se aproveita praticamente tudo. Seu processo produtivo acontece, primeiramente, com a retirada do cacho do fruto da árvore; passando pela etapa de debulhamento; armazenamento dos grãos em paneiros (cestos feitos a partir de espécies de fibra artesanalmente fabricada) ou em sacos vazados de origem industrial; em seguida, transportado por pequenas embarcações até os portos públicos da cidade; vendido pelos próprios moradores aos feirantes, atravessadores e aos comerciantes (batedores). Percebe-se que dentro da ilha, não existem muitos pontos de beneficiamento da matéria-prima do açaí, o uso de máquinas e equipamentos de transformação do fruto em vinho é raro, devido, principalmente, à falta de qualidade da água, o que deixa muito cara a produção em larga escala.

Aos fins de semana e na entressafra do açaí, período em que as vendas do fruto diminuem, é comum ver os moradores, em especial os jovens, realizando atividades remuneradas nos empreendimentos de lazer, vendo nesta prática uma maneira de amenizar a sua condição de pobreza, uma vez que os pobres não têm acesso a todos "os produtos modernos e os mais pobres

dentre eles só podem proporcionar-se consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular” (SANTOS, 2008, p. 196).

A faixa de orla das comunidades do Igarapé Piriquitaquara e do Furo de São Benedito apresenta um ambiente mais preservado (ecológico), de expressão predominantemente residencial e voltada para a extração do açaí, que é usado para venda e para consumo próprio. Nela também se encontram vários trabalhadores condutores de embarcações, essas atividades parecem ser as principais fontes de renda dessa parte da Ilha, diferindo significativamente do furo do Igarapé Combu e da Beira Rio.

Desse modo, tendo em vista que a condição de pobreza não pode ser estudada à parte da condição de riqueza (SILVEIRA, 2007), aqui não se deve também analisar as configurações sociais separadas das configurações de emprego e renda. A teoria dos circuitos da economia de Santos (2008) auxilia na análise das relações existentes entre os agentes econômicos, que se apropriam de maneira diferenciada da tecnologia, da informação e das políticas organizacionais de distribuição em determinado território. Os circuitos se apresentam em diversos grupos de uma sociedade, podendo ser representados por instituições financeiras, pelo Estado, pela família, pela indústria, comércio e empresas.

O circuito superior é o espaço das minorias economicamente privilegiadas e institucionalizadas, dos proprietários dos meios de produção, dos controladores dos processos produtivos e da acumulação do capital. Nesse âmbito, as cidades tornam-se lugares, predominantemente, voltados para realização desse circuito, cuja participação é cada vez maior na divisão internacional do trabalho e na economia globalizada.

O circuito superior é responsável pelas atividades que envolvem a alta tecnologia, a publicidade e a propaganda, bem como estimulam o consumo. O turismo pode ser facilmente reconhecido nesse circuito por ser um fenômeno primordialmente inserido nas dinâmicas globais, mediadas por processos sociais, técnicas e racionalidades articuladas por redes de serviços de apoio e infraestruturas interligadas, como redes de hotéis, restaurantes, de agências de viagem, de operadoras turísticas, de empresas de transporte e de *marketing*.

O circuito inferior é representado pelo conjunto de indivíduos que vivem basicamente da sua força de trabalho, sem a utilização intensiva do capital, cujas vendas em pequena escala, o comércio e a prestação de serviços menos modernos e com pouca tecnologia, compõem a base da economia. É representado "pelas atividades da população pobre, possuindo diferentes formas de organização – micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos,

vendedores ambulantes etc" (MONTENEGRO, 2011, p. 2). Acredita-se que, de acordo com o nível de densidade dos fixos e fluxos, possibilidades de existência e permanência para as atividades do turismo no circuito inferior podem ser criadas, prevalecendo a presença de atividades mais tradicionais, como o pequeno comércio de serviços artesanais, alimentício e de lazer. No quadro 3 encontram-se sistematizadas as principais características dos dois circuitos:

Quadro 3 - Circuitos da economia urbana: composição e características

Atributos	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade/ Qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008 [1979]).

Silveira (2007, p. 3), ao compreender a cidade como um conjunto, solidário e contraditório, de divisões do trabalho, assume que “a riqueza produzida pelo circuito superior não pode ser compreendida sem a pobreza própria do circuito inferior, que este também perpetua”. Os circuitos são interdependentes, enquanto o superior é constituído pelos bancos, comércio, indústria e serviços modernos amiúde orientados à exportação, o inferior é integrado por formas de fabricação que não são intensivas em capital e pelo comércio e serviços não-modernos.

Procura-se “tomar muito cuidado para não confundir as atividades de um circuito com as do outro, uma vez que existem algumas práticas que podem parecer regras se não fossem exceção”

(SANTOS, 2008, p. 87), principalmente no período de globalização, onde o circuito inferior, por exemplo, assume diferentes feições regionais (MONTENEGRO, 2011).

No circuito superior, as tecnologias geralmente são estrangeiras, semelhantes e de alto padrão. Em um hotel de rede ou em uma companhia aérea internacional, por exemplo, encontra-se um elevado capital intensivo e uma dependência direta dos escritórios locais aos escritórios centrais localizados nos países desenvolvidos.

Sua organização é altamente burocrática, por meio de um extenso conjunto hierárquico, lideranças e profissionais de administração, de comércio exterior, de contabilidade e de direito seguem regras impessoais baseadas na racionalidade que adequa os meios aos fins, sendo ainda em sua maioria de grau empregatício assalariado e reduzido se pensado em nível de volume e produção (SANTOS, 2008).

O volume de negócios existente no circuito superior do turismo é gigantesco e acumulativo, se pensado como um todo, não como uma única unidade ou filial. Mesmo quando não pertencente a uma cadeia hoteleira, mas enquadra-se na categoria de produtos e serviços de luxo, hotéis independentes cujo estoque é pequeno, cunho pessoal (ou exclusivo) e altíssima sofisticação, impõem, na aquisição de uma diária, valores de venda únicos e exorbitantes.

Os valores dos serviços geralmente são fixos, expostos em *sites*, portais eletrônicos e em tarifários enviados às operadoras turísticas, tornando seu consumo restrito, pois praticamente não há margem para negociações diretas. Os créditos bancários facilitam a compra à vista ou mesmo a prazo dos serviços, diminuindo os riscos de prejuízos para os estabelecimentos.

A manutenção de custos fixos, projetados por meio de balancetes e projetos financeiros, demonstrados pelos setores contábeis dessas empresas, fazem-se importantes à garantia e permanência no mercado em longo prazo, haja vista que o salário dos funcionários e outras despesas (água, luz, telefone, *internet*) são igualmente fixos e fazem diferença na hora de analisar os lucros.

Por fim, a publicidade e o apoio governamental são fundamentais para a existência do circuito superior do turismo, o primeiro, por ser uma das “armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda”; e o segundo, por sua capacidade de viabilizar capital social (overhead) fixo e infraestrutura (SANTOS, 2008), assumindo o Estado “o próprio papel deste circuito, uma vez que gera relações de complementaridade atendidas quase que exclusivamente pelas grandes empresas” (MONTENEGRO, 2011, p. 112).

Nos últimos anos, diversos eventos realizados pelo poder público e por entidades como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e a Associação Paraense de

Supermercados (ASPAS) demonstram claramente algumas das características e interesses dos grupos hegemônicos, que usam o discurso da gastronomia como uma oportunidade de negócios única, capaz de beneficiar desde o pequeno produtor rural até o grande empresário.

Para Silva e Saraiva (2016) o fator de inclusão social presente nos discursos é usado para justificar o empenho das instâncias públicas na construção de um produto, a saber: a gastronomia de Belém. Contudo, sabe-se que essa inclusão, assume, na verdade, o significado de “consumo”, no qual a lógica parece ser a de que todos podem ter acesso e que todos ganham com o desenvolvimento gastronômico, sendo a figura do “prefeito” central para ressaltar esse "privilégio".

Nunes (2015) reforça a ideia de que o capital para se especializar e se desenvolver produtivamente, necessita de trabalho qualificado, normalmente assalariado, de uma organização burocrática das finanças e de um forte apoio do Estado, para disponibilidade de crédito, para construção e disposição de infraestruturas de circulação e comunicação para os grandes agentes.

O turismo, ao se interpor analiticamente entre os dois circuitos da economia urbana, aparece inserido na divisão da produção de bens materiais, que podem ser encontrados no circuito inferior e por meio da circulação de bens imateriais, como o patrimônio cultural (culinária, arte, festas, a história) e as diversas formas de uso da natureza (apoderamento de conhecimentos, inovações e práticas detidas pelas comunidades tradicionais, que vão desde as formas de cultivo e extração, até o controle biológico) visualizados no circuito superior.

No caso da Ilha do Combu, ainda predominam as atividades pertencentes ao circuito inferior, caracterizadas pela presença do emprego familiar, pelos pequenos comerciantes que atendem a certas normas legais, empresariais e trabalhistas, e pela existência de comércios e serviços informais, onde, antes de tudo, é preciso “sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna” (SANTOS, 2008, p. 46).

Na Ilha, devido ao índice de crescimento tecnológico ainda incipiente, ocorre uma adaptação parcial dos moradores às novas tecnologias que surgem com a globalização. A *internet*, por exemplo, é encontrada somente na orla insular da comunidade Beira Rio, de frente para o continente e, no início do furo do Igarapé Combu, além de alguns poucos bares e restaurantes que possuem condições econômicas para mantê-la.

O Combu, como uma partícula integrante das relações pertencentes ao circuito inferior do turismo da cidade, possui operações financeiras caracterizadas pelo trabalho intensivo, de capital

reduzido, de burocracia dispensável, pelo uso de técnicas atuais e residuais, e por uma organização “primitiva” ou de adaptação própria (SANTOS, 2008).

Por mais que ocorra a busca constante pelas novidades próprias do período tecnológico atual, em relação às negociações que ocorrem na Ilha, o crédito pessoal e o dinheiro líquido ainda se fazem muito presentes, principalmente, por ser indispensável para as pessoas que dele precisam e também pela limitação tecnológica do local, onde, diversas vezes, o uso de máquinas de cartão de crédito e de transferências bancárias é impedido pela falta de conexão ou de acesso à *internet* e a rede de telefonia.

Outra característica a ser considerada é a aquisição de empregos que raramente são permanentes, cuja remuneração, assim como em Santos (2008), situa-se no limite ou abaixo do mínimo vital. No Combu, o trabalhador acumula várias atividades e funções, em diferentes dias e horários da semana, sendo, na maioria das vezes, o contrato um acordo pessoal entre morador e empregador. Existe, assim, uma jornada de trabalho em horários flexíveis, podendo o estabelecimento se valer de mão de obra familiar e de compadrio ou, em alguns casos, ser o proprietário o único funcionário do estabelecimento comercial.

Para Santos (2008), a relação com a clientela no circuito inferior é direta e personalizada, sendo comum a “pechincha”, o que torna os preços oscilantes. No Combu, por mais que nos restaurantes existam cardápios impressos e fixados nas paredes, além da tabela de valores previamente determinada, entre os condutores de embarcação, é possível, dependendo da situação, negociar descontos sobre os serviços a serem realizados, visto que, em geral, a negociação acontece diretamente com o proprietário da embarcação.

Os custos fixos são desprezíveis, os restaurantes, os passeios de barco e as trilhas ecológicas, em sua maioria, são estruturados dentro do terreno e das condições do morador, diminuindo a possibilidade de pagamento de taxas e diversos impostos. A publicidade que acontece hoje na ilha ocorre, principalmente, por iniciativa de agentes externos que possuem contatos e relações com uma minoria de agentes locais, sendo, portanto, praticamente nula entre os estabelecidos. Nesse local, “o boca a boca” e, mais recentemente, as redes sociais virtuais, são muitos comuns e baratos que qualquer outra forma de divulgação.

Nas atividades ligadas à prática do lazer e do turismo, o estoque quando há, é mínimo, voltados para a utilização dentro de períodos curtos semanais, sendo sua maioria improvisado pela natureza ou pelos recursos existentes no local, de baixo valor de aquisição.

As relações de proximidade são uma constante também, marcadas por sociabilidades, fomentando as trocas e o reconhecimento mútuo entre os agentes, sendo a reutilização de bens

frequente. Entretanto, se comparados à sua face original alguns dos elementos do circuito inferior se modificam, como: a importância que passa a ganhar a conexão entre o local e outros estados brasileiros e a tecnologia (NUNES, 2015).

Para a análise dos circuitos da economia urbana e de suas atualizações, considera-se, em primeiro, que ambos possuem a mesma origem, não sendo sistemas fechados, pois estabelecem relações de complementaridade e de concorrência entre si (CATAIA; SILVA, 2013). A formação dos circuitos econômicos causada pela:

[...] existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, criando na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p. 37).

Dentre os componentes do circuito superior destaca-se a relevância da informação e das finanças, características das empresas do mercado corporativo (SANTOS; SILVEIRA, 2007), a exemplo da presença de empresas de entretenimento, de consultoria, de produção de informação e de operadoras turísticas, que divulgam e prestam serviços sobre os atrativos turísticos das regiões.

Em locais como a Ilha do Combu, pode-se notar a presença do sistema financeiro, que a partir dos fundos de investimento e de pensão "verdes", como o Fundo de Inovação em Meio Ambiente³⁶ e pelo Fundo Amazônia³⁷, apoiam projetos voltados para ações em áreas de expressivo valor rural e ambiental.

Fazendo o elo entre os dois circuitos, encontra-se o circuito superior marginal, que consiste em formas de produção menos modernas da perspectiva da tecnologia, da organização e do capital, tendo um caráter residual e emergente, variando de cidade para cidade (SANTOS, 2008). Casado e interligado aos outros dois circuitos, o superior marginal carrega atividades fundamentais para a circulação daqueles que fazem de um lugar um local turístico, por meio das empresas pertencentes a esse circuito, os turistas adquirem pacotes, roteiros e passeios nas regiões onde estão os atrativos.

³⁶ Criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2012, trata-se de um fundo de investimentos destinado à empresas emergentes e inovadoras, podendo ser destinado à captação de recursos e tecnologias na área ambiental.

³⁷ Estabelecido por meio do Decreto N° 6.527, de 1º de agosto de 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo BNDES, que fica autorizado a destinar doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico.

Para Silveira (2007), o circuito superior marginal é constituído de formas mistas, pertencentes tanto a atividades herdadas de divisões do trabalho pretéritas, como formas de trabalho emergentes inseridas nas atividades modernas. Nesse sentido, reforça-se o caráter interdependente dos circuitos da economia urbana, que interpretados dentro das particularidades do turismo (re)organizam a dinâmica econômica regional e nesse caso, a do Combu, cujas atividades visam atender um mercado local que também é global.

Desde sua criação, na década de 1970, a teoria dos circuitos econômicos dos países subdesenvolvidos já viveu uma série de atualizações, destacando-se em termos gerais, dentro da perspectiva aqui analisada, os trabalhos de Silveira (1997, 2001 e 2004), Bicudo (2006), Montenegro (2011) e Nunes (2015), sendo possível tentar adaptá-la aos estudos da organização espacial e produtiva do turismo, por sua capacidade de impingir transformações diretas em pelo menos três porções do espaço geográfico: os polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas.

Nesse sentido, a região insular de Belém se apresenta como um espaço de passagem, de circulação e de elo, entre um “tempo lento” e um “tempo rápido” (SANTOS, 2008, p. 22), proporcionado pelas relações entre os sujeitos, o espaço e o entorno.

O tempo lento contrasta com o tempo rápido, com o tempo hegemônico, com o *just in time*, com o tempo dos mercados globais e com a efemeridade das relações de consumo. É um tempo que não se submete à dominação econômica e cultural, é o tempo da cultura popular, o tempo do sujeito comum, dos saberes vernaculares, do ócio (e do aprendizado do ócio), do bem-estar, da solidariedade e de toda poesia (SANTOS, 1989). O tempo rápido das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas confronta-se com o tempo lento das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados.

Logo, o tempo passa a ser considerado uma criação histórica e cultural, cujo significado varia não somente entre as diversas sociedades históricas, mas no interior de cada uma delas, fluindo de modo não homogêneo na vida e na representação das comunidades (DERGAN, 2006).

A Ilha do Combu é um ambiente atraente para o mercado turístico, uma vez que se trata de um local potencialmente atribuído de cenários propícios para “fuga” do cotidiano da cidade. Ela vem se inserindo no planejamento urbano, no tempo rápido da economia global, nem sempre se adaptando a esse ritmo, visto que a economia pobre trabalha em áreas onde as velocidades são lentas e quem necessita de velocidades rápidas é a economia dominante das organizações.

Em função da pluralidade de relações com a natureza, das diversas temporalidades e espacialidades que se manifestam no espaço, a Amazônia é uma sociedade territorializada que se caracteriza também pela pluralidade de resistências, sejam elas operárias,

indígenas ou camponesas. Trata-se de várias resistências que marcam a pluralidade de temporalidades e de conflitos, nos quais se coloca como centro da questão a defesa da terra, da natureza e da cultura contra temporalidades hegemônicas (TRINDADE JÚNIOR, 2014, p. 20).

Nesse sentido, a vida cotidiana emerge desmembrada e articulada dialeticamente entre o viver e o vivido, onde os conteúdos da vida moderna seguem sendo transformados pelas tecnologias e por um modo de vida³⁸ gerido pela lógica da mercadoria (SEABRA, 2004). O viver, segue ligado ao mundo percebido, isto é, das práticas sociais ligadas aos modos de produção vigente refletidos no espaço. O vivido é o simbólico, o artístico, o criador e o transgressor, onde a vida cotidiana permeada de carência e lutas, também se cerca de criatividade e possibilidades que não se sujeitam à ordem hegemônica.

As práticas (percebidas) e os espaços de representação (vividos) dividem lugar com o plano concebido, relacionado à aceleração do uso do tempo, imposto e retirado da vida das pessoas pela modernização capitalista. As representações do espaço (concebido) forçam novas relações, signos, códigos e conhecimentos que buscam remover traços originais e programar a vida.

As contrarracionalidades e as irracionalidades são exibidas nos espaços ribeirinhos da cidade. Na praça Princesa Isabel, por exemplo, os condutores de embarcações não possuem horário fixo ou ordem de chegada, ancoram e vão se apropriando do local de acordo com suas vontades e pré-disposição. No horário de almoço, é comum observar a diminuição das atividades, primeiramente, pela diminuição da procura por travessias, como também pelo fato dos trabalhadores retornarem aos seus lares, sendo possível ainda observar aqueles que permanecem no local descansando em redes atadas dentro dos barcos, ocupando o espaço ao seu modo e reafirmando o vínculo imaterial que possuem com ele.

No cotidiano abrangente, onde acontecem os movimentos monótonos, rotineiros e corriqueiros, mas onde também se promove o encontro com o novo e com o inesperado, dando margem para a inovação e para se atingir o “extraordinário do ordinário” (LEFÈBVRE, 1991, p. 44), o ribeirinho desafia a natureza e a cidade, integrando-se a ambas. E por mais que essa fração da metrópole assuma atualmente posição diferenciada frente ao lazer e ao turismo, o modo de vida anterior sobrevive e se adequa à sua maneira ao que é imposto ao lugar.

No Combu, apresentam-se múltiplas realidades dentro de um mesmo processo espacial. De um lado manifesta-se o espaço enquanto lugar do trabalho como garantia de liberdade e de prazer,

³⁸ Abordagem que trata do plano da vida imediata, em que se debatem o viver e o vivido, em que diferentes matrizes socioculturais se defrontam com os imperativos da indústria que coloniza e expropria o tempo (antes apropriado), sujeitando-o aos impulsos lógicos do mercado (SEABRA, 2004).

reconhecido pelas atividades ligadas à floresta e aos rios, diretamente ligados ao seu valor de uso; do outro lado, encontra-se um ambiente atraente para o mercado turístico, das tentativas de ações planejadas, engendradas pelos agentes do Estado e do mercado, das relações sociais conduzidas por um valor de troca.

Analisar os processos sociais baseados nas atividades dos sujeitos, apresentando os meios pelos quais os envolvimento se mostram em suas diferentes épocas, é construir teias de interdependência que podem se configurar de muitas formas, como: na família, na comunidade, no entorno, na cidade, na região e para além.

**3 A ILHA DO COMBU COMO PRODUTO HISTÓRICO E SOCIAL DAS RELAÇÕES
ENTRE “OS ESTABELECIDOS E OS RECÉM-CHEGADOS”**



3.1 O panorama histórico-geográfico das ilhas de Belém

Para analisar a perspectiva histórico-geográfica do Combu, é necessário antes reconstruir o processo de formação e ocupação de Belém, em especial, suas ilhas, revelando espacialidades e temporalidades discrepantes, conflitantes e desiguais, ligadas à prática ribeirinha e às novas formas de concepção do espaço — voltadas principalmente para o desenvolvimento do turismo, em sua face econômica —, bem como outros importantes elementos da formação socioespacial da região insular.

O presente por si só não esclarece a realidade, é imprescindível a regressão ao passado para que sejam encontradas as origens de qualquer mudança (LEFÈBVRE, 1974). Nesse sentido, o processo de formação da cidade, iniciado em 1616, durante o período de colonização do Brasil, teve por objetivo a conquista do espaço amazônico, de modo a garantir os interesses da coroa portuguesa e a defesa do território (CORRÊA, 1987).

Moreira (1989) considera que a expansão urbana de Belém foi dividida nas seguintes fases: a ribeirinha, de 1616 até a metade do século XVIII; a de penetração ou interiorização, de meados do XVIII até a metade do século XIX; e de continentalização, da metade do século XIX em diante. Trindade Júnior (2016) acrescenta a essa periodicização a fase atual: de metropolização, desencadeada a partir da década de 1960 até o período atual, dividida em dois momentos distintos: o primeiro, pela forma urbana compacta ou confinada; e o segundo, pela forma dispersa ou desconcentrada.

Particularmente, interessa-nos aprofundar a discussão em torno do perímetro insular da parte sul, que durante o período colonial foi valorizado por sua posição estratégico-militar e por ser rota de fuga dos grupos marginalizados. Posteriormente, durante a *Belle-Époque*, na região concentrou-se a produção agrícola e extrativista voltada para o abastecimento da cidade, inclusive, algumas ilhas funcionaram como depósito de resíduos das ações higienistas governamentais. Recentemente, permanecem as atividades agroextrativistas, cujos produtos são comercializados nos portos e nas feiras, como também as atividades comerciais voltadas para o lazer de moradores e turistas.

De “flor das águas” (MOREIRA, 1989) à metrópole difusa e dispersa (TRINDADE JÚNIOR, 2016), Belém se destaca por sua “constelação” de ilhas, cujas dinâmicas encontram-se intimamente ligadas ao rio e à floresta, registro encontrado em documentos, mapas e relatórios de outras épocas. Portanto, empreendeu-se um movimento de pesquisa que pudesse ir até a gênese desses eventos, capaz de possibilitar um melhor entendimento sobre as mudanças e permanências que se mostram no presente. Para isso, foram realizados levantamentos em livros, dissertações,

teses, artigos e documentos sobre a formação histórica e espacial da capital, possibilitando identificar as origens da atual vida cotidiana e da produção do espaço turístico da Ilha do Combu, foco desse estudo.

A ideia norteadora diz respeito ao processo de criação da APA da Ilha do Combu e seus usos para fins de lazer e turismo, resultado de um conjunto de ações de controle e conquista do espaço por parte dos agentes do Estado. Desse contato, surgem cenários de fortes tensões e conflitos, nos quais visitantes locais e externos, moradores recém-chegados e antigos, disputam as produções locais, de modo fragmentado e não-consensual, desrespeitando práticas ribeirinhas anteriormente estabelecidas.

Embora reconhecido o volume e o valor produtivo das ilhas, planejadores e promotores territoriais tratam-as como uma espécie de reserva de terras urbanas ou zonas de fornecimento de produtos primários, sem políticas públicas claras que lhe sejam dedicadas (GUERRA, 2004). Desse modo, considera-se importante percorrer as idas e vindas nos espaços insulares, interiores, continentais, rios e igarapés que circundam Belém, bem como rever como foram construídas as possibilidades de vivências, sobrevivências, ocupação, utilização dos recursos, “imagens reais e arquetípicas-reais” no processo de modernidade (DERGAN, 2006).

Belém foi fundada estrategicamente em uma península margeada pelo Rio Guamá e pela Baía do Guajará, tendo como diferencial sua localização privilegiada, em terras altas que permitiam o controle de entrada e saída na foz do rio Amazonas.

A importância histórica de Belém como centro regional era devida à sua posição geográfica privilegiada como uma porta de entrada acessível localizada na entrada da vasta bacia amazônica. Em 1616 os portugueses fundaram Nossa Senhora do Grão-Pará conhecida popularmente como Belém do Pará, no estuário sul navegável da ilha do Marajó levando ao principal canal do rio (BROWDER; GOLDFREY, 2006, p. 152).

Nessas terras, que já eram ocupadas por diversos grupos indígenas³⁹ (COSTA, 2013), foram erguidas fortificações e igrejas, resultado da imposição portuguesa que deu origem ao núcleo central da cidade. Para Moreira (2010), os índios eram conhecedores únicos dos desafios impostos pelos rios e pela floresta, tornando-se fundamentais para a ocupação lusitana, que por estratégias político-militares, buscava expulsar outros concorrentes europeus, interessados nos elementos naturais da região, na expansão da produção de cana-de-açúcar e nas drogas do sertão:

É altamente significativo neste sentido o fato de André Pereira, o cronista da expedição de Castelo Branco, haver mencionado alguns desses produtos – algodão, urucu e tabaco – como exemplos dos que os índios já transacionavam com os holandeses, antes da

³⁹ No espaço ocupado por índios Tupinambás, também encontravam-se grupos de índios Parauassú, Guamiaba e Capim (HURLEY, 1940 apud MIRANDA, 2015).

chegada dos portugueses. Devido ao seu largo emprego em culinária, perfumaria e medicina, afora outras aplicações, as “drogas” eram então objeto de intenso extrativismo, que constituiu, aliás, o mais prolongado ciclo da economia regional. Algodão, baunilha, cacau, copaíba, cravo, salsaparrilha, urucu, etc., eis alguns exemplos dessas cobiçadas riquezas nativas, cuja procura intensificou consideravelmente depois que Portugal deixou de monopolizar o comércio das especiarias do Oriente, especiarias cuja cultura a Metrópole portuguesa facilitou e estimulou desde então no Brasil. E foi assim que, em termos de especiaria, o nosso País se tornou – principalmente a Amazônia – uma nova Índia para Portugal. [...] Belém tornou-se então o entreposto de uma nova Índia, Índia inculta e selvagem e, como tal, o maior e mais avançado centro econômico do Extremo Norte do Brasil (MOREIRA, 2010, p. 312).

Pouco depois, auxiliados pela igreja, os colonizadores passaram a usar a mão de obra indígena para edificar conventos, hospitais, casas e armazéns; assim como para caçar, pescar e colher alimentos nas matas do entorno, por meio de deslocamentos até as regiões do Salgado, Marajó, Tocantins e Baixo Amazonas, primeiras áreas de captação desses grupos (MOREIRA, 2010).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o rio e a floresta significavam mais que desafios, eram oportunidades de exploração das riquezas, o que seria impossível sem a participação indígena (COSTA, 2013). Desse modo, o domínio português, a partir das relações de trabalho com os índios, se deu de duas formas distintas, aceitação e resistência. Não sendo possível conduzir a ação sobre esses sujeitos de maneira igual, cabendo a cada forma específica de contato um determinado tipo de abordagem (GUZMAN, 2008).

Entre os grupos indígenas que se estabeleceram entre os colonizadores, eram comuns pressões na elaboração das leis, pois tratavam-se de sujeitos sociais politicamente ativos, e não somente vítimas das ações aculturativas e destrutivas do domínio português. Esse tipo de resistência levou a conflitos entre portugueses e índios, tendo como consequência a escravização ou ainda: a benevolência (concessão de títulos e presentes) para os mansos; e a guerra para os revoltosos. Outro componente de defesa indígena combatido era a língua, por meio dela dificultava-se a previsão de fugas, devido a oralidade muitas vezes desconhecida até mesmo das ordens religiosas responsáveis por “civilizá-los” (GUZMAN, 2008).

Em Belém, muitos índios foram perseguidos e morreram, contudo boa parte se rendeu à catequese e se incorporou à população pobre da cidade (NEVES, 2016). A miscigenação refletiu não somente no espaço construído em formação, como também resultou em um modo de vida que mistura saberes, usos e tradições. Nas muitas expedições de resgate, empenhadas em capturar e escravizar indígenas, descobriam-se sítios onde eram montados acampamentos para as tropas militares, ordens religiosas, índios catequisados e prostitutas, o que estimulou a fundação de vários povoados (COSTA, 2013).

Eis que a floresta, o rio e a cidade passam a ser pano de fundo para atração de outros grupos que trouxeram heranças refletidas no cotidiano dos atuais moradores de Belém, por exemplo, nas influências culturais manifestadas na culinária, na música e na religião. Os pratos típicos regionais da capital paraense, geralmente são compostos por infusões de ingredientes florísticos locais junto aos elementos trazidos, principalmente, por portugueses e negros.

Sobre esse assunto, os naturalistas que percorreram a Amazônia entre os séculos XVI e XVIII, mesmo na sua concepção mais romantizada ou cientificizada, souberam retratar boa parte dos componentes paisagísticos e culturais de Belém, contribuindo com a construção do imaginário que se tem sobre a cidade. Nos registros do inglês Alfred Wallace, que visitou a Belém em 1848, ao lado de Henry Walter Bates, revelam-se dados sobre a alimentação da população, onde a carne bovina era predominantemente consumida pelos moradores de origem portuguesa, e os alimentos feitos à base de farinha de mandioca, arroz, peixes e frutas - com destaque para a produção de um caldo ou mingau de farinha acompanhado por peixe, pimentão, banana, laranja e açaí - entre remanescentes de índios e negros (MACEDO, 2009).

A "cultura de viagens" e expedições naturalistas revelaram aos colonizadores traços da fauna, da flora, das águas, dos elementos da cultura regional, e ainda comportamentos, costumes e tradições, registrava-se o mundo natural e o exótico (GONDIM, 1994). Entende-se que esses relatos apresentavam as ilhas como os maiores componentes naturais de Belém, por impressionar os viajantes que circulavam pela região.

No período pombalino⁴⁰, a partir da segunda metade do século XVIII, inicia-se o projeto de reformulação da Amazônia, provocando inúmeras mudanças socioeconômicas no espaço, tornando-o mais lucrativo para a metrópole portuguesa. Planejadores territoriais iniciaram um trabalho dedicado à construção de uma face mais lusitana, em que aldeias foram transformadas em vilas e as casas construídas sob certa uniformidade e retinilidade. Boa parte das cidades tiveram seus antigos nomes substituídos por outros que valorizavam a soberania de Portugal, os estabelecimentos comerciais passaram a negociar cada vez mais produtos de origem portuguesa que aos poucos mesclavam-se com os da terra (COSTA, 2013).

Mesmo com uma série de mudanças sociais e econômicas, permanecia a dependência da leitura dos códigos da floresta e do entendimento das variadas formas de linguagem da natureza, a prática do extrativismo só era possibilitada em função desses saberes (BESSA FREIRE, 2004).

⁴⁰ Instituído a partir da segunda metade do século XVIII, pelo então primeiro-ministro português Marques de Pombal inicia na Amazônia um projeto político de ocupação e defesa do território, principalmente com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão no ano de 1755, que desencadeou mudanças significativas na organização do espaço amazônico, inserindo a região no mercado internacional, a partir de um modelo de acumulação que possibilitou a passagem do capitalismo mercantil ao industrial (VICENTINI, 2004).

O projeto político mercantilista estabelecido por Portugal extinguiu a maioria dos regimentos de missões, reduziu-se a escravidão de índios e assegurou-se o crescimento contínuo da população da colônia e a diminuição do poder da igreja. Entre as medidas, proibiu-se o uso das línguas, das habitações e da prática da religiosidade de origem indígena, incentivando-se a miscigenação (SOUSA, 2002).

Esse silenciamento das práticas sociais dos primeiros habitantes de Belém e o alastramento de epidemias ocasionaram inúmeras tensões, suscitando revoltas e fugas. Nesse contexto, alicerçados nas leis de liberdade dos índios e nos interesses da Fazenda Real, o tráfico de africanos começa a se organizar nas capitânicas do Grão-Pará e Maranhão, encaminhando-se boa parte do contingente escravo para as fazendas que se instalavam na ilha do Marajó e no município do Acará (SILVA, 2012).

Embora nos documentos oficiais não sejam encontrados registros de mão-de-obra escrava na ilha do Combu, estima-se que entre os anos de 1757 e 1777, a companhia do Grão-Pará inseriu aproximadamente 15.000 africanos na região, procedentes de países como Guiné e Angola, utilizados em serviços agrícolas e domésticos (ALDEN, 1974). A esse respeito, Bezerra Neto (2001) expõe que nas ilhas de frente para Belém e nas demais espalhadas ao longo da Baía do Guajará eram encontradas propriedades agrícolas sustentadas pelo trabalho escravo.

As condições sub-humanas e o tipo de trabalho a que eram submetidos, causaram profunda revolta entre os escravos, gerando processos de luta e resistência, em que muitos fugiam das fazendas e buscam por espaços que lhes afastassem das condições de maus-tratos (PERES; AZEVEDO, 2015). As primeiras rotas de fuga partiam da freguesia da Campina, permitindo aos fugitivos adentrar no Utinga para ganhar o rio Guamá, Acará e Moju (MARIN, 2000). A imprensa do século XIX, como o jornal "O Publicador Amazonense", em 1839, anunciava, a pedido dos senhores de escravos, as várias fugas que aconteciam em Belém (SALLES, 1988 apud BEZERRA NETO, 2001).

As imediações da cidade, e todo o interior se acham infestados dum grande número de escravos fugidos, que sempre houveram, mas agora parece que se tem aumentado. Lembra-nos que será conveniente ordenar aos juizes de paz para que arranjem, como em companhias por delegações, os índios e caboclos, outrora ligeiros, comandados pelos mais hábeis, e ativos, para à ordem dos delegados examinarem o distrito, concedendo-se-lhes armas, pólvora e terçados, sendo a despeza feita por conta da nação, que tem a obrigação de garantir o sossego, e a tranqüilidade dos povos, ainda que ao depois ela seja indenizada pelos senhores de escravos apreendidos. É necessário prender, e perseguir os escravos fugidos, que ameaçam a segurança pública, e particular, e não descobrimos outro meio, porque as escoltas pelo interior são funestas pelas vexações, e violências, que causam aos povos, e os juizes de paz, e seus delegados são os competentes para estas diligências, conforme a lei de sua criação, que não a põem em prática, ou porque ainda estão no antigo costume de não proceder às diligências, sem ordem expressa da primeira autoridade, ou porque lhes faltam os meios, as armas, e a munição, porque não hão de

arrostar um perigo tão grande, sem defesa (SALLES, 1988 apud BEZERRA NETO, 2001, p. 75-76).

Vê-se, então, escravo fugido que, mesmo homiziado fora dos limites da cidade de Belém, vinha aqui em busca não somente do necessário à sua existência, como também em busca de laços afetivos. Mas tem-se notícia sobretudo de quem vinha à capital trabalhar: em 11 de fevereiro de 1870, Antônio Manoel Nunes, de Irituia, vendia em fuga seu cativo Estanislão, sabendo que o mesmo andava “para as partes da Ilha das Onças e que vem quazi todos os dias vender assahay na cidade”, ou seja, Belém; Celestino, pertencente à viúva Ana Maria Corrêa de Miranda, fugira do serviço de um outro Miranda, chamado Firmino Antônio Corrêa de Miranda, na ilha do Combu, localizada defronte da capital paraense, aparecendo “alguns dias vendendo assahi nesta cidade” (*Diário do Gram-Pará*, 1870 apud BEZERRA NETO, 2002, p. 429).

Entre os séculos XVIII e XIX, aconteceram as primeiras exportações de cacau na Amazônia, produzidos e vendidos respeitando-se duas safras, períodos de muitas e poucas chuvas (ALDEN, 1974). Esse fruto sempre esteve presente na vida dos combuenses, contribuindo com as suas condições socioeconômicas, em decorrência da relação aos gêneros de vida, que se mantiveram ao longo de ocupação da Ilha (RODRIGUES, 2006). No “Álbum do Pará em 1899”, livro de registros da administração do então governador José Paes de Carvalho, ratifica-se a importância do cacau nas ilhas:

[...] desde a cidade até Tajapuru havia paragens de muito cacáo e certas ilhas tão cheias, que alguns governos as reservavam para com os seus productos ocorrerem ás despesas do fardamento da milicia, que porem, nunca apareceu [...] Hoje não se encontra nas margens do Amazonas essa prodigiosa quantidade de cacaeiros silvestres, mas a exportação excede ás proporções que teve outrora (CODEM, 1899, p. 49).

Ademais, o movimento quilombola na Amazônia merece atenção, possuindo três características básicas: a de interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados; a ocupação de novas terras; o apossamento coletivo como estratégia grupal de defesa de territórios e da reprodução social (CASTRO, 1999, p. 16). Nessa perspectiva, o emprego de forças militares para a caça de escravos era constante. Havia incursões à ilha de Mosqueiro, ao distrito de Barcarena, a ilha das Onças, aos cursos dos Rios Guamá e Capim, sempre à procura de mocambos⁴¹ visando destruí-los e prender os fugitivos (BEZERRA NETO, 2001).

⁴¹ No Grão-Pará, nas regiões banhadas pelo Rio Tocantins e seus afluentes, como Abaeté, Barcarena, Iguarapé-Miri, Guamá, Moju, Bujaru, Cameté, Baião, Mocajuba, Oeiras etc., havia desde o século XVIII, tradição quanto à formação de mocambos, comunidades de fugitivos e desertores e a constituição de campesinato negro. No século XIX, com a expansão ainda maior dos contatos fluviais – via de regra abastecimento o comércio clandestino – destas áreas com a cidade de Belém, alguns mocambos transformar-se-iam em comunidades camponesas, articulando cada vez mais suas práticas econômicas àquelas da sociedade envolvente. Saindo de Belém, através da baía do rio Guamá, vários rios – e o principal deles o Tocantins – seriam alcançados (GOMES, 2006, p. 282). Por volta de 1822 as fugas de escravos intensificaram-se nas vizinhanças de Belém, registrando-se o aumento de quilombos na ilha de Mosqueiro, no distrito de Barcarena, na ilha das Onças, nas margens dos rios Guamá e Capim e no distrito de Cameté. Esse último atraiu a atenção das autoridades pelo caráter político dos agrupamentos de escravos (CASTRO, 2006, p. 15).

O espaço concebido pela Capitania do Pará no século XVIII (CARDOSO, 2016), demonstra o projeto de dominação do território, visando torná-lo economicamente e socialmente subordinado à Portugal. Pombal idealizou e executou uma nova forma de gestão das colônias portuguesas, prevendo a ocupação territorial, o controle de circulação das embarcações não-portuguesas, a fundação de vilas e cidades, além da execução de um mega plano urbanístico nas capitais (COSTA, 2013).

Nesse período, acentua-se a complicação fundiária na área insular, haja vista a intensificação de sesmarias nessa região e no entorno⁴², principalmente às margens dos rios Guamá, Acará e Moju. Transferia-se o direito privado ao uso do solo para ocupantes sesmeiros oficiais, desconsiderando-se que nesses espaços já haviam diversos sujeitos que viviam e sobreviviam do que a região dava. Estabeleceu-se, assim, uma rede complexa de relações e significados (DERGAN, 2006).

As sesmarias que abrigavam o cultivo planejado ficavam longe dos centros administrativos e comerciais de Belém e São Luís, entretanto seus "proprietários" se diziam moradores de Belém ou de São Luís. Genebra de Amorim, "moradora" de Belém, possuía um engenho no Moju; Leão Pereira de Barros dizia que morava em Belém, mas cultivava cerca de cinco mil plantas de cacau em sua gleba no Guamá; Antônio Paiva de Azevedo, "cidadão" de Belém, cultivava cacau no Acará. Havia então um constante ir e vir entre o sertão, onde os sesmeiros cultivavam o cacau, e os centros urbanos – Belém e São Luís – configurando um modo de ocupação não excludente (VIDAL; MALCHER, 2009, p. 114).

Desde que todas as atividades produtivas da região ficaram concentradas nas mãos de portugueses e de alguns poucos brasileiros, tornou-se crescente o sentimento de insatisfação de boa parte da sociedade, como intelectuais, escravos fugitivos, índigenas destribalizados, alguns religiosos, uma parcela de fazendeiros e comerciantes, insatisfeitos com as políticas aplicadas na região. As sesmarias não foram capazes de solucionar os diversos problemas de ordem fundiária, seu processo de organizacional de difícil burocratização e normatização das terras ocasionou uma série de disputas políticas, levando ao seu fim na primeira metade do século XIX.

O movimento da Cabanagem, ocorrido entre os anos de 1835 e 1840, porém idealizado desde antes dessa data, tratou-se de um levante contra as condições de vida e miséria existentes na

⁴² Sobre o período de concessão de Sesmarias não foram encontradas nenhuma referência sobre a ilha do Combu, "embora tenhamos encontrado informações sobre as doações para as proximidades das ilhas, tais como na Boca do rio Guajará, doada para Athonasia da Silva, concedida em 9 de Março de 1786 (Livro 19, p. 5V); na Ilha dos Patos e Rio Mojú concedida em 21 de julho de 1821 à José Xavier Azevedo (Livro 20, página 127 v); na Ilha de Tatuoca, concedida à Manoel de Góes; Igarapé Tucunduba e Ilha Jutuba, bem como um dossiê de Ursula Maria de Souza, no qual solicitava que fossem repassadas cartas de data de sesmaria que lhe concedessem duas ilhas: Murutucum e Ilha de Guajará (DERGAN, 2006, p. 44-45).

Província. Popularmente conhecida como Revolta da Cabanagem, esse momento foi considerado uma das maiores e mais sangrentas lutas ocorridas no Brasil (RODRIGUES, 2009).

Registra-se que a Cabanagem foi a única das revoltas a tomar de fato o poder político e administrativo local, tornando instáveis as relações entre as várias cidades, como Belém, Santarém, Vigia, áreas rurais no Acará, Moju, Beja, Barcarena, Conde, Manaus, Tabatinga, Parintins e Maués, assim como nas ilhas do entorno do estuário amazônico, destinadas a serem palco de lutas e de refúgio, tanto para cabanos quanto para tropas legais quando essas eram desalojadas do poder (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Os combatentes se reuniam em cinco lugares principais: na região de Conde, Beja e Barcarena; na região costeira de Vigia a Cintra; algumas partes da ilha do Marajó; no Médio Amazonas e seus afluentes; e na região do Guamá, como no Moju, Acará e Capim, lugares de grandes plantações e concentração de escravos (MARIN, 2000). Nesse sentido, as ilhas desempenharam papel fundamental, uma vez que:

A floresta realçava e ameaçava ao mesmo tempo a capital paraense, e o efeito psicológico da sua presença não deixou de influir por certo na fulminante tomada da cidade pelos cabanos. Protegidos pela floresta, conhecedores dos seus segredos e afeitos à rudeza das suas condições, eles tinham sobre as tropas regulares a vantagem dessa procedência matéria. A floresta protege, acoberta, dissimula, sobretudo quando se trata de pessoas criadas em seu seio. Se em vez da floresta, fosse Belém circundada por campos ou savanas, teriam eles conseguido conquistá-la tão facilmente? (MOREIRA, 1966, p. 78).

Dergan (2006) realizou um trabalho minucioso sobre o processo de formação socioespacial da Ilha do Combu, a pesquisa revelou que as ilhas eram tidas como atrasadas, ocupadas por pessoas com fama de preguiçosos, vadios ou com pouca vontade de trabalhar. Essa visão era justificada pelo dos líderes locais, que afirmavam que as populações insulares eram constituídas de gente inculta, pouco afeita ao domínio das roças, bastando-lhes a natureza para garantia da subsistência.

As representações sobre estes espaços, incluindo as ilhas dos arredores da qual o Combu faz parte, eram relacionadas com excesso de natureza e vazios, mesmo que ocupados por diversos sujeitos, o que não significava espaços literalmente vazios, mas espaços cujas atividades de produção não estavam voltadas diretamente para a comercialização no mercado (DERGAN, 2006, p. 51).

Nas representações da região insular, explicitam-se conflitos e contradições no jogo da produção do espaço, repleto de ausências e presenças (SERPA, 2014), onde se desenvolveram imaginários e símbolos estereotipados e hierarquizados sobre as ilhas, tidas como regiões carentes, violentas e de enorme precariedade, o que ia de encontro a padronização estabelecida na cidade.

A revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo Oceano Atlântico, mas suas ideias e pessoas foram para além chegando até o outro lado do Oceano Atlântico. Contudo, esse

movimento insurgente, nascido das contradições entre os diversos agentes que produziam o espaço, trouxe considerável enfraquecimento da economia, assim como transformações na urbe de Belém (SARGES, 2000).

O quadro da Província do Pará pós-cabanagem era pouco alentador, uma vez que a região ainda se recuperava dos anos de luta e das milhares mortes, representando um enorme desfalque para o sistema de trabalho. As diligências realizavam intensas incursões para recaptura de escravos arredios, que deveriam ser enquadrados novamente na coleta das drogas do sertão, no plantio dos gêneros agrícolas, nos trabalhos de criação de animais, nos engenhos e em quase todos os serviços urbanos (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Nesse caminhar histórico, somente ao final do século XIX a capital paraense volta a ser destaque nacional e internacional, no período do Ciclo da Borracha, representado pelo retorno ao quadro de crescimento econômico e de urbanização acelerada. Nesse momento, a paisagem urbana é incrementada por noções estéticas e higienistas, expressas nos esforços de limpeza urbana, na pavimentação das ruas e na construção de praças e jardins, torna-se a cidade uma das melhores infraestruturas urbanas do país (NÓBREGA, 2007).

A *Belle Époque* do ciclo da Borracha, ocorrida entre os anos de 1850 à 1920, movimentava canais de circulação de mercadorias, de capitais e de bens de consumo, dava sentido a mundialização da economia capitalista (COELHO, 2016). Foi um dos momentos mais expressivos da economia da região amazônica, relacionado à exploração, beneficiamento e comercialização do látex retirado da seringueira, havendo ainda o maior aproveitamento das vias fluviais a fim de dinamizar a circulação da produção (TRINDADE JÚNIOR et al, 2016).

Do porto de Belém eram escoados diversos produtos para a Europa e para o interior, haja vista que esse local a partir de 1850, passa a ser um destacado entreposto comercial do Império do Brasil (MALHEIROS; ROCHA, 2013). O transporte fluvial a vapor colaborou com a recuperação da economia e proporcionou a evolução do serviço de comércio, especialmente o da borracha, devido as vantagens desse tipo de navegação, que por sua rapidez e porte exigiu a remodelação dos muitos trapiches, cais e portos instalados na cidade (MARIN, 2004).

Para Trindade Júnior et al (2016), em Belém foram tomadas medidas de renovação urbana inspiradas no modelo europeu, deixando cada vez mais de lado a expressão ribeirinha da cidade. Pradronizou-se o Mercado do Ver-o-Peso e a orla central, afastou-se para longe os pequenos trapiches e seus negociadores, redirecionando o comércio de produtos regionais para áreas mais distantes e aproximando as indústrias de importante atividade fabril para a área portuária.

Ao mesmo tempo em que partiam grandes navios carregados de borracha, em contrapartida, continuavam a chegar uma diversidade de pequenas embarcações, carregadas de mantimentos para abastecer a capital. Traziam consigo cacau, açaí, café, castanhas-do-pará, coco, feijão, arroz, peixes (pirarucu e a gurijuba, principalmente), farinhas, manteiga de tartaruga, cestas de frutas e especiarias (AVÉ-LALLEMANT, 1980 apud MACEDO, 2009). A cidade em si era abastecida, principalmente, pela Ilha Grande de Joanes (Marajó), pelo Baixo Amazonas e pela Zona Bragantina (LIMA, 1996).

No que diz respeito às ilhas próximas da capital, mesmo em tempos de *Belle Époque*, onde a vida cotidiana já era programada e padronizada, os produtos nativos permaneciam sendo consumidos e comercializados por boa parte da população nas feiras e pequenos portos. A alimentação da maioria da população refletia um mundo tradicional, isto é, ribeirinho.

O consumo do açaí era bastante regular, o abastecimento da fruta vinha dos “interiores”⁴³ e a rede de distribuição pela cidade se dava por meio de pregoeiros ou ambulantes, onde era costume utilizar como identificação do ponto de venda do fruto uma bandeirinha vermelha (MACEDO, 2009), costume que permanece até os dias de hoje.

Na medida em que a exportação e os lucros da borracha cresciam, desenvolveu-se uma cotidianidade, onde não importava se os preços subiam, “pois a borracha pagava tudo” (PENTEADO, 1968, p. 129). O projeto de higienização político-territorial de Belém, arborizava e criava novas praças, pavimentava ruas e encobria igarapés, implantando boulevares para circulação da elite paraense (COELHO, 2011). Nesse momento os projetos e as reformas urbanas não seguiram somente o sentido de limpar vias, acreditava-se em uma reabilitação quanto ao mal-estar causado pela pobreza.

Deste modo, foram estabelecidos pelo governo códigos de postura que padronizavam a tipologia arquitetural das casas, justificados pela veemente preocupação com a —higiene e estética da capital paraense. Para as camadas ascendentes da população era possível seguir tais medidas, mas para o restante não. Por conseguinte, devido à nova codificação urbanística, por causa do adensamento demográfico, a população de baixa renda passou a amontoar-se ainda mais nas áreas alagadas, com o intuito de permanecer próxima ao centro, onde se condensam os empregos e os serviços públicos necessários para a sobrevivência na capital e, além disso, os custos de deslocamento casa-trabalho eram considerados os mais baixos. Assim, estas intervenções e normas urbanas pausterizantes tenderam a deixar ainda mais evidente as diferenças sócio-econômicas entre os segmentos populacionais no território belenense (ARAÚJO, 2008, p. 60).

⁴³ O viajante Avé-Lallemant relata a forma de abastecimento do fruto: “a cidade recebe o abastecimento necessário dos rios vizinhos, Guamá e Moju, cujas margens são especialmente ricas dessas euterpes, dalgumas ilhas e mesmo mais longínquas Marajó, pois sem açaí a cidade do Pará não saberia como arranjar-se. Por felicidade, como já disse, há durante o ano todo bagas maduras de açaí nas vizinhanças” (MACEDO, 2009, p. 186).

Estima-se que cerca de mais de meio milhão de pessoas migrou para a região amazônica com o objetivo de se incorporar à extração do látex (FURTADO, 1985). Esse retrospecto confirma a importância econômica que o extrativismo da borracha possuía, em especial, pelas inovações tecnológicas que transformavam esse componente em produto industrial (CASTRO; CAMPOS, 2015).

O projeto urbanístico de revitalização de Belém, preocupado em agradar uma elite de seringalistas, industriais e estrangeiros que não paravam de chegar, se estendia pelos bairros de Nazaré, Batista Campos, São Brás, Marco e Pedreira. Esses grupos de forte expressão econômica e política atraíram intenso fluxo de imigrantes para a cidade, principalmente, nordestinos (NÓBREGA, 2006).

No início do século XX, a cidade vivia denso crescimento populacional e expansão urbana significativa, atraindo significativos investimentos em infraestrutura (sistema viário, arruamentos, cais, calçamentos, abastecimento de água, iluminação etc), equipamentos (teatros, hospitais, mercados, matadouros, transportes coletivos, repartições públicas etc) serviços (limpeza, corpo de bombeiros etc) e embelezamento urbano (praças, bosques, arborização etc), de forte influência europeia e de caráter elitista (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 94).

Na região insular, os reflexos da modernização se concentraram na Ilha de Mosqueiro, onde surgiram chalés de veraneio com arquitetura européia; a primeira fábrica de Borracha do Pará (Fábrica Bitar Irmãos), responsável por exportar o produto para países como Alemanha e Inglaterra; a Serraria Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Santa Maria; e uma fábrica de gelo e de redes (NÓBREGA, 2006).

No período da borracha variado número de empresas de fora do País instalaram-se na cidade, como *Port of Pará, Amazon River Steam Navigation, Amazon Land and Colonization, The Sears Pará Rubber*, trazendo consigo considerável número de técnicos estrangeiros. Os representantes desses grupos e outros belenenses abastados, elegeram a Ilha de Mosqueiro como um dos pontos principais de descanso e lazer, passando os finais de semana e os períodos de veraneio nesse local, construindo-se na Ilha inúmeros chalés e um trapiche de ferro, instalando-se linhas de transporte fluvial à vapor, um ferro-carril⁴⁴ para a locomoção interna e inaugurando, inclusive, um cinema (TAVARES, 2017).

Nas ilhas, em função da política de imigração, sobretudo as maiores, como Caratateua (Outeiro), Onças, Mosqueiro e Cotijuba, ocorreu intenso povoamento. Nas ilhas menores, como Combu e Ilha Grande, destacaram-se as ocupações espontâneas por parte de imigrantes

⁴⁴ Bondinho movido à tração animal.

nordestinos recusados nos projetos governamentais de produção do látex ou sem condições financeiras para chegar aos seringais e castanhais (MIRANDA, 2015). As demais ilhas, dentro das representações do regime mercantilista e industrial, eram tidas como afeitas à civilidade e sem grande importância, o que era dificultado pela impressão que as elites tinham de natureza excessiva, sendo deixadas de lado pela maioria das políticas e projetos (DERGAN, 2006).

Reforça-se que, mesmo com tão extensa região insular, poucos são os registros oficiais sobre as características físicas e formação socioespacial de todas as ilhas, onde algumas nem mesmo possuem nomenclatura catalogada nos órgãos oficiais ou “sofreram alteração de nome, umas leves, outras radicais, razão porque nem sempre concordam os mapas e os livros a respeito dessa toponímia” (MOREIRA, 1966, p. 69). Nesse sentido, na documentação oficial é dado destaque às de maior extensão territorial ou de maior contingente populacional, como as ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba⁴⁵.

Por mais que o incremento do turismo desse seus primeiros sinais somente a partir da década de 1930 e explodisse apenas de 1960 em diante, no ciclo econômico da Borracha houvera considerável comercialização de viagens saindo da Europa com destino a Manaus. Registra-se que, ao final do século XIX, navegações saíam de Liverpool com escalas em Leixões, Porto, Lisboa, Ilha da Madeira, como também em Salinas, Ilha do Marajó e Belém, oferecendo diferentes categorias de conforto aos viajantes até sua chegada à capital do Estado do Amazonas (ANDRADE, 2010).

Nesse caminhar, em que a dimensão ribeirinha reflete um cotidiano inserido em uma totalidade espacial, juntam-se elementos de uma ordem próxima e de uma ordem distante (LEFÈBVRE, 2008). No início do século XX, o acirramento com a concorrência internacional no mercado da borracha, ocasionado pelo plantio de seringueiras em grande escala no continente asiático, levou ao declínio do ciclo e a estagnação econômica da cidade (NÓBREGA, 2006).

Entre espaços de veraneio, de lazer, de fuga do cotidiano e de considerável produção agrícola, as ilhas também abrigaram centros controladores do fluxo migratório, reformatórios para menores em condições de risco e prisões para violadores da ordem social da época. Nesse sentido, sistematizam-se as principais transformações espaciais ocorridas na região insular (Quadro 4), considerando que algumas ilhas, mesmo não fazendo parte da jurisdição municipal de Belém, influenciaram consideravelmente na produção espacial local:

⁴⁵ Outra ilha de destaque na paisagem insular de Belém, é a ilha das Onças pertencente ao município de Barcarena com cerca de 75 mil hectares.

Quadro 4 – Ilhas de Belém: principais transformações no espaço até a década de 1960

Objeto ou transformação espacial	Descrição	Período de início	Ilha
Sesmaria Dom Lourenço Álvares Roxo de Portlis	Enquanto sesmaria tinha a produção voltada para a plantação e beneficiamento de cana-de-açúcar e fabricação de aguardente.	1721	Ilha das Onças (Barcarena)
Olaria Landi	A sesmaria da ilha das Onças deu lugar a uma olaria pertencente ao arquiteto Antônio José Landi, voltada para a fabricação de telhas e tijolos, entre outros utensílios de barro cozido. O empreendimento durou pouco tempo e logo foi transferido para sua fazenda e engenho (Murutucu), uma vez que eram constantes os problemas de doenças e fugas da mão-de-obra indígena e negra.	1759	Ilha das Onças (Barcarena)
Engenho Uriboça	Construído no ano de 1780 e, posteriormente transferido para as margens do rio Uriboça na remediações de Marituba. O engenho foi desativado pela diminuição dos canais, não sendo possível mais produzir açúcar e aguardente.	1780	Arapiranga (Barcarena)
Mocambo Arapari	Registro de cartas solicitando diligências para essa região devido ao "descimento" de índios Pacajás e pela constituição de Mocambos, que deveriam ser combatidos.	1781	Região do Arapari
Engenho Fazendinha	Criado para embranquecimento de arroz, sendo propriedade do Capitão Luis Pereira da Cunha, localizado próximo ao igarapé Piriçu.	Por volta de 1784	Cotijuba
Lazareto	Pequeno hospital utilizado para a quarentena de lazarentos e doentes com varíola, principalmente, escravos.	1806	Arapiranga (Barcarena)
Sesmaria Capitão José Xer. de Azevedo	Localizada abaixo da "boca" do Arapari, de frente para a ilha das Onças, com constituição pequena se comparada as ilhas próximas. A concessão foi obtida em virtude da necessidade de cultivo de terras na província e pelo fato do requerente possuir considerável número de escravos disponíveis para a agricultura.	1821	Patos (Potés)
Refúgio Cabano	Espaços estratégicos para os revolucionários, uma vez que nesses locais estavam localizadas as moradias de boa parte dos revoltosos. Homens, em sua maioria, que moravam nas inúmeras cabanas à beira dos rios e igarapés, tornando a experiência e o uso da floresta um fator fundamental para o sucesso das fugas e combates.	1835-1840	Onças, Mosqueiro, Arapiranga, Tatuoca, Caratateua (Outeiro)
Base Militar da Brigada Pernambucana	Base militar em que funcionava um hospital, composta por 63 homens, responsáveis por abater os revolucionários cabanos.	1836	Cotijuba
Hospedaria de Imigrantes	Edificação que tinha por atividades abrigar imigrantes estrangeiros e brasileiros que chegavam ao Pará. O processo de criação da hospedaria dinamizou a ocupação da ilha, que mesmo com a ausência da atual ponte, possuía intenso fluxo de pessoas e mercadorias em seus portos. No local o governo criou diversas ações de controle sanitário para esses grupos, constituídos em sua maioria por estrangeiros, visando evitar contaminações e focos de epidemias.	1895	Caratateua (Outeiro)
Colônia agrícola de italianos	Diretamente ligada à criação da hospedaria de imigrantes, a "Colônia Modelo do Outeiro" abrigou grupos familiares de agricultores italianos que chegavam em navios da companhia <i>La Ligure Brasileira</i> . Esse povoamento se deu através de contratos firmados entre o Governo do Estado e concessionários que se responsabilizavam pela vinda e instalação dos colonos.	1899	Caratateua (Outeiro)
Depósito de Detritos e resíduos	Criado em virtude da necessidade de um local para armazenar os detritos gerados pelas obras de desobstrução das docas do Pará, "pela extraordinária quantidade de entulhos nela contida". Visava	1902	Patos (Potés)

	a higiene e conservação da capitania, onde o serviço deveria "ser realizado à noite com a maré na vazante (BELÉM, 1902, p. 128)		
Instituto Orfanológico do Pará	Dentro do projeto higienista republicano da cidade, esses locais tinham por função abrigar crianças do sexo masculino que fossem consideradas orfãs e desvalidas.	1903	Caratateua (Outeiro)
Ferro-carril	Estrutura que ligava a praia do Chapéu Virado à vila para a melhoria do fluxo de visitantes e mercadorias.	1904	Mosqueiro
Trapiche da vila	Destinado a atracação de navios a vapor que vinham de Belém e outras regiões.	1908	Mosqueiro
Cine Guajarino	Com bancos corridos, ventiladores de parede, diminuta sala de espera e um projetor, o cinema exibia os grandes sucessos da época.	1913	Mosqueiro
Usina Vitória	Administrada pela Companhia Paraense de Plantações de Borracha, que também possuía outra usina na vila de Pinheiros (Icoaraci), foi uma importante fornecedora de matéria prima para a indústria estrangeira, selecionando sementes, preparando lâminas de borracha, extraindo e embalando óleos e essências. Contando com boa parte da mão-de-obra de imigrantes nordestinos.	1930	Ilha das Onças
Educandário Nogueira de Farias/ Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC)	Inicialmente, voltado para grupos menores infratores e abandonados da cidade, com a justificativa governamental de que o aumento da criminalidade pós-declínio da borracha aumentara significativamente. Em 1961, passou a funcionar como Instituto de Recuperação Social (IRS), definhando o Educandário poucos anos depois.	1933/1961	Cotijuba
Cooperativa agrícola japonesa	Ocupada por famílias remanescentes de um engenho de arroz e por funcionários do educandário, a ilha recebeu um grupo com cerca de 18 famílias de origem japonesa, responsáveis por fornecer alimentos agrícolas para os alunos e por vender parte da produção nos mercado do Ver-o-peso. Permaneceram no local por cerca de 20 anos, quando foram obrigados a se retirar devido a falta de incentivos do governo e enfraquecimento do solo.	1945	Cotijuba
Estação Magnética	Ponto de referencia fixa para leitura do campo magnético da terra, empregado em telecomunicações, pesquisas científicas, prospecções de minerais e navegação aérea, terrestre e marítima. A ilha é campo de atual de pesquisadores do CNPq e do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG).	1957	Tatuoca

Fonte: PARÁ (1889, 1899), Belém (1902), Moreira (1966), Baena (1969), Mourão (1989), Menezes, (2000), Marques (2004), MPEG (2004), Emmi (2009), Kettle (2010), Melo (2010), Carneiro (2011), Carvalho, (2014), Brilho (2015), Miranda (2015), Costa (2017), Pinheiro (2017).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Figura 2 – Ilhas arenosas da província do Pará, no rio Amazonas



Autoria: Carl Matius (1842).

Nota: imagem formada por um série de palmeiras de açaí, tendo o rio e uma outra porção de terra como pano de fundo, ilustração publicada no ano de 1842.

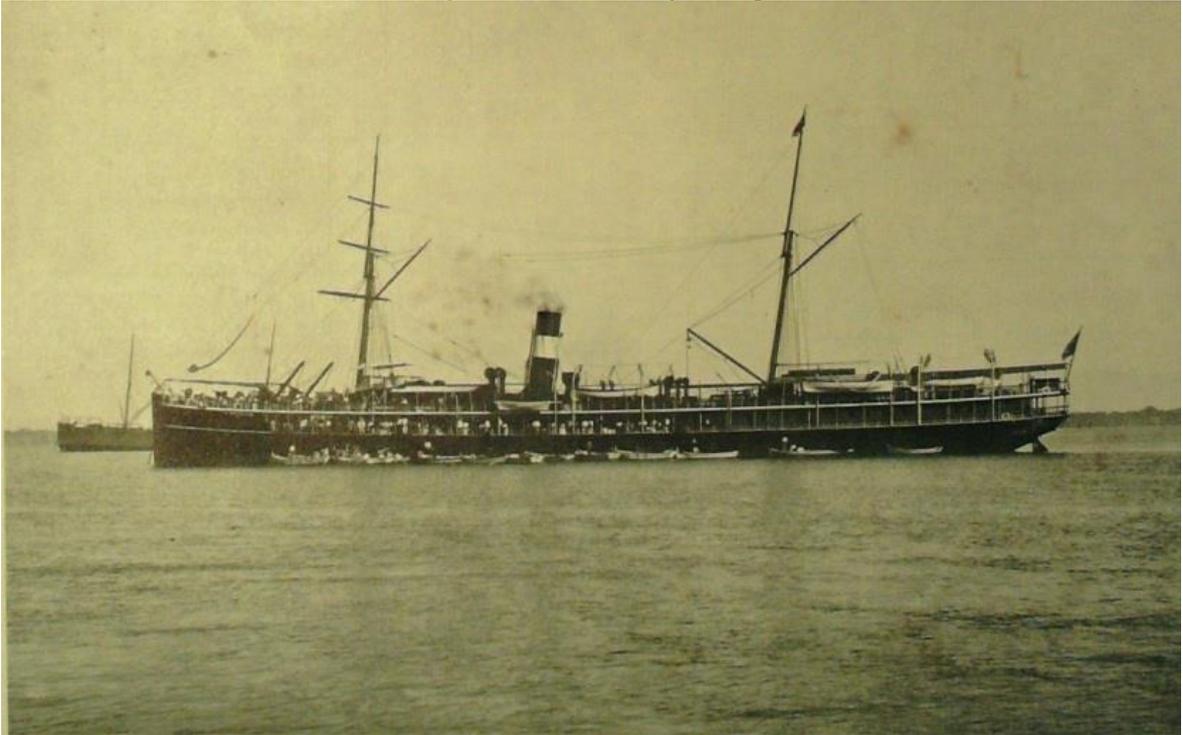
Fotografia 13 – Porto do Pará em 1899



Fonte: CODEM (1899).

Nota: através dos portos da orla de Belém, os principais produtos chegavam do interior e de outros estados à cidade. A imagem remete à orla do mercado do Ver-o-Peso.

Fotografia 14 – Embarcação a vapor



Fonte: CODEM (1899).

Nota: pertencente a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro circulando pelas águas do Rio Amazonas ao final do século XIX. Estima-se que o registro foi feito entre os anos de 1893 e 1897, quando o número de exportações no Porto de Belém apresentava números expressivos.

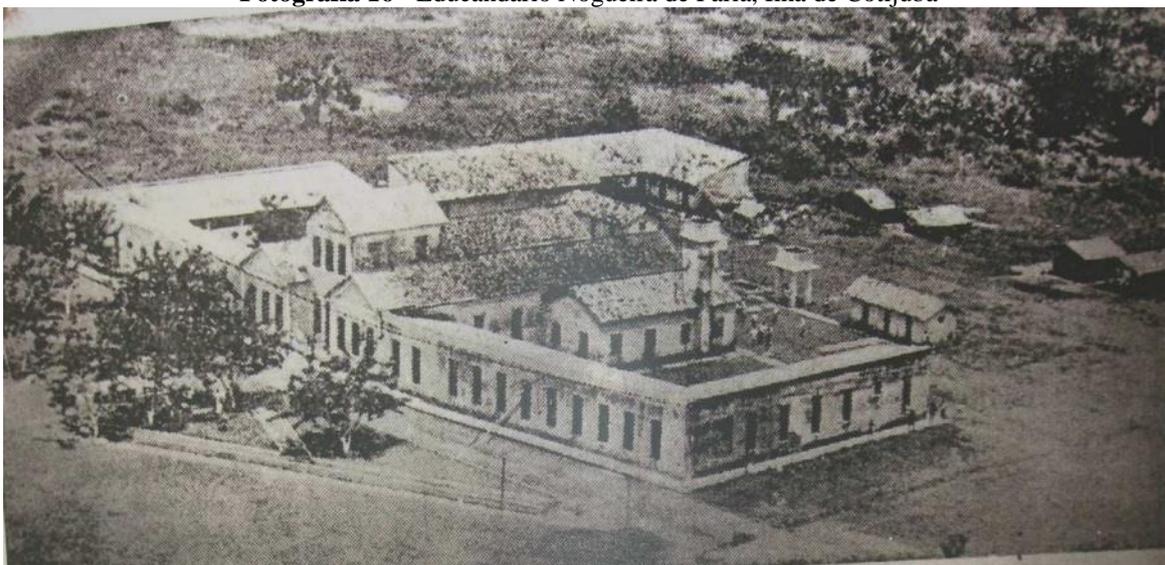
Fotografia 15 – Ilha de Arapiranga, Município de Barcarena, registrada no "Album do Pará em 1899" do governador Paes de Carvalho



Fonte: CODEM (1899).

Nota: o local abrigava pequenos portos, olarias, centros de beneficamento de borracha, casas de comércio, um lazareto e residências.

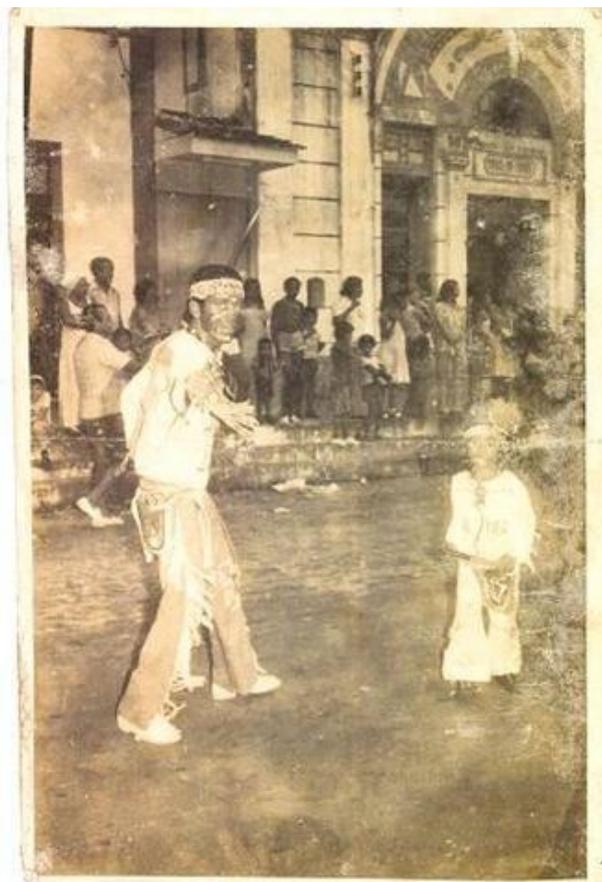
Fotografia 16 - Educandário Nogueira de Faria, Ilha de Cotijuba



Fonte: Melo (2010) com base na Província do Pará (1973).

Nota: objeto de destaque na Ilha de Cotijuba até o período atual, inaugurado na década de 1930, posteriormente, dando lugar, no ano de 1961, a um centro correcional e prisão que durou até o final dos anos de 1970.

Fotografia 17 – Cine Guajarino, Ilha de Mosqueiro



Fonte: SECULT-PA (1999).

Nota: fila para entrar no cinema da ilha de Mosqueiro, localizado no mercado municipal, mesmo ambiente em que aconteciam os desfiles e marchas de pessoas e carros alegóricos durante o carnaval.

Fotografia 18 – Instituto Orfanológico da Ilha de Caratateua



Fonte: Pinheiro (2017).

Nota: educandos uniformizados em horário de recreio às margens do rio, ano de 1908.

Fotografia 19 – Hospedaria de imigrantes, Ilha de Caratateua



Fonte: Pinheiro, 2017.

Nota: localizada na ilha de Caratateua (Outeiro), registro do ano de 1899, em que trabalhadores acompanhados de seus supervisores e demais funcionários da instituição aguardam a entrega da refeição.

As ilhas de Belém navegaram entre os títulos de “terras de reserva”, “paraísos” e “refúgio de preguiçosos”. Tais imagens dos espaços insulares possibilitam entender que a vida não pode ser realizada sem as representações que dela são feitas. Dito isso, as aproximações da realidade não podem substituir o vivido, pois, em caso de substituição pelo concebido, a representação se torna ideológica (SERPA, 2014).

Mesmo esquecidas da maioria da população, nas ilhas da parte sul eram estabelecidas redes de ligações econômicas e não-econômicas. De acordo com os registros orais realizados por Dergan (2006), as primeiras famílias que se instalaram no Combu são provenientes da Ilha do Marajó e dos Municípios do Acará, Barcarena, Igarapé-Miri e Abaetetuba, em sua maioria, expropriados de suas antigas terras pela nova dinâmica econômica e territorial que se instalava nessas regiões. Tal fato obrigava o pagamento de “dízimos” para os “donos da terra”, latifundiários, os quais mandavam periodicamente os trabalhadores para outras “propriedades”, e que por lá iam ficando.

As ilhas do Município de Belém variaram em números ao longo dos anos. Com o desmembramento do território, em 1948, parte das áreas insulares passaram a fazer parte de outros municípios, como Barcarena, Acará, Ananindeua, Santa Bárbara, Marituba e Benevides (MIRANDA, 2015). A ilha do Combu, que pertencia ao Acará, integrou-se a Belém, contudo, entre os habitantes mais antigos, ainda é comum a confusão quanto ao município à qual pertencem, haja vista que as relações cotidianas e de parentesco com os vizinhos se fazem muito presentes.

No Combu estabeleceram-se remanescentes indígenas e quilombolas, obrigados a se afastarem da urbanização acirrada da metrópole pela disputa por terras (DERGAN, 2006; NUNES, 2017) e, posteriormente, por imigrantes nordestinos. A comunidade Igarapé Combu, mais antiga entre os agrupamentos da Ilha, teria se organizado no local por volta de 1915 com a chegada da família Quaresma, o que não impede a leitura de relatos da presença humana desde muito antes (CIRILO, 2013).

Na Ilha do Combu gestou-se uma teia de relações por meio de laços parentais e fraternais, formados pelas primeiras famílias que foram crescendo e prolongando-se ao longo do terreno dos pais. Nesse sentido, afirma-se a existência de toda uma genealogia de membros da mesma família espalhados pelas comunidades (DERGAN, 2006).

Considera-se que nos espaços das ilhas, dos portos, das feiras, das praças, das calçadas, dos botecos e das tabernas de Belém, é possível perceber as permanências e resistências de grupos que foram pouco privilegiados nesse acontecer histórico. Essa invisibilidade aparente não pode anular ou apagar o mundo vivido por esses indivíduos, que se readequam à sua forma a todas as mudanças que lhes são impostas.

3.2 De caminhos à trilhas: o incremento do turismo na ilha do Combu

O declínio do ciclo da borracha, ocasionou um período de expressiva estagnação econômica, principalmente nos grandes centros urbanos, como Belém e Manaus, obrigando-os a encontrarem outras formas de permanência que garantissem suas posições enquanto frentes econômicas regionais. Manaus, por meio da criação da Zona Franca, conseguiu atrair significativos investimentos, o que fez com que seu Produto Interno Bruto (PIB) seja, até os dias de hoje, o maior da região. Em Belém, prevaleceu a indústria tradicional, o extrativismo, o turismo, o comércio e o setor de serviços em geral (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Na década de 1960, o processo de integração regional, promovido pelo governo federal, proporcionou impactos e mudanças consideráveis na região, inserindo-se novas perspectivas e problemáticas de estudos (BECKER, 1997). Esse período, marcado pela inserção de políticas territoriais de desenvolvimento regional, visou integrar a Amazônia ao restante do País, por meio da substituição gradativa e relativa dos rios e das ferrovias pelas rodovias, pelos incentivos fiscais, pelo início da industrialização, pela atração da mão de obra migratória e a pela vinda dos grandes projetos.

As mudanças na rede urbana e no modo de vida das populações locais tinham por objetivo organizar uma base logística regional, de modo a dar suporte aos novos projetos de crescimento econômico. Dessa maneira, Belém, Manaus e São Luís foram elevadas às categorias de metrópoles (VELOSO, 2015).

A presença das cidades médias também se torna marcante, uma vez que passam a ser polos de crescimento e de distribuição regional, a exemplo de Santarém, estrategicamente posicionada no Baixo Amazonas, mantendo-se, desde o ciclo da borracha, como um importante centro de distribuição regional (TRINDADE, 2015). Ademais, ganha destaque o aparecimento das cidades planejadas e dos pequenos povoados ao longo das rodovias.

A política de desenvolvimento regional, por meio do intenso processo de urbanização, acarretou impactos sociais nas escalas de crescimento populacional pela chegada de novos imigrantes e pelo aumento do número dos conflitos de ordem ambiental, decorrentes da implantação de indústrias e do agronegócio.

A partir dos anos 1970, a revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação cria uma nova forma de produção e de organização social, baseada na informação e no conhecimento – a alta tecnologia, reorganiza as bases do modelo de acumulação. Corporações transnacionais e organismos internacionais reforçam uma economia global; combinando recursos e mão-de-obra numa escala planetária, estendendo a produção industrial aos países subdesenvolvidos (BECKER, 1994, p. 63).

Nesse sentido, a Amazônia pode ser dividida em três porções: oriental, central e ocidental⁴⁶, tornando-se um espaço onde convivem estratégias de desenvolvimento diversas. Tendo o Estado o papel de mediador/orquestrador das diferentes interfaces entre o público e o privado, integrando projetos, programas e parcerias transescalares, que incluem tanto as instituições governamentais quanto à sociedade civil (BECKER, 1997; MELLO, 2006).

Sem fugir às lógicas das transformações globais, no território amazônico, ambientado por uma mistura de inserções e exclusões, de velocidades e lentidões, surgem nexos da modernização da sociedade urbana (SANTOS, 1993), cujo sistema de objetos e sistema de ações interagem, coexistem e se distanciam em diversas escalas de análise.

As grandes, médias e até mesmo pequenas aglomerações receberam as recentes inovações do mundo capitalista. Simultaneamente, ou não, tornou-se comum referir-se às relações que acontecem na Amazônia urbanizada como voltadas para a difusão de atividades mais modernas e associadas ao mercado externo.

Trata-se, em sua maioria, de “cidades na floresta”, ou seja, aquelas cidades que tendem a se articular principalmente às demandas externas à região, fazendo do ecossistema florestal um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e visto principalmente como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc) (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 6).

Logo, o quadro regional das últimas décadas afirma uma mudança no padrão de organização do espaço que desemboca, igualmente, em uma maior complexidade, não só às formas das cidades, como também aos seus conteúdos, confirmando o processo diferenciado de produção do espaço (TRINDADE JÚNIOR, 2011).

Nesse sentido, a partir da metade do século XX, entre os principais balizadores para o início do processo de integração regional, encontra-se a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano da configuração espacial (TRINDADE JÚNIOR, 1999). As rodovias foram assumindo maior importância enquanto meios de circulação

⁴⁶ A Amazônia pode ser reconhecida diferencialmente em três porções: a) a Amazônia oriental e meridional, correspondente ao arco povoado a leste e sul da floresta, respectivamente, as áreas desmatadas do sudeste do Pará e da agroindústria do cerrado mato-grossense, com expansão até os estados de Tocantins e Rondônia, e, cujos limites mais avançados seriam Açailândia (MA) e Cacoal (RO); b) a Amazônia central, estendendo-se do nordeste do Pará à rodovia Porto Velho-Manaus-Venezuela, passível de expansão da agricultura capitalizada, como no caso da soja na Cuiabá-Santarém, no vale do Madeira, no rio Juma, com grande proporção de terras indígenas e unidades de conservação, o que lhe atribui grande vulnerabilidade; c) a Amazônia ocidental, unidade ainda marcada pelo ritmo da natureza, com grande potencialidade em águas, florestas, recursos minerais, assim como a presença da concentração econômica em Manaus, o peso do narcotráfico e de agentes externos de um lado, e de índios e militares de outro, além da vulnerabilidade da fronteira política e da relativa ausência de unidades de conservação e de terras indígenas na sua parte central (BECKER, 2001).

de bens, de pessoas e de mercadorias, interferindo nas dinâmicas anteriormente estabelecidas com os rios.

Segundo Leão (2017), a construção de estradas para ligar a região ao centro do País, fez com que Belém voltasse a atrair um grande contingente populacional vindo do interior e de outros estados. Essa população de baixo poder aquisitivo, sem condições econômicas para pagar pelo valor dos terrenos disponíveis, foi se instalando em áreas cada vez mais distantes da parte central. Pouco antes disso, os ambientes “alagadiços” do entorno do centro, como é o caso da orla sul, já vinham se configurando enquanto assentamentos de infraestrutura precária e juridicamente irregular.

Essa fase, que se estende até o período atual, é marcada por ambiguidades, rupturas e (des)continuidades, onde, de um lado, consolidam-se modos de vida extremamente modernos, sofisticados e artificializados e, por outro, apresentam-se crescimentos econômicos baixos, déficit habitacional, favelização acentuada, insuficiência dos serviços e dos equipamentos urbanos etc. (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Belém se apresenta com uma série de disparidades, espalham-se periferias conhecidas como “baixadas”, onde moradores de origem ribeirinha procuraram estabelecer-se, principalmente de maneira em que pudessem manter algum tipo de ligação com as práticas ligadas ao rio, que sempre foram a base de sustento das famílias (LEÃO, 2017).

A paisagem da orla de Belém, por meio das políticas territoriais, foi modificada por empreendimentos privados, portos e atividades econômicas incentivadas por órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (TRINDADE JÚNIOR, 2014), contudo, vale lembrar que:

[...] embora a ocupação privada predomine em quase toda a extensão da orla, a mesma ocorreu de maneira diferenciada segundo a dinâmica dos agentes produtores do espaço urbano, produzindo algumas especificidades reveladas pela tipologia de usos aí existentes, conforme observado na orla sul da cidade, onde dominam alguns traços de atividades e agentes mais ligados à face “ribeirinha” da cidade e ao circuito inferior da economia urbana. Faz-se necessário, portanto, olhar para a vida cotidiana que se espacializa na orla fluvial tomando-a como ponto de partida para o exercício de planejamento e de gestão urbanos mais inclusivos e como forma de inserção participativa dos agentes que cotidiana e regularmente interagem com o rio definindo outra lógica de apropriação do espaço que merece um deslocamento de olhares (TRINDADE JÚNIOR, 2014, p. 87).

Dentre as intervenções urbanas realizadas em Belém, que interessam para a análise da produção do espaço turístico, destaca-se que, a partir da segunda metade do século XX, além da construção da Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviária da Bacia Amazônica (VICENTINI, 2004), ocorreu também a abertura da base militar de Val de Cans para o tráfego de

passageiros domésticos, fornecendo subsídios para a mobilidade de pessoas com a implantação de voos nacionais e internacionais (SUDAM, 1968). Para essa análise, consideram-se esses dois empreendimentos como marcos centrais àquilo que se firmava a médio e longo prazo, a abertura da floresta para o capital nacional, internacional e para o turismo.

No que diz respeito ao setor de serviços e equipamentos hoteleiros, comuns em espaços voltados para a produção do turismo, entre as décadas de 1970 e 1980, destacaram-se os implementos hoteleiros de luxo nas cidades de Manaus, Santarém e Belém, como no caso da rede de hotéis Tropical, em Manaus (1969) e a rede Horsa em Belém⁴⁷, o que corresponde às origens dos incentivos à instalação de empresas turísticas em cidades estratégicas posicionadas na região (ANDRADE; TAVARES, 2012).

As iniciativas voltadas para a macrodrenagem de Belém também merecem atenção, visto que entre os anos de 1960 e 1980, o poder público promoveu o projeto de macrodrenagem⁴⁸ do Igarapé das Almas substituindo-o pela avenida Visconde de Souza Franco, (re)organizando-se os usos e tipologias daquele espaço, onde as vilas operárias e os assentamentos informais deram lugar aos arranha-céus, centros de comércio e serviços de luxo (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Dentro desse período, ainda considerando a política de incentivos fiscais e de abertura econômica, surgem os distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, voltados para atividades fabris e de beneficiamento de matéria-prima. As novas indústrias da cidade nascem descentralizadas, considerando as vantagens locais da orla, como é o caso das indústrias que se instalaram no distrito de Icoaraci, ao longo da rodovia Arthur Bernardes, e as indústrias madeireiras, que em grande parte escolheram a orla sul (TRINDADE JÚNIOR, 2005).

O distrito de Icoaraci, por sua posição geográfica privilegiada em relação ao centro da cidade, de frente para a Baía de Guajará e às margens do Furo Maguari, possibilitava o recebimento de matérias-primas para o escoamento da produção, tendo ainda ao dispor toda uma infraestrutura de porto, aeroporto, bancos e escritórios, local de forte concentração populacional relativamente disponível para o mercado de trabalho (SILVA; DIAS, 2012).

⁴⁷ Desde a década de 1950, a rede Horsa (Hotéis Reunidos S/A), considerada a primeira grande rede hoteleira do Brasil, destacava-se como a responsável pela construção de grandes empreendimentos de hospedagem no país. A partir da década de 1970, por meio de incentivos fiscais para a hotelaria desenvolvidos pela EMBRATUR, o grupo criou estabelecimentos comerciais, como o Hotel Nacional em Brasília, a convite pessoal do então presidente da república Juscelino Kubistcheck, e o originalmente denominado Hotel Nacional (Excelsior Copacabana), no Rio de Janeiro, inaugurado em 1972, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, bem como empreendimentos em São Paulo, Belém e Belo Horizonte (XAVIER, 2007). Em Belém, o grupo atuou no Hotel Excelsior Grão-Pará, atual Hotel Grão-Pará, localizado no bairro da Campina, nas proximidades da praça da República.

⁴⁸ Numa ordem cronológica encontram-se o Programa de Recuperação das Baixadas (1970); o Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una (1980), o Programa de Recuperação da Bacia do Tucunduba (1990) e, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) (CRUZ, 2012).

A implantação do distrito industrial de Ananindeua, em 1979, surge através das políticas advindas do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)⁴⁹, com o mesmo potencial de crescimento econômico que o distrito de Icoaraci. A justificativa para sua instalação estava em outra localização estratégica, nas proximidades da Rodovia BR-316, uma vantagem locacional para a ligação a outros municípios do Estado, tendo como possibilidade de entrada e saída de produtos pelo rio Maguari. Ademais, em uma outra perspectiva, havia a vantagem monetária dos empresários em instalar suas fábricas nesse tipo de local, por situar-se em uma área isolada e distante do centro, logo com preços de terrenos mais acessíveis (ARAÚJO, 2012).

O estabelecimento de uma infraestrutura de transportes e hoteleira seria fundamental para os planos governamentais de receber grandes empresas e futuros investidores. Assim, para Andrade e Tavares (2012), investir no turismo era a expectativa de um vantajoso custo-benefício, pois, se comparado a outras atividades econômicas, o pouco investimento e a quantidade diversificada de empregos (hotelaria, restaurantes, agências de viagens, transporte e artesanato) possibilitaria integrar a região no contexto socioeconômico e cultural do país. A noção de integração estimulou além dos interesses econômicos uma necessidade da organização espacial:

Estas ações influenciaram indiretamente na atração espontânea de uma oferta hoteleira para as margens dos eixos de integração. A abertura dos trechos Belém/São Luiz; Belém/Brasília; Cuiabá/Santarém; Cuiabá/Porto Velho; Porto Velho/Manaus e Manaus/Boa Vista, atraiu não só a instalação de um posto de gasolina a cada 70 km em média (SUDAM, 1978), mas também a atração de estruturas de hospedagens e restaurantes para os viajantes. Mesmo que alguns destes precários hotéis visassem atender às eventuais pessoas que trafegassem pelas precárias estradas amazônicas, outros equipamentos hoteleiros se beneficiavam da facilidade do acesso para estimular uma prática turística pouco convencional na época (ANDRADE; TAVARES, 2012, p. 1).

A chegada das redes de hotéis para as diferentes capitais da Amazônia correspondia à investimentos no setor turístico durante a década de 1970. Não obstante, as isenções fiscais atraíram empresas especializadas no transporte hidroviário e aereoviário (ANDRADE; TAVARES, 2012). Todas essas políticas e intervenções expressaram-se na caracterização do atual planejamento das políticas voltadas para o turismo, cuja importância dos incentivos fiscais do governo federal e do processo de integração na dinâmica regional continuam presentes na paisagem e na circulação das informações, dos bens e dos serviços.

⁴⁹ O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), no período de 1975 à 1979, assim como o I PDA, entre os anos de 1972 à 1975, visava garantir a integração da região ao restante do país. As diretrizes giravam em torno da ocupação humana e do desenvolvimento econômico, dando-se destaque para a implantação de grandes projetos, como a rodovia Belém-Brasília, a Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Grande Carajás, redefinindo a posição da Amazônia nos planos desenvolvimentistas nacionais.

A elaboração das políticas públicas de turismo começou a tomar corpo na década de 1970, com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), no ano de 1977 (NÓBREGA, 2006), coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que norteou as ações durante todo o período de 1980 a 1985:

A dinamização do turismo na Amazônia, como setor planejado e rentável, objetiva causar um impacto sobre as atividades econômicas, com reflexos nos níveis de emprego, renda e investimentos, justificado plenamente pelo apoio especial das várias esferas governamentais e a mobilização da iniciativa privada (SUDAM, 1977 apud NÓBREGA, 2006, p. 40).

Os objetivos que se pretendiam alcançar por meio do I PTA e, posteriormente com o II PTA, voltavam-se para a contribuição na ocupação territorial ordenada e pela participação no desenvolvimento econômico e social da região, através da geração de emprego e renda, com os menores custos econômicos e sociais possíveis, valorizando os recursos naturais da região, assim como seu patrimônio histórico-cultural. Observa-se que, na década de 1970, a geração de emprego e renda era a principal premissa defendida pelos planejadores e promotores das políticas de turismo regionais, seguindo a lógica do modelo econômico colocado pelos governos militares para o território nacional (NÓBREGA, 2006).

O II PTA, lançado pela SUDAM em 1992, em conjunto com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e com o Banco da Amazônia (BASA), vigorou até o ano de 1995, tendo por objetivo constituir um instrumento para coordenar as ações do Governo Federal, bem como dar apoio à iniciativa privada (NÓBREGA, 2006). As diretrizes gerais do documento eram as seguintes:

[...] promover o desenvolvimento turístico de forma ecologicamente sustentada; revitalizar as ações estruturais das instituições públicas e privadas componentes do trade turístico regional; minimizar o aproveitamento dos recursos naturais e culturais na produção do turismo receptivo; integrar os roteiros turísticos regionais; revigorar a imagem da Amazônia com destino das correntes turísticas. Quatro eram os programas prioritários para consolidação da Amazônia como produto turístico a saber: a) Programa de Educação Turística; b) Programa de Estudos, Pesquisas e Planejamento; c) Programa de Marketing e Promoção; d) Programa de InfraEstrutura e Equipamentos Turísticos (NÓBREGA, 2006, p. 42).

Nóbrega (2006) realizou uma sistematização e análise profunda dos planos. No II PTA, diferente do primeiro, enfatizou-se a questão ambiental, por influências externas que estavam ocorrendo em nível mundial no período. Nesse plano, sugere-se a possibilidade de

"compatibilização do crescimento econômico com a conservação ambiental, sob a ótica do desenvolvimento sustentado"⁵⁰ (NÓBREGA, 2006, p. 42).

Esse apelo de se direcionar grande parte das ações do plano ao caráter ecológico deve-se à influência mundial, sensibilizada principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando o mundo passou a testemunhar uma grande e rápida deteriorização ambiental. O cuidado com o meio natural tomou maior proporção a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, ampliando sua discussão depois da Rio 92. Um dos grandes entraves encontrados nessa discussão foi justamente como encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar o meio natural e permitir a geração de fluxos econômicos com a utilização desse recurso. Outro ponto que merece destaque é como garantir o convívio das populações tradicionais nessas áreas, visto que grande parte dos projetos, concebidos na escala regional amazônica, tinha o caráter de exclusão social na efetivação prática de suas ações (NÓBREGA, 2006, p. 43)

Na década de 1970, também surgem os primeiros programas de financiamento para a atividade turística, como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), cujas ações e instrumentos compreendem o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) lançado em 1996 (NÓBREGA, 2006). Esse programa visava ser a:

[...] promessa de mais um programa que será implantado na Região, com parcerias financeiras de recursos dos organismos internacionais, a exemplo de bancos de desenvolvimento, como o BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para implementar as ações delineadas no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, o BIRD alocará recursos da Organização dos Estados Americanos - OEA, através de acordos de Cooperação Internacional; da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do PNUD; de bancos nacionais de financiamento onde se destaca o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e, por fim, do setor privado (NÓBREGA, 2006, p. 50).

A partir da década de 1990, o esgotamento do Estado, como condutor das políticas, é ratificado em favor de parcerias e na participação de vários atores sociais. Assim, priorizou-se a descentralização do governo federal e o destaque para a gestão dos municípios, por meio da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no ano de 1994, o mais importante representante na mudança de paradigma (CORDOVIL, 2017). Se o PNMT foi o representante mais fiel da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, posteriormente, para os primeiros anos do século XXI, o Programa de Regionalização do Turismo passou a ter o mesmo significado no que diz respeito à escala regional (CRUZ, 2006).

⁵⁰ A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) define a noção de turismo sustentável como aquele que na gestão dos recursos atende às necessidades econômicas e estéticas das paisagens, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte à vida. O conceito de desenvolvimento sustentável faz referência à capacidade de satisfazer às necessidades atuais sem por em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer às suas próprias necessidades.

Na busca por iluminar o presente, observou-se que a expansão urbana iniciada pelo processo de formação metropolitana de Belém, em termos gerais, desprezou a dinâmica existente na região insular, uma vez que a penetração e interiorização se deu em sentido contrário às ilhas, principalmente as da parte sul.

A não ser paisagisticamente, as ilhas do lado do Guamá têm reduzida significação para Belém, a começar por se acharem na margem oposta à cidade. Contudo, destacam-se pelo seu tamanho as do Cambu, dos Patos, São Benedito, Marinheiro, Murutucu, Paulo da Cunha e outras mais. Pelo exposto, vê-se que a moldura nesográfica da capital paraense se compõe de três grupos de ilhas: as que defrontam a cidade, as que margeiam o lado direito do estuário e as que se localizam no lado do Guamá (MOREIRA, 1989, p. 71).

A fase de metropolização de Belém, iniciada a partir da década de 1960 e consolidada nas décadas seguintes, pressupõe a incorporação de cidades, vilas e povoados próximos de Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passou a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País, e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Dentre os espaços insulares de maior expressão populacional, percebeu-se que o processo de metropolização deu-se das seguintes formas: criação de áreas de proteção ambiental devido a influências internacionais e denúncias de pesquisadores e ambientalistas; ações dos movimentos sociais organizados por moradores que reivindicavam melhoria de transporte, construção de escolas, de postos de saúde e outros; e a construção e intensificação de vias para facilitar o acesso (MIRANDA, 2015).

De acordo com Rodrigues (2006), o período denominado pós-fordista⁵¹ ou pós turismo, contextualizado socialmente à luz da pós-modernidade, impôs aos países centrais do capitalismo, um pacto social baseado na redistribuição do excedente material da produção e na distinção espacial da esfera do trabalho e da esfera do lazer.

A Amazônia não fugiu dessa perspectiva de turismo voltado para uma economia de mercado mundializada, vinculada aos sistemas produtivos globais, dominados por macroatores, cuja lógica organizacional se dava de maneira reticular, cada vez mais competitiva e tecnificada (RODRIGUES, 2006). Todavia, vale lembrar que mesmo com a massificação de um modelo em

⁵¹ Para Rodrigues (2006, p. 298), “alguns autores (MOLINA, 2003; MARCHENA GOMEZ, S/D.) quando se referem a uma fase pós-fordista do lazer e do turismo, balizam-na a partir dos anos 1980, na qual, entre outras características, observa-se uma maior flexibilidade da oferta como novo paradigma na estrutura produtiva que permite, graças ao manejo da informação, à gestão integrada em um processo contínuo de vários produtos turísticos intermediários, ofertar produtos finais mais elásticos. Apesar da adoção de estratégias para a desmassificação do mercado –para o atendimento a nichos subordinados a interesses vários, correspondentes a demandas cada vez mais exigentes–, ainda é o lazer alienado (veja-se o frenético mundo dos parques temáticos) e os pacotes estandardizados que predominam”.

sua maioria excludente, construído à base de simulacros como os que foram estruturados a partir da fase fordista de viagens, nas cidades da Amazônia encontram-se momentos em que:

[...] o local assume importância crescente, não somente enquanto cenário para novas práticas, mas reconhecidamente como o único recorte territorial que pode conjugar os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo, a fim de se contrapor à lógica do mercado hegemônico globalizado, sem que isto signifique completo isolamento, não só considerado quase impossível, como contraproducente na atual conjuntura econômica (RODRIGUES, 2006, p. 298).

Entre as ilhas contempladas como áreas de expansão metropolitana encontram-se Mosqueiro e Caratateua (Outeiro), cujas características principais vão inicialmente de setores industriais ou residenciais predominantemente populares até a suburbanização de alta renda, de constituição mais recente (VELOSO, 2015). Outrossim, entre as novas funções e usos das ilhas mais povoadas (Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba), antes mesmo da metropolização, destacavam-se o incremento de segundas residências (casas de veraneio)⁵².

Mesmo com a desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores, permaneceram conteúdos sociais marcados por temporalidades específicas (TRINDADE JÚNIOR, 1999). Nas ilhas da parte sul perduraram práticas tradicionais de extrativismo e atividades de subsistência baseadas nos cultivos de alimentos como milho, feijão, arroz e legumes, tendo em vista as dificuldades de transporte para o continente, onde a travessia era feita em canoas a vela ou a remo (RODRIGUES, 2006).

Entre 1970 e 1989, dentro do projeto desenvolvimentista de governo, houve forte incentivo à exploração florestal na Amazônia. Em boa parte das ilhas de Belém e adjacências foram concedidos terrenos pelo governo estadual para implantação de fábricas de beneficiamento de palmito. Contudo, as concessões que eram apenas para exploração florestal, em muitos casos, viraram posses com títulos reconhecidos em cartório. No bojo destas áreas concedidas, estavam as terras de marinha, onde já residiam famílias ribeirinhas, formando-se o cenário de conflitos fundiários atual (MOURÃO, 2011).

Dergan (2006) e Nunes (2017) relatam, por meio de registros de histórias de vida, que na década de 1960, no Furo de São Benedito da Ilha do Combu, havia uma olaria voltada para a fabricação de tijolos. Pessoas se mudaram para o local em função dos terrenos concedidos pelos “donos da terra e seus descendentes” (DERGAN, 2006, p 90). Os autores supracitados relatam

⁵² A gestão do governador Zacarias de Assumpção, entre os anos de 1951 e 1956, foi marcada pelo intenso loteamento e demarcação de terras na ilha de Cotijuba. Com base em documentos disponíveis no Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), assume-se que os lotes eram concedidos mediante doações feitas pelo próprio governador a amigos e parentes. No entanto, nem metade dessas áreas foram ocupadas, pois, se tratavam de presentes do governador a “fiéis” apoiadores de campanha que nunca estiveram no local (SILVA, 2003).

ainda que onde foi construído o centro comunitário da comunidade do Igarapé Piriquitaquara, antes havia uma área para castigar escravos, provavelmente do período sesmarial, o que reforça a presença de moradores remanescentes quilombolas, em especial vindos da comunidade de Itacoã⁵³, localizada no Município de Acará.

O Centro comunitário reforça o poder simbólico e imaginário dos primeiros moradores, que atribuem a esse espaço uma representação das “conquistas” e “melhorias de vida” adquiridas pelos primeiros estabelecidos. Tendo por base a análise de Elias e Scotson (2000), pode-se afirmar que os grupos denominados estabelecidos são constituídos por moradores que nasceram e vivem na ilha há muitos anos, conservando, de certo modo, suas tradições em um tipo de coesão grupal. Para esse primeiro grupo, os recém-chegados ou *outsiders* são aqueles que chegaram de outras áreas, levando seus próprios conhecimentos, regras, costumes e crenças.

Antes de adquirirem esse sentimento de pertencimento ao lugar, os primeiros moradores se menosprezaram diante dos antigos "donos da terra". Atualmente, em movimento contrário, observa-se que alguns desses moradores e seus descendentes, agora estabelecidos, manifestam-se involuntariamente como “superiores” aos que vieram posteriormente, principalmente pelo seu tempo de residência no lugar; sendo esse um fator de distinção para os grupos em contextos sociais semelhantes que hoje habitam a ilha.

Com a criação do primeiro centro comunitário do Combu, a intervenção dos moradores organizados nas ações voltadas para a gestão do local converteu-se em diferencial de poder, a exemplo dos extrativistas e barqueiros. Os representantes dos centros comunitários e, posteriormente, das associações, ganharam legitimidade junto aos demais membros. Todo novo morador que não se enquadre com esse senso de pertencimento ao lugar é tido como não merecedor de ocupar um espaço na ilha.

Nesse sentido, o apoio da Sociologia para entendimento das “figurações sociais” (ELIAS; SCOTSON, 2000) que se estabelecem nos espaços é fundamental. Acredita-se que outras camadas, não só as econômicas, podem ser causadoras de conflitos entre os estabelecidos e os recém-chegados.

O conjunto de variáveis até aqui investigado permite a construção de uma paisagem urbana de expressiva relação das comunidades tradicionais do Combu com a cidade, com o rio e com a

⁵³ O município de Acará, localizado no nordeste Estado do Pará, possui uma vasta heterogeneidade econômica, política e cultural. No Estuário do Rio Pará, no vale do rio Guamá, afluente do mesmo rio, localizam-se na margem direita deste último e a aproximadamente 13 km de distância em linha reta de Belém duas comunidades de remanescentes de quilombo chamadas, respectivamente, Comunidade remanescente de quilombo Santa Maria de Itacoã-Miri e Comunidade remanescente de quilombo Guajará-Miri (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

floresta. Os ribeirinhos das ilhas e do continente se encontram e se misturam nos novos arranjos espaciais constantemente impostos na cidade.

Em locais como a Ilha do Combu encontram-se inúmeras resistências e, sobretudo, permanências de usos já estabelecidos, formando entraves ao planejamento e gestão governamental, que, nesse caso, tenta de certa forma padronizar e muitas vezes substituir os usos tradicionais por aqueles voltados para o lazer e para o turismo.

Nos anos de 1980 e início de 1990, com o País acometido por uma forte crise política de reflexos econômicos, a Região Metropolitana de Belém passa a sofrer com o crescimento da taxa de desemprego e com o aumento das atividades do setor informal (RODRIGUES, 1996). Alia-se a essa situação o baixo desempenho competitivo apresentado pelos distritos industriais se comparados ao restante da indústria nacional. Já a órbita da vida social no Combu, até o final do século passado, permaneceu diretamente vinculada ao extrativismo, às relações familiares e de vizinhança entre os membros das comunidades. Essa dinâmica começou a sofrer modificações de ordem externa a partir do final dos anos de 1980.

A construção, organização e funcionamento do Centro Comunitário do Combu surgiu com as novas possibilidades e relações estabelecidas na atualidade, a partir da década de 80 do século XX, principalmente pelo contato com pesquisadores, órgãos e instituições de ensino e pesquisa (DERGAN, 2006, p. 111).

A intensificação das visitas ao Combu iniciou por meio do contato de órgãos e instituições de ensino e pesquisa, principalmente o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Interessados em realizar estudos diversos, representantes dessa instituição passaram a visitá-la com frequência, possibilitando, assim, os primeiros registros de atividades com características semelhantes às desenvolvidas pelos lugares turísticos (DERGAN, 2006). Essa afirmativa surge do entendimento de que a partir da vinda de pessoas de outras cidades, do uso dos serviços de transportes, de alimentação, de excursões guiadas por membros da comunidade deu-se início às visitas organizadas na ilha.

O MPEG, pioneiro em pesquisas sobre a flora local, identificou possibilidades de degradações futuras na ilha, devido à derrubada desenfreada das palmeiras de açaí para a extração de palmito, iniciando o desenvolvimento de um estudo sobre as formas de manejo do fruto, ação que já vinha ocorrendo em outras ilhas (NUNES, 2017).

Entre os anos de 1987 e 1990, com o apoio financeiro da Fundação Ford, o museu realizou um projeto de extensão sobre o levantamento florístico do Combu, cujo enfoque estava em analisar os componentes biológicos da floresta. De acordo com os resultados que vinham sendo apresentados, o desenvolvimento dessa mata de várzea ocorria de maneira diferenciada da maioria

das outras florestas de várzea existentes na Amazônia, haja vista que esse ecossistema se desenvolve a partir dos fluxos constantes da maré (CIRILO, 2013).

Segundo Cirilo (2013), o grupo responsável pela pesquisa relatou sua surpresa com a conservação ambiental do local, que mesmo estando muito próximo de áreas mais urbanizadas e de ilhas cuja exploração madeireira se deu de maneira mais intensa, mantinha-se uma floresta em ótimo estado de regeneração em que a população residente vivia basicamente do extrativismo de dois recursos florestais: o açaí e, em menor quantidade, o cacau. A autora expõe ainda que na mesma época haveria um projeto do governo municipal para construir uma ponte que ligaria o continente à Ilha, o que foi combatido como insustentável pelo grupo de pesquisadores do MPEG.

Os pesquisadores ainda achavam surpreendente que, a 10 minutos de barco da zona urbana de Belém, os visitantes se deparavam com uma floresta quase intacta na ilha e com características consideradas únicas na região amazônica. Através destas observações, a equipe de pesquisadores começou a vislumbrar uma alternativa que possibilitasse que o território da ilha permanecesse abrigando as populações ribeirinhas e mantendo esse modo de vida, que durante mais de trinta anos promovia a sustentabilidade local. Desta forma, a conclusão dos relatórios de pesquisa de Anderson eram de que a ilha do Combu fosse transformada em uma reserva extrativista. Esses estudos foram utilizados pelo antigo IDESP, para proposição da ilha do Combu como unidade de conservação (CIRILO, 2013, p. 145).

As pesquisas realizadas pelo MPEG, seguidas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), possibilitaram a iniciativa de transformar o Combu em uma Área de Proteção Ambiental (APA) (RODRIGUES, 2006). Criada em 1997, a APA Combu seguiu a tendência mundial de conscientização por parte de gestores e da população em geral acerca dos problemas causados ao meio ambiente e aos recursos naturais, pelo crescimento econômico planetário acelerado.

A competência da gestão da unidade, inicialmente, foi atribuída à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), sendo esta, posteriormente, desmembrada, originando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Atualmente, cabe ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-BIO) a responsabilidade pela gestão da APA.

No final dos anos de 1980, o MPEG instalou uma estação experimental de pesquisa na Ilha, onde desenvolveram-se projetos até o ano de 1992. Os projetos que, além do apoio do museu, tinham a contribuição da Fundação Ford, empresa sediada nos Estados Unidos, e o posterior investimento da *Official Development Assistance* (ODA)⁵⁴, uma organização bilateral de origem

⁵⁴ A maioria das grandes ONGs recebe fundos financiados e patrocinados pelas agências de ajuda e desenvolvimento, que por sua vez recebem recursos dos governos de diversos países, como no caso do Banco Mundial, da ONU e de algumas corporações internacionais. Nesse campo existem as chamadas organizações bilaterais como a britânica

britânica, possibilitaram aprofundar os estudos sobre a diversificação dos recursos florestais em períodos de maior escassez (CIRILO, 2013).

A criação de Organizações não-governamentais (ONGs) e de fundos de investimento voltados para a preservação e conservação ambiental já ocorre desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). O nascimento da ONU, em 1945, nos Estados Unidos, tem como justificativa a preocupação com a segurança internacional durante o pós-guerra. Posteriormente, surgem as agências multilaterais que passaram a ter papel de destaque na formulação, na difusão e na implementação de políticas de assistência ao desenvolvimento (RIBEIRO FILHO, 2006).

A criação do primeiro parque nacional do mundo, o de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, ainda no século XIX (DIEGUES, 2001), é um dos primeiros passos das ideias preservacionistas que se espalharam pelo planeta durante todo o século XX. Segundo a lógica americana, a criação de parques e reservas naturais visava diminuir os níveis de estresses ocasionados pelo crescimento urbano desordenado, oriundos da forte industrialização que ocorria nas cidades. Entretanto, como lembra Santos (1992), esse tipo de ação pode gerar um processo de banalização da problemática da natureza.

O tema " 1992: a redescoberta da Natureza" é um desses que a atualidade nos impõe, mas deve ser abordado cautelosamente, já que nesse assunto a força das imagens ameaça aposentar prematuramente os conceitos. Por isso, cumpre, urgentemente, retomá-los e, eventualmente, refazê-los. Nessa tarefa, não nos devemos deixar circunscrever pelos ditames de uma pesquisa automática, instrumentalizada, nem aceitar o pré-requisito de nenhum enunciado. Somente a história nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas ideias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda (SANTOS, 1992, p. 95).

Entre as diversas metamorfoses e estratégias de controle capitalista do ambiente ecológico, econômico, social e cultural encontra-se a capacidade que os atores hegemônicos possuem de fundamentar ações de maneira desigual sobre o “espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 283). Nesse sentido, são implantados projetos e ações em áreas de relativa presença da natureza onde são permitidas práticas voltadas para a produção e para o consumo, como é o caso do lazer.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) permitem o desenvolvimento de inúmeras atividades voltadas para o uso público, como as trilhas ecológicas, que, se não forem planejadas

Official Development Assistance (ODA), a norte-americana *Agency for International Development* (USAID) e as multilaterais como o Banco Mundial, os organismos da ONU e outros (CAMELY, 2009).

corretamente, podem vir a comprometer tanto a conservação dos recursos existentes quanto a perspectiva de continuidade da atividade de visitação.

Desde 1930 existe no Brasil o modelo de gestão de áreas protegidas, mas foi a partir da década de 1980 e 1990 que passou a ocorrer um forte crescimento de criação de unidades de conservação, especialmente na Amazônia (CAMELY, 2009). No Estado do Pará, o processo de criação de UC foi resultado, principalmente, de um projeto desenvolvido pelo IDESP, a partir do final da década de 1980, cujo objetivo central era indicar espaços para a implementação das unidades estaduais (CIRILO, 2013).

O IDESP, em paralelo a outras entidades, passou a realizar o debate em torno da requalificação da Ilha do Combu enquanto unidade de conservação. Foram realizadas demarcações geográficas, ouvidos alguns representantes das lideranças locais e, juntamente com a Assembleia Legislativa, foi elaborada a lei que oficializou a criação da APA, sem que tal iniciativa fosse uma demanda da população da Ilha (NUNES, 2017), mas do contexto político sobre o qual o Estado do Pará e o País passavam. Sobre esse assunto acrescenta-se:

[...] após a apresentação das pesquisas realizadas pelo IDESP na Conferência Rio 92, houve um árduo trabalho de divulgação e reconhecimento dessas áreas como unidades de conservação pelo governo do estado. Apesar dos estudos do MPEG considerarem a categoria de RESEX mais adequada para a ilha do Combu, os técnicos do IDESP consideraram que como a ilha estava localizada na região metropolitana de Belém, transformá-la em APA seria mais viável, uma vez que possibilitaria a realização de outras atividades, como o turismo, que já era realizado no local. Outra característica observada pelos técnicos do IDESP era de que as famílias da ilha percebiam os benefícios da atividade extrativista de maneira individual. Na RESEX, existe um modelo comunitário de caráter cooperativista, onde os benefícios são percebidos de maneira coletiva, o que não ocorria na ilha do Combu, além da titularidade coletiva da terra, que não ocorria também na ilha (CIRILO, 2013, p. 146).

Seguindo uma tendência internacional, a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo especial à questão ambiental, estabelecendo, entre os princípios constitucionais, que todo cidadão brasileiro tem o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, responde-se, assim, aos anseios de diversas camadas da sociedade que vinham debatendo no País o assunto desde a década de 1970.

Com a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92), foi criada uma agenda de desenvolvimento sustentável a ser implantada pelos países participantes a curto, médio e longo prazo. Desse evento resultaram uma série de estratégias em prol da conservação da biodiversidade brasileira, dentre elas uma política Nacional de Meio Ambiente onde as áreas naturais do país passaram a ser pensadas a partir de sua proteção e gerenciamento.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) surge no ano 2000, cujos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação repercutiram por todos os estados do Brasil. Para que uma unidade de conservação fosse criada era necessária a união de três componentes: estudos técnico-científicos, concordância da sociedade e interesse político (CIRILO, 2013).

No caso da Ilha do Combu, só foi possível reunir esses elementos no ano de 1996, quando o projeto de lei foi encaminhado para o órgão responsável por sua aprovação. Durante seu processo de criação, a APA assumiu algumas especificidades como: foi indicada pelo MPEG; desenvolvida pelo IDESP; e aprovada pela Assembléia Legislativa. Esse tipo de percurso geralmente não acontece, uma vez que na maioria das unidades de conservação estaduais, os projetos de lei são encaminhados pelo gabinete do governador para aprovação na Assembléia Legislativa (CIRILO, 2013). Somente alguns moradores obtiveram conhecimento do processo de criação da área de proteção ambiental, não havendo consulta pública aos habitantes da Ilha, haja vista que na época isso ainda não era uma exigência legal (RIBEIRO, 2010).

Entretanto, as famílias mais "influentes" da Ilha, como é o caso da família Quaresma, tinham conhecimento e apoiavam a iniciativa, pois sempre tiveram interesse em manter a ilha do Combu conservada. Além dessa família, poucos eram os moradores com conhecimento sobre as diversas ações previstas para a Ilha, tão pouco estariam cientes do processo de criação da APA (CIRILO, 2013).

No que diz respeito às políticas de turismo, entre os anos de 2007 e 2010, destacam-se as as diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT) estruturado pelo MTUR, descentralizando parte das estratégias que eram responsabilidades do governo federal. Dentro desse plano maior, encontra-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), cujos objetivos buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística mediante processos de planejamento das regiões turísticas (BRASIL, 2015).

No Estado do Pará, evidencia-se o Plano de Desenvolvimento Turístico (PDT), que, entre os anos de 2001 a 2011, constituiu-se como o primeiro instrumento de fomento do turismo, convertendo-o em um destino turístico preferencial para o mercado nacional e internacional, mediante o desenvolvimento de ações que aumentassem a permanência e gasto do turista no Estado, assim como sua competitividade. Por meio do PDT permitiu-se a divisão do Pará em polos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia-Tocantins (PARÁ, 2001).

Mais adiante, buscou-se através do relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), componente das ações do PRODETUR, atrair investimentos e linhas de crédito para os polos Belém, Marajó e Tapajós. Entre as ilhas contempladas no polo Belém encontram-se Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e Combu, que, de acordo com o relatório, possuem belezas naturais em comum, além da existência de atividades turísticas (PDTIS, 2009).

Os projetos enviados pela antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) ao MTUR previam parcerias com instituições no sentido de realizar ações de provimento de infraestrutura e serviços básicos para a melhoria da qualidade do serviço turístico nos seis polos do Estado. Em relação ao Combu, a SECTAM/SEMA ficou responsável pela elaboração do projeto intitulado “Complexo Turístico da APA da Ilha do Combu” que previa implantação de um centro de visitação constituído por uma base administrativa, um posto de informações turísticas, uma casa de artesanato e outras estruturas, prevendo-se ainda a implantação de uma rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e a construção de equipamentos de apoio ao complexo (CIRILO, 2013).

Desde sua criação até os anos de 2010, período em que a gestão da APA foi conduzida pela SEMA, os estudos apontam que poucas mudanças por parte da gestão foram significativas na Ilha, com destaque para a proibição da extração do palmito e de outros tipos de madeira, o que nunca foi seguido a risca pelos moradores uma vez que a fiscalização não era frequente no local (RIBEIRO, 2010).

Reforça-se que mesmo constando entre as exigências na legislação estabelecida pelo SNUC (2000) de que unidades de conservação de uso sustentável devem ter um plano de manejo e um conselho gestor, até o momento somente o conselho gestor foi constituído. Sendo que, para Cirilo (2013), o conselho só foi criado no ano de 2008, cerca de dez anos depois de sua criação, devido a possibilidade de atração de recursos que poderiam ser investidos na Ilha.

As intervenções que acontecem em Áreas de Proteção Ambiental surtem mudanças de comportamento, inovações no *habitus*⁵⁵ das pessoas e alterações na estrutura de poder local. Passa-se a configurar no Combu um espaço político, cujo campo de grupos sociais com interesses diversos entram em consensos e conflitos constantemente. Cabe ao poder público a tarefa de construir uma série de estruturas legais que conduzem o ritmo da promoção do turismo em determinado local (SILVA, 2012).

⁵⁵ Considera-se o uso da expressão adotado por Elias (2001), ao referir-se à exteriorização de normas sociais, valores, modos de ser que foram interiorizados. Entendida também como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social dos indivíduos, uma força conservadora no interior da ordem social.

O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada, na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 2002, p. 9).

O desenvolvimento do turismo, como o conhecemos hoje na Ilha do Combu, tem relação particular com o processo de criação da APA, uma vez que foi a partir da década de 1980 que se estabeleceram as primeiras relações entre visitantes, empresas de turismo e os representantes das comunidades, principalmente a Beira Rio e o Igarapé Combu, primeiras a receberem as instalações de restaurantes (DERGAN, 2006).

Desde 2003 existem tentativas de moradores e donos de restaurante de construir “trilhas educativas” nos terrenos da comunidade Beira Rio e Igarapé Combu (DERGAN, 2006), por considerarem que os traçados da mata e do cotidiano ribeirinho são atraentes aos olhos dos visitantes.

Considera-se que entre os anos de 1990 e 2000 foi o início de atividades voltadas para o ecoturismo do tipo *river-tour*, de curta duração, na Ilha. Os roteiros eram disponibilizados tanto por agências de receptivo quanto por hotéis da cidade, tais como o Novo Hotel, Neytur Turismo e Gaia Terra Turismo, voltados exclusivamente para a contemplação da natureza e das habitações dos ribeirinhos (CIRILO, 2013).

Com a construção dos primeiros restaurantes, inicialmente três, sendo dois de propriedade de moradores da Ilha, o Restaurante Saldosa Maloca e o Restaurante Sabor da Ilha, e um de propriedade do Novo Hotel (atual Hotel Beira Rio), atualmente fechado e disponível para aluguel, o fluxo de visitantes era composto, principalmente, pela população da Região Metropolitana de Belém. Daí em diante, o espaço da Ilha do Combu passa a ganhar destaque entre os atrativos turísticos da cidade, sendo o início do processo de valorização e resignificação do lugar, onde a atividade turística passa a disputar com o extrativismo a produção econômica local.

Segundo Rodrigues (2006), houve ainda a tentativa de formar uma cooperativa de bijuterias na ilha, a partir do beneficiamento de sementes regionais, e ainda uma segunda para a produção de geléia de cacau, ambas em parceria com o Centro de Educação Montessoria do Pará (CEMP) e com o Centro Universitário do Pará (CESUPA), que ficariam responsáveis pelas oficinas, treinamentos e insumos para a fabricação dos produtos, além da orientação jurídica para os ribeirinhos envolvidos no projeto. Inicialmente a proposta foi voltada apenas para a doação de roupas e alimentos, entretanto, houve a recusa por parte das lideranças locais, afirmando que os

moradores da ilha precisavam de renda extra no período da entressafra do açaí, quando as dificuldades econômicas aumentavam consideravelmente.

Os moradores das comunidades receptoras, normalmente, têm uma visão positiva do turismo no início das atividades, relacionando-o principalmente ao discurso do poder público como gerador de renda, de emprego e de desenvolvimento local (MOLINA, 2006). Entretanto, depois de certo tempo, as opiniões se dividem, devido as mazelas sociais que surgem junto ao progresso econômico.

Nas sociedades pós-industriais, o turismo está inserido no contexto maior do lazer e do entretenimento, igualmente consumindo bilhões de dólares em investimentos e outros bilhões de dólares de lucro (TRIGO, 1993). Nesse processo, somente o que pode ser contado e valorizado mercantilmente, faz parte do grupo de “necessidades” dos seres humanos modernos.

Reconhecida por sua beleza cênica e pelas ações de *marketing* de cunho público-privado registrados desde 2006, encontram-se as aquisições de segundas residências na Ilha (RODRIGUES, 2006), que, a partir da oferta e valorização em revistas e jornais, reconhecem o espaço como alternativa de lazer, diversão e turismo.

Nos novos discursos do turismo, onde a linha tênue entre a vivência e a dominação passam invisíveis aos olhos da maioria, a Ilha do Combu vem se destacando nos últimos cerca de quinze anos como espaço de lazer para a população de Belém e para as empresas de turismo, o que vem sendo reforçado na veiculação de notícias dos principais jornais locais.

O antigo cidadão, transformado em usuário⁵⁶ pelas sociedades pós-industriais, primeiro precisa desejar o lugar turístico⁵⁷. A publicidade - propagadora de símbolos - consegue atingir tal objetivo, por meio da dialética da produção e (re)produção dos espaços pelos sistemas de objetos e de ações.

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2001, p. 15).

⁵⁶No lugar do cidadão formou-se um consumidor que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, 1987).

⁵⁷Para Cruz (2003), o lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo, como também a lugares considerados potencialmente turísticos.

Fotografia 20 – Matéria jornal O Liberal “Combu, onde se inventa a prosperidade”, em 1989



Fonte: Jornal “O Liberal” (1989).

Nota: A notícia gira em torno da valorização dos aspectos naturais e da beleza cênica da ilha, onde através da imagem repassa-se as vantagens do ambiente tranquilo da ilha, constituído pelo ecossistema de várzea do estuário guajarinó, onde a imagem da beleza cênica da floresta do curso de rio, permite aqueles que visitam a ilha um ambiente de paz e tranquilidade. Na matéria reforça-se ainda, o privilégio que o morador do Combu possui por trabalhar somente de segunda à quinta-feira.

Fotografia 21 – Matéria jornal O Liberal “Combu: tecnologia supera a crise”, em 1993



Fonte: Jornal “O Liberal” (1993).

Nota: No final da década de 1980 e início de 1990, o cenário fragmentado do espaço sociopolítico de várias metrópoles brasileiras, gerou uma crise socioeconômica noticiada nos principais jornais do país. Nesse ambiente pouco favorável, a notícia acima revela as novas possibilidades e tecnologias que vinham sendo implantadas na ilha do Combu, em que busca-se outras alternativas para não dependência total em função do extrativismo do açai.

Fotografia 22 – Matéria jornal O Liberal “No Combu, a riqueza desprezada”, em 1994



Fonte: Jornal “O Liberal” (1994).

Nota: A matéria mostra o declínio dos projetos implementados no Combu entre os anos de 1980 e 1990, devido a indisponibilidade de recursos para manutenção dos mesmos.

Fotografia 23 – Matéria jornal O Liberal “As ilhas que cercam o império do asfalto”, em 1995



Fonte: Jornal “O Liberal” (1995).

Nota: A notícia faz referência ao processo de implementação e resultados dos grandes projetos na capital paraense, como a rodovia Belém-Brasília, o que reforçou a imagem de crescimento da cidade de “costas” para os rios e para as ilhas, que não apresentaram o mesmo desenvolvimento da parte continental. O texto ainda chama atenção para alguns dos movimentos da época, que pedem atenção especial para a educação ambiental nas áreas rurais de Belém.

Natureza primitiva pode ser encontrada em ilhas do Pará

Kléber Werneck
Do enviado do Di ao Pará
04/04/2001 | 17:52

0 Comentário(s) Comunicar erros



O turismo ecológico no Pará está diretamente ligado a sua extensa rede fluvial. As 41 ilhas que circundam a orla da capital, Belém, são responsáveis pela formação de rios, furos, igarapés e várias praias de água doce. Dentro dessa diversidade é possível desfrutar de cenários praticamente selvagens ou balneários que lembram o Nordeste.

A chance de ter contato com a Floresta Amazônica é um dos principais atrativos. As ilhas de Cotijuba e Combu são duas que proporcionam essa experiência. A primeira ainda mantém a natureza primitiva na maioria de suas praias. Ela possui instalações modestas, mas suficientes para quem está à procura de natureza selvagem.

Combu, por sua vez, está localizada na foz do rio Guamá, e ainda reserva uma floresta secundária, onde são encontradas palmeiras e frutas como o cacau. Outra atração é a fauna. Lá vivem macacos e araras – que por volta das 6h proporcionam um espetáculo à parte com a revoadada matinal.

Fonte: Jornal Diário do Grande ABC (2001).

Nota: Sem negligenciar as notícias veiculadas em sites de internet, encontra-se a imagem acima de um jornal brasileiro localizado no estado de São Paulo, em que as ilhas do Combu e Cotijuba são referenciadas como áreas de grande potencial para o turismo ecológico dentro da capital paraense, comparando-as aos cenários “selvagens” ou aos balneários existentes na região Nordeste.

Fotografia 24 – Matéria jornal O Liberal “Belém resgatará ilhas do isolamento”, em 2007



Fonte: Jornal “O Liberal” (2007).

Nota: com um título que remete as ilhas como se elas não fizessem parte de Belém, a matéria apresenta a tentativa da prefeitura de realizar estudos que possibilitem desenvolver a região insular, onde concentram-se as maiores áreas rurais da cidade. No texto é reforçado o potencial turístico como uma alternativa de desenvolvimento local para uma região, dita isolada do restante da cidade.

Fotografia 25 – Matéria jornal Diário do Pará “Olha o Combu aí”, em 2016



Fonte: Jornal Diário do Pará (2016).

Nota: O lançamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apresentada pela ONU em 2015, repercutiu de modo global, nacional e regional, estados como Distrito Federal, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba, Bahia e Paraná adotaram internamente algumas das diretrizes da agenda. As ações e veiculação de notícias relacionadas ao lazer para moradores e turistas, bem como opções que integrem o meio ambiente e a gastronomia da cidade passam a ser constantes nos jornais e programas de televisão, essa veiculação de imagens integra os objetivos do novo projeto governamental. Na imagem, a olha do Combu é disponibilizada como uma boa alternativa de lazer dentro da cidade, principalmente para aqueles que não desejam enfrentar as mazelas das regiões de praia durante as férias escolares e feriados.

O implemento do turismo no Combu pelas agências, através dos relatos dos guias, reforça o caráter e a concepção da separação urbano/rural, natureza/cultura, na qual a cidade passa a ser cenário híbrido de vivências e de conflitos, ao mesmo tempo que se mostra em perfeita harmonia com a natureza (DERGAN, 2006). Mais que isso, legalmente instituídas pelo poder público, áreas de proteção ambiental oferecem recursos e imagens significativas para a atração de investimentos para uma região, principalmente quando associadas ao turismo.

Buscando entender as ressignificações e mudanças na relação com a natureza e com a cidade em curso desde a década de 1980, percebe-se a tentativa de (re)invenção de Belém a partir da criação de novos desejos e necessidades. As formas herdadas do passado, que ainda subsistem refletidas no espaço, trazem novas e diferentes concepções repletas de imagens e simbologias.

Nesse conjunto imbricado de relações, os agentes do mercado turístico e do planejamento urbano, (re)organizam o espaço e desenvolvem imagens que substituem a impressão de locais “isolados”, “esquecidos” e “pouco desenvolvidos” para ambientes “exóticos”, “paradisíacos” e “próximos de tudo”. Percebe-se, então, a progressão de racionalidades que se reduzem e se apropriam do rio, da floresta e de elementos da cultura ribeirinha, bem como se encontram resistências e contrarracionalidades que insistem em adaptar seu próprio ritmo de vida ao que é imposto.

Diante do exposto, após a identificação do papel dos agentes da produção de espaços para o turismo e dos conflitos de ordem econômica que se estabelecem entre eles - considerando estes agentes responsáveis pela (re)ordenação e fragmentação espacial – será possível identificar as demais tensões que surgem com esta prática, entendendo porque o ser humano é o elemento central na discussão acerca da produção do espaço turístico.

**4 DAS CONTRADIÇÕES À PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO: CONFLITOS,
VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS ENTRE OS AGENTES PRODUTORES E
CONSUMIDORES DO ESPAÇO COMBUENSE**



4.1 Do tempo lento das relações cotidianas ao tempo rápido da produção do espaço turístico

Com o retorno ao presente, é possível conduzir a discussão pertinente ao quarto capítulo, estruturado na apresentação e na análise do papel dos agentes da produção espacial do Combu, revelando-se as formas de apropriação por parte de agentes externos e as resistências manifestadas por meio da espacialidade e temporalidade ribeirinha. Nesse momento, pretende-se destacar como se dão as diversas tensões, contradições e conflitos entre os sujeitos que ainda desenvolvem práticas socioespaciais residuais, o poder público e o mercado.

A discussão dos resultados empíricos ocorreu a partir da sistematização de dados qualitativos e quantitativos, levantados e analisados à luz do referencial teórico, tendo por base a interpretação da vida cotidiana e as relações mantidas entre os circuitos da economia urbana dentro da particularidade do fenômeno turístico. As principais fontes foram: a) observação sistemática da paisagem, em diferentes dias e horários, pela manhã e tarde, durante o primeiro e o segundo semestre de 2017; b) apreensão de dados qualitativos primários, por meio de entrevistas semiestruturadas individuais⁵⁸ com agentes selecionados por sua representatividade e por seu destaque em diferentes escalas; c) aplicação de formulários com o auxílio da netnografia, sendo possível identificar a origem dos visitantes, as infraestruturas e serviços utilizados, assim como as principais motivações para visitar o Combu; d) por fim, a coleta de dados secundários originados de fontes como revistas, recortes de jornais, dissertações, teses e páginas virtuais de notícias.

A netnografia trata-se de uma técnica de investigação e interpretação do comportamento de sujeitos em comunidades on-line (KOZINETS, 1997). O neologismo “netnografia” (nethnography = net + ethnography) foi originalmente elaborado por um grupo de pesquisadores norte americanos na década de 1990, visando descrever por meio de um desafio metodológico a riqueza de detalhes em abordagens que utilizem o meio eletrônico para analisar atores sociais (BRAGA, 2006). Nesse estudo, os dados foram obtidos durante todo o segundo semestre de 2017, utilizando-se para a investigação as ferramenta disponíveis entre os recursos de serviços gratuitos

⁵⁸ Para entender a produção social do espaço da Ilha do Combu e sua relação com o turismo, foram realizadas ao todo 05 entrevistas com comerciantes; 05 entrevistas com condutores de embarcações, sendo um deles o vice-presidente da Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém (COOPETRANS) e também com o presidente da Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e do Baixo Acará (ASTIB); 03 entrevistas com moradores produtores rurais; 02 entrevistas com praticantes de atividades de lazer; 02 entrevistas com moradores que não possuem contato direto com as atividades de lazer e turismo desenvolvidas na ilha; 02 entrevistas com moradores que atuam diretamente nas atividades de lazer e turismo da Ilha; 05 entrevistas com representantes do poder público relacionados com a questão ambiental e turística da cidade; 04 entrevistas com representantes do mercado turístico que atuam diretamente em atividades de lazer na ilha, entre eles a vice-presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – Seção Pará (ABAV). Com esse último grupo de agentes, destaca-se a dificuldade de realização dos encontros, por motivos de recusa e falta de retorno quanto a disponibilidade para realização das entrevistas.

on-line do *Google Docs* (*google form*), em que foi possível criar e disponibilizar formulários virtualmente nas redes sociais *instagram* (165 formulários) e *facebook* (74 formulários). Dentre os critérios de escolha dos informantes, procurou-se principalmente, perfis de usuários que tivessem realizado “*check-ins*” na cidade de Belém durante os últimos anos, em especial, na Ilha do Combu. Dentre as limitações encontradas percebeu-se que, primeiramente, só seria possível abordar os usuários cuja página pessoal estivesse “desbloqueada” para visualizações. Em segundo lugar, observou-se que de 239 formulários prescritos, somente 66 respostas retornaram, isto é 27,6%. Acredita-se que devido os sujeitos abordados não terem o hábito ou técnica de visualização dos *chats* e caixas de mensagens frequentemente, ou ainda por não optarem pelo envolvimento em determinados assuntos. Em terceiro, nota-se que nessas redes sociais virtuais encontram-se em sua maioria, usuários jovens, o que dificulta a análise de visitas ocorridas em anos anteriores ao de 2010. Por fim, notou-se que a ausência de contato direto com o entrevistado pode oferecer restrições ao andamento da análise etnográfica. Reforça-se que mesmo com essas limitações, o caráter qualitativo da netnografia é capaz de ampliar o leque epistemológico das pesquisas e análises em ambientes virtuais, considerando-os para a interpretação de como ocorre a produção social em determinado lugar no mundo modernizado.

Para a última etapa, de análise dos circuitos da economia urbana, mesmo sabendo o curto tempo para a elaboração de uma pesquisa aprofundada, surgiu a inquietação em saber se esse local de fato se constitui um lugar, um não-lugar⁵⁹ ou um entre-lugar turístico (CASTROGIOVANNI, 2007), havendo a consciência de que a “realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devendo-se propor um outro modo de ver a realidade” (SANTOS, 2014, p. 101).

Considera-se que as entrevistas semiestruturadas podem ser um fim em si mesmas, a partir do fornecimento da descrição detalhada de um meio social específico, sendo possível empregá-las como base para construir um referencial para pesquisas futuras (GASKELL; BAUER, 2008). Houve o entendimento que as entrevistas deveriam ser gravadas, anotando-se detalhadamente os trechos de maior relevância, sendo o consentimento prévio dos informantes fundamental para a

⁵⁹ Ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não trabalho. Assim o não-lugar é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é, nesse caso, produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem simulacros de lugares, através da não-identidade, mas não para por aí, pois também se produzem comportamentos e modos de apropriação destes lugares (CARLOS, 2002, p. 26).

identificação dos mesmos, ou, caso contrário, o uso de códigos que pudessem mantê-los no anonimato, caso assim preferissem.

Dessa maneira, o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta encontrado na Ilha do Combu e apresentado nos capítulos anteriores, vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local. Foram organizados quadros explicativos com as opiniões dos entrevistados sobre temas que envolvessem os reflexos do turismo sobre os usos, percepções e trocas cotidianas das comunidades.

O quadro 5 dedica-se a importância que o rio e a floresta tinham no passado para os sujeitos que residem, trabalham e desenvolvem atividades na Ilha do Combu. Nos relatos dos informantes dá-se ênfase à questão da tranquilidade e da subsistência, pois a coleta de frutos e a pesca nos furos de rio, igarapés e na Baía do Guajará, possibilitaram e ainda possibilitam a sobrevivência da maioria das famílias.

Além de garantir a sobrevivência, a mata de várzea e o rio permitiam uma vida longe dos desafios urbanos da cidade, onde o prazer de não fazer nada e o prazer de realizar suas atividades cotidianas sem programação ou obrigatoriedade além da própria subsistência eram constantes. E mesmo o ato de transportar o excedente dos alimentos nas embarcações que seguiam rumo ao continente não deixava de ser satisfatório.

Outro fator que chama a atenção é a presença de moradores das ilhas em diversos bairros da cidade, como Icoaraci (informante 3), Bengui (Informante 7), Guamá, Condor e Jurunas, que desde o início de sua ocupação são lugares cuja circulação de pessoas vindas de localidades de forte proximidade com os rios é comum. Para Silva e Malheiro (2005), esse contato se deve às relações de compadrio, parentesco e comerciais entre esses indivíduos, manifestadas de maneira material e simbólica.

Nesse sentido, os laços familiares (informantes 3, 6 e 7) entre os habitantes do Combu, com as ilhas do entorno e até mesmo com alguns dos bairros da parte continental da cidade, reforçam a existência de uma rede de solidariedade e de afetividade entre membros de comunidades tradicionais, uma forma de garantia da sua reprodução social. Essas teias sociais estabelecidas entre os moradores através dos anos, remetem-nos a pensar nas situações de conquista e luta pela posse e uso da terra insular, onde as lembranças dos mais velhos, não raro, de modo vago e impreciso, conduzem-nos a refletir sobre as reivindicações mais recentes.

Quadro 5 – Ilha do Combu: a importância do rio e da floresta para os agentes antes do turismo

Agente	Importância no passado	Relato / entrevista
1	Subsistência (extrativismo) e espaço de encontro	Acho que era maior o convívio com a natureza, né? Vamos dizer assim, o olhar que a gente tinha era de que nasceu, cresceu e vai morrer aqui. A preocupação que tínhamos antes, não é a mesma que temos hoje, que consiste em cuidar da natureza para obter mais recursos. Antes, eu só pensava em passar o dia em casa ou com os amigos. Hoje em dia é bem difícil, só saio à noite. (Morador, 20 anos, estudante e aos fins de semana garçom de restaurante, 10 de novembro de 2017).
2	Subsistência (extrativismo e pesca)	A gente vive da floresta. Colhe os frutos. Antes não tinha esses trabalhos que têm agora. Então, era o só o cultivo das frutas e o uso do rio para pescar os peixes e o camarão. Os meus avós dizem que a vida era melhor, pois, era tranquila. Não tinha lancha. Não tinha barulho. Agora que a energia elétrica veio, por um lado melhorou, por outro piorou. Os bares ficam com som alto aos finais de semana. (Moradora, 36 anos, garçonete, 10 de novembro de 2017).
3	Subsistência (extrativismo e criação de pequenos animais)	Aqui era muito bom, diferente de agora, não tinha esse negócio de barco grande, nem rabeta, essas coisas. [...] antes, era tudo longe daqui, não tinha nada disso. Para vender açaí iam lá na Conceição. A senhora sabe onde é? Agora não, só atravessar daqui para o Porto da Palha, pegar essas rabetas e tem de tudo. A senhora fica sem dinheiro se quiser, se tiver preguiça, pois, tem açaí, cacau, quer dizer, agora não dá cacau como dava antes. Todo mundo trabalha com açaí. Antes tinha a seringa para tirar o leite. Meus filhos cortavam, colocavam em uma lata, defumavam e depois vendiam na feira. Aqui tinha muito trabalho. Na época do Círio, eu vendia muito pato e peru, hoje não tenho mais. As festas já não têm mais também. Antes, as músicas eram com instrumentos de sopro, e hoje, são essas barulhentas. Todo sábado e domingo tinha jogo, festas, era “zoada” e a gente não conseguia dormir. Eu dançava, mas não era todo sábado. Depois que eu aceitei Jesus, não vou a parte alguma. Meus filhos eram doidos por futebol. Todos eles! [...] O açaí não tem como antes, mas, para beber não falha! Quando chegava o tempo de parar o açaí, todo mundo avisava que não dava mais para vender, só para beber. [...] Esse terreno aqui é grande, é só parente, tem os sobrinhos do meu marido. Somos todos parentes. Depois que nós tivemos nossos filhos, meu esposo deu um pedaço para cada um. Não tem como brigar, porque cada um sabe o que pertence a eles. (Moradora, 94 anos, aposentada, 08 de janeiro de 2018).
4	Subsistência (extrativismo)	Eu sempre morei no Combu. A vida era mais tranquila por uma parte, mas, hoje com o turismo, tem muito mais possibilidades de trabalho e de vida melhor. Hoje a gente não depende só de açaí, existem outras possibilidades. Na conversa das pessoas mais velhas, elas dizem que antes vendiam frutas e outras coisas. Hoje estraga! Ninguém planta! (Moradora e proprietária trilha ecológica, 23 anos, 08 de dezembro de 2017).
5	Subsistência (extrativismo) e circulação	Antes, eu só trabalhava nos terrenos, tirava frutas, ou seja, o açaí. Eu trabalhava somente com açaí na época. Já a importância do rio para mim está no fluxo, né? Digo assim, no tráfego, que não mudou muito, pois, sempre estamos fazendo a travessia. A diferença é que hoje ficou mais fácil. Antes, para pegar uma embarcação tinha que marcar hora com o barqueiro, hoje não. Se você precisa ir à cidade para fazer compras e tudo mais, a todo momento tem. (Condutor embarcação, 43 anos, morador, 10 de novembro de 2017).
6	Subsistência (extrativismo e pesca)	Trabalhei muito na mata fazendo coleta de açaí, mas não é como hoje, com acompanhamento de técnicos, de pessoas formadas para incentivar as pessoas a trabalharem bem. Quanto ao nosso rio, de lá sempre tirei muito peixe e camarão, então, a comida sempre foi extraída boa parte de lá. Bom, a vida era muito trabalhosa antes, com pouca renda e oportunidades. Hoje a gente tem mais facilidade e oportunidade. Então, eu acredito que melhorou mais que 50% do que era antes. (Condutor embarcação, 54 anos, morador e presidente da associação de barqueiros e do centro comunitário Igarapé Combu, 08 de janeiro de 2018).

7	Subsistência (extrativismo e pesca)	Moro na ilha do Combu, mas sou nascido e criado na comunidade do Piriquitaquara. Meu pai é do Combu e minha mãe da ilha das Onças. Meus avós por parte de mãe são da Ilha das Onças, e do lado do meu pai, são do Igarapé Combu. Já morei por três anos na Alça-viária e um ano no Bengui, em 2005, quando resolvi trabalhar na construção civil. Ficava longe para pagar passagem todos os dias, então resolvi ficar lá, morando com a minha sogra. Depois, no ano de 2010, fui para a Alça-viária devido não ter trabalho na Ilha, nem mesmo no açaizal. [...] Olha, da floresta a gente tirava o nosso sustento e até hoje tiramos. A gente pescava muito peixe e camarão. Hoje em dia não dá muito, dá pouco, mas, a gente ainda pesca. (Condutor embarcação, 40 anos, morador e presidente da COOPETRANS, 08 de janeiro de 2018).
8	Subsistência e circulação	Era uma vida tranquila. Hoje é um alvoroço. Assim, porque pra ir em Belém a pessoa ia de madrugada, uma hora dessas voltava. Agora é toda hora gente passando, antes era bem tranquilo. (Condutor embarcação, 54 anos, morador, 08 de dezembro de 2017)

Fonte: entrevistas realizadas em pesquisa de campo, em novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

Da floresta do passado garantia-se primeiro a sobrevivência para depois se pensar na obtenção de renda (informante 2, 3, 4 e 6). Atualmente, as experiências de troca e os conhecimentos dos moradores, vão sendo gradualmente readequados em função da prática de lazer e turística, haja vista que no caso dos condutores de embarcação, primeiramente, vem o transporte de passageiros, ficando agora em segundo plano a extração de frutos, bem como a pesca.

Mesmo com esse afastamento das matas e novas utilizações e domínio do rio, nas entrevistas 5, 6, 7 e 8, é reforçada a importância do elemento fluvial para a navegação, que, mesmo prioritariamente voltada para o transporte de visitantes, ainda é uma garantia de sobrevivência e circulação de moradores e de mercadorias, onde o conhecimento transmitido desde muito tempo permanece marcado por suas diversas conexões e interrupções.

Para os informantes 1 e 3, entre as atividades de lazer que ocorrem na ilha, encontravam-se os exercícios lúdicos e o ócio, expressos pelas práticas de jogos de futebol, dos encontros com os amigos, das festas com instrumentos de sopro e das idas à igreja. A ludicidade sempre se apresentou entre as práticas sociais mais antigas. No caso do Combu, a festa e o lúdico se encontravam nas práticas espaciais desprovidas de qualquer compromisso ou obrigação, com algo ou alguém, realizando-se somente pelo desejo individual ou coletivo dos ribeirinhos. Já as atividades de entretenimento, mais propagadas pelos meios de produção capitalista, programam os moradores para fruição da festa, do prazer e do ócio, somente após o cumprimento das obrigações pertinentes ao labor.

A existência da festa ajuda a relativizar a massacrante tendência da sociedade à constituição do homogêneo enquanto estratégia de poder ou vinculada à tendência de se ignorarem os resíduos que emergem juntamente no cotidiano programado, onde é possível pensar que trabalho/festa não se separam, que o lazer, enquanto possibilidade de manifestação-realização de desejos, relativiza o lazer programado (CARLOS, 2000, p.73).

As atividades de diversão e de descanso vão sendo reprimidas e modificadas pela nova ordem vigente, responsável por controlar e manipular o divertimento do morador em prol de interesses particulares. Diante disso, o trabalho passa cada vez mais a dignificar o indivíduo, enquanto o lazer como liberdade nas beiras de rio, nas festas religiosas, nos botecos, nas tabernas, na "pelada", no "não-fazer nada" ou no ficar de "bobeira" nos trapiches, não. Nesse contexto, analisar as alterações e permanências de temporalidades ribeirinhas na Ilha Combu revelam mudanças significativas após a criação da área de proteção ambiental e, conseqüentemente, do incremento do turismo, sendo possível visualizá-las nas entrevistas encontradas no quadro 6.

Quadro 6 – A importância do rio, da floresta e do turismo para os moradores da ilha do Combu: principais mudanças

Agente	Mudança	Relato
1	Dinamismo econômico, migração e circulação de pessoas e mercadorias	<p>Pelo fato da gente está trabalhando com turismo a vida vem sendo bem mais puxada que antes. Uma das coisas que mudou foi a renda familiar, que aumentou. Com o turismo houveram mudanças no convívio social e familiar. Entre outros aspectos, possibilitou conhecer novas pessoas. Por isso, considero hoje melhor que antigamente. Hoje observamos as coisas com outro olhar, por exemplo, não imaginávamos ter uma trilha ecológica em casa, um ponto turístico, hoje nós temos. [...] Antes, a gente não vendia o cacau aqui, vendíamos em outros locais. [...] A vinda de novos moradores aumentou de uns três anos atrás para cá. [...] Com o turismo, primeiramente tivemos que nos adequar no que diz respeito ao palavreado, e segundo, com a forma como a gente fala com as pessoas. Então, isso mudou bastante o nosso dia a dia e cotidiano, mas não é toda a comunidade que está envolvida. Existem aqueles que não trabalham totalmente ligados ao turismo, mas sempre ajudam quando tem alguma coisa. Por exemplo, se a gente precisar de uma pessoa para ajudar na trilha, convocamos essa pessoa. [...] Com os recursos que adquirimos com a trilha, conseguimos comprar coisas melhores para os nossos estudos. O reconhecimento da Ilha deu mais trabalho para as pessoas da comunidade. Agora entre as mudanças negativas, aumentou bastante o uso de drogas. Pessoas vêm de fora para consumir drogas aqui. Isso já foi proibido. Só pode fazer a trilha com acompanhamento de um guia. A respeito da presença das agências e dos restaurantes, vejo que agora tem maior participação deles com a gente, como quando compram artesanato, chocolate, entre outras coisas, como as bebidas que são feitas aqui. (Morador, 20 anos, estudante e aos fins de semana garçom de restaurante, 10 de novembro de 2017).</p>
2	Dinamismo econômico, migração e circulação de pessoas e mercadorias	<p>Para nós, conseguir comprar alguma coisa era um sacrifício. Nunca imaginamos ter um celular na vida. Agora tudo é mais fácil! Então, mudou muita coisa. Agora tem até o posto de saúde e a escola. Antes o trabalho era escasso, tinha que devastar a floresta para tirar o palmito, a madeira, essas coisas. Estamos recebendo muitos turistas, com isso, já tem mais emprego. Muitos já vivem do turismo aqui na Ilha. Ainda tem aqueles que vivem do extrativismo, mas a maioria é com o turismo. E as pessoas que estão melhores são só os donos de restaurante, da fábrica de chocolate e o pessoal da biojóia. A atividade turística começou devido a Ilha ser próxima de Belém, né? Vinham muitos do hotel Beira Rio, isso desde o tempo em que aqui só existia o “Saldosa”. Esse processo começou há muito tempo, agora está bombando. Devido a esse aumento do movimento, que começaram a fazer os restaurantes. Vários donos desses restaurantes não são daqui, são de Belém, mas, os que funcionam dentro do Igarapé Combu são todos daqui. Os que funcionam na comunidade Beira Rio não são. Em relação ao chocolate, outros moradores plantam cacau, mas chocolate só “Ela”. Todos vendem para ela o cacau que antes era vendido em Belém, na feira e no porto da Palha. A presença dos novos moradores intensificou de uns seis anos para cá, a maioria vindo de São Sebastião. No que diz respeito às festas, às vezes nós vamos, mas voltamos cedo. Assim, melhorou bastante! Ver essas pessoas que conseguiram comprar sua lancha para transportar turistas. Outros moradores já fizeram cursos fora ou pessoas de fora já vieram dar cursos aqui. (Moradora, 36 anos, garçonete, 10 de novembro de 2017).</p>

3	Dinamismo econômico, migração, circulação de pessoas e mercadorias, criminalidade, especulação imobiliária	Antes, se a gente queria água, tinha que encher as vasilhas e botar no camburão. Agora não, está tudo dentro de casa, como no caso dos banheiros. De primeiro, tínhamos que fazer nossos serviços lá na beira. [...] Aos sábados e domingos, passam barcos grandes cheios, que retornam por volta de cinco horas da tarde. Aqui vende muito, parece que existem uns três restaurantes por aí. [...] Antes não se viam brigas, nem mortes. Não era como agora que, por exemplo, se o seu filho vai para uma festa, a senhora não fica quieta. [...] Aqui sempre teve pessoas de fora, na casa do meu sogro. Um senhor com sua família passavam os meses de férias há muitos anos atrás. [...] Minha neta, casada com meu neto, trabalha em um desses restaurantes aos fins de semana. E durante a semana ela trabalha com a mulher do meu filho na venda de chocolate. Já os rapazes e as crianças de hoje não trabalham. Existem rapazes de 15 anos vadiando o dia inteiro, sem fazer nada. Depois, querem dinheiro ou vão mexer no que não é da gente. [...] O turismo melhorou a vida de muitas pessoas, porque trabalham mais, né? A minha filha mais velha tem restaurante bem para ali. A caçula fica aqui comigo. O marido dela é de Icoaraci, vem somente aos sábados e domingos, depois “rasga” para lá. Os restaurantes trouxeram muito movimento e alegria ao Igarapé. As agências acham melhor vir para cá, porque é perto de Belém. Todo mundo gosta e deixa dinheiro nos restaurantes. Eles vendem açaí, e muito, por isso não tem como antes, mas para beber não falha. As pessoas estão fazendo casas aí para cima. Ali daquele lado do Igarapé, porque aqui não dá, aqui tudo é Quaresma. Esse pessoal nem quer morar, só compram e vão repassando. (Moradora, 94 anos, aposentada, 08 de janeiro de 2018).
4	Impacto ambiental, dinamismo econômico, circulação e migração/ especulação imobiliária.	A natureza está sofrendo um grande choque em relação as lanchas, que causam maresia, e as árvores na beira estão caindo muito. A preocupação é que se isso continuar acontecendo, exista a possibilidade do rio ficar cada vez mais seco. Com a quantidade de restaurantes e pessoas que temos, o barulho é muito maior. Então, hoje, vemos poucos animais circulando na Ilha. Em relação aos acidentes, não temos fiscalização. Às vezes, quando estou dando uma volta, eles me veem e tentam diminuir a velocidade. O impacto ambiental é muito grande. Pessoas que conheço, devido aos acidentes ficaram com síndrome do pânico, se recusam a sair de casa, mesmo na própria embarcação. Plantar e colher não faz mais parte da rotina do ribeirinho. A moda agora é construir bar e restaurante. Dentro do Igarapé Combu, temos 11 restaurantes, se cada um receber 200 pessoas por dia, vão circular 4.400 pessoas. Imagina quantas idas e vindas cada lancha deverá fazer. Temos que observar que o rio não é largo como antes, por esse motivo devemos nos preocupar. Acho que o turismo começou a ficar desse jeito por volta de 2015. A situação das lanchas, acho que foi legalizada por volta de 2016. Outro grande problema está na venda de terrenos para pessoas de fora. Apesar de ser ilegal, muitas pessoas estão fazendo, isso ocorre desde antes de 2015. (Moradora e proprietária trilha ecológica, 23 anos, 08 de dezembro de 2017).
5	Circulação, dinamismo econômico	Hoje posso trabalhar e ganhar mais devido a presença dos restaurantes. A gente tem esse extra. Aos finais de semana, tráfego pegando passageiros e clientes para os restaurantes aqui das ilhas. Durante a semana, faço bicos, quando tem, de carpintaria. As pessoas que estão vindo para cá, não vêm para o mal, mas para o bem. Tem gente de todos os lugares do mundo, não é só daqui. Eu trago clientes que vem com tradutor, não entendo a língua. Então, já trouxe vários da Alemanha, dos Estados Unidos, gente da Colômbia. Tipo assim, tem gente de São Paulo, do Rio, da Bahia. Semana passada eu trouxe um grupo da Bahia, entendeu? Pelo pouco tempo que estou trabalhando fazendo viagens, já trouxe vários estrangeiros. Agora que tem a fábrica de chocolate, a tendência é crescer cada vez mais. Vai aparecer alguém criando outras coisas, entendeu? Antes, a gente pegava e vendia o cacau para fora. Tinha que levar lá para o outro lado e vender. Agora vendo por aqui mesmo. Em relação a compra de outros produtos da comunidade, acho que os restaurantes compram, porque eu vejo. (Condutor embarcação, 43 anos, morador, 10 de novembro de 2017).

6	Circulação, impacto ambiental, circulação de pessoas e mercadorias	Antigamente, para pescar, você pegava o peixe com mais facilidade, sem usar muitos recursos. No caso, não precisava usar tanto a rede e nem a tarrafa, somente com anzol conseguia uma boa quantidade de peixe e camarão. O movimento das embarcações começou a fluir muito, todo mundo praticamente tem. Antigamente, era a remo, depois que passou a haver motores grandes e motores pequenos. As pessoas podem escolher se querem usar motores potentes ou não. Isso contribuiu com algumas dificuldades. Começou a provocar erosão, desmatamento desordenado e algumas outras situações. Então, tem muita diferença. Hoje em dia tem muito barulho. Antigamente, a gente via que tinha um tipo de lazer, como as festas. Era uma coisa assim, não com muita frequência, eram festas anuais. Era tradição e tudo mais. Hoje é diferente, quase todos os dias tem barulho de festa. O desenvolvimento levou a muitas coisas preocupantes. A Ilha é bastante frequentada. A gente não tem muito contato com pessoas novas, porque eles cuidam da parte deles e nós da nossa. A nossa comunidade não foi preparada para esse movimento. Nessas festas dá muita coisa, gente boa e ruim, inclusive drogas. Até pessoas da nossa comunidade se envolveram através das festas. A gente vê também, que foram abertos vários locais, um diferente do outro. Uns oferecem coisas ótimas, outros se acham no direito e liberdade de fazer o que quiser. Esse movimento dentro do Igarapé começou, mais ou menos, no ano 2000. Algumas empresas de turismo também. Assim, começaram a ter interesse em visitar a Ilha do Combu. A gente vê que não há controle. Antigamente, era só casa de moradia mesmo, não tinha tanta devastação, agora precisam de espaços maiores. (Condutor embarcação, 54 anos, morador e presidente da associação de barqueiros e do centro comunitário Igarapé Combu, 08 de janeiro de 2018).
7	Dinamismo econômico e empreendedorismo	Nos rios, hoje, a gente bota o matapi e não pega muito camarão. [...] Eu era associado na pesca, mas parei de receber o benefício, então, mudei de ramo. Agora trabalho com transporte e com turismo. A floresta está melhor cuidada. O açai agora está bom, produzindo bem, pois adquirimos conhecimento. O açai está valorizado e temos mais acesso às coisas. A venda acontece na feira mesmo, no Porto da Palha e na Conceição. [...] Fomos buscar conhecimento para atender o turismo, melhorando a comunicação com o turista. Para mim, o turismo trouxe mais renda, para as outras famílias trouxe emprego, pois antes tinham que ir em busca de trabalho em Belém. Hoje em dia trabalham nos restaurantes de vizinhos ou em seus próprios. [...] Formamos uma cooperativa e uma associação. Aí, pronto, cresceu! Antes vinham muitos visitantes do Iate Clube, quando estava no auge. Em relação aos problemas, tem muitas casas com som alto, né? Tem umas que tocam somente som ambiente, que possuem hora para parar, esses são bons, e existem aqueles que param muito tarde. Em relação ao cacau, existem pessoas que estão se interessando em plantar e levantar a produtividade, então a produção de chocolate vai crescer, as pessoas vão procurar mais. Só acho que tem que ter controle. Além disso, eu e minha mãe, trabalhamos com matapi, com artesanato e com produtos da seringa. A venda ocorre lá em casa mesmo. Às vezes, trago para os restaurantes, monto uma barraquinha e vendo. (Condutor embarcação, 40 anos, morador e vice-presidente da COOPETRANS, 08 de janeiro de 2018).
8	Impacto ambiental	O maior problema são as lanchas clandestinas. Acho que esse rio vai secar se continuarem com as voadeiras. Elas causam erosão (Condutor embarcação, 54 anos, morador, 08 de dezembro de 2017).

9	Empreendedorismo, circulação de pessoas e mercadorias, migração.	Desde 2006, funcionamos em nossa residência. Em 2017, a gente separou. Nossa família sempre foi de produtores rurais. A floresta oferecia, e também trabalhávamos fora para garantir a renda familiar. Na verdade, o único apoio que tivemos foi do CEMP de Belém. Inicialmente com biojórias, posteriormente, com o auxílio deles, descobrimos a Feira Pará Orgânico. Nesse evento que despertou nosso interesse pelos produtos da floresta. Outros grandes incentivadores do meu trabalho são o Remanso do Bosque e a Saldosa Maloca. [...] Acredito que os novos moradores vieram com uma mentalidade muito fora da nossa realidade. [...] Lutou-se por melhorias, houveram avanços, como também alguns agravos, por exemplo, o contato dos jovens mais direto com a cidade, né? A chegada da energia foi ótima, mas com o aumento dos bares e dos restaurantes, vieram pessoas boas e ruins. O turismo é muito importante, divulga nosso trabalho, gera renda, entretanto, acho que falta coordenação. Desde 2015, houve o aumento do turismo, quando realizamos a primeira reportagem com o Globo Repórter. Depois disso, vieram várias outras matérias, até para uma revista de transporte aéreo. Passamos a mostrar a produção de cacau que absorvo da agricultura familiar aqui dos meus cunhados e de mais dois parceiros de fora da família. [...] quando chegam os cursos, cadê a pessoas? Foram para a bola, para a festa ou para o bar, não priorizam. Então, é complicado! Sou apaixonada pelo trabalho comunitário, me considero fruto dele, mas joguei a toalha. Em relação as folgas, às vezes, consigo na segunda-feira à noite tomar uma cerveja e dançar. (Comerciante, 52 anos, moradora e produtora rural, 10 de novembro de 2017).
10	Empreendedorismo, migração, impacto ambiental, dinamismo econômico, circulação de pessoas e mercadorias.	Sempre fomos extrativistas. O restaurante foi uma segunda possibilidade, nossa segunda fonte de renda, na verdade. E por muito tempo ele permaneceu como segunda fonte. Hoje, sem dúvida, é a primeira, principalmente porque meu pai envelheceu, né? O sítio ficou por conta de outras pessoas, diminuindo o extrativismo, a coleta de cacau e de açai. Aqui sempre foi muito assim, os filhos todos envolvidos em qualquer atividade que a família desenvolvesse, seja ela extrativista, de pesca ou qualquer outra. Portanto, além do extrativismo e além de estudar, aos fins de semana tínhamos a obrigação de estar no restaurante ajudando a família. Tínhamos muita facilidade de comunicação, não foi difícil. Depois, o papai foi se afastando, aconteceu que fui tocando. Não que eu tenha planejado. Aconteceu! Lamento profundamente que os moradores daqui não tenham esse mesmo olhar. Algumas pessoas acabaram se desfazendo dos seus sítios. Depois da chegada da energia elétrica, mudou muito o comportamento das pessoas. Hoje, colocam som extremamente pesado e agressivo. Afirmo que isso não combina com a Ilha, principalmente por ser uma APA. Então, é preciso ter cuidado com a questão dos animais e com a questão do lixo. Enfim, trata-se de uma APA no nome e no direito, mas, de fato, falta muito para que a coisa realmente aconteça. [...] Os barqueiros começaram, na verdade, com os serviços de dois senhores. Na época, cerca de 12 a 15 anos atrás, pensamos na possibilidade de tirar o nosso barco e oportunizá-los, porque só tinham renda na safra do açai, ou seja, na entressafra passavam por dificuldades. Então, tiramos nosso barco e deixamos o transporte por conta deles. No princípio houveram alguns problemas, pois queriam trazer os clientes somente quando o barco lotasse. Recebemos inúmeras reclamações. Hoje, eles perderam espaço para as lanchas, digo que a culpa foi única e exclusivamente deles. (Comerciante, 49 anos, moradora e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

Fonte: entrevistas realizadas em pesquisa de campo, em novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

A análise do quadro 6, permite perceber que ao rio e a floresta configuram-se novas funções. Entretanto, essas novas formas múltiplas de utilizar o espaço não anulam as anteriores, que permanecem essenciais a praticamente todos os sujeitos entrevistados, sejam eles somente moradores ou comerciantes. Do informante 1 ao 7, tal qual o informante 9, a floresta continua sendo fundamental à sobrevivência, em especial, na realização de atividades de coleta de frutos, como no caso do açaí e do cacau, na fabricação artesanal de bijuterias, cestarias, paneiros, cuias etc.

Contudo, essa mesma floresta apresentada como uma garantia de independência e resistência frente às lógicas externas de consumo, em que as relações tradicionais de trabalho e da própria reprodução da vida ribeirinha acontece, vem se mostrando cada vez mais absorvida por atividades voltadas para o lazer e para o turismo, o que garante o aumento da renda de alguns moradores e comerciantes enquanto acumula uma série de adversidades. A mata de várzea do terreno dos informantes 1 e 4, por exemplo, rica em espécies frutíferas como o cacau, o cupuaçu e o açaí, agora tem seus diversos caminhos adaptados para a prática de trilha ecológica, onde acontecem caminhadas interpretativas de cunho turístico ou educacional, atribuindo, assim, uma nova vocação a esse local.

O transporte fluvial (informantes 5, 6, 7 e 8) sempre foi utilizado para as atividades de pesca, para as trocas comerciais, para visitar amigos e parentes, bem como para solucionar assuntos de ordem diversa no continente. Entretanto, as pessoas que dependem do rio e das embarcações têm sofrido com as novas racionalidades impostas a esses elementos, como o aumento da concorrência por clientes, que faz dos condutores de barcos, de lanchas e de voadeiras, verdadeiros guerreiros ávidos por mais espaço nas águas e na praça Princesa Isabel.

A pesca, por sua vez, tida como o principal meio de subsistência do informante 6 e de tantos outros, vem sendo cada vez mais utilizada somente para o consumo próprio, ficando o restante, se sobrar, voltado para a comercialização nos portos, nas feiras e nos restaurantes da Ilha. Nesse sentido, a pesca artesanal, sempre evidente entre aqueles que veem a atividade pesqueira como uma forma de assegurar a sobrevivência e a redução das dificuldades financeiras, vem sendo cada vez mais testada pelas mudanças ocorridas no Combu. Assim, os que já viveram exclusivamente dela, hoje precisam complementar a renda com o transporte de visitantes (informante 5, 6, 7 e 8).

Atualmente, as disputas por mais espaço nas águas não são decorrentes somente da concorrência entre cooperativas e associações de barqueiros. Ocorrem também pela presença de lanchas, *jet-skis* e demais embarcações particulares ou pertencentes às agências náuticas de receptivo de Belém. Esse tráfego intenso dificulta as práticas de pesca, os banhos e os usos

domésticos das águas nas beiras de rio, sendo apontado como causador de acidentes (informante 4), desaparecimento da fauna e da forte erosão (informantes 4 e 6) que vem acontecendo nas margens da Ilha.

As festas (informantes 3 e 6), que antes eram visíveis a partir dos encontros de vizinhança e das festividades religiosas, reconhecidas pelos instrumentos musicais de sopro e de corda, hoje estão presentes somente na memória dos moradores. Pela Ilha é comum encontrar somente o “barulho” dos aparelhos sonoros dos bares e restaurantes. Acrescentam-se a essa sinfonia, as embarcações que passam em alta velocidade.

As folgas e atividades de descanso acontecem somente no início de cada semana (informantes 2 e 9), ficando os fins de semana e feriados reservados aos visitantes, que segundo as respostas dos moradores 1, 4 e 6, além do barulho, trazem problemas como o consumo e venda de entorpecentes, influenciando principalmente os mais jovens da Ilha.

Nesses encontros e desencontros do cotidiano do Combu, as relações de parentesco e compadrio expressam temporalidades próprias daqueles que vivem na mata de várzea, onde é comum que ao longo dos anos, de geração em geração, os terrenos sejam distribuídos entre irmãos, tios e sobrinhos, pais, filhos e netos (informante 3), e assim sucessivamente.

Nas comunidades do Combu, as formas de apropriação do espaço e dos recursos florestais seguem normas próprias, estabelecidas por reciprocidades sociais reforçadas pelas relações consanguíneas e de afetividade. Mesmo considerando que a infraestrutura e as conexões existentes entre comunidades ribeirinhas variam de ribeira para ribeira, os vínculos sociais e simbólicos são garantidos por essa genealogia, que reforça o sentimento de pertencimento ao lugar.

Entende-se que nesse tipo de relação interpessoal podem existir diferentes graus de diferenciação, expressando inclusive traços de desigualdade social, como no caso da obtenção de certos recursos básicos e de infraestrutura. Os integrantes das famílias mais antigas vão impondo tal característica de primeiros membros aos mais novos, trazendo-os desde a infância e adolescência para as atividades importantes de subsistência das famílias (informante 10). Ao ponto de sempre haver alguém para "impor respeito" ou apresentar as regras da comunidades para os que chegaram depois.

Essas diferenças de tratamento, que às vezes passam despercebidas, podem contribuir com a leitura e interpretação da dialética espacial, haja vista que, por exemplo, no espaço da comunidade Igarapé Combu, onde se encontra uma das famílias mais antigas da Ilha, também estão os principais equipamentos e serviços públicos, assim como a concentração da maioria das atuais atividades econômicas.

A concentração desses objetos espaciais, além de ser um reflexo das lutas por melhorias realizadas pelas primeiras famílias estabelecidas, também trazem a elas o status de lideranças locais, sendo exemplos a serem seguidos pelos demais. Considera-se, portanto, que a rede de parentesco e de amizades, de forte conteúdo simbólico, age sobre as relações de trocas materiais e vice-versa. As transações econômicas, por exemplo, levam em consideração os atributos pessoais e familiares, como nos casos dos informantes 1, 2, 3 e 4, que vendem toda a sua produção para a informante 9.

Mesmo em constante mudança, as teias de interdependência social que atribuem a um morador a condição de membro "de fora", com o passar do tempo, enraíza-se entre os integrantes "menos influentes" das comunidades, que uma vez menos respeitados, passam a não se preocupar tanto com as lutas e problemas locais, facilitando assim, a entrada de lógicas e interesses externos ao lugar.

Por mais que não seja uma unanimidade, o sentimento de superioridade, a partir de virtudes e características que os estabelecidos acreditam ter, por estarem há mais tempo no local, criam uma espécie de controle social (ELIAS ; SCOTSON, 2000), reforçado por aqueles que têm melhores condições de renda. E mesmo que não exista essa diferenciação, podem ocorrer outras, como as diferenças de etnia, sexo e educação.

Nessa análise o que prevalece é a diferença por tempo de residência e permanência das famílias, cujas diferenças e tensões encontram-se em nível acentuado. Reforça-se que esse tipo de interpretação é prévia e inconclusiva diante da complexidade do que vem acontecendo no Combu, sendo realizada, nesse momento da pesquisa, apenas entre os novos e os antigos moradores que possuem o interesse comum na atividade turística.

A gente sente assim, que eles ficam meio estranhos vendo gente nova chegando, que não é nem daqui, porque acho que você já viu, a maioria é morador mesmo daqui. Pra você ter uma ideia, o vizinho daqui até hoje só é "bom dia" ou "boa tarde", é assim. O dali que a gente se dá mais e até nos ajuda. Assim, se ele precisa de alguma coisa que eu tenho, empresto pra ele, e nisso, é mais o meu marido na verdade que faz [...] nós dois aqui, na verdade, nos ajudamos porque ele vende algumas coisas lá que eu não vendo aqui. Aí, se o meu cliente chegar aqui, eu vou lá pego e vendo pra ele, nem acrescento nada, só pego o valor dele mesmo, vou e devolvo. (Comerciante, 49 anos, moradora na comunidade Igarapé Combu há 06 meses, dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

A migração (respostas 1, 2, 3, 4 e 9) no Combu é frequente desde o final do século XIX. Os nordestinos que não conseguiam seguir para os seringais ou adquirir empregos na parte continental da cidade, viam-se obrigados a estabelecer moradias em locais que lhes garantissem a sobrevivência. Com o crescimento do turismo, percebe-se o retorno de pequenos fluxos migratórios para a Ilha, pessoas que se estabelecem em terrenos de amigos, conhecidos e

familiares, ou ainda pela ocupação de áreas pouco habitadas, como no caso do centro da ilha, onde a atividade predominante é a fabricação de farinha de mandioca.

Para os informantes 9 e 10, que além de moradores são também comerciantes, a vinda do turismo não se coloca como uma atividade complementar apenas. O restaurante e a produção de cacau compõem a renda principal destes dois agentes que viram na valorização da natureza e do modo de vida ribeirinho uma possibilidade de crescimento para os seus negócios.

O espaço produzido e consumido para o lazer e para o turismo no Combu é procurado por uma classe média de moradores de Belém, dos municípios do entorno e por turistas, tornando a orla insular, nos períodos de férias, fins de semana e feriados, por volta dos últimos cinco anos, um espaço absorvido pelo ritmo frenético e heterogêneo das grandes cidades. Não se considera que há, de fato, uma fuga da correria da parte continental, mas a concepção de uma outra realidade de tempo social diferenciado.

Essas convergências, de modos de viver urbano e ribeirinho, criam significados tanto para o morador quanto para o turista. Entre tantas possibilidades para um e para outro, a expectativa do espetáculo costuma ocupar importante papel no repertório turístico, mas esse espetáculo não é representado, necessariamente, pela artificialidade ou por megaproduções, embora isso também ocorra (KUSHANO, 2016).

Nessa tentativa de adequar o espaço da Ilha às tendências de homogeneização e hierarquização impostas pelo turismo capitalista, cria-se um novo arranjo sobre os objetos espaciais e relações sociais, por esses expressarem uma identidade e uma simbologia ribeirinha, atraente para a valorização da atividade turística, sempre em busca do novo e do exótico.

Além disso, reforça-se que essas mudanças e transformações no uso do espaço combuense podem ocasionar condições, explícitas ou implícitas, de lutas e resistências (Quadro 7), acrescentando-se outras análises às demonstradas no quadro 6.

A Ilha do Combu vem sendo profundamente afetada pelas ações dos diversos agentes que atuam em seu espaço. Pequenas e médias intervenções conduzem a região insular em direção aos processos modernizantes e às atividades empreendedoras.

Quadro 7 – Ilha do Combu: conflitos e tensões após o crescimento das atividades de lazer e de turismo

Agente	Fatores	Relato
1	Acúmulo de lixo, veículos de transporte em alta velocidade, atendimento médico, falta de retorno das pesquisas.	Pelo fato de haver muitos restaurantes, as pessoas produzem mais lixo. As lanchas e os barcos não respeitam a velocidade. Então, está havendo o caimento das barreiras de proteção do rio. Isso gera conflitos entre as pessoas da comunidade e a cooperativa de lanchas. Já fizemos várias reuniões e placas para colocar no rio, mas até agora nada foi feito. [...] Assim, a gente tinha um centro comunitário, mas agora, nem sei se existe, ele está parado. As pessoas antigas continuam lá, mas não dão prioridade aos mais jovens. Quer dizer, quando tem reunião, eles não avisam as pessoas da comunidade. As reuniões acontecem somente entre eles e as pessoas do órgão. Então, isso afeta os jovens. Nós sempre temos uma novidade ou uma ideia melhor, né? Uma ideia nova que pode mudar alguma coisa e, eles não dão apoio para incluir os jovens na sociedade. [...] Falta trazer mais recursos. Por exemplo, nós temos um posto médico, só que não funciona direito. Agora eles estão trabalhando mais, mas mesmo assim, parece que vão sair todos os médicos. Então, vai ficar parado, pois ao que parece, eles estão trabalhando horas extras e não estão sendo pagos. [...] as pesquisas, por exemplo, pessoas que vieram fazer pesquisa aqui, fazem o documentário, deixam os documentos aqui, e nada é repassado pra gente depois. (Morador, 20 anos, estudante e garçom de restaurante, 10 de novembro de 2017).
2	Veículos de transporte em alta velocidade, atendimento médico, abastecimento de água potável, acessibilidade, ausência lideranças.	Já teve um acidente que matou pessoas. Matou um primo meu. A lancha bateu na rabetinha e ele morreu. Queremos que eles passem devagar. Isso é uma ilha! A gente até pensou em fechar aqui caso eles não obedeçam. Dizem que não pode, mas, pode sim! Se a gente quiser, fecha! Nós moradores é que temos de fazer. Se a gente deixar “ao Deus-dará” vai ser pior. Quando for ver, as nossas casas vão tudo pra debaixo do rio, porque está caindo tudo. Semana passada veio o prefeito, estava tendo aquele congresso, o Encontro das Cidades Criativas da Gastronomia, ali no Portal. Foi aí que ele apareceu, mas esse daí não liga pra cá. [...] Aqui era Acará, né? Agora que é município de Belém, mas está a mesma coisa. Inaugurou o posto, mas está sem remédio e sem nada. O médico vai embora. Ele falou que não adianta está aí e não ter recurso. Olha, deveria ter água aqui pra gente e a energia elétrica está péssima. Falta luz quase todo dia. Falta remédio no posto. Na escola deveria ter rampa pra cadeirante, pois tem duas cadeirantes e pra subir é um sacrifício. A gente já falou com eles, mas só dizem que vão fazer e não fazem nada. O pessoal do centro comunitário só fala e não ajuda em nada. (Moradora, 36 anos, garçonete, 08 de dezembro de 2017).
3	Violência, atendimento médico.	Um tempo desse tinham dois senhores aqui, um querendo atirar no outro. Agora tem muito porre. [...] No posto tem o remédio, mas eles trabalham só até meio dia ou até uma hora. Depois disso, ninguém mais pode se acidentar, porque não vai ter ninguém ali. (Morador, 31 anos, extrativista, 08 de dezembro de 2017).
4	Venda ilegal de terrenos, empreendedo-rismo, atendimento médico.	Acho que o grande problema está na venda de terrenos pra pessoas de fora. Apesar de ser ilegal, muitas pessoas estão fazendo isso. Vendem os terrenos para outras pessoas, que às vezes nem são daqui, são de outras cidades. Não sei te dizer muito bem, mas acho que o IDEFLOR também é responsável por isso. Eles são responsáveis pela preservação da APA. Bom, quem começou isso eu não sei, mas o IDEFLOR apoia muito, porque incentivam as pessoas a construírem negócios, e o SEBRAE também. Mas não é só culpa deles, outras pessoas mesmo constroem. Colocam placa lá na praça, distribuem panfletos, criam redes sociais. O posto inaugurado em outubro não está funcionando, não tem médico e nem lancha, como sempre. (Moradora e proprietária da trilha ecológica, 23 anos, 27 de dezembro de 2017)
5	Atendimento médico, insegurança.	Político só vem aqui em época de eleições. Depois que passa é muito difícil, a gente não vê. A prefeitura só fez aqui dentro, no caso, esse posto, né? Foi feito isso aí. Até onde eu vi foi a única coisa construída aqui. [...] Tem que botar segurança. Nunca me abordaram, mas o pessoal que viaja à noite, por exemplo, são abordados várias vezes. Tipo assim, uma polícia fluvial noturna. A maioria dos assaltos acontecem à noite. Até nos restaurantes já aconteceu deles virem assaltar. Vários restaurantes já foram assaltados. Está acontecendo há muito tempo. Como se diz, são piratas, né? (Condutor embarcação, 43 anos, morador, 10 de novembro de 2017).

6	Empreendedorismo, insegurança.	Olha, entre moradores não tem conflito, mesmo com os novos. Eles se dizem pessoas poderosas. Então eles seguem na deles e a gente na nossa. E com a prefeitura, é assim, a gente luta por melhorias no embarque e desembarque. Encontramos muitas dificuldades, pois se tu vai na prefeitura, te mandam para uma secretaria, pra SESAN. Daí, a gente vai na SESAM, e não é lá, é na SEMOB. Depois dizem que é na SEURB ou na SECON. Que dizer, tu fica perdido e não resolve nada. Bom, como a gente trabalha com esse negócio de turismo, precisamos de um porto pras pessoas descerem e subirem na praça Princesa Isabel. Nosso ponto de embarque e desembarque é lá. Então, a gente fica muito vulnerável a qualquer situação. E como sempre há aglomeração de turistas, as pessoas ficam de olho, querem roubar, querem assaltar. A gente precisa de um amparo melhor, ou seja, de policiamento e da guarda municipal. Pagamos aqueles dois seguros, mas está inviável, fica muito pesado. A gente precisa da ação das secretarias. Elas precisam dar um amparo melhor em transporte, porque uma situação vai envolvendo a outra. O governo, na hora de votar, procura muito a gente, tem aqueles projetos de campanha, mas na verdade isso não acontece. (Condutor embarcação, 54 anos, morador, presidente da ASTIB e do centro comunitário Igarapé Combu, 27 de dezembro de 2017).
7	Empreendedorismo, abastecimento água potável, lixo, sinalização.	Montei o primeiro grupo de cooperados, mas as pessoas não se interessavam. Aí, fui selecionando outras pessoas e montei outro grupo. Esse é muito forte. A gente não foi pra praça. Conversamos com o rapaz do Palácio dos Bares e ele cedeu o espaço. Hoje a gente paga para ficar aqui, pra não ter que brigar. A gente quer trabalhar, quer evoluir e levar as pessoas com segurança. Estamos fazendo cursos pra aprimorar nosso conhecimento e a nossa fala. Não queremos briga! A gente não é dependente de pedir, mas esses dias eu senti necessidade. Então, fomos atrás do vice-prefeito, pedindo para que disponibilizasse o espaço. Vamos fazer melhorias nessa praça. Se eles não fazem, a associação da praça e nem o governo, nós vamos fazer. Vem muita gente de fora e é muito feio isso aí. Com o IDEFLOR estou meio insatisfeito. Tinha um dinheiro pra fazer o plano de manejo, mas a empresa que ganhou a licitação não estava cumprindo com a palavra dela. Até hoje não vieram fazer o plano de manejo. Não sei o que aconteceu com o dinheiro. Sei que tá pra lá. Não teve outra reunião, por isso quero falar com eles. [...] Pra mim, a prefeitura vem pra aparecer, como quando vieram os rapazes de fora, que foram na casa do chocolate e na Casa Combu. Tirando isso, eles nunca aparecem. Tanta coisa pra fazer nessa ilha. Primeiramente, a água potável que não tem. A coleta do lixo é a segunda coisa. E também a sinalização dos igarapés. Eu queria ao menos que tivesse água potável. A gente vem lutando por isso há mais de 30 anos. [...] As empresas de turismo só querem levar o turista e não deixam nada. Elas estão aí há mais de 10 anos e não vi nada. [...] Na reunião do conselho gestor não vai ninguém. A gente convida e ninguém vai. Quem vai mais sou eu, o pessoal da casa do chocolate, da confecção de bijuteria e do centro comunitário da outra comunidade. Quando voltamos ela passa pra comunidade dela e eu pro meu grupo. (Condutor embarcação, 40 anos, morador e presidente da COOPETRANS, 08 de dezembro de 2017).
8	Abastecimento água potável, lixo, degradação ambiental, empreendedorismo, insegurança.	Tem coisas que não posso trabalhar, como a manipulação de açai, por falta de água potável não consigo. Não há um destino adequado para o lixo, levo pra cidade pra não ter que jogar aqui. E outra, a falta de estrutura na chegada do turista. [...] Apesar de ter muitos cursos, nem todos aderem. Pra ter uma boa prática no atendimento, né? Para que o turista seja bem atendido, né? Inclusive, muitos chegam e falam que quase não tem informação daqui. Outra coisa é a degradação, né? O turismo desordenado. Não está havendo controle. Não estão vendo a questão ambiental. As pessoas gostam da ilha, querem estar aqui, mas ninguém quer ter trabalho. Quando comecei com esse trabalho, com a trilha, outras pessoas passaram a vender a minha trilha sem eu saber. Chegavam pessoas de hotel afirmando que em seus pacotes estava inclusa a minha trilha. [...] Durante o Encontro Cidades Criativas, fiquei rezando para o trapiche não desabar, porque tinham mais de 100 pessoas, entre membros de restaurantes, convidados, polícia, bombeiros, SAMU. Eu não tenho como comportar nem na trilha e nem no meu trapiche. Pra minha sorte, a gente colocou esteio por baixo da ponte, mas ainda arriou. Totalmente desorganizado. Sei que meu trabalho é perfeito. É maravilhoso! Uma coisa que surgiu naturalmente, e agradeço a Deus por isso. Mas me engolem pela mídia, não é porque querem, né? Sobre a participação em projetos, participo do "Rota Ribeirinha" e do "Bomboneiros do Pará", através da SEDAP. Eles dão esse apoio. Também tem o "Origem Pará". Assim, te digo, passei a ser a garota propaganda deles. Através deles fui pra Bahia fazer o curso de "Análise sensorial do cacau". [...] A gente nunca teve cerca, mas as pessoas passam, acham bonito e vão adentrando. Então, infelizmente, vou ter que levantar cerca. Não por intriga, mas por uma questão de segurança. [...] Bem, estamos questionando a praça Princesa Isabel. De segunda e sexta a gente paga segurança. Ah, e

		sinceramente, acho que o IDEFLOR está deixando a desejar, principalmente na questão do plano de manejo da Ilha. [...] Pra ser franca, hoje vai ter carência de apanhador de açaí, porque todo mundo quer trabalhar de "lancheiro" (Comerciante, 52 anos, moradora e produtora rural, 10 de novembro de 2017).
9	Infraestrutura turística, insegurança, falta de retorno das pesquisas, abastecimento água potável.	A gente não tem apoio. Na verdade, não tem incentivo, tem “desincentivo”. Você chega na praça Princesa Isabel e vê o Terminal Turístico Fluvial de Belém naquela situação. Agora mesmo, quando estava acontecendo o Encontro das Cidades Criativas da Gastronomia, as pessoas que visitaram o Combu saíram da Estação das Docas. Qualquer autoridade que venha visitar a Ilha, não sai da praça, sai das marinas ou da Estação das Docas. Sobre os estabelecimentos comerciais, acho que ter um porto melhor ajudaria muito. Seguro para turistas e visitantes, isto é, independentemente de ser turista ou não, deveria ter segurança e informações para as pessoas que chegam. A atividade de turismo no Combu grita e salta aos olhos, todo mundo vê, mas não existe uma política [...] sempre digo, o Combu é o “quintal” das universidades, entendeu? Por sua importância, a Ilha deveria ser olhada de maneira diferente. [...] Essa questão da água potável, precisa ser observada, não falo apenas por mim, mas pelos outros estabelecimentos e pela população. A questão da segurança também é importantíssima. Essas pessoas que lidam hoje com o transporte, muitas têm uma consciência fantástica, porém outras estão preocupadas em ganhar dinheiro, não com a segurança do visitante. (Comerciante, 49 anos, moradora e dona de restaurante, 08 de dezembro de 2017).
10	Atendimento médico e escolar.	Olha, tem a questão da escola, da saúde, essas coisas são bem superficiais aqui. O básico do básico é o que tem aqui. Na escolinha, o pessoal só vai até determinada idade. Eu andei me informando sobre a escola, por exemplo, os meus filhos atravessam todo dia pra Belém, aliás, todos aqui. Só o ensino básico, acho que infantil I ou infantil II. (Comerciante, 39 anos, moradora igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).
11	Empreendedorismo, abastecimento água potável, lixo, saneamento.	Estou prestes a fazer quatro anos em julho, e não pensei que teria tanta dificuldade. Manter um restaurante na Ilha do Combu não é fácil. Para tudo precisamos correr atrás. As pessoas faltam no serviço quando tem festa. Se tem festa na Ilha, se tem Superpop ou Brasilândia, é aí que faltam. O motivo é farra. Eu já tive pessoas que vieram trabalhar "ressacada e amanhecida", mas, não aceito mais, já pensou? Você chega pra almoçar, e vem uma pessoa com "bafo" de cerveja e de cigarro. [...] Entre as desvantagens daqui, primeiro, não tem água potável, gasto com energia a mesma coisa que gasto com água. Segundo, não tem coleta de lixo, temos que catar um por um, queimar ou levar pra Belém. E terceiro, não tem nenhum suporte de órgão público pra fazer o saneamento. (Comerciante, 31 anos, moradora Furo São Benedito e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).
12	Insegurança, infraestrutura turística, veículos de transporte em alta velocidade, empreendedorismo.	Se houver segurança, o resto a iniciativa privada faz. A praça deveria ser o principal ponto de visitação. Hoje, depois do Ver-o-Peso e da Estação das Docas, querem conhecer a Ilha do Combu. Então, se nem no Ver-o-Peso e nem na Estação têm posto de informações turísticas, no Combu mesmo que não vai ter. Falta, principalmente, a informação e a segurança. Afinal, ali é um bairro de "zona vermelha". Se você for lá durante a semana, o visual é sinistro. Quem garante a segurança são os particulares, que pagam vigilantes. Existe a proposta de fazer uma integração ao Iate Clube, que está ali do lado, mas tudo é muito lento, não acompanham a velocidade da iniciativa privada. Querem fazer mais uma "janela pro rio", mas a gente não vê nenhum movimento, só maquete e discurso. Além dos assaltos, tem a segurança náutica, a questão do transporte. Na ilha, passam <i>jet-ski</i> em alta velocidade, como também rabetas, lanchas, iates e barcos, tudo sem regulação. Como o tráfego é muito intenso por lá, tem que haver segurança nesse sentido também. [...] Eventualmente, existe algo do governo estadual, por exemplo, ao final da última FITA, lançaram a "Rota Ribeirinha". [...] Os moradores pegam dinheiro fácil e rápido. Podem ir jogar bola e beber cachaça, sem precisar dá satisfação pra ninguém. Conseguem ganhar mais dinheiro do que se fossem empregados com carteira assinada. Existem pessoas que recebem seguro de pesca, seguro defeso, e não querem se empregar para não perder esses benefícios e facilidades. As pessoas não querem ser contratadas, preferem ganhar dinheiro da maneira mais fácil. (Representante mercado turístico, 38 anos, administrador e guia de turismo, 08 de janeiro de 2018).

13	Veículos de transporte em alta velocidade.	Somente as lanchas estão acabando com o rio, porque causam erosão e não respeitam os limites de velocidade. A gente trabalha com todos os restaurantes. Deixamos nosso cliente livre para frequentar qualquer um. Quando o pessoal gosta de música ambiente ou mais agitada, a gente vai lá e indica. Quando querem um peixe específico, apresentamos determinado restaurante. O barco deixa em qualquer um. Inclusive, hoje as agências são mais parceiras, já indicam a gente, não existe mais rivalidade. (Representante mercado turístico, 37 anos, condutor de turismo de aventura, 27 de dezembro de 2017).
14	Infraestrutura turística, insegurança, empreendedorismo, lixo.	A questão do porto, pois não temos estrutura. Esse assunto já foi tratado várias vezes com o prefeito, não só pela questão de embarque e desembarque, mas pela própria segurança. Sabemos que não há nenhuma na praça Princesa Isabel, local onde a maioria embarca. Outra coisa, a estrutura dos próprios barcos, das pessoas que manuseiam esses barcos, que não tem noção de chegar para pedir que o cliente coloque um colete. Na verdade, deveriam ser treinados pra fazer o transporte das pessoas. Ao chegar na Ilha, percebe-se a falta de muitas coisas, de organização, de visualização, porque é complicado comprar algo de um lugar que não esteja limpo ou organizado. Ainda tem a questão do meio ambiente, pessoas que não tem noção e jogam papel e latinha no rio. Então, os próprios restaurantes podiam fazer essa educação ambiental para as pessoas que visitam a Ilha, fazer uma cartilha. A Secretaria de Turismo também. Você percebe que, tudo bem, é protegida, mas como? O que se vê é total desproteção, porque não se percebe nenhum trabalho. Até os empresários que estão ali trabalhando, não têm essa visão de preservar o meio ambiente. As respostas sempre são as mesmas. Está sendo providenciado ou visto, porém não se percebe algo concreto. Os próprios empresários precisam começar a perceber a necessidade de investimento em segurança e treinamento. (Representante mercado turístico, 55 anos, psicóloga, dona de agência de viagens e diretoria da ABAV, 08 de janeiro de 2018).
15	Transporte e lixo.	Nós temos que melhorar a qualidade do transporte, com mais qualidade e eficiência, que possa atender o meio ambiente de forma natural e sustentável, tá? Essa é uma preocupação hoje, acredito. O transporte passa a ser o ponto número um. O que eu vejo muito, ainda é o visitante, principalmente o local, não ter critérios de preservação e melhoraria da qualidade da natureza. Pega a latinha ou lixo, e joga no rio. Isso tem que ser melhor trabalhado. Acho que tudo se resume em educação ambiental. (Representante poder público, 50 anos, turismólogo, diretoria de planejamento BELEMTUR, 10 de outubro de 2017).
16	Infraestrutura turística, abastecimento água potável, saneamento.	Existe a necessidade de ajustar, de haver uma melhor preparação e qualificação, para que o péssimo serviço, caso ocorra, não prejudique o destino [...] Nessas ilhas, tanto o sistema de abastecimento de água quanto o sistema de tratamento de esgoto são precários. Então, estamos vislumbrando uma melhora nessa estrutura, visando criar condições para que o turismo possa ser desenvolvido de forma mais qualificada. (Representante poder público, turismólogo, diretoria PRODETUR, 17 de outubro de 2017).
17	Gestão da APA, retorno das pesquisas, infraestrutura básica, abastecimento água potável, lixo.	Sabemos que tem muita falha no repasse de comunicação, principalmente quando se trabalha com comunidade, né? Às vezes, o líder comunitário tem os seus mais próximos, então acaba passando só pra um e não passa pra outro. Busca-se de maneira geral expandir pra todo mundo. [...] Nas conversas com os comunitários, falam que há muita procura, mas pouco retorno. Quando falam isso, trata-se principalmente das instituições de ensino, tá? Atividades ligadas à pesquisas que dão pouco retorno. [...] Não há nenhum investimento, utilizam-se recursos do próprio instituto para se fazer ações no Combu. A gente não tem nenhuma fonte de compensação ambiental voltada pra APA Combu. Por isso, a gente trabalha muito com as parcerias voltadas para o que não conseguimos efetivar por aqui. Hoje, no Combu, ainda se encontram muitos problemas em relação a infraestrutura básica, como educação, falta de água encanada e coleta de lixo. Na verdade, são temas básicos e recorrentes nas reuniões de conselho. Encaminhamos a demanda por meio de ofícios e outros contatos. Contudo, infelizmente, não depende só da gente. (Representante poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental IDEFLOR, 24 de outubro de 2017).

Fonte: entrevistas realizadas em pesquisa de campo, em novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

O quadro 7 demonstra a existência de conflitos acerca das diferentes formas de planejamento e gestão da APA, como também pelo empreendedorismo urbano que tem levado a transformações e a negação da territorialidade ribeirinha⁶⁰.

A sobrevivência dos residentes (informantes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7), garantida pela exploração dos produtos da floresta e do rio, sempre se deu com o uso e a manutenção da floresta em pé, assim como a utilização racional das águas. Contudo, com o “progresso” do turismo vieram os obstáculos de concorrência, poluição, insegurança, além da perda da tranquilidade oferecida pela natureza. Passam a ocorrer diversos eventos indissociáveis e contraditórios no que se refere às novas formas de uso e de relações na ilha.

A sensação de insegurança por parte dos moradores, condutores de embarcação e comerciantes é frequente, uma vez que seus relatos denunciam o medo de sair no período noturno (informante 9); as brigas em decorrência de embriaguez durante as festas (informante 3); e a maior frequência de assaltos no ponto de embarque-desembarque, nas embarcações e nos restaurantes (informante 5, 9 e 13).

A Ilha não possui posto policial ou base do corpo de bombeiros, por isso, a segurança insular é garantida pelos agentes da polícia civil fluvial e de algumas diligências da polícia militar. Durante todos os dias em que a pesquisa ocorreu na Ilha, em nenhum momento foi observada a presença de uma dessas forças militares. A segurança das embarcações que circulam pela Baía do Guajará é garantida pela Capitania dos Portos, que mesmo atuando na vistoria de lanchas particulares, em alguns momentos, principalmente aos finais de semana, é criticada pelos representantes do mercado por sua pouca atuação na fiscalização dos barcos que ficam atracados na praça Princesa Isabel (informante 12 e 14).

A precarização na saúde também é um assunto frequente entre os moradores (informantes 1, 2 e 4). Mesmo com a reforma e a ampliação recente do posto de saúde, faltam profissionais para atendimento médico em diferentes dias e horários, assim como remédios e meios de locomoção para transferência de pacientes com casos mais graves. Não obstante, para agravar a falta de atendimento de urgência e emergência, relata-se a (informantes 1 e 2) recorrência de acidentes envolvendo embarcações, que, em sua maioria, circulam em alta velocidade pelos cursos d’água da Ilha (Fotografia 26).

A presença dos restaurantes, das compras de cacau orgânico e de artesanato, dos passeios de lanchas, dos banhos de rio, das festas nos bares e nos restaurantes (Fotografia 27 e figura 9), das

⁶⁰ Entende-se que a negação da territorialidade ribeirinha acontece quando não há o reconhecimento dos direitos, das demandas e do protagonismo social, no âmbito da produção social do espaço, dos diversos agentes/grupos ligados aos rios e à floresta, sujeitos que, cotidianamente, dão vida ao espaço onde vivem (LIMA, 2013).

trilhas ecológicas e demais atividades de lazer, transformam a Ilha em um lugar de consumo, onde os signos da cidade e da natureza se convertem em signos de satisfação e prazer individual (HENRIQUE, 2009). Esse consumo da e na natureza aumenta os problemas socioambientais envolvendo moradores, comerciantes, empresários, visitantes e poder público.

Entre os inúmeros eventos que têm acontecido no Combu, destacam-se os encontros “criativos” de cidades consumistas, as quais tentam camuflar: a ausência da coleta de lixo (informantes 1, 9 e 14); a erosão (informante 2 e 4) provocada pelo trânsito de barcos, lanchas, *jet-skis* (Fotografia 28); e o desmatamento da margem insular para construção de restaurantes, novas e segundas residências.

Nesse caso, passa-se a considerar que futuramente as “casas vão tudo para debaixo do rio” (informante 2), pois os problemas socioambientais são resultados do intenso processo de produção e reprodução desigual que vem ocorrendo nesse local, provocado por um direito à natureza que, segundo Lefèbvre (2008), passou a fazer parte das práticas sociais há alguns anos, emergido em favor dos lazeres.

Estranhos percursos, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade” (LEFÈBVRE, 2008, p. 117).

A promoção de eventos como o "Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia" (respostas 2, 9, 10, 12, 16) (Fotografia 29), promovido pela UNESCO em parceria com governos locais, como a prefeitura de Belém, cujo apoio é oferecido pela SETUR, mostram-se como investimentos especulativos e imediatos diante da realidade dos problemas que ocorrem na região. Nesse sentido, acredita-se em uma tendência cada vez maior na especularização e valorização diferenciada das áreas em que acontecem esses movimentos gastronômicos e turísticos, isso nos permite pensar mais amplamente nas propostas orquestradas pela prefeitura de Belém para fragmentos da parte central e sul da cidade, onde os moradores e agentes imobiliários são capturados pelo discurso desenvolvimentista.

A venda ilegal e o aluguel de terrenos (informantes 4, 8 e 17) (Fotografia 30), para a construção de restaurantes e de segundas residências⁶¹, tornou-se uma prática constante ao longo

⁶¹ De acordo com Tulik (1995, p. 21), segunda residência constitui-se “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”. Por mais que no Combu esse formato de aluguel de casas ainda seja de pouco volume, mesmo em períodos de férias escolares, trata-se de uma prática que vem acontecendo na Ilha há muitos anos.

das margens da orla insular, principalmente nas comunidades Beira Rio e Igarapé Combu, por seus atributos específicos de cotidiano, de proximidade ao continente e de infraestrutura básica e de apoio e outras necessidades que vão sendo criadas de acordo com a expectativa do consumidor.

Essas novas formas múltiplas de uso e apropriação do espaço ocorrem devido à ausência de ações fiscalizadoras por parte do(s) órgão(s) gestor(es) da Ilha, uma vez que o Combu é uma APA, um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e um terreno de marinha, dificultando o entendimento tanto de técnicos quanto de moradores quanto à responsabilidade pela fiscalização do uso do solo da ilha.

No Combu sempre houve lideranças comunitárias empenhadas na maioria das mobilizações que buscavam as melhorias e o reconhecimento da Ilha, que resultaram em ações, como a construção da unidade pedagógica e do posto de saúde, assim como, mais recentemente, a aquisição de energia elétrica (NUNES, 2017). Contudo, atualmente, essas mesmas lideranças são reconhecidas pela falta de empenho na resolução dos conflitos e tensões que ocorrem no local (informantes 1 e 4).

Por sua vez, os residentes mais antigos e membros do conselho gestor (informantes 7 e 8), bem como a liderança de um dos centros comunitários, legalmente ativo (informante 6) afirmam que a venda e o aluguel de terrenos continua sendo uma pauta ordinária nas reuniões do conselho gestor e que todos os demais problemas são levantados nas reuniões, porém sem uma resolução definitiva por parte do órgão competente, desmotivando-os a continuar participando dessa entidade.

Assim, enquanto alguns criam vários mecanismos para atrair, satisfazer, estimular e fidelizar os visitantes, também concebem-se formas de expulsar, (re) e (des)qualificar, discriminar e estigmatizar o morador, desmerecendo o seu vínculo com a terra, com o rio e com a floresta.

Fotografia 26 – Placa em residência chamando atenção para redução de velocidade das embarcações



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (nov. 2017).

Nota: localizada às margens do Igarapé Piriquitaquara. Que mistura símbolos e imagens da urbanização e da resistência ribeirinha diante da intensificação dos eventos, passeios de embarcações e as consequências desse encontro, sinal de que esse contato não tem se dado de maneira “tão natural” e benéfica como é propagado pela imprensa e pelos empreendedores do turismo.

Fotografia 27 – Faixa chamando atenção para festa de aparelhagem em restaurante



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues, janeiro de 2018.

Nota: fixada na parte frontal de um restaurante localizado às margens da comunidade Beira Rio. Esse tipo de festa, de realização mais recente na ilha, é caracterizado pela presença de moradores do Combu e do entorno, entretanto, sua consequência para a problemática ambiental também chama atenção, como a intensidade do fluxo de pessoas, de embarcações, pelo acúmulo de lixo, pelo barulho, embriaguez e brigas entre os participantes.

Figura 4 – Chamada para festa divulgada nas redes sociais virtuais



Fonte: Pagodjé na Ilha (2017).

Nota: meio de divulgação comum entre os bares e restaurantes da ilha. Essa valorização das festas comerciais com fins lucrativos, segundo comerciantes, tem efeitos econômicos positivos, pelo baixo custo e pela rápida propagação. Entre os moradores, por mais que haja um consenso de que as atividades nesses estabelecimentos podem contribuir para a complementação da renda na geração de empregos diretos e indiretos, temporários e fixos, também concordase que pode gerar impactos sociais e ambientais negativos.

Fotografia 28 – Domingo de lazer no furo São Benedito



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (jan. 2018).

Nota: localizado de frente para o município do Acará, onde é mais expressiva a presença de lanchas e *jet-skis* particulares que se acumulam para atividades de alimentação no único restaurante do local, para banhos de rio e demais atividades de recreação na "prainha secreta", uma faixa de terra coberta por areal que surge de acordo com a baixa da maré.

Fotografia 29 – Atividade de caminhada realizada durante o Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia realizado pela UNESCO



Autoria: Oswaldo Forte (nov. 2017).

Nota: realizado no mês de novembro de 2017, o evento reuniu empresários, especialistas em culinária, representantes do poder público, imprensa nacional e internacional, onde além da ilha do Combu, foram contemplados uma série de outros atrativos turísticos da cidade. As atividades visam incluir Belém no cenário da valorização cultural (gastronômica) regional e nacional. Uma forma de promover a acumulação privada na cidade e a produção de mercadorias.

Fotografia 30 – Faixa divulgando venda de "propriedade com residência"



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves (nov. 2017).

Nota: fixada às margens da comunidade Beira Rio, onde observa-se que a função social do lugar, não é mais unicamente a de prover maneiras de sobrevivência e subsistência, mas a de gerar acumulação privada, em que os atributos oferecidos pela natureza e pela proximidade dos equipamentos e serviços da cidade, se tornam muito interessantes para a especulação imobiliária.

Segundo Nunes (2017), os moradores preferem se dedicar apenas às suas atividades econômicas cotidianas, a se mobilizar em busca de mais melhorias para a Ilha. Os mais atuantes encontram-se entre os agentes comunitários de saúde, moradores que além de acompanhar a saúde das famílias, tornam-se também o principal agente de comunicação e divulgação das reuniões que ainda acontecem nas comunidades.

A noção de estigma (ELIAS; SCOTSON, 2000) evoca uma série de atributos referentes aos moradores de um referido lugar, ocorrendo tanto nas interrelações entre os estabelecidos anteriormente e os estabelecidos mais jovens (respostas 1 e 4), quanto por parte dos *outsiders*⁶² (moradores recém-chegados, turistas, empresários e poder público), como os informantes 10 e 11 com os antigos estabelecidos.

Constatou-se que, no caso dos primeiros, existe uma figuração marcada pela tensão entre estabelecidos antigos *versus* estabelecidos jovens. Os moradores mais velhos se colocam e são vistos como de valor humano mais elevado, por sua idade e experiência de vida, diante dos moradores mais jovens, "inexperientes" e "menos sábios". Entende-se que essa figuração pode contribuir de maneira negativa nas buscas por melhorias na Ilha, identificadas nas lutas e resistências dos moradores contra alguns agentes externos (novos moradores e comerciantes, empresários das agências de turismo e entretenimento, turistas e técnicos do poder público) os quais agridem o lugar.

Elias e Scotson (2000) afirmam que as figurações sociais podem ser alteradas de acordo com as mudanças econômicas e sociais, tanto em nível local ou regional quanto em nível nacional. Reconhece-se que a identificação de um determinado modelo figuracional ou de controle social é um desafio que exigiria uma pesquisa mais profunda sobre as diferentes categorias analíticas das comunidades tradicionais. Contudo, o que chama a atenção aqui, é o fato de como as diferentes formas de figuração social (laços de parentesco e idade) interferem nas atuais dinâmicas de poder⁶³, resistência e luta das comunidades do Combu.

Ressalta-se que as relações empresário-estabelecido, apresentadas pelo informante 6, se referem aos proprietários "poderosos" dos novos restaurantes, que não se encaixam no modelo de figuração social analisado, devido ao vínculo desse *outsider* ser estritamente econômico, diferente da figuração morador-comerciante-recém-estabelecido que se observou nos informantes 10 e 11, novatos que criaram vínculos afetivos e de pertencimento com o ambiente, por suas experiências

⁶² Nesse estudo, o termo "recém-chegado" significa o mesmo que o termo "*outsider*", que na língua inglesa refere-se ao conjunto heterogêneo e difuso de pessoas, unidas por laços sociais menos intensos que os membros anteriormente estabelecidos, os "*established*" (ELIAS; SCOTTSON, 2000).

⁶³ Aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenciais no grau de organização dos seres humanos implicados (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21).

anteriores com o rio, com a floresta e com habitantes do Combu. Essa afirmação é reforçada pelo relato de um morador e comerciante da ilha, casado com a informante 10.

Eu cresci vindo pra cá, desde pequeno. Eu morei, na verdade, lá do outro lado, na Bernardo Sayão, ou seja, eu cresci aí nessa beirada de rio. Eu vinha jogar bola pra cá todo domingo. Isso aqui pra mim, muito pelo contrário, é uma maravilha. É muito bom! Eu tomo banho aqui cedo. Quando a maré tá alta, antes de ir levar meus filhos para a aula, eles tomam banho aqui também. É muito legal aqui! E é assim, bem tranquilo. (Comerciante, 39 anos, dono de restaurante e morador há cerca de 06 meses).

No Combu e em outras regiões da Amazônia onde o turismo vem sendo explorado em prol do mercado capitalista, o rio e a floresta têm cada vez mais o seu sentido alterado, passando a representar uma "reserva de valor" (BECKER, 2001). As ações empreendedoras na Ilha, decorrentes da implantação de restaurantes (informantes 10 e 11), da realização de atividades de passeio de barco, compras de produtos orgânicos, artesanato (informante 7, 8 e 9) e as trilhas ecológica (informantes 12, 13 e 14) vêm se encaixando progressivamente na ideia de natureza-espetáculo, presente nos discursos desenvolvimentistas.

Os eventos, os documentários, as pesquisas e os programas de TV, muitas vezes, contribuem com a valorização da natureza, premissa importante para agências de viagem, hotéis, mercado imobiliário e planejadores governamentais. A presença da mídia, por toda a visibilidade que dá aos atrativos e aos destinos turísticos, reforça a ideologia mercadológica de conquista de bem estar e qualidade de vida para os moradores dessas regiões. Seduzem e atraem turistas por meio de um conjunto de códigos e de "signos que têm o poder de agrupar os atores que buscam a paz e a felicidade no refúgio, em outro lugar, em um espaço além e de pouco tempo de permanência" (TOMAZZONI, 2006, p. 348).

As comunidade Igarapé Combu e Beira Rio possuem o maior número de restaurantes e bares da ilha, em sua maioria pertencentes a moradores, que, por possuírem melhores condições financeiras que os demais, ampliam suas casas e trapiches para instalação desse tipo de estabelecimento, ou vendem pequena parte dos terrenos para empreendedores de outras localidades (NUNES, 2017).

Na compreensão de que além dos empresários e dos investidores urbanos existem aqueles que, se instalam por buscarem melhores condições de vida (informante 10) e aqueles que vinculados a terra, veem no turismo uma oportunidade de competir economicamente (informantes 8, 9 e 11), surgem estabelecimentos cada vez mais padronizados e sofisticados nos moldes dos grandes centros turísticos. Para o sucesso dos negócios, necessita-se do auxílio da mão-de-obra do morador, voltados para a prestação de serviços no atendimento ao público, preparo de refeições,

limpeza dos estabelecimentos e das propriedades, como também na condução de passeios pelas trilhas ecológicas e nas embarcações.

Por não possuírem conhecimento técnico especializado ou por não se adequarem às novas formas de emprego impostas, muitos moradores das comunidades são considerados não afeitos ao trabalho. Eles colocam o conjunto de relações com a comunidade e com o lugar em primeiro plano em detrimento da acumulação de renda. Desse contato surgem novos conflitos entre trabalhadores e empregadores, em que moradores vão sendo estigmatizados como "vadios", "preguiçosos" e "sem compromisso" com o desenvolvimento econômico da Ilha.

Essa situação é agravada pelo fato de alguns desses indivíduos, bem como seus familiares, serem beneficiados por assistências e programas sociais, como o Bolsa Família⁶⁴, o Seguro Defeso⁶⁵ e o Bolsa Verde⁶⁶ (BRASIL, 2010), projetos inicialmente criados para diminuição das desigualdades sociais do País. Esse embate é confirmado pela informante 11, ao afirmar que a falta de interesse em procurar por capacitação ou por mais trabalho remunerado deve-se aos benefícios financeiros adquiridos do governo que não permitem o vínculo trabalhista ou o maior compromisso diante das novas oportunidades de renda.

As resistências impostas nas múltiplas dimensões sociais (lúdica, econômica, ecológica e simbólica) não permitem que as relações capital-trabalho prevaleçam na Ilha, onde os comerciantes (informantes 9, 10 e 11), pressionados pela demanda dos agentes do mercado turístico (informantes 12, 13 e 14), passam a procurar soluções entre os representantes governamentais (16, 17 e 18) e com organizações sociais como o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para sua própria qualificação e para capacitação dos moradores envolvidos na atividade turística.

Os representantes do poder público municipal e estadual, inseridos na ideia de cidades globais (SANTOS, 2008), eficientes, inteligentes e sustentáveis, disponibilizam cursos, eventos, viagens e treinamentos aos novos empreendedores, visando manter o ambiente competitivo dentro de suas regiões. Esses agentes contam ainda com a influência e o apoio de instituições financeiras que disponibilizam fundos, linhas de crédito e financiamentos capazes de proporcionar, por

⁶⁴ O Bolsa Família é um programa de transferências de renda do governo federal destinado às famílias em situação de pobreza extrema, cuja renda não permite suprir necessidades básicas como saúde, educação e transporte.

⁶⁵ Considerado uma espécie de "seguro-desemprego" pago pelo governo federal aos pescadores para que não pesquem durante o período de desova de cardumes de peixes e outros tipos de animais aquáticos.

⁶⁶ O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).

exemplo, a compra de máquinas, móveis e elementos agrícolas, assim como a construção e reforma das antigas casas.

Confirmam-se, assim, as tentativas de encaixar fragmentos espaciais de Belém nas concepções de empresariamento urbano (HARVEY, 1996), de transformação da cidade em mercadoria (SANCHEZ, 2003), em produto do *city marketing* (VAINER, 2002), conduzindo-a para um pensamento único (VAINER, 2002), o da competitividade.

O turismo em sua face capitalista, tenta incorporar pequenos grupos e suas relações sociais tradicionais à lógica do capital. Assim, entende-se que o discurso de apropriação da dimensão ribeirinha da Ilha, nesse caso, estende-se somente aos atributos de sua localização, e não necessariamente aos elementos que identificam a interação cidade-rio-floresta, do ponto de vista econômico, lúdico, de circulação e da dimensão simbólico-cultural (TRINDADE JÚNIOR; AMARAL; SILVA, 2008).

Todavia, cabe ressaltar que a ausência ou "falta de competência" dos trabalhadores do Combu deve-se à predominância de um modo de vida mais espontâneo, no qual todos se conhecem, confiam e ajudam uns aos outros; relações típicas de convívio social mais preocupadas com a felicidade e com a subsistência intimamente ligada ao lugar do que com o enriquecimento e o lucro.

Ademais, mesmo nas respostas que afirmaram não haver conflitos na Ilha (informante 13), pois a "rivalidade" de antes foi substituída pelas parcerias de agora, a realidade mostra que a problemática de ordem socioespacial implode/explode a todo instante, até porque nem todos os projetos, ações e intervenções são discutidos pelos verdadeiros interessados.

Nessa perspectiva, analisar como as esferas de trabalho e de lazer se encontram e desencontram, tanto na sua dimensão social quanto na territorial, dificulta sobremaneira a análise mais precisa da natureza do espaço turístico, uma vez que as práticas são cada vez mais imbricadas (RODRIGUES, 2006). Sendo assim, no espaço da Ilha do Combu, para além do que é concebido pela prática mercadológica do planejamento urbano, prevalece ainda a dimensão cotidiana ribeirinha, composta materialmente por uma paisagem e por um espaço vivido pelos agentes que não se permitem serem totalmente hegemônicos.

O tempo rápido que se impõe ao tempo lento, não pode ser considerado absoluto diante da contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições, pois ele é diferente de lugar para lugar (SANTOS, 2014). O Combu é, portanto, um espaço de manifestação do vivido, das práticas imediatas, do sonho, dos prazeres, dos resíduos incapazes de se reduzirem a favor de um tempo e de um poder hegemônico (SOUZA, 2006).

A junção natureza e cultura, nesse caso representada pela culinária, apresenta-se como uma das formas atuais de turismo “alternativo”, chamando a atenção para a parte sul da cidade, transformando-a em “chamariz inicial que atrai o capital e as pessoas, mais do que uma razão para mantê-los naquele espaço” (HARVEY, 1994, p.7).

Nesse momento, com o conjunto de interações, de mudanças e de permanências apresentados, em que os conflitos, as tensões e as contradições borbulham no jogo dialético da vida cotidiana, tornou-se importante apresentar, mesmo que previamente, os dois circuitos da economia urbana de Santos (2008), em sua concepção voltada para a produção e organização das atividades turísticas que acontecem no Combu, visto que, na Ilha, refletem-se ações de um Estado cada vez mais corporativo, em que as ações e investimentos públicos voltam-se primeiramente para as necessidades mercadológicas; contudo, por outro lado, os agentes hegemônicos respondem de acordo com as suas próprias concepções e necessidades.

4.2 Os circuitos da economia urbana na perspectiva do lazer e do turismo

A diminuição e, posteriormente, o aumento da duração do tempo livre, impôs à civilização técnica a partir da década de 1970, uma maior capacidade produtora, enquanto que, concomitantemente, se aumentou o tempo do trabalho (BRAMBATTI, 2011). As relações da sociedade com a cidade e com a natureza fazem com que o trabalho ganhe outros horizontes, tendo em vista que agora o tempo livre é apropriado, tornando-se produtivo.

Atualmente, são criadas necessidades a serem preenchidas tanto no tempo do trabalho quanto no tempo do não-trabalho, e quanto mais se expande a modernização, mais crescem atividades econômicas modernas, mais se aumenta o número de agentes e, concomitantemente, a organização do espaço (SANTOS, 2008).

O espaço produzido pelo e para o turismo, comercializado como mercadoria, é um desses espaços produtivos da era dos lazes capitalistas, surge da conversão do valor de uso em valor de troca, no qual raramente os desejos em jogo serão unicamente a troca de experiências entre visitante e visitado, ou pelo simples prazer da presença de um desconhecido no ambiente social do agente receptor (CORDEIRO, 2007).

Os espaços do turismo são compostos por fixos e fluxos⁶⁷, sistemas de objetos e sistemas de ações⁶⁸, onde ocorrem as atividades do circuito inferior e circuito superior da economia urbana, concentradas em mercados distintos, porém, interdependentes à medida que interagem entre si (SANTOS, 2008[1979]).

As metrópoles brasileiras são os centros crescentes de atividades modernas ligadas à divisão social do trabalho, ao mesmo tempo, são sedes das inúmeras formas de ocupação de capital reduzido, dependentes de conteúdos particulares de suas regiões. Os circuitos da economia urbana surgem dessa coexistência, diferentes um do outro em função dos diversos graus de tecnologia, de capital e de organização. Quando muito evoluído, trata-se do circuito superior e de sua porção marginal, se de nível muito baixo, trata-se do circuito inferior (MONTENEGRO, 2011).

No que tange o circuito superior na especificidade do turismo no Brasil, formas e funções materializam-se e organizam-se em serviços de hospedagem, de operadoras de viagens, de cadeias de restaurantes e de *shopping centers*, além de empresas do sistema de franquias. Em paralelo, segue o circuito inferior, composto por atividades que surgem a partir do circuito superior, tendo como público alvo os mesmos clientes (os visitantes), porém, com outro nível de atuação e outra necessidade final, como a subsistência e a sobrevivência dos seus agentes, marcados por atividades com baixo capital, sobretudo pela presença de ambulantes e pequenos comerciantes (ALMADA, 2016).

O circuito superior revela-se dentro de uma metrópole como Belém, sobretudo por sua importante influência infraestrutural e logística para a produção econômica regional (VELOSO; TRINDADE JÚNIOR, 2014). Nesse mesmo contexto, manifestam-se diversas pequenas porções do espaço onde o circuito inferior impõe-se, como é o caso da Ilha do Combu, em que predominam atividades precárias de baixíssimos recursos financeiros e organizativos.

O processo de modernização de Belém pode ser observado nos dias de hoje, por meio de suas intervenções e políticas públicas urbanas, voltadas principalmente para a atração de investidores, ganhando relevância em torno de três eixos: 1) beneficiamento e exportação de

⁶⁷ Os fixos constituem tudo aquilo que permanece imóvel no espaço e os fluxos, em sentido contrário, constituem-se de mobilidade, atuando em diferentes escalas. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, modificam-se (SANTOS, 2014, p. 61-62).

⁶⁸No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2014, p. 63).

minério, assim como produtos regionais (madeireiros, animais vivos da espécie bovina, combustíveis e lubrificantes, pescados, couros e peles de bovinos e equídeos, óleo de palma, frutas como cocos, castanhas, açaí e minérios como o manganês) para mercados como dos Estados Unidos, da Turquia, da China e da França (SEDEME, 2017); 2) expansão da construção civil e do mercado imobiliário (FAPESPA, 2015); 3) propagação dos setores de comércio e de serviços, com destaque aqui para a promoção do turismo. Esse último, como um reflexo da realidade brasileira, tem como principais atividades os serviços de alimentação com 50,71% e de transporte com 17,95%, seguidos pelos afazeres recreativos, culturais e desportivos com 16,87%, setores com o maior número de ocupações dessa área no Brasil (IBGE, 2009).

Montenegro (2011), ao analisar as diferentes feições regionais dos circuitos da economia urbana, em especial o circuito inferior, inspirou-se naquilo que Santos e Silveira (2001) indicaram como quatro Brasis⁶⁹, definição criada para dividir o País de acordo com as formas desiguais e diferenciadas com que o meio técnico-científico-informacional percorre o território atingindo todos os lugares. Para a autora, a capital paraense assume relevante representatividade, pela densidade, pela diversidade e pela singularidade do seu circuito inferior, entrelaçado com circuitos espaciais de produção⁷⁰ de alcance regional, considerando ainda a influência corporativa na urbanização da cidade.

Percebe-se que inúmeras foram as tentativas de inserir Belém e outras cidades, como Santarém, no processo de turistificação da Amazônia, que ocorre desde o período de integração nacional, momento no qual a maior floresta brasileira surgia como o novo espaço para atração de circuitos turísticos internacionais (ANDRADE; TAVARES, 2012).

Desde esse período, as metrópoles amazônicas e algumas cidades médias passaram a ser inseridas nas rotas do turismo internacional, resultado de pequenos incentivos financeiros, de campanhas de *marketing* institucional e de intervenções territoriais, atraindo empresas aéreas e redes de hotéis, que, pelas condições oferecidas pelo governo, voltam-se, principalmente, para o atendimento logístico dos fluxos de negócios que passaram a acontecer na região.

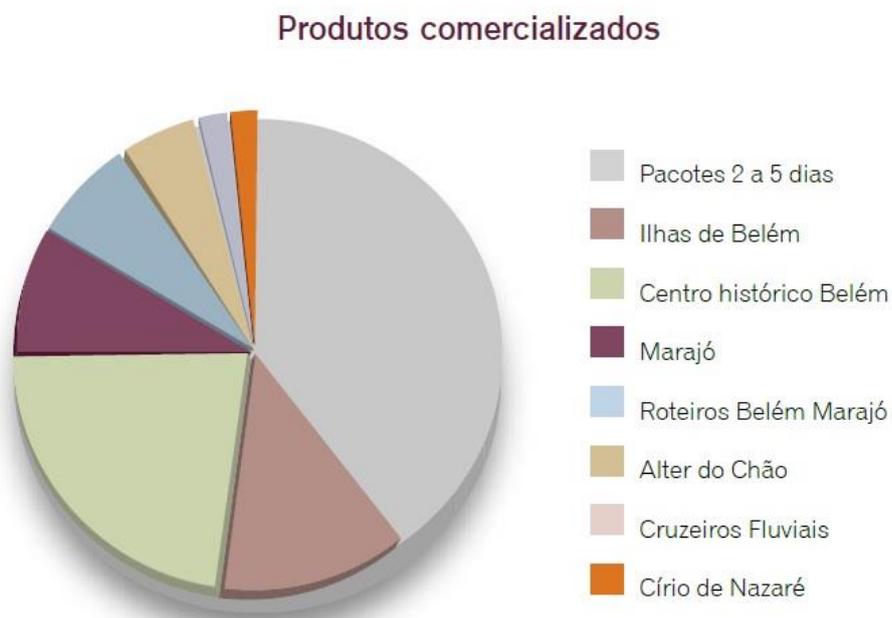
⁶⁹ Santos e Silveira (2001) analisaram profundamente a difusão diferenciada do meio técnico-científico-informacional e das heranças do passado que marcaram o país, dentre outros fatores como, as diferenciações territoriais, propondo assim, uma outra forma de regionalizar o Brasil, dividindo-o em quatro macrorregiões denominadas “Quatro Brasis”, sendo estas: a Região Concentrada, o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia.

⁷⁰ O circuito espacial de produção (SANTOS, 1986) é elencado aqui somente enquanto categoria auxiliar de análise dos circuitos da economia urbana, por sua natureza competitiva e dinamismo regional, no qual a circulação e a comunicação se tornam pressupostos para analisar os fluxos materiais e imateriais, tendo os fixos para dar sustentação aos fluxos, no qual a configuração territorial e singularidade dos lugares se tornam também sua força (DANTAS, 2016). A singularidade dos diferentes lugares resulta da combinação diferenciada de certas possibilidades do período, da formação socioespacial e da região com o conjunto de existências preexistentes em cada lugar (MONTENEGRO, 2011, p. 07).

Para os planejadores territoriais e agentes do mercado não é tão simples inserir um lugar nas rotas turísticas. Sua potencialidade e vigor são medidos e sua vocação “natural” pode ser potencializada a partir de investimentos de capital em diversos setores, como em infraestrutura (hoteleira, restauração, arte, cultura), em atrativos e em qualificação profissional, para que se possa haver um mínimo de atratividade, conforto ou diferenciais para o consumidor (SILVA, 2012).

Atualmente, o território vai ganhando mais fluidez, ou seja, permite fluxos mais rápidos, sejam eles materiais ou imateriais (BICUDO, 2006). Nesse período informacional, o governo estadual coloca entre as prioridades ações voltadas para o turismo, o fomento à cultura e à natureza nas subregiões paraenses. O atual plano de turismo, “Ver-o-Pará”, propõe que até o ano de 2020, a cultura, representada pela valorização da gastronomia, e a visitação em áreas protegidas sejam algumas das principais estratégias de crescimento econômico do Estado (PARÁ, 2012). Profissionais da área, seguindo essa lógica, são orientados a comercializar pacotes e roteiros específicos para esses segmentos (Figura 5).

Figura 5 – Estado do Pará: principais serviços comercializados pelas agências de Viagens e Turismo.



Fonte: PARÁ (2012).

Consultorias globalizadas, como a Chias Marketing, de origem espanhola com atuação no Brasil desde os anos 2000, referência no mercado mundial por projetos de planejamento estratégico de *marketing* turístico, são contratadas para "atender às carências informacionais

emergentes no território brasileiro", mobilizando verdadeiros arsenais de informação para os contratantes (BICUDO, 2006, p. 70).

A partir da elaboração do Plano Ver-o-Pará e do relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Polos Belém, Tapajós e Marajó para o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), pode-se observar, excluindo alguns serviços específicos, como a emissão de passagem e reservas de hotel, que as ofertas estão concentradas, principalmente, em Belém e na Ilha do Marajó, negociadas diretamente, assim como mediante roteiros integrados (PARÁ, 2012).

Dentre as principais deficiências do setor turístico, apontadas pela Chias Marketing, em primeiro lugar encontra-se a ausência de ações promocionais, seguido pela pouca estrutura aeroviária, pela deficiência portuária para a realização de cruzeiros fluviais, pelos preços elevados das passagens e diárias de hotéis, e pelo pouco conhecimento técnico por parte das agências locais (PARÁ, 2012) (Tabela 3).

Mesmo a Amazônia sendo tão valorizada dentro da lógica de produção e consumo globalizado, em que vetores como o turismo e o agronegócio seguem reestruturando o espaço e a economia constantemente, a fragilidade competitiva paraense frente a outras regiões brasileiras, como Manaus e Pantanal (indicados como fortes concorrentes) (PARÁ, 2012), fez com que o Governo do Estado desenvolvesse novas estratégias, a fim de suprir as demandas do mercado.

Tabela 3 – Estado do Pará: principais dificuldades para comercializar os atrativos turísticos.

Dificuldades para vender o Pará	Total	Grandes empresas	Outras empresas
Falta de divulgação	62,7	76,7	55,3
Desconhecimento dos Turistas	18,6	9,5	23,7
Falta de procura/ demanda	13,6	4,8	18,4
Falta de voos/ opção	25,4	33,3	21,1
Voos difíceis / com conexão	1,7	0,0	2,6
Falta de voos / poucos voos	6,8	19,0	0,0
Voos com horários ruins	1,7	4,8	0,0
Preços elevados	18,6	23,8	15,8
Das passagens aéreas	15,3	23,8	10,5
Dos hotéis	3,4	0,0	5,3
Agências	15,3	9,5	18,4
Desconhecimento técnico do destino	8,5	0,0	13,2
Falta de parceiros locais	5,1	9,5	2,6
Não faz reservas pela internet	1,7	0,0	2,6
Falta de infraestrutura local	8,5	14,3	5,3
Hotelaria	3,4	4,8	2,6
Estrutura portuária (cruzeiros)	1,7	0,0	2,6
Distância do destino	6,8	4,8	7,9
Não sabe	1,7	0,0	2,6

Fonte: PARÁ (2012).

O resultado apresentado pelo relatório PDITS ao plano Ver-o-Pará fez com que fossem estabelecidas uma série de objetivos e diretrizes para facilitar o fluxo de pessoas e de capital, bem como a exploração econômica do espaço. Essas metas visam o incremento na infraestrutura de acesso e circulação, na promoção e na capacitação profissional. Desse modo, sob o financiamento do Estado, multinacionais e empresas locais dispõem de informações detalhadas sobre o setor, podendo elaborar estratégias convenientes aos seus interesses particulares (BICUDO, 2006).

Para Montenegro (2011), as aceleradas mudanças que ocorrem no espaço, numa busca incessante por inovação, criam cada vez mais espaços seletivos. As ações dos agentes, na maioria das vezes, influenciam diretamente a economia do lugar, uma vez que acumulam capitais indispensáveis à continuidade, das atividades voltadas para os progressos técnicos particulares à vida moderna. Ao mesmo tempo, asseguram a vida cotidiana dos habitantes.

O turismo colabora com a reestruturação produtiva do Estado do Pará, voltando-se para a circulação, em que as bases das trocas e das transferências dinamizam os processos econômicos e possibilitam as interações entre os lugares. Deslocam-se cada vez mais bens materiais e pessoas (redes de transportes) e progressivamente criam-se fluxos de comunicação (círculos de cooperação ligados às redes de telecomunicações), não havendo uma separação rígida entre ambos, pois tanto objetos como pessoas portam informações (DANTAS, 2016). Dentro dessa perspectiva, deve-se levar cada vez mais em consideração as tecnologias das redes virtuais, elementos novos na composição e ligação entre os espaços.

Nos locais habitados por comunidades tradicionais diretamente impactadas pelas práticas turísticas, percebe-se a imediata adaptação às atividades dos circuitos econômicos, pelas possibilidades de crescimento e de desenvolvimento local, criadas pelos agentes do mercado e do próprio Estado, uma vez que esse último “não só favorece, mas chega a assumir, inclusive, o próprio papel do circuito superior” (MONTENEGRO, 2011, p. 115).

No caso da pequena economia gerada na Ilha do Combu, atrelada à economia urbana do restante da cidade, há uma adequação à modernidade naquilo que Santos (1994) chamou de forte tendência à segmentação, haja vista que no local rebatem-se atividades com os mais diversos níveis de capital, de tecnologia e de organização, criando oportunidades de trabalho que não estariam ali se somente existissem as firmas modernas.

Além disso, mesmo sendo muito comum entre os “combuenses” referir-se à Belém como se dela não fizessem parte, a Ilha é um dos muitos fragmentos da metrópole cujo movimento de objetos e pessoas, de formas e de ações, são desiguais e combinados, numa dinâmica de cooperação e de conflito permanente (SILVEIRA, 2004).

Nesse sentido, os aspectos naturais e culturais de Belém são reiteradamente reproduzidos na mídia local e em revistas especializadas do setor de viagens, projetando-se imagens de interesse ao consumidor de espaços turísticos. As ilhas, em especial o Combu, por serem comercializadas como produtos turísticos da cidade, estão entre as paisagens mais retratadas nos veículos de comunicação empresariais e institucionais (Figura 6, 7, 8).

Entende-se que diante dos conteúdos específicos da atividade turística da cidade, dois agentes são fundamentais para a expansão do circuito superior: a mídia e o Estado. A primeira, pelo seu alcance às mais diversas camadas da população, mediante ações publicitárias realizadas de acordo com o desembolso de elevadas quantias por parte das firmas ou dos orçamentos governamentais, que beneficiam diretamente as empresas do circuito superior e indiretamente sua parte marginal, visto que os consumidores circulam entre ambas. O segundo, por considerarmos um verdadeiro “árbitro, em diferentes ocasiões, entre firmas gigantes e pequenas empresas” (BRADY, 1971 apud SANTOS, 2008, p. 105).

As revistas trazem em seu conteúdo as novas tendências em técnicas oferecidas pelo mercado, apresentam novos atrativos turísticos e impõem novas regras de comercialização, além de tornar as pequenas agências de viagens mais organizadas, sofisticadas e normatizadas.

Na economia do turismo, as técnicas da informação são mais dóceis e menos rígidas (SANTOS, 2008), isto é, permitem a todos se adaptarem mais facilmente aos meios técnicos, sem que essa situação diminua a subordinação das pequenas e médias firmas aos agentes hegemônicos, uma vez que a dependência tecnológica e em conhecimento especializado se reforça, porém com bases menos rígidas (BICUDO, 2006).

No Pará, as agências de comunicação do governo e os conglomerados empresariais de mídia de atuação local e regional juntamente com afiliadas, são responsáveis por controlar os mais variados meios de comunicação (televisão aberta e a cabo, rádio, *internet*, mídia impressa, publicações, filmes, documentários, promoção de shows e eventos), executando ações publicitárias voltadas para a divulgação dos polos turísticos do Estado nos principais mercados emissores de turistas nacionais e internacionais. Organizações sociais como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) também criam bancos de dados permitindo acompanhar a comercialização no setor de alimentação e nas vendas de roteiros e pacotes de viagens.

Figura 6 – Matéria revista Casacor "O doce diferencial paraense"



O Doce diferencial paraense

Como os irmãos Castanho descobriram o legítimo chocolate da Ilha do Combu, que já começa a fazer sucesso no Brasil inteiro

POR FÁBIO NOVAES

É FÉ OS MÃO DEHEMÉDICOS, À PRIMEIRA VISTA, criam certa resistência ao ver chegar à mesa algo que parece um pequeno vaso de plantas – daqueles comuns de se ver em jardins de inverno ou parapeitos de janelas. O objeto que vem da sobremesa, porém, desperta toda a curiosidade. Servida em uma pequena embalagem de barro, com colares moldados artesanalmente como pepêras-pás, a "Jardimagem de Chocolate" é um doce curioso de se ver e de se chamar difícil de ignorar. Mesmo assim, o visual não supera o sabor indescritível: feita com cacau em pó, doce de leite, leite condensado e chocolate, a montada receita acerta, pura e simplesmente, em todos os sentidos. A criação, fruto da criatividade e do talento dos irmãos Thiago e Felipe Castanho, agrega uma novidade importante, tanto para a culinária quanto para a economia: o chocolate utilizado é 100% paraense, produzido no Combu – região de pequenas ilhas conhecida pelos restaurantes e pousadas pelo Rio Guamá, e que se separa de Belém por apenas 15 minutos de barco.

Thiago e Felipe, além, dispõem apresentações a qualquer um que observe a culinária com alguma proximidade. Acumulando prêmios no Brasil e participando de eventos de comida no mundo inteiro, os Castanho estão entre os mais (re)conhecidos chefs paraenses. O talento vem da infância, época em que os dois começaram. O pai, Francisco, havia criado o restaurante da família, o Restorão de Prata. Como o local funcionava em casa, os dois tiveram que ajudar a família no trabalho servindo os clientes e, posteriormente, ajudando na cozinha. Naturalmente, para isso por contar afetos e a gastronomia se tornou parte dos irmãos – assim como o time para a produção. Não foi à toa que os dois se tornaram verdadeiros Mulas da cultura gastronômica local: os irmãos, além de ensinar os princípios da tradição, apresentam novas tendências que invariavelmente empolgam.

Assim foi com o chocolate gramineamente paraense. Thiago e Felipe se tornaram seus maiores divulgadores, bem como atacadistas de sua qualidade. O produto casaco foi introduzido já no novo restaurante deles, o

Fonte: Casacor (2013, p. 52).

Nota: responsável por veicular notícias das áreas de arquitetura, design de interiores e paisagismo, possuindo abrangência nacional, trouxe na edição do ano de 2013, uma matéria voltada para a produção de chocolate na Ilha do Combu, cuja chamada do editor trazia: “O olhar sobre o novo levou luxo e inovação para a periferia e a tornou moda. Thiago e Felipe Castanho reinventam o chocolate artesanal”. Ao chegar ao local divulgado pelas revistas, sites de empresas e blogs especializados, o turista não se depara apenas com a paisagem da floresta, do rio e da população ribeirinha, mas com uma estrutura espacial pronta para recebê-lo. Na nova configuração da Ilha do Combu, encontram-se embarcações, bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais que complementam o cenário voltado para aquisição do chocolate, onde é possível perceber a relação dialética entre os circuitos da economia urbana em sua feição voltada para o turismo.

Figura 7 – Edição número 180 da revista GOL

REVISTA

GOL

Linhas aéreas inteligentes

180

MARIA PRATA

Expert em tendências, a jornalista traz frescor ao mundo dos negócios na TV

Belém urbana

Da arte de rua à gastronomia moderna: conheça o lado B da capital do Pará

PARCEIRAS

DELTA

AIRFRANCE / KLM

ROTA BELÉM

ser gerenciado pelo paulistano Alex Atala. Com o protesto de artistas locais, a decisão sobre o polo foi adiada, Atala saiu do projeto e o museu tem agenda confirmada até o final do ano.

Um quilômetro adiante está o Mangal das Garças, um bem-cuidado parque ecológico. “É um oásis no meio de Belém. Eu venho aqui nos fins de semana para me refrescar do calor”, diz a estudante Camila Ramos, 17. Ali está instalado o Manjar das Garças, um dos melhores restaurantes da cidade, com buffet no almoço (come-se à vontade por R\$ 79) que inclui diversos pratos típicos, como o clássico pato no tucupi. Aos sábados e domingos vale redobrar a atenção ao caminhar nestas áreas centrais por conta de problemas de segurança.

Na ilha

Se depois de ver tanto rio você tiver vontade de fugir um pouco da cidade, basta ligar para o Saldosa (com “l” mesmo) Maloca, restaurante da Ilha do Combu, e agendar um barquinho que irá pegar você na praça Princesa Isabel para uma travessia de 10 minutos. Lá, escolha como entrada o delicioso brasileiro, bolinho de pescada amarela com jambu e creme de tucupi (R\$ 39,70). Depois do almoço, peça para a gentil proprietária, Prázeres Quaresma dos Santos, 49, mais conhecida como dona Neneca, lhe mostrar seu enorme terreno – que tem como principais atrações duas majestosas sumámas com mais de 30 metros e 400 anos.

De lá, a próxima parada de barco é a casa de Izete dos Santos Costa, 52 – ou dona Nena, tia de Neneca – que produz o aclamado chocolate Filha do Combu, com 100% de cacau, usado nas sobremesas dos restaurantes de Atala em São Paulo. Você pode agendar um passeio para dona Nena lhe mostrar o quintal onde colhe o cacau e ensinar como produzir o chocolate em sua casa. Aproveite para levar uma barra, envolvida numa folha de cacau. É a despedida perfeita antes de voltar para o asfalto.

VOOS PARA BELÉM (BEL) – GOL

ORIGEM	SAÍDA	CHEGADA
Brasília (BSB)	09h30	12h08
São Paulo (CGH)	13h05	16h48
Rio de Janeiro (GIG)	08h45	12h20
Maracá (MCP)	10h20	16h10
São Luís (SLZ)	10h40	20h48

*Horário sujeito a alterações sem aviso prévio

Acima, piscina na cobertura do hotel Golden Tulip, e o chocolate 100% cacau Filha do Combu

Fonte: Gol (2017, p. 86).

Nota: trouxe na edição de março de 2017, a apresentação de algumas opções turísticas e gastronômicas da cidade, entre elas o restaurante mais antigo da Ilha do Combu, o “Saldosa Maloca”, e a produção do chocolate artesanal da “Filha do Combu”, produtora rural também moradora do local.

Figura 8 – Portal de notícias do Ministério do Turismo



Fonte: MTUR (2017, p. 6-7).

Nota: traz como título da matéria “Os destinos saborosos do chocolate brasileiro”, onde Belém é equiparada com outras cidades brasileiras reconhecidas como grandes centros turísticos nacionais, como: Gramado e Canela, municípios do Rio Grande do Sul, que dentre os inúmeros atrativos possuem em sua região, o único parque temático da América Latina, o “Mundo do Chocolate”; Caçapava e Campos do Jordão, no Estado de São Paulo, que concentram vários pequenos centros de produção de chocolate, além de uma fábrica da multinacional suíça Nestlé; Vila Velha, Espírito Santo, que já foi considerada a terceira maior produtora de cacau do país, e atualmente sedia uma fábrica da Chocolates Garoto; e Ilhéus, na Bahia, considerada a “capital do cacau” por ser uma das regiões com a maior concentração de fazendas produtoras do fruto do Brasil.

Esses dados transformam-se em “mercadorias informacionais” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 220), pois indicam quais áreas oferecem abundâncias e quais áreas dispõem de carências para o setor. Nesse sentido, dentre as atividades turísticas realizadas em Belém destacam-se as dos segmentos denominados “turismo de negócios” e “turismo de eventos”, seguidas daquelas que se utilizam da valorização de paisagens culturais e ecológicas, como os segmentos do “turismo de natureza ou ecoturismo” e do “turismo cultural”, voltadas para ocupar o tempo livre dos visitantes, quaisquer que sejam seus motivos de permanência (lazer, eventos ou negócios).

Ademais, outros elementos de forte conteúdo informacional de interesse para os agentes do circuito superior são as feiras de exposição, os festivais, os roteiros de visitação e os demais ambientes criados temporariamente ou de maneira itinerante em determinada fração do espaço, relacionados aos processos modernizantes e de urbanização das cidades. Esses espaços são vitrines de competição interurbana e de inserção global (SANCHEZ et al., 2004), atraem grandes públicos, promovem-se atividades de entretenimento (shows, exposições, espetáculos), movimentam relevantes quantias de dinheiro por partes dos expositores e patrocinadores, além de fortalecerem as instituições e expandirem o consumo, uma vez que juntam diferentes interesses econômicos e reafirmam o poder dominante de grupos empresariais e políticos locais (NUNES, 2015).

Promovidos e organizados pelo poder público, por representantes do mercado ou por entidades de classe como, a ABRASEL e o FOMENTUR⁷¹, esses acontecimentos criam imagens ligadas a uma identidade regional que muitas vezes esconde os avanços do capital, da tecnologia e do consumo, produzindo novos espaços, alcançando a população e, principalmente, investidores.

Dessa maneira, os poderes capitalistas forjam a capacidade para controlar subespaços. Primeiro, os agentes hegemônicos, buscando apoio no Estado, apropriam-se das lógicas da

⁷¹ O Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR/PA) é um órgão colegiado consultivo, propositivo e mobilizador, vinculado diretamente a SETUR, destinado a participar interativamente da implementação da política estadual de turismo, sendo uma instituição composta por representantes da: Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), Associação Brasileira de Jornalistas Especializados em Turismo (ABRAJET), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil, BANPARÁ, Belém *Convencion & Visitors Bureau*, BELEMTUR, Caixa Econômica Federal, Confederação Nacional do Turismo (CNTUR), Comissão de Turismo e Esporte da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (FACIAPA), Federação das Associações de Municípios do Pará (FAMEP), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Pará (FECOMERCIO), Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), Organização Social Pará 2000 (OS PARÁ 2000), Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Museu Paraense Emílio Goeldi, Polícia Militar do Pará, Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTEC), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAS), Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Pará (SINDETUR), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará (SHRBS), Sindicato dos Guias de Turismo do Brasil (SINGTUR), Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), Universidade Federal do Pará (UFPA) (PARÁ, 2003).

formação socioespacial; depois, as tecnologias da informação permitem aprimorar as hegemonias, de modo que possam conhecer e controlar as situações regionais (BICUDO, 2006).

Santos (2008) admitia a escassez de mais estudos sobre as relações entre a natureza do Estado e as formas de organização da produção, assuntos indispensáveis para a compreensão da vida econômica e social dos países subdesenvolvidos. Sendo o Estado corporativo o responsável por criar indiretamente e, por vezes diretamente, o ambiente e a infraestrutura necessária para atrair investimentos para determinada região⁷².

No que diz respeito às dinâmicas que ocorrem no Combu, nos meios de comunicação são destacados os serviços oferecidos pelos restaurantes e pela produção de chocolate artesanal. A veiculação de imagens da Ilha em programações televisivas (programas de televisão, noticiários, documentários, filmes etc.) e em eventos, evidencia, inclusive, a participação de comerciantes e representantes comunitários em ações que visam atrair investimentos de cunho turístico e imobiliário para a capital. Nos últimos anos o Combu teve sua imagem atrelada a uma série de ações midiáticas empresariais e governamentais, entre elas encontram-se (Quadro 8):

Quadro 8 – Ilha do Combu : projetos e ações midiáticas empresariais e governamentais

Projeto/ação	Ano	Descrição
Street River	2014	Com a última edição lançada no ano de 2017, denomina-se como a primeira galeria de arte fluvial do mundo, trata-se de um festival de arte urbana que atrai turistas, moradores da cidade, imprensa e profissionais de grafiteagem brasileiros e estrangeiros, para a realização de roteiros até a ilha do Combu, em que casas das comunidades Igarapé Piriquitaquara e Igarapé Combu foram previamente selecionadas para receber pintura de diversos artistas do contexto nacional.
Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia e Flor Pará	2014	Em sua 4ª edição, é conduzido pelo Fundo de Apoio à Cacaucultura do Pará (FUNCACAU) e pelo governo do Estado representado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário (SEDAP) e pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), responsáveis por unir os setores do agronegócio, cultivo de flores, joias, gastronomia e turismo, tendo a Ilha do Combu espaço na feira e nas visitas realizadas pela cidade.
Minissérie policial “Pacto de Sangue”	2016	Produzida pelo canal pago <i>Space</i> , o projeto financiado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) com o apoio do Governo do Estado, tem por uma das principais locações a ilha do Combu e a região portuária da parte sul de Belém.
Roteiros SETUR	2017	Roteiros diversos executados pela SETUR pelas ilhas de Belém e do Marajó, como o realizado no primeiro semestre de 2017, com um grupo de sete operadores turísticos e jornalistas europeus e brasileiros, com o objetivo de oferecer ao mercado internacional produtos turísticos diferenciados da região.
Feira Internacional do Turismo da Amazônia (FITA)	2017	Atualmente na 8ª edição, que acontece no Centro de Conveções de Belém (HANGAR), também foi responsável por conduzir representantes da SETUR e do mercado local para São Paulo, objetivando divulgar a cozinha paraense para os consumidores de diversos restaurantes paulistanos.

⁷² Santos (2008) chamava de *overhead capital*, o auxílio governamental criado nas grandes cidades para atrair investimentos externos, esse processo acontece da pressão de parte específica da população em expandir setores de produção com menores custos, o que não necessariamente diminui o preço final dos produtos.

Festival Brasil Sabor	2017	Na sua 13ª edição, o festival percorre o país apresentando pratos de restaurantes vinculados à ABRASEL, organizadora do evento que reconhece esse encontro como o maior da categoria gastronômica.
Festival "Fartura"	2018	O Festival "Fartura: comidas do Brasil", realizado em janeiro de 2018, é voltado para integrar produtos, produtores rurais, chefs de cozinha, indústria e mercados de gastronomia do País. Evento promovido pela empresa brasileira Universo Online (UOL), responsável por elaborar plataformas de pesquisa e conteúdo para diferentes mercados. Na ocasião do festival foi lançado pelo governo estadual o projeto "Rotas Gastronômicas do Pará", composto por quatro roteiros específicos que contemplam os seis polos de desenvolvimento turístico do estado, com destaque para Belém e para a Ilha do Marajó.

Fonte: AGÊNCIA PARÁ (2016, 2017 e 2018) e ABRASEL (2017).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

Acredita-se que a veiculação dessas notícias e ações visa chamar atenção para os novos planos econômicos do Estado, tornando-se possíveis tentativas de trazer investidores para cadeias produtivas agrícolas, como a do cacau, e também para o desenvolvimento da gastronomia e do turismo no Estado. Essa afirmativa tem como base a leitura preliminar do plano de desenvolvimento econômico "PARÁ 2030" do governo estadual, em que se criam ambientes atrativos para investimentos privados na região (PARÁ, 2016).

Ademais, espaços urbanos como as capitais e as cidades próximas às áreas de expansão do agronegócio, podem assumir novas funções na reprodução capitalista (ELIAS, 2003), tendo a figura do turismo para agregar valor à região.

Diante do exposto, define-se que o elo entre os dois circuitos da economia urbana na Ilha do Combu acontece por meio da circulação dos visitantes, seduzidos pelas ações da mídia e do Estado, que exercem um papel essencial nos processos de formação de espaços turísticos. Esses grupos, atraídos até a ilha, consomem tanto entre os agentes da ordem distante do circuito superior, como entre os agentes da ordem próxima, de relação mais direta com os moradores e pequenos comerciantes, representantes do circuito inferior.

As capitais dos estados são os portões de entrada dos turistas, pelo fato de que nessas cidades concentram-se as infraestruturas que permitem acessibilidade dos visitantes aos demais destinos (CRUZ, 2003). Nesse sentido, o Combu caracteriza-se como um lugar turístico constituído, primeiramente, pelas imagens que o turista tem dele (CASTROGIOVANNI, 2008), em segundo lugar, pelos objetos espaciais e relações sociais que permitem desejar-se conhecer as belezas paisagísticas e culturais da região.

Outrossim, considera-se o Combu, um espaço de consumo e de venda, onde o valor de uso é revertido em valor de troca, implicando em diferentes formas de apropriação privada, motivada por essa demanda (o turista). Nessa perspectiva, realizou-se uma sistematização quantitativa com

o auxílio do método investigativo netnográfico, apresentada por meio de tabelas, que visam analisar e reforçar a forma como se dá a presença desse agente nas dinâmicas da ilha.

Tabela 4 – Ilha do Combu: origem dos visitantes

Origem dos visitantes	Abs.	%
Outro estado	36	54,5
Belém	17	25,8
Região Metropolitana	6	9,1
Interior do estado	5	7,6
Outro país	2	3
Total	66	100

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017.

Ao analisar a tabela 4, que trata da origem dos indivíduos que visitaram a Ilha, ratifica-se que o local vem chamando a atenção de consumidores do lugar turístico, adaptado para a fruição de atividades durante o tempo de não-trabalho. Dentre os sujeitos abordados, destacam-se os pertencentes a outros estados do Brasil, 54,5% dos informantes disseram vir, em sua maioria, das cidades de São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Em segundo lugar, encontra-se a própria população de Belém, com 25,8% das presenças de visitantes na área. Isso se deve principalmente à proximidade da Ilha da parte continental, estando ao “lado” da cidade, como alguns dos visitantes informaram.

Por sua vez, dentre os visitantes de origem regional encontram-se os pertencentes aos municípios de Ananindeua, Castanhal e Santarém. Por fim, com um percentual pouco significativo, apenas 3% das respostas, encontram-se os de origem internacional (Braga e Paris). Isso não quer dizer que a presença desse tipo de turista não seja cada vez mais comum, especialmente se levarmos em consideração os eventos de porte internacional que vêm acontecendo nos últimos anos em Belém.

A tabela 4 ratifica que o principal elemento que confirma o local turístico, é o turista. A presença dele em um lugar, ainda que sozinho ou em grupo, pode ser considerada para a prática social do turismo (CRUZ, 2003). O Combu, que há anos recebe eventuais visitantes de outros bairros da cidade, ultimamente tem sido visto com certa intensidade pessoas de outras cidades e estados. Preocupa o fato da Ilha encontrar-se no limiar entre um turismo “consumptivo e um turismo produtivo” (ELIAS, 2003, p. 190), no qual as densidades de fluxos informacionais e de turistas, além das estruturas (equipamentos e serviços) instaladas servem, cada vez mais, a demandas externas.

Tabela 5 – Ilha do Combu: período de visitas

Período (em anos)	Abs.	%
--------------------------	-------------	----------

Antes de 1980	0	0
1980-1985	1	2,3
1986-1990	1	2,3
1991-1995	1	2,3
1996-2000	1	2,3
2001-2005	3	4,7
2006-2010	5	11,6
2011-2015	5	11,6
2016 até o período atual	49	62,9
Total	66	100

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017.

A tabela 5 mostra o predomínio de visitas recentes, confirmando o atual “investimento em *marketing*, considerado ao mesmo tempo um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana” (SÁNCHEZ, 1997, p. 5). Dos informantes, a maioria esteve na Ilha entre os anos de 2016 e 2017. Em segundo, aparecem aqueles que estiveram entre os períodos de 2011 a 2015 e 2006 a 2010, e em terceiro, os que visitaram no período de 2001 a 2005.

Os dados confirmam que a intensificação dos deslocamentos temporários passou a ocorrer mais recentemente, atestando o contexto socioeconômico e político atual de Belém, que promove a sua valorização ambiental e cultural, colocando a ilha entre um dos mais importantes recursos turísticos da cidade.

Tabela 6 – Ilha do Combu: formas de acesso

Característica	Abs.	%
Embarcação de hotel	0	0
Embarcação própria	1	1,5
Embarcação agência de turismo	2	3
Embarcação de amigos	3	4,5
Embarcação regular (Praça Princesa Isabel)	60	91
Total	66	100

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017.

A tabela 6 mostra as principais formas de acesso. Em primeiro lugar, aparece a praça Princesa Isabel como a principal opção dos visitantes, com 90,9%. Tal destaque ocorre devido ao local estar relativamente próximo do centro e por ter avenidas importantes como vias de acesso; além de ser um dos pontos da orla de Belém de maior proximidade da Ilha.

O governo municipal atual prevê em suas propostas e projetos, a valorização dessa praça, que até meados do século XX era considerada uma das zonas boêmias da cidade, situada às margens do Rio Guamá, na zona sul de Belém, no bairro da Condor. Até esse período, possuía um cenário em que se apresentavam as imagens da floresta e do rio, com a dos clubes, bares, casas de

shows, pequenos portos e fábricas, barracas e palafitas de uma periferia em formação. Esses pequenos estabelecimentos atraíam artistas, trabalhadores e prostitutas que se misturavam a outras diversas atividades noturnas (DIAS JÚNIOR, 2011).

A construção do terminal hidroviário da praça Princesa Isabel foi feita pela gestão municipal, no ano de 1998, tendo por objetivo principal a proposta de "resgatar" o diálogo entre a cidade e o rio. Desde então, nenhuma outra ação expressiva por parte do poder público foi realizada no local.

As embarcações de amigos aparecem em segundo lugar na tabela, com 4,5%, com pouca representatividade. Mais a frente será possível notar que o processo de valorização cultural da cidade permite à população em geral considerar a Ilha do Combu como uma das principais opções de lazer. Esse percentual é seguindo pelas embarcações de agências de receptivo local, com 3%. Percebeu-se que mesmo as empresas de receptivo turístico utilizam e favorecem-se do terminal da praça Princesa Isabel como ponto de encontro e acesso à Ilha.

Esse porto, ainda é um importante espaço de deslocamento de moradores e comerciantes das ilhas da parte sul, onde diariamente circulam barcos, lanchas, canoas ou rabetas para realização de diversas atividades cotidianas, como ir à escola, visitar parentes e amigos, fazer compras, ir ao médico, vender produtos nas feiras, como o Porto da Palha, a 450 metros do local. Acredita-se que a expansão das intervenções e políticas urbanas deverá avançar por toda a orla sul até a área do parque do Utinga, considerada estratégica, inclusive como via de acesso e saída da cidade.

Tabela 7 – Belém: ilhas visitadas

Ilha	Abs.	%
Combu	66	100
Mosqueiro	36	54,5
Cotijuba	26	39,4
Outeiro	15	22,7
Outras	13	19,7

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017.

A tabela 7 surge da necessidade em perceber como se distribui a visitação com objetivos de lazer e turismo a outras ilhas. Nessa questão foi permitida a múltipla escolha de respostas, uma vez que seria possível perceber em quantas partes da região insular é frequente a prática turística, em 100% das respostas encontra-se a Ilha do Combu, seguida por Mosqueiro com 54,5% e por Cotijuba com 39,4%. Atualmente, os ambientes insulares são muito valorizados para a prática do turismo, por sua forte determinação ambiental e cultural.

Para Cruz (2003), uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca pelo exótico, daquilo que de alguma forma afasta o visitante do cotidiano, entretanto, considera-se que

o cotidiano difere de indivíduo para indivíduo e de contexto para contexto. O que acontece é uma “publicização incentivada pelo mercado neoliberal da comunicação, quanto às imagens que devem ser consumidas pelo sujeito turístico” (CASTROGIOVANNI, 2008, p. 2).

Tabela 8 – Ilha do Combu: como conheceu

Indicação	Abs.	%
Guia turístico	1	1,5
Blog especializado	2	3
Site de notícias	2	3
Site de turismo	7	10,6
Mora na cidade sempre soube da existência da ilha	17	25,8
Indicação de amigos	37	56,1
Total	66	100

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017.

Na tabela 8 apresentam-se os meios de comunicação que intensificam a competitividade da Ilha, o consenso imposto pela mídia local e nacional aos moradores da cidade, tornou a indicação de amigos a resposta mais dada pelos informantes, com 56,1%. Isso reforça a ideia que são os sujeitos e a ordem imposta sobre eles que se globaliza, por meio de trocas socioculturais desenvolvidas pelas redes de comunicação e não os lugares (CASTROGIOVANNI, 2008; SANTOS, 2014).

Os espaços turísticos envolvem um conjunto de relações de ordem global e local, sendo a atividade turística apenas uma parte desse imenso jogo (CRUZ, 2003). A Ilha do Combu vem sendo amplamente divulgada entre as ações e os roteiros desenvolvidos para o polo Belém, especializando-se em função de uma racionalidade que movimenta a rentabilidade econômica local, ao mesmo tempo em que demonstra consideráveis problemas de cunho ambiental e social.

Tabela 9 – Ilha do Combu: atividades de lazer realizadas

Tipo	Abs.	%
Passeio de <i>Jet Ski</i>	0	0
Festividade religiosa	1	1,5
Canoagem	1	1,5
Estava a trabalho (sem atividades de lazer)	3	4,5
Festa particular	5	7,6
Observação de aves	6	9,1
Mergulho	6	9,1
Estava a trabalho (com atividades de lazer)	8	12,1
Banho de Igarapé	20	30,3
Trilha ecológica	21	31,8
Compra de produtos artesanais (cacau, farinha, chocolate, bijuterias)	28	42,4
Passeio de Barco	30	45,5
Culinária	62	93,9

Fonte: formulário *on-line*, julho a dezembro de 2017

Na tabela 9, com o recurso de múltipla escolha dado ao informante, uma vez que se esteja na Ilha, é recorrente a realização de várias atividades em um mesmo dia, os resultados demonstram como a floresta e o rio têm seus usos relacionados ao lazer, correspondendo a apreciação da culinária local como uma ação predominante, com 93,9% das respostas.

Nos restaurantes do Combu, tem-se apresentado uma mistura entre elementos da culinária tradicional paraense (de raízes históricas), com componentes e técnicas mais modernas. Os pratos são produzidos e vendidos para um consumidor que exige a experimentação do exótico e do diferente, desde que obedecendo às formas padronizadas e reguladas de produção. Nesse sentido, concorda-se com Simon e Etges (2017), que afirmam que as transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo, provocam mudanças nos espaços em que se inserem, produzindo tendências à padronização, seja de formas de processamento de atividades produtivas e econômicas, seja inserindo-se nos costumes e hábitos cotidianos das pessoas.

O uso de embarcações também é bastante significativo, uma vez que é a única forma de acessar a ilha, aparecendo em segundo lugar com 45,5%. Nesse caso, os informantes que optaram exclusivamente por essa atividade realizaram apenas o passeio denominado *river tour*, caracterizado por roteiros realizados pelo Rio Guamá e pela Baía do Guajará, acompanhados por um guia de turismo regional, com paradas programadas em locais previamente estabelecidos.

Outra forma comum de consumir o espaço da Ilha é por meio da compra de produtos orgânicos e artesanais, dentre eles as bijuterias, vendidas principalmente no restaurante mais antigo do local e no ponto de venda de chocolate, e o intitulado "chocolate de origem", encontrado na pequena fábrica artesanal de beneficiamento do cacau, localizada no furo do Igarapé Combu, representando, dessa maneira, 42,4% das opções dos informantes. Os produtos derivados do cacau encontram-se como um dos mais importantes elementos de atração de visitantes ao espaço da Ilha, sendo, ultimamente o mais propagado pelos meios de comunicação.

Dos vinte e dois restaurantes instalados até a conclusão do trabalho de campo, três oferecem trilhas ecológicas dentre os serviços de lazer, cuja preferência se mostrou em 31,8% das respostas. As trilhas identificadas, são: do restaurante Saldosa Maloca, fechada para visitação durante o período do trabalho de campo; do Restaurante Solar da Ilha, inaugurada após a pesquisa de campo; da fábrica de chocolate "Filha do Combu" (mapa 5), composta por um percurso de 1.174,6 metros pela floresta, onde é expressiva a presença de cacaeiros e seringueiras; e a "Trilha Combu", localizada ao final do furo Igarapé Combu, com 807 metros, construída por uma moradora que

enxergou na adaptação dos muitos caminhos existentes em seu terreno, uma forma de se inserir na atividade turística, visando a melhorias na renda familiar.

Os banhos de igarapé (Fotografia 31 e 32) são uma prática comum nos cursos d'água da Ilha, observados por quase toda a extensão da orla, inclusive nos locais onde não há grande incidência de restaurantes. Aos visitantes, atraídos pela beleza natural dos rios, o maior uso ocorre durante os fins de semana e feriados, constando como opção em 30,3% das respostas, enquanto aos moradores a utilização fica disponível nos demais dias da semana.

Mesmo em atividades a trabalho no continente, muitos dos informantes utilizam os serviços e estruturas voltadas para o lazer e turismo, muito comum no denominado turismo de negócios, que mistura as atividades pertinentes ao trabalho com outras de diversão e entretenimento. Esse tipo de turismo é oferecido em pacotes e roteiros disponíveis nas agências e hotéis da cidade, em sua maioria na região central.

Mesmo que em menor proporção as atividades de lazer voltadas para a observação de pássaros e mergulho foram apresentadas como existentes pelos informantes, com 9,1% cada. Na tabela 9 encontram-se as participações em festas, com 7,6% das respostas, prática muito mais ligada ao valor comercial e à cotidianidade do que ao prazer e ócio que antes era encontradas nas festividades religiosas (com 1,5%), por exemplo.

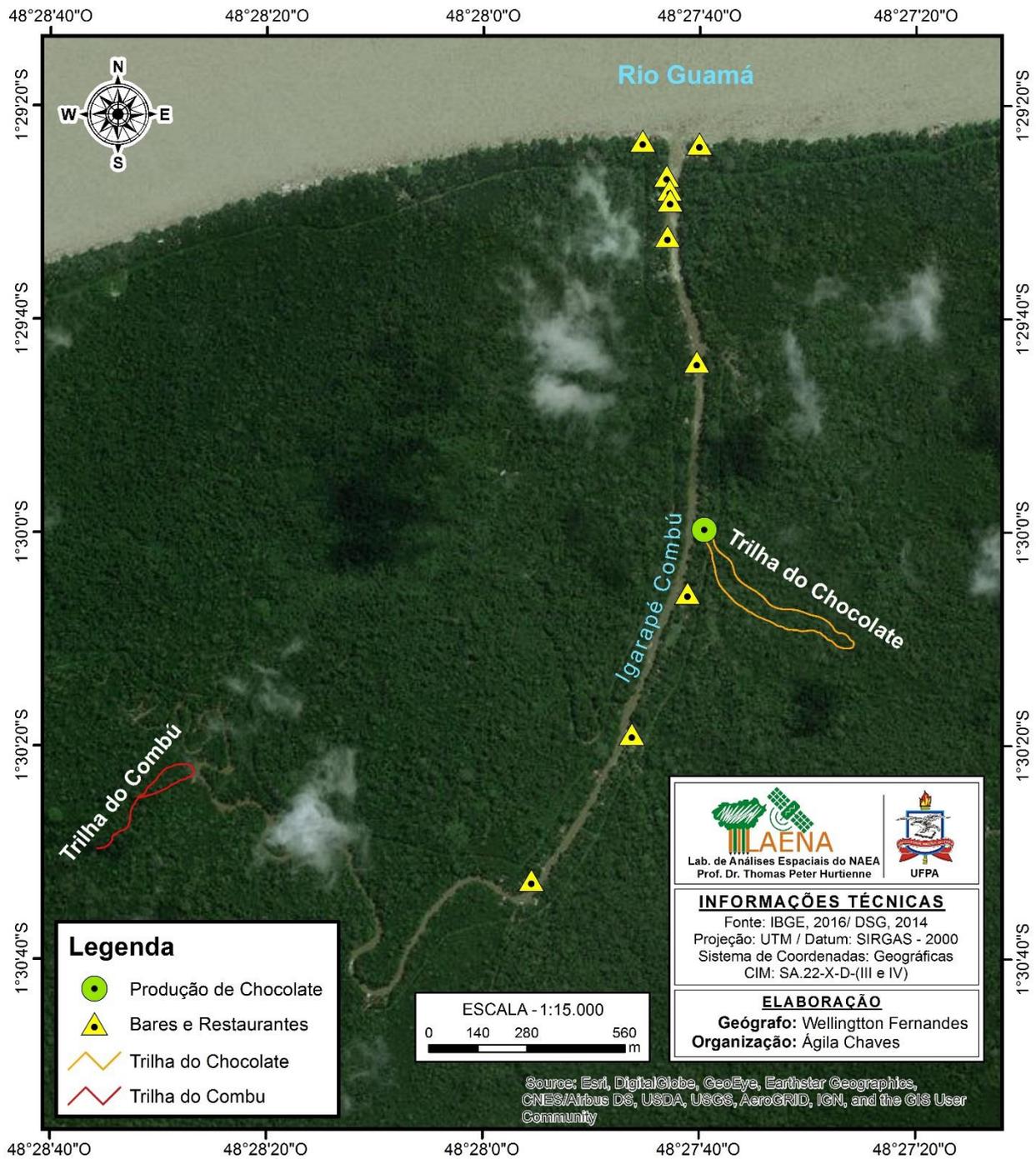
Faz-se necessário, portanto, olhar para a vida cotidiana que se espacializa na orla insular tomando-a como ponto de partida para o desempenho de um planejamento e de uma gestão que sejam mais inclusivos, capazes de inserir participativamente os agentes que cotidiana e regularmente interagem com o rio e com a floresta, definindo outra lógica de apropriação do espaço que merece uma transferência de olhares (LIMA, 2013).

Tabela 10 – Combu: percepção do visitante quanto à possíveis melhorias

Percepções	Abs.	%
Segurança	11	17,5
Internet	22	34,4
Sinal de telefonia	23	36,5
Transporte dentro da ilha	24	38,1
Infraestrutura de acesso	32	50,8
Infraestrutura básica dentro da ilha (água potável, saneamento, limpeza urbana, posto de saúde, iluminação pública)	38	60,3

Fonte: formulários *on-line*, julho a dezembro de 2017

Mapa 5 - Furo Igarapé Combu: localização das trilhas "Filha do Combu" e "Combu"



Fotografia 31 – Visitantes durante banho às margens do Furo Igarapé Combu



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (abr 2017).

Nota: frequentadores de um restaurante, localizado ao final do furo do Igarapé Combu, sendo um dos mais visitados da Ilha por suas opções gastronômicas e de lazer, onde é possível observar as atividades de banho de rio e de descanso em redes. De fundo, encontra-se uma outra estrutura de madeira, com trapiche e atracadouro para embarcações, em que a cerca de proteção está sendo utilizada para secar as roupas recém-lavadas dos residentes.

Fotografia 32 – Jovem morador em travessia pelo igarapé localizado dentro do terreno da família



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (jul. 2017).

Nota: com o desenvolvimento do turismo, ilustrado pela intensidade de atividades nos restaurantes e pelos passeios em embarcações que percorrem a maioria dos principais furos e igarapés da Ilha, cada vez mais torna-se raro observar os moradores realizando serviços domésticos (banho, lavagem de louça e de roupa, retirada de água) na entrada de suas residências. Essa prática, comum no cotidiano ligado à dinâmica ribeirinha, vem se adaptando e (re)organizando-se às novas condições do espaço, visto que essas atividades agora são realizadas nos pequenos cursos d'água localizados Ilha adentro.

Tendo por base a dimensão do percebido, referente ao mundo exterior e visível dos informantes, na tabela 10 percebe-se a ausência de investimentos públicos em estruturas e serviços que possam atender a todas as expectativas geradas sobre a Ilha. Nessa perspectiva, valendo-se do recurso de múltipla escolha, não havendo uma coesão de propostas a serem desenvolvidas no local, 60,3% dos informantes concordam que a infraestrutura e serviços públicos básicos não correspondem ao que se espera de um local turístico. A maioria considera que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar, sendo a prática diferente do discurso.

Em segundo lugar, com 50,8%, a infraestrutura de acesso, onde está localizada a praça Princesa Isabel e as embarcações para se chegar até a Ilha, não se apresenta em condições adequadas de uso. Dentro desse contexto, muitas são as reivindicações de melhorias nesse local. Entende-se que esse consenso pode contribuir com o plano estratégico e "projeto de cidade" (ARANTES, 2009) que está previsto para essa área, não ficando claro como os agentes que já utilizam esse espaço há muitos anos serão inseridos.

O transporte fluvial dentro da Ilha, com 38,1%, embora de grande importância para o uso tanto de moradores quanto de visitantes, por ser um elemento de contato imediato e dependência entre terra e água (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005), vem se apresentando de maneira desigual e conflituosa, visto que muitos barcos não apresentam equipamentos de segurança adequados aos passageiros. Nos meios de transporte da Ilha, muito da vida social dos moradores se realiza, pois por meio delas, vai-se à igreja, à escola, à faculdade, às festas, ao médico, às compras etc. Com a vinda do turismo, alguns desses mesmos objetos vão sendo adaptados às exigências e às necessidades dos consumidores.

O sinal de telefonia (36,5%) e de *internet* (34,4%) apresentam-se como limitações para os visitantes. Atualmente, esse tipo de tecnologia é mais encontrada nas comunidades Beira Rio e Igarapé Combu, por sua localização e por ser onde se encontra a grande parte das moradias e restaurantes da Ilha. As tecnologias da informação compõem a dinâmica da maioria dos agentes sociais, sejam eles moradores, comerciantes ou turistas, que a utilizam para realizar uma série de atividades, mantendo-os conectados a outras cidades, estados e até mesmo a outros países.

Para quem mora na Ilha, a falta de acesso à *internet* e ao sinal de telefonia, incrementos recentes na realidade local, não se torna um impeditivo à realização dos seus momentos lúdicos e econômicos, mas, para o turista, o acesso precário indica um grau de exterioridade relativamente baixo, se contrastado com a maioria dos outros atrativos turísticos disponibilizados na cidade.

Em lugares onde se dá uma intensa urbanização turística, a esfera subjetiva da vida social normalmente é deteriorada pelos seguintes elementos: insegurança social, medo, criminalidade, marginalidade socioespacial, exploração, degradação da paisagem, do habitat, do lugar (LUCHIARI, 1997). A insegurança apresenta-se com 17,5% das respostas da tabela 10, surgindo a necessidade de desenvolverem ações que possam amenizar os problemas de violência e assaltos, principalmente na praça Princesa Isabel. Dentro dos bares e restaurantes sugerem-se ações de policiamento e de fiscalização, para que se evitem problemas relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas em excesso e ao tráfico de entorpecentes.

Por fim, no formulário, foi colocada uma pergunta aberta e de caráter não-obrigatório para os frequentadores quanto às suas impressões de como está sendo desenvolvido o turismo na Ilha, uma vez que instalado nos núcleos receptores, o turismo impõe sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) às lógicas preexistentes (CRUZ, 2003).

Para Cruz (2003), não se pode duvidar da capacidade que tem o turismo de mudar os lugares para que ele possa acontecer. Criam-se novos objetos, mas também há a apropriação de objetos preexistentes, como os naturais (rios, praias, montanhas etc.) e os culturais (infraestruturas, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes dessa forma, novos significados e, muitas vezes, novas feições.

O quadro 9 aborda, por meio da perspectiva do frequentador, as diferentes formas de desenvolvimento do turismo na área de proteção ambiental da Ilha do Combu. Nos relatos da maioria dos informantes (1, 7, 8, 10, 11, 13, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34 e 35), entre os principais aspectos negativos em relação ao desenvolvimento do espaço, encontram-se a infraestrutura turística precária e a preocupação em como ocorre a gestão da APA.

A “questão ecológica” foi, sem dúvida, um dos paradigmas do final do século XX (CRUZ, 2003). Na Ilha esse tema volta ao debate devido à espacialização do turismo em um contexto socioespacial ribeirinho. Observa-se que em Belém, desde o final dos anos 2000, sob fortes pressões de movimentos sociais amplamente cobertos e divulgados pela imprensa, ocorreram mudanças no arquétipo das políticas de turismo. Mudou-se a forma de se pensar e competir no mercado, passaram-se a formatar novos produtos que contrariam o caráter maciço e o ritmo dos tempos velozes, oferecendo “cultura” e “tradição” – em tratamento personalizado, caseiro, artesanal, familiar, hospitaleiro” (RODRIGUES, 2006, p. 299-300).

Quadro 9 – Ilha do Combu: desenvolvimento do turismo na visão do frequentador

Visitante	Resposta	Procedência	Data da coleta da informação
1	Acredito que está no caminho do desenvolvimento. O Combu é vendido como uma rota de turismo, mas, vi a Ilha e seus habitantes pouco preparados no período em que a visitei.	Braga	31/07/2017
2	Estive apenas para um almoço de domingo. Então, considero minha estadia curta e limitada. Foi um passeio bacana, mas, como turista senti falta de algumas coisas. Achei o acesso complicado. Grande parte das atrações de Belém estão de um lado da cidade, e a saída de barcos para a Ilha está do outro. Isso fez com que eu precisasse gastar corrida de táxi até a praça, mais transporte de barco e corrida de táxi de retorno. Como turista, a gente só fica sabendo da existência do restaurante "Saldosa Maloca". Ao estar lá que fiquei sabendo da existência de outros restaurantes e passeios. Não tive problemas com segurança. Encontrei na ilha o que foi prometido em sites e blogs: passeio de barco e restaurante. No entanto, creio que existem muito mais coisas para fazermos, e eu não havia visto informações sobre isso antes da viagem.	Belo Horizonte	31/07/2017
3	Acredito que é preciso tomar cuidado com a expansão do turismo para que as famílias locais não sejam prejudicadas. É preciso pensar em bases mais sustentáveis para o desenvolvimento do turismo no local. Que fortaleça a cultura e não o contrário. O mais bonito da ilha são as pessoas e a vida que elas levam.	Belo Horizonte	31/07/2017
4	Acredito que o turismo na Ilha não está gerando desigualdade social. Pela nossa impressão, este é construído pelas comunidades locais. Porém, é necessário melhorar o transporte. Proporcionar mais passeios para ver a natureza do local. Quem sabe apresentar melhor a comunidade. De resto, ficamos encantados com a ilha e com a população.	Porto Alegre	01/08/2017
5	Acredito que precisa melhorar a interlocução entre os atores locais. Fortalecer as bases da comunidade. Os próprios moradores fomentarem as atividades uns dos outros através de associativismo, englobando os pescadores, os barqueiros e os produtores locais.	Marituba	01/08/2017
6	Deveriam investir nas formas de acesso. O local de embarcações regular é bastante inseguro, levando ao receio quanto a realização do passeio.	Belém	01/08/2017
7	Acho que atualmente existe um <i>marketing</i> cada vez maior na região de ilhas, principalmente no Combu. A partir de um olhar mercadológico, acredito que ainda precisa melhorar a qualidade dos serviços prestados e a infraestrutura. Não sei se os moradores que trabalham diretamente com visitantes já passaram por algum tipo de qualificação. Acredito que seja importante, desde que tomando os devidos cuidados quanto ao fato da Ilha ser uma unidade de conservação.	Belém	01/08/2017
8	Creio que pode melhorar, principalmente, se melhorar as opções de transporte dentro da Ilha, a limpeza do rio e a infraestrutura para banho.	Não informou	01/08/2017
9	Apesar de ter ido algumas vezes, não sei ao certo o que se pode fazer por lá. Por falta de informação/divulgação.	Belém	01/08/2017
10	Acho que o potencial está pouco explorado. Falta uma agência de turismo que faça trilhas de verdade. Conduza para os furos da ilha, para a prainha etc.	Castanhal	01/08/2017
11	Eu conheço a Ilha do Combu apenas através dos bares, restaurantes e pelo chocolate da Nena. Não sei se é possível desenvolver outra atividade. Não sei se é possível hospedar-se. Penso que o turismo nesse local se dá exclusivamente pela iniciativa privada, que monta seus bares e oferece serviços caros e com pouca qualidade.	Belém	01/08/2017
12	Começou a se desenvolver devido a projetos isolados, porque o apoio da administração pública ainda é incipiente.	Belém	01/08/2017

13	Penso que há muitas coisas a serem melhoradas, como a infraestrutura básica e os transportes, tanto para quem visita quanto para quem reside.	Belém	02/08/2017
14	Acho que poderia melhorar a questão do acesso. Oferecer mais opções de saída de barcos, visto que a praça Princesa Isabel é um pouco perigosa. Já sofremos uma tentativa de assalto. Na Ilha, nunca tivemos problemas com segurança. Também falta divulgação sobre os demais restaurantes, possibilitar às pessoas diversificar.	Belém	02/08/2017
15	Observa-se os ribeirinhos fazendo trabalhos, muitas vezes, irregulares, para tornar seu lar uma atração e fonte de renda. Com exceção dos grandes bares da região, que têm bastante falhas de atendimento, a maioria carece de infraestrutura básica e condições de higiene aceitáveis. Sabe-se que essa é a rotina dos que vivem na Ilha, mas, se existe a vontade de torná-la um lugar turístico, dificilmente esses ribeirinhos farão por conta própria.	Não informou	02/08/2017
16	Do ponto de vista que privilegia as populações locais da Ilha, aparentemente, existe uma visão mais sustentável.	Fortaleza	02/08/2017
17	Acredito que seja preciso melhorar a segurança no porto onde pegam as embarcações.	Ananindeua	05/08/2017
18	Tive uma experiência maravilhosa. As pessoas me receberam muito bem, e a experiência de nadar em casquinho nos igarapés foi incrível.	São Paulo	07/08/2017
19	O local de embarque, a praça Princesa Isabel, é inseguro. Não há placas de sinalização e a Ilha é suja. Poderia ser melhor planejada para o turismo.	Brasília	07/08/2017
20	Acho que se facilitar demais a entrada, a intenção de um turismo local pode se perder. A ideia do Combu, consiste em mostrar sua diversidade e, principalmente, a simplicidade. Isso fez toda diferença na hora em que a visitei.	São Paulo	30/11/2017
21	Fomos num dia em que todos os restaurantes da Ilha estavam fechados. Ninguém nos informou sobre essa questão, nem mesmo o taxista ou o barqueiro. Enfim, talvez por falta de interesse, pois informação com certeza tinham. Na Ilha fomos bem recebidos por um rapaz que nos serviu de guia. Apresentou sua casa, nos serviu açaí, foi bem simpático. Aliás, simpatia é o que o povo paraense tem de sobra.	Cerquilho	30/11/2017
22	Acredito que está na medida. Por vezes, creio que o turismo é predatório e gosto da rusticidade. Também acredito que o dinheiro arrecadado pelos agentes de turismo, como é o caso da dona Nena, que fiz questão de visitar, ainda é pouco para promover melhorias significativas em seu receptivo. Ela faz o que pode, e tem crescido muito dentro de suas possibilidades. O que talvez falte seja um olhar da prefeitura para esse potencial que o local tem. Porém, tudo tem que ser feito dentro das possibilidades dos agentes, para que não se perca essa "alma" do bem receber.	Petrolina	01/12/2017
23	Vem crescendo bastante devido à comida paraense. O Pará está em voga no Brasil, por sua cultura e culinária.	Belém	07/12/2017
24	Nem todos os empreendimentos levam em questão as comuninades das ilhas, uma contrapartida seria interessante.	Belém	08/12/2017
25	Fomos a um restaurante indicado por um amigo que morava em Belem. Mas nós e o outro grupo que estava no barco não sabíamos como funcionava, que para cada restaurante tínhamos que pegar um barco diferente. Não vimos a trilha e isso foi triste. Além disso, os trabalhadores locais nos avisaram muito sobre roubos e assaltos. Creio que isso é um ponto que afasta um pouco os turistas. Ficamos com certo medo, pois não houve um morador que não tenha nos avisado sobre o perigo que está em Belém.	Santana de Parnaíba	08/12/2017
26	Me surpreendi muito! Foi o melhor passeio que fizemos em Belém.	São Paulo	10/12/2017
27	Como não conhecia o local, fui por conta, na companhia de amigos belenenses. Passamos o dia na Ilha. Achei o lugar agradável, mas acredito que o ideal seja uma quantidade específica de pessoas por dia, devido aos impactos ambientais. Quanto aos amigos que conhecem bem o local, adoram, e sempre o indicam.	São Paulo	11/12/2017

28	Acredito que tem muito a explorar. A Ilha do Combu é um espaço que está sendo apresentado para o Brasil e para o mundo. Deveria haver um incentivo maior ao turismo nessa região, não só nessa ilha, mas nas outras que temos. Somos ricos em belezas naturais, junto com a fauna e a flora, seria um mercado muito lucrativo. O turismo paraense deve ser olhado como um investimento a longo prazo. Isso trará grandes benefícios para a nossa região. Conheço várias pessoas do Brasil e do mundo, quando falo das nossas belezas naturais ocorre a curiosidade e o espanto.	Belém	11/12/2017
29	Vejo que o crescimento e a urbanização com mais iluminação não seria adequado para a Ilha. O bom de estar lá, é estar desconectado do mundo, aproveitando os passeios e a culinária. Existe meio que um mistério quando vemos que se trata de uma ilha “virgem”. A gente vê certo desmatamento quando a maré baixa. O ideal para os visitantes seria ter o selo de ilha ecológicamente correta, mesmo com restaurantes.	Não informou	12/12/2017
30	O turismo ainda tímido. Essa expansão tem que ser realizada com cuidado para não causar impactos negativos, como a degradação ambiental. O maior diferencial é realmente se sentir próximo da natureza "natural". Encontrar produtos locais, retirados de forma sustentável, com restaurantes que possuam consciência ambiental e cultural da região.	Natal	13/12/2017
31	Estive uma vez na Ilha e tive uma impressão positiva. O que achei muito ruim, pelo que me informaram, que não é possível ir de um lugar ao outro. Apenas fazer o trajeto Belém-Ilha do Combu. Não pude, por exemplo, trocar de restaurante estando lá dentro.	São Paulo	13/12/2017
32	Péssimo atendimento. Preços exorbitantes.	Brasília	13/12/2017
33	Acho que o turismo na Ilha pode ser mais explorado. Mas sempre de uma forma que possibilite preservar ao máximo o local, não afetando negativamente os moradores e a mata nativa.	Brasília	16/12/2017
34	Surgiram novas opções de restaurantes e com boa estrutura. Isso ajuda a despertar o interesse em conhecer a Ilha. Acho que deveria ter mais opções de atividades, principalmente, durante a semana.	Pederneiras	16/12/2017
35	Estive uma única vez, e na ocasião haviam muitos turistas. Mas me preocupa a preservação dos recursos naturais da Ilha. Não houve nenhuma orientação direta ou indireta em relação a cuidados para a preservação da natureza.	Santos	21/12/2017
36	Apesar de ter ficado pouco tempo por lá, achei a comida maravilhosa. Fui bem atendido, mas vi um pouco de lixo nas margens do rio.	Não informou	21/12/2017
37	Deve-se apostar no turismo sustentável, não predatório e não massivo.	Belo Horizonte	26/12/2017

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

A lógica de valorização capitalista tem transformado comunidades tradicionais em comunidades “tradicionais” turísticas. Com exceção de questões de segurança (informantes 6, 14, 17, 19, 25) e infraestrutura de acesso (informantes 2, 6, 14), chegar ao Combu por meio das embarcações cada vez mais rápidas, não se tornou um empecilho.

Reforça-se que cada vez é mais baixo o percentual de moradores envolvidos unicamente com a atividade de pesca de peixes e camarão, devido a problemas constantes em relação a presença de embarcações de pequeno, médio e grande porte que percorrem os igarapés. O fluxo intenso ocasiona a queda de árvores e conseqüentemente a erosão, provocando a diminuição dos peixes e colocando em risco as atividades dos pescadores.

Esses problemas são reforçados pela construção de restaurantes, bares e segundas residências. Esses ambientes são vistos pelos moradores como novas alternativas para obtenção de emprego e renda, tornando-os comerciantes, caseiros, garçons, garçonetes, cozinheiros, condutores de trilhas ecológicas e condutores das embarcações. Essa tendência de afastamento das atividades cotidianas ribeirinhas é reforçada pelo *marketing* turístico, promovido pela parceria entre o poder público e a iniciativa privada, voltados principalmente para ações gastronômicas (informantes 2, 9, 14, 21, 23, 25, 29 e 36) e, para a valorização do meio ecológico e da cultura ribeirinha (informantes 3, 04, 07, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 35 e 37), que se torna um dos mais “poderosos meios de controle do urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial” (ARANTES, 2000, p. 33).

Esse processo de valorização, ressignificação e resgate da cultura ribeirinha é legitimado na Ilha do Combu por meio dos planos públicos e midiáticos locais, nacionais e internacionais, que escolhem atores carismáticos (membros do poder público ou lideranças das comunidades) para contribuir com o consenso da importância das políticas espaciais, minimizando e obscurecendo os reais problemas encarados pela população.

Em razão da flexibilidade e da adaptação do capital no momento atual, o circuito superior relacionado às atividades econômicas do turismo manifesta-se em Belém, principalmente, por meio de sua ligação com o circuito superior marginal, evidenciada em função do uso territorial na área central da cidade, por sua predisposição: em infraestrutura e logística (aeroporto internacional, centro de convenções, equipamentos de apoio, como assistência médica, alimentação, segurança e comunicação); e pela localização dos escritórios e filiais de grandes empresas nacionais e multinacionais, de centros financeiros, das sedes de órgãos públicos estaduais e de demais entidades da sociedade civil organizada.

Empresas multinacionais do setor de viagens, como a Booking.com, a Expedia, o Grupo Trend e a agência Carlson Wagonlit Travel, por mais que não possuam escritórios fixos ou uma presença direta na cidade, desenvolvem tecnologias de informação e de circulação que permitem utilizar e comercializar os produtos e serviços de distribuidores e revendedores locais, esses por sua vez, possuem sua própria rede de fornecedores e de clientes. Outras grandes firmas de serviços especializados, consideradas grandes atacadistas do turismo, como a CVC, a Gol Linhas Aéreas, a Flytour Viagens, a Rede Accor de Hotéis e a Latam Viagens, possuem escritórios, representações ou franquias na cidade, destacando-se também por subcontratar e divulgar as prestadoras de serviços turísticos locais pertencentes ao circuito superior marginal⁷³, firmas menores responsáveis por realizar roteiros pelos diversos atrativos da cidade.

Empresas do circuito superior, de alcance internacional, como a CVC, uma das maiores da América Latina no segmento varejista, por vezes desenvolvem soluções internas, como sistemas computadorizados para acompanhar os lançamentos e métricas de dados referentes às vendas diárias ou periódicas das equipes comerciais. A fonte das informações ocorre por meio da transferência de dados em ferramentas *on-line* manuseadas por operadores e representantes espalhados por todo o País. Reforça-se, por isso, a importância da internet no período, no qual o espaço agora é mais que um meio construído. Trata-se de um “meio comunicado, ou mais precisamente, um meio comum” (BICUDO, 2006, p. 185).

Observados os agentes que movimentam as lógicas de acumulação que atingem a Ilha, como a mídia, o Estado, o mercado e os próprios visitantes, apresenta-se de modo simplificado no quadro 10 os circuitos da economia urbana, voltados para as atividades de lazer e de turismo, que imbricam-se nesse espaço e embaralham as relações.

⁷³ Para ter acesso aos mercados globais, tais empresas costumam utilizar-se de parcerias para distribuição de seus produtos, com a redução significativa de despesas fixas internas da equipe de vendas, em que a utilização de uma rede comercial já montada é um grande ponto de sucesso (MIYATA, 2010, p. 214).

Quadro 10 - Combu: os circuitos superior, superior marginal, inferior e a perspectiva do turismo

Circuitos da economia urbana	Características	Agentes	Tipologia dos serviços	Pontos de venda / comercialização	Usuários / consumidores	Fomas de aquisição e pagamento
Circuito Superior	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturas burocráticas impessoais; ✓ Mão de obra reduzida e ou terceirizada; ✓ Trabalho assalariado (em alguns casos com participação nos lucros da empresa); ✓ Hierarquia pouco flexível ou inflexível; ✓ Preços fixos (tarifários); ✓ Atividades são concebidas em escritórios centrais, normalmente localizados em outras regiões ou países (empresas de escala planetária); ✓ Conexão com grandes agências de publicidade, promoção de eventos, grandes operações logísticas, consultorias especializadas em pesquisa mercadológica junto ao consumidor; ✓ Conexões com o sistema financeiro (bancário, órgãos de financiamento e operadoras de cartão de crédito). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redes de hotéis; ✓ Franqueadoras ; ✓ Grandes agências de viagens; ✓ Operadoras turísticas. 	<p>Concepção e design modernos, com ações de marketing desenvolvidas sob o domínio de um núcleo central. A execução dos serviços geralmente é realizada por filiais, franquias e ou bandeiras instaladas nas regiões de interesse.</p>	<p>Executado por grandes operadoras turísticas, por meio de sistemas de informação (reservas on-line), pontos de vendas próprios ou autorizados dentro da instalação local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Classe média alta; ✓ Turistas nacionais e internacionais; ✓ Funcionários de grandes empresas com negócios em determinada região. 	<p>Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).</p>
Circuito Superior Marginal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturas burocráticas; ✓ Trabalho assalariado (em alguns casos com participação nos lucros da empresa); ✓ Hierarquia mais flexível; ✓ Preços fixos (possibilidade de negociação); ✓ Atividades planejadas em escritórios locais; ✓ Conexão com empresas das regiões onde se instalam: gráficas, escritórios contábeis, agências de publicidade, promotoras de eventos, locadoras de veículos, telemarketing etc. ✓ Menor volume de serviços; ✓ Dependência dos períodos de sazonalidade. ✓ Conexões com o sistema financeiro (bancário, órgãos de financiamento e operadoras de cartão de crédito). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Hotéis de pequeno e médio porte; ✓ Agências de receptivo turístico; ✓ Agências franqueadas. 	<p>Oferecem serviços de acordo com a necessidade das grandes redes que dominam o mercado. Possuem liberdade para criar seus próprios pacotes e roteiros.</p>	<p>Executado por escritórios e sedes das empresas, localizadas em sua maioria em bairros centrais, por meio de vendas diretas ou por sistemas de informação (reservas on-line).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grandes redes e operadoras turísticas; ✓ Franqueadora ; ✓ Grupos de turistas nacionais e internacionais ; ✓ Clientes individuais de classe média alta. 	<p>Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).</p>
Circuito Inferior	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturas pretéritas; ✓ Capital reduzido; ✓ Trabalho intensivo ; ✓ Salário não obrigatório (recebido em diárias); 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comerciantes de bares e restaurantes; 	<p>Oferecem produtos e serviços diversificados,</p>	<p>Executado pelos próprios comerciantes, produtores rurais e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Visitantes locais; ✓ Turistas individuais ou 	<p>Dinheiro líquido em vários níveis de negociação e fomas burocráticas de</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estoques reduzidos e de qualidade inferior; ✓ Preços negociáveis; ✓ Publicidade reduzida (boca a boca, faixas, cartazes, redes sociais on-line, aplicativos de mensagem por celular); ✓ Adaptação e reutilização frequente dos bens. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Produtores agroextrativistas; ✓ Artesãos; ✓ Condutores de embarcação; ✓ Condutores de trilha ecológica. ✓ Trabalhadores temporários: cozinheiros, garçons, garçonetes, pilotos de embarcações, auxiliares de serviços gerais, condutores de trilhas, apanhadores de frutos, vendedores de artesanato. 	<p>com baixa qualificação e capacitação técnica. Utilizam mão de obra familiar e/ou de vizinhos para a execução das atividades de produção e atendimento. As vendas são realizadas dentro da Ilha, seguindo critérios próprios de comercialização e subcontratação.</p>	<p>condutores de trilhas e embarcações, com pontos de venda localizados dentro da própria Ilha e no porto da praça Princesa Isabel.</p>	<p>grupos nacionais e internacionais.</p>	<p>crédito, como cartões de crédito. A venda a prazo ou na forma de "fiado" ainda acontece, principalmente quando tratam-se de pessoas conhecidas ou quando acesso a tecnologia se torna limitado por adversidades no uso de energia elétrica ou no sinal de telefonia.</p>
--	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2008), Silveira (2004 e 2017), Cataia e Silva (2013) e no trabalho de campo realizado de julho a janeiro de 2018.

Se há alguns anos, adquirir uma franquia estava longe do alcance da maioria da população economicamente ativa, pelos valores exorbitantes das taxas, hoje essa já não é mais uma realidade. O sistema de franquias vem se metamorfoseando em visas de alcançar diferentes camadas sociais. De acordo com dados do SEBRAE (2013), as micro franquias⁷⁴, uma atualização desse modelo empresarial, são caracterizadas por exigirem um baixo investimento inicial, normalmente entre R\$ 5 mil e R\$ 80 mil, com reduzido custo operacional e uma operação simplificada em atividades que podem ser realizadas pelo próprio empresário e, muitas vezes, sem exigência de um ponto comercial. Possibilita-se ao franqueado operar os negócios de sua própria residência (*home base*) ou se deslocar até o endereço do cliente para atendê-lo.

Outra forma de instalação muito comum é o sistema *coworking*, caracterizado por locais de trabalho em que ficam reunidas várias empresas, podendo ser desde um andar predial até um casarão antigo no centro histórico da cidade. Esses empreendimentos podem pertencer a uma mesma área de atuação ou não. Marcas famosas criam bases mercadológicas sólidas, cuja existência de pacotes de viagens e hospedagens mais baratas, vendidas sob denominações culturais, consegue-se atrair, com mais eficácia, a preferência dos turistas. Trata-se, portanto, da “coexistência de duas racionalidades espaciais: a racionalidade instrumental, típica dos agentes hegemônicos e a racionalidade comunicacional, típica dos agentes marginais (BICUDO, 2006, P 14).

Vale destacar também a atuação das empresas de serviços gastronômicos, de alto padrão e de clientela selecionada, que adquirem os produtos da Ilha do Combu, como o Restaurante Remanso do Bosque, localizado na área central da cidade, e o restaurante D.O.M, localizado no bairro residencial de luxo dos Jardins, em São Paulo. Essas firmas possuem expressiva notoriedade por adquirirem produtos agroextrativistas, como no caso do chocolate artesanal, movimentando toda uma cadeia de pequenos produtores de cacau.

O alargamento dos contextos e a lugarização das ações (SANTOS, 2014) é permitida em grande medida pela existência da metrópole regional, que centraliza diversas atividades estratégicas. Nesse sentido, nas subcontratações realizadas pelas grandes marcas turísticas, são selecionadas as maiores ou mais antigas agências de Belém, como é o caso da Valeverde Turismo, que, por sua vez, em muitos momentos subcontrata outras pequenas agências para realizar parte

⁷⁴ No trabalho de campo não foi identificada nenhuma microfranquia atuando diretamente no espaço da Ilha do Combu. Percebeu-se que as empresas desse tipo que atuam na cidade estão focadas em comercializar produtos e serviços de outras regiões para a população local.

dos roteiros por ela comercializado⁷⁵ e adquirem, ainda, outros serviços como o transporte para os grupos.

Assim, observa-se a influência dos agentes hegemônicos externos sobre os arranjos locais preexistentes, configurando-se no aumento da dependência do circuito inferior, na emergência do circuito superior marginal e em novas formas de relação entre ambos os circuitos, “especialmente com a terceirização de determinadas tarefas” (MONTENEGRO, 2011, p. 189).

A emergência de um circuito superior marginal decorre da formação de sistemas de organização mais peculiares, cujas características principais são o emprego simultâneo de normas globais e técnicas locais. Empresas organizam-se em sistemas organizacionais, ou seja, conjuntos de ações que se realizam em torno de certas normas jurídicas, técnicas financeiras e informacionais (BICUDO, 2006). As agências de receptivo turístico⁷⁶, ao comercializarem pacotes e roteiros personalizados do circuito superior, permitem aos agentes hegemônicos atingir faixas geográficas de mercado sem necessariamente precisar instalarem-se fisicamente nas regiões mais distantes dos seus escritórios centrais.

Para Bicudo (2006), a organização consiste na atividade de concepção e controle de uma divisão territorial do trabalho produtivo, o que envolve não só a produção propriamente dita, mas também a gestão e a pesquisa, isto é, um conjunto de normas (técnicas, jurídicas, financeiras e informacionais) que funcionam em função de determinada atividade econômica.

Os representantes do circuito superior marginal são os principais responsáveis pelo encadeamento atual da atividade turística na Ilha do Combu. São esses agentes que conectam diretamente o visitante com os serviços turísticos e de lazer prestados na Ilha. Desse modo, o espaço é (re)configurado de acordo com o percurso das embarcações pertencentes ou terceirizadas por essas empresas, criando uma relação de dependência econômica direta entre os comércios do circuito inferior com os agentes do circuito superior marginal.

A globalização convida à emergência um novo circuito superior marginal, embrenhado em codificar e decodificar os objetos e as normas necessárias ao novo momento do modo de produção. Nascem escritórios e empresas, tantas vezes ligados às novas profissões, que prestam serviços às firmas hegemônicas ou ao poder público (SILVEIRA, 2004).

⁷⁵ Informação confirmada por meio de mensagem de e-mail da representante da agência durante o trabalho de campo realizado em novembro de 2017.

⁷⁶ No trabalho de campo, realizado entre os meses de julho de 2017 à janeiro de 2018, foram identificadas as seguintes empresas de receptivo turístico comercializando passeios na Ilha do Combu: Estação Gabiraba, Amazon Star Turismo, Rocha Tur, Amazon Pará Turismo e Receptivo, Boing Turismo e Eventos, Gekos Receptivo, Brazil Amazon Turismo, Ornatos Embalagens, Amazônia Aventura, Instituto Street River e Valeverde Viagens e Turismo, além de alguns guias de turismo regional, que de maneira independente montam roteiros personalizados para grupos e comercializam em suas páginas pessoais na internet.

As agências de receptivo turístico são fundamentais para o funcionamento da atividade por conta da sua capacidade logística, uma vez que o “produto” principal do turismo não se pode tocar, sendo assim um dos mais “perecíveis” conhecidos. Por exemplo, segundo seus agentes, as diárias de hotéis e os pacotes de viagens são únicos, acontecem em determinado dia, horário e fração do espaço, não se repetindo e nem podendo ser estocados.

Essas pequenas empresas⁷⁷ expressam conteúdos próprios de trabalho, o que reforça seu caráter marginal. Primeiro, o trabalho acontece em menor proporção, se comparado ao circuito superior, preso nos contextos locais. Dentre as agências que atuam no Combu, somente a Valeverde Turismo possui mais de uma loja, atuação internacional e frota expressiva de meios de transporte para atendimento ao turista; nesses espaços concentram-se toda a gestão e as vendas dos serviços turísticos. Segundo, o trabalho se realiza sob limitada modernização tecnológica, operando em unidades residenciais ou em ambientes reduzidos com poucos cômodos, no qual normalmente concentram-se uma sala de atendimento, o escritório do proprietário, banheiros e um depósito. Entre as demais agências identificadas destaca-se ainda a Amazon Star Turismo, que possui meios de transporte próprios para a condução dos grupos, e a Rocha Turismo, por sua atuação com grupos internacionais, localização e estrutura mais privilegiada em edifício comercial em um bairro nobre da cidade. Terceiro, o capital disponível não se sobressai sobre a questão do trabalho. Nesses estabelecimentos o acúmulo de funções e de cargos é muito comum entre os trabalhadores, sendo possível encontrar o proprietário realizando atividades jurídicas, financeiras e de atendimento, como na Rocha Turismo, em que a proprietária é responsável pela compra dos roteiros junto às operadoras e às agências maiores, além de dar assistência aos grupos que realizam as viagens internacionais vendidas pela empresa. Nessa mesma empresa, mãe e filha ocupam cargos de diretoria, demonstrando como a mão de obra familiar faz-se importante também nesse circuito.

Sem dúvida, as soluções técnicas tradicionais não deixam de ser utilizadas, mas nos aspectos mais decisivos da produção e da prestação dos serviços, as diferentes empresas são levadas um consumo compulsório de formas espaciais, objetos técnicos e conhecimentos típicos do processo de modernização (BICUDO, 2006). Atualmente, as agências buscam relacionarem-se com diversas outras instituições (consultorias, universidade, assessoria jurídica e contábil). Essas

⁷⁷ Bicudo (2006) nos propõe tomar cuidado com os aspectos da formalidade e da informalidade, pois uma empresa pode cumprir todos os requisitos de formalidade e, mesmo assim, reforçar por suas ações, o circuito inferior. Portanto, não se considera que todas as agências de viagens e receptivo turístico da cidade estão associadas ao circuito superior marginal.

relações influenciam no ritmo reduzido das empresas, se comparadas com as maiores do circuito superior.

Na busca por mão de obra qualificada, aumentam-se os círculos de cooperação (BICUDO, 2006) entre as agências e as instituições de ensino superior, absorvem-se estudantes dos cursos de turismo e de outras áreas como estagiários, que atuam na assistência em diversas funções, com carga horária reduzida e ajuda financeira para seus custos de transporte e pessoais. Muitas vezes, assim que formados são contratados em regime trabalhista, aumentando o número de funcionários com formação técnica e especializada, contribuindo com a capacidade criativa e informativa das empresas.

Relações menores e quase imperceptíveis entre pequenas e grandes agências também podem ocorrer, como em circunstâncias em que o trabalhador migra de uma grande corporação para uma menor, como ocorrido com a diretora da Rocha Turismo que, antes de se tornar empresária, foi gerente da Viação Aérea São Paulo (VASP) por cerca de doze anos⁷⁸. Assim, os agentes podem também aproveitarem-se indiretamente de infraestruturas, de acordos e de normas, cuja criação atende, sobretudo aos interesses hegemônicos (BICUDO, 2006).

A atuação governamental em prol do circuito superior marginal ocorre por meio de projetos e ações que prestam assistência técnica e informacional específica. Pequenas empresas podem partir para um conhecimento mais sistemático das possibilidades do mercado e da técnica (BICUDO, 2006). Quanto a isso, tem-se como referência a elaboração da Rota Turística Belém-Bragança em 2014, e da Rota Gastronômica da Comida Ribeirinha em 2017, criadas pelo PRODETUR, em que são fornecidos apoio promocional, inventários de oferta turística, equipamentos e capacitações às prefeituras e aos estabelecimentos comerciais inseridos nos roteiros. Parcerias com consultorias, como as oferecidas pelo SEBRAE, tornam-se mercadorias informacionais, pela gama larga que abrangem e pelo apoio técnico que disponibilizam para cursos e treinamentos.

As agências de receptivo turístico podem contar também com recursos e acesso à informação por meio de revistas especializadas. Dentre as de nível nacional, destaca-se o Panrotas, empresa de comunicação impressa e virtual, responsável por eventos e inteligência de mercado, fundada em 1974, com sede em São Paulo e escritórios nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Miami (PANROTAS, 2014). Em nível local, a ABAV-PA assume papel atuante na circulação de informações. Por exemplo, desde o ano de 2015, essa associação conta com o apoio de cerca de

⁷⁸ Informação concedida em entrevista realizada com a representante dessa empresa.

15 agências de turismo do Estado⁷⁹, para a publicação da revista “Receptivo Pará”, que traz o mote “Os melhores destinos da Amazônia para o mundo”. Esses canais de propaganda reforçam os círculos de cooperação informacional entre os agentes do circuito superior marginal.

Algumas outras atividades do circuito superior marginal assemelham-se a do circuito inferior, pois corresponde a uma demanda regional (SANTOS, 2008). Acrescenta-se a essa definição a reflexão de Bicudo (2006), que atualiza esse circuito emergente e ao mesmo tempo residual, uma vez que as rugosidades são aproveitadas pelos agentes marginais, em que antigos objetos e formas geográficas, como também funções urbanas tradicionais, podem converterem-se em pontos de auxílio para as divisões do trabalho das empresas menores, que menos rígidas e, por vezes, baseadas em critérios de personalidade, vão criando vocações em contextos locais em que as ações sustentam-se mutuamente.

Os contextos se alargam, mas de maneira complementar, o circuito superior marginal precisa refugiar-se, ancorar-se, no lugar. Pois se, de um lado, as tendências gerais do território reclamam relações mais expandidas, as limitações de capital forçam, por outro lado a escalas de ações mais reduzidas (BICUDO, 2006, p. 174).

A demanda turística nasce muitas vezes no íntimo do circuito superior, por sua circulação no mercado externo e nas grandes metrópoles nacionais. Contudo, é suprida pelo circuito superior marginal. Esse agente não só é responsável pela circulação, como também é o principal comercializador dos serviços de viagens e lazer.

Belém possui representantes de redes de hotéis de luxo, grandes operadoras, franqueadoras de viagens, empresas de prestação de serviços gastronômicos de alto padrão, assim como meios de hospedagem independentes e pequenas agências de transporte e receptivo turístico, que convivem com pequenos artesãos, produtores rurais, comerciantes e prestadores de serviços autônomos. Contudo, não se pode afirmar que a cidade é desenvolvida ou que se trata de um centro turístico de expressiva referência para o restante do País, pois seus baixos níveis de condições de vida e sua ineficiente infraestrutura dos serviços públicos básicos e de apoio não atendem com conformidade sequer à sua própria população, muito menos um grande número de visitantes.

Para a análise do circuito inferior, predemo-nos às percepções encontradas na Ilha do Combu, por seu alcance limitado e mais restrito, assumindo as etapas de prestação dos serviços de lazer e turismo, em que a organização “compreende as atividades incapazes de uma macroorganização do espaço” (SANTOS, 2008, p. 277).

⁷⁹ As agências que apoiam a revista “Receptivo Pará” são: Amazon Star Turismo, Bonna Viagens, Brazil Amazon Turismo, Amazontour, Valeverde Turismo, Boing Turismo e Eventos, Mururé Viagens e Turismo, Bacuritour, Viajar Viagens e Turismo, Amazon Incoming Service, Portal Amazônico Viagens e Turismo, Ynca Amazon Tours, Rocha Brasil Turismo, Vitória Régia Turismo e Tour Viagens e Turismo da Amazônia.

Assim, na Ilha do Combu (Mapa 6), os comerciantes, donos de bares e restaurante, os condutores de embarcações instalados no porto da Praça Princesa Isabel, e alguns pequenos produtores rurais, esperam e negociam diretamente com representantes das agências de receptivo e com guias de turismo, que adquirem os serviços com valores mais baixos revendendo-os posteriormente com preços mais altos para as agências e operadoras maiores. Essas empresas, por sua vez, colocam sua margem de lucro sobre o produto final.

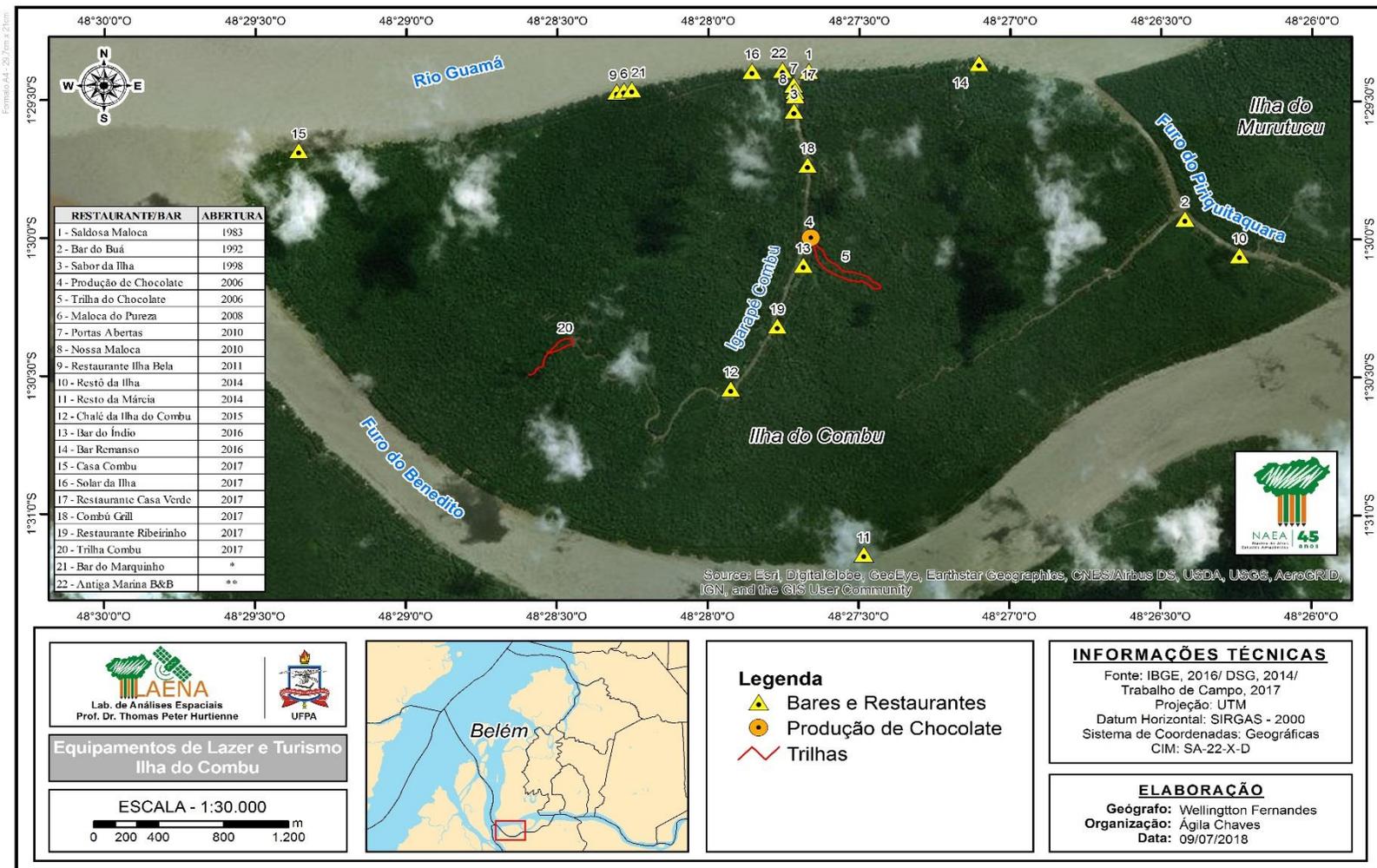
A orla insular apresenta usos de caráter residencial, comercial e uma diversidade de práticas ribeirinhas que se misturam com as práticas ligadas ao lazer e ao turismo, onde o rio, as embarcações, os pequenos portos e trapiches, adquirem novos usos por parte dos atuais agentes. As agências de receptivo e os guias de turismo, responsáveis por trazer pequenos e médios grupos de visitantes para a Ilha, exercem uma importância considerável dentro desse conjunto de atividades econômicas, no qual o lazer e os serviços de alimentação se valem da valorização da paisagem e da exploração da mais-valia do trabalhador combuense.

Os bares e restaurantes⁸⁰ são presenças marcante ao longo da margem insular, bem como a produção de chocolate. Não obstante, atualmente esses objetos espaciais apresentam-se de maneiras diferenciadas de acordo com sua localização na Ilha. Esses estabelecimentos estão entre as maiores construções e, apesar de muitos possuírem estrutura simples e improvisada, alguns se destacam por incorporar à sua arquitetura elementos semelhantes aos encontrados na parte continental da cidade e em outros locais turísticos.

A faixa de orla das comunidades do Igarapé Piriquitaquara (ou da Paciência) e do Furo de São Benedito apresentam um ambiente mais preservado (ecológico), de expressão predominantemente residencial, diferindo significativamente da faixa de orla do furo do Igarapé Combu e da comunidade Beira Rio. Aos fins de semana e na entressafra do açaí, período em que as vendas do fruto diminuem, é comum ver os moradores dessas comunidades, em especial os jovens, realizando atividades remuneradas nas embarcações e nos empreendimentos de alimentação, vendo nessa prática uma maneira de amenizar a sua condição de pobreza.

⁸⁰ No trabalho de campo, realizado em julho de 2017 a janeiro de 2018, foram mapeados os seguintes estabelecimentos e atividades de lazer e turismo: 1) Comunidade Beira Rio: Casa Combu, Restaurante Ilha Bela, Bar e Restaurante Maloca do Pureza, Bar do Marquinho, Restaurante Solar da Ilha, Restaurante Marina B&B (disponível para aluguel), Bar Remanso; 2) Comunidade Igarapé Combu: Saldosa Maloca, Restaurante Portas Abertas, Restaurante Casaverde, Restaurante Nossa Maloca, Restaurante Sabor da Ilha, Combu Grill, Bar do Índio, Restaurante Ribeirinho, Restaurante Chalé da Ilha, produção de chocolate artesanal Filha do Combu e a Trilha Ecológica Combu; 3) Comunidade Igarapé Piriquitaquara (ou Furo da Paciência): Bar e Restaurante do Boá e Restô da Ilha; 4) Comunidade Furo São Benedito: Restô da Márcia.

Mapa 6 - Ilha do Combu: distribuição dos objetos espaciais e/ou equipamentos de lazer e turismo⁸¹



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA), 2018.

⁸¹ Até a finalização da pesquisa não foi possível estabelecer contato com os responsáveis pelos estabelecimentos Bar do Marquinho e Marina B&B, esse último encontra-se disponível para aluguel.

Na comunidade do Igarapé Piriquetaquara (ou Furo da Paciência) e São Benedito os estabelecimentos são geridos pelos próprios moradores. Nesses locais os comércios possuem uma estrutura menor e mais adaptada às condições físicas da área. Um movimento interessante na comunidade Igarapé Piriquetaquara é a presença de embarcações com pequenos grupos de visitantes que percorrem o local em busca de observar e extrair fotografias das casas contempladas pelo projeto de arte *Street River*, realizado desde 2015, cuja proposta inicial seria a de proporcionar visibilidade social aos ribeirinhos que vivem na Ilha do Combu por meio da arte urbana (SANTOS et al, 2016). Promovido e idealizado por um artista local de nome Sebá Tapajós, o evento trouxe a proposta de transformar algumas casas e embarcações da Ilha, em especial nas comunidades Piriquetaquara e Igarapé Combu, em uma galeria de arte em grafite a céu aberto. Ao total foram finalizadas vinte obras, estampando desenhos que fazem menção à natureza amazônica.

Em uma dinâmica socioespacial intimamente ligada ao rio, a maioria, senão todas as famílias possuem um membro cuja profissão seja a de "barqueiro profissional", atividade quase sempre complementar à principal, a extração de açaí e em menor escala o cacau. Os "barqueiros", são sujeitos que conduzem ou trabalham em barcos, seja utilizando-os para a pesca ou na condução de passageiros. Na comunidade do Igarapé Piriquetaquara encontra-se a maioria desses condutores, conforme dados fornecidos em entrevista pelo vice-presidente da Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacentes (COOPETRANS), que também é membro do conselho gestor da Ilha.

Os condutores de embarcações circulam pelos furos e igarapés da Ilha com grupos organizados por empresas turísticas ou com passageiros desacompanhados, sendo divididos em duas associações de barcos e em uma cooperativa de lanchas: a COOPETRANS, criada no ano de 2016, com 24 condutores de lanchas (tipo rabeta) cadastrados; a Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo das Ilhas de Belém e do Baixo Acará (ASTIB), fundada em 2014, com 12 embarcações cadastradas; e, a Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém (ARBCIMB), fundada em 2010, com 16 associados. Ademais, na Praça Princesa Isabel observou-se o movimento de condutores irregulares perante à Capitania dos Portos e não pertencentes a nenhum dos grupos organizados.

Na comunidade São Benedito, em especial, pela distância e pelo isolamento em relação à parte continental de Belém e até mesmo da parte onde estão concentradas a maioria das residências da Ilha, encontra-se um único restaurante cuja frequência se dá por visitas de pequenos grupos de pessoas, em que predominam embarcações mais sofisticadas, conduzidas pelos próprios donos ou por pilotos particulares, sendo acomodadas aos finais dos passeios nas marinas próximas da

Praça Princesa Isabel, como a Marina B&B e o Espaço Náutico *Marine Club*, ambas na avenida Bernardo Sayão.

Os estabelecimentos mais próximos das margens do Rio Guamá, na comunidade Beira Rio e na comunidade do Furo do Igarapé Combu, apresentam um conjunto de serviços de alimentação e de lazer mais modernos, com maior número de opções recreativas, como piscinas para crianças e adultos, parques infantis com gramado sintético, área para eventos, campos de futebol, trilhas ecológicas, possuindo alguns, inclusive, portos privados ao longo da orla continental da parte sul da cidade, exclusivos para o uso de clientes. Nesse último grupo, podem ser encontrados comerciantes e empresários que não possuem nenhum vínculo com a Ilha, moradores da parte continental, que encontraram um ambiente propício para estabelecer seus negócios, subcontratando moradores para realizarem serviços de atendimento aos clientes e de produção nas cozinhas.

Os caminhos que levam Ilha adentro, de pouca incidência de moradorias, conduzem o visitante a contemplar a retirada dos frutos da floresta, sendo (re)organizados, ainda que timidamente, para receber o fluxo de visitante que desejam vivenciar a cultura e o manejo do açai. As trilhas ecológicas, termo mais comercial, surgem a partir da abertura dessas passagens, configurando-se espaços voltados para as atividades de lazer e de turismo de aventura (caminhadas, trilhas, arborismo, *rapel*, canoagem), sendo aproveitadas economicamente pelos donos de restaurante e por moradores que, a partir da realização dos cursos e capacitações promovidos pelos órgãos públicos estaduais, viram no turismo uma oportunidade de ampliação da renda familiar.

Ainda sobre a análise espacial da distribuição dos equipamentos turísticos na Ilha, além dos bares e restaurantes, é possível identificar estruturas para fins comerciais, como o espaço destinado à fabricação artesanal de chocolate, derivado da produção de cacau existente no Combu e nas ilhas próximas, que atrai visitantes e profissionais de gastronomia de todo o País interessados nos rendimentos do chocolate orgânico ou de origem, aquele plantado e beneficiado no mesmo local de negociação.

Entre as mudanças sociais provocadas pelo processo de implantação desse empreendimento no furo do Igarapé Combu, nota-se que ao redor da instalação aumentou consideravelmente o número de restaurantes, o fluxo de embarcações e a intensificação das atividades de vendas de produtos da floresta dentro da própria Ilha, como as frutas (cacau, taperabá, cupuaçu, bacuri), que anteriormente eram quase totalmente vendidas nos portos e feiras da parte continental e agora são, primeiramente, ofertadas para esses estabelecimentos.

Segundo dados da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), a produção de cacau no Estado atualmente corresponde a 50% da produção brasileira, o que confere a ele um lugar no topo do *ranking* nacional (MONTEIRO, 2017). A premissa governamental para transformar o Pará em um grande produtor desse fruto, usando em alguns casos a produção provinda da agricultura familiar fundamenta-se no discurso de tentativa de diminuir os índices de desmatamento provocados pela expansão agropecuária, uma vez que é possível restaurar as áreas degradadas com espécies nativas.

Na perspectiva do poder público, com uma demanda global estabelecida, o cacau pode desenvolver a agricultura familiar no Estado, haja vista que o Programa Estadual de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau (PRODECACAU/PA), desenvolvido pela Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), prevê que até o ano de 2023 o Pará se torne o maior produtor de cacau do Brasil, superando a Bahia, historicamente líder desse tipo de produção, gerando renda e emprego para os pequenos produtores rurais (SEDAP, 2015).

Nesse sentido, na Amazônia, a promoção do turismo passa a ser uma atividade importante, chamando a atenção para as dinâmicas da floresta, modificando-as. É nesse contexto que o Combu vem ganhando relativa importância no cenário econômico belenense, por concentrar uma psicosfera relacionada à imagem de cidade de forte expressão cultural ribeirinha, respeitando e resgatando a memória dos grupos populacionais tradicionais, que habitam em harmonia com a cidade e com a natureza.

A ideia de progresso, relacionada a de desenvolvimento socioeconômico, está vinculada a um processo que indica a elevação da produção segundo as racionalidades impostas aos lugares. O turismo torna-se um meio para convencer a população dos benefícios das parcerias público-privadas e das possibilidades de crescimento para investidores, visto que, nas novas políticas inseridas em planos como o "Pará 2030", tem-se a premissa de instalação de indústrias beneficiadoras de frutas da região. Assim, as lógicas que organizam os circuitos da economia urbana, ligados ao lazer e ao turismo na Ilha, são estabelecidas pelo desenvolvimento de atividades que articulam o saber tradicional com as inovações trazidas pelo processo modernizante.

Acredita-se que os olhares nacionais e internacionais voltados para o turismo do Combu, promovidos em boa parte pelo *marketing* institucional, podem contribuir com a perspectiva maior de atrair investidores do agronegócio e do capital imobiliário para a cidade e para o Estado, demonstrando que o crescimento econômico, a competitividade empresarial e a diversificação produtiva tornam-se os ingredientes da fórmula mercadofila do planejamento urbano.

Esse modelo globalizado de acesso ao lazer, à natureza e à cultura amazônica agrega elementos que passam a fazer parte do consumo de turistas, mas também de moradores da cidade que não entendem ou não se sentem como parte dessa cidade ribeirinha, de maior contato com elementos da natureza, lócus de inúmeras experiências.

A imagem do retorno às raízes ribeirinhas é mediada pelo mundo urbano moderno e pelo consumo cultural, onde são comercializados bens materiais e simbólicos, potencializados pelos meios de comunicação. Essas “vocações” (a culinária e o uso de áreas naturais), tão particulares às cidades amazônicas, surgem como manifestações “naturais” de uma metrópole que camufla seus interesses maiores, as trocas e a acumulação.

Atualmente, essa trajetória tem no plano nacional e internacional, a realização de grandes eventos, como os "festivais" e "encontros mundiais", que representam a cultura na captura de possibilidades turísticas e imobiliárias engendradas em experiências sintetizadas em imagens.

Pelo fato da Ilha do Combu ser uma área de proteção ambiental, a entrada de investimentos do circuito superior e de capital externo, torna-se um tanto limitada, devido aos entraves impostos pelas diferentes regulamentações a esse tipo de ambiente, fazendo com que as firmas do circuito moderno migrem para lugares que não apresentem tais obstáculos. Em contrapartida, alguns agentes dominantes, muitas vezes, arrumam meios para abrandar os instrumentos legais e penetrar nas áreas de interesse para o capital.

Na Ilha do Combu prevalece a propagação de agentes do circuito inferior. As dificuldades e impedimentos na construção de empreendimentos imobiliários turísticos em geral (meios de hospedagem, parque-aquáticos, clubes, etc) em unidades de conservação contribuem para o avanço desse circuito, identificado por meio das atividades exercidas pelos trabalhadores, em sua maioria moradores do local.

Assim, enquanto na parte continental de Belém torna-se mais acessível visualizar todas as manifestações dos circuitos da economia moderna, na região de ilhas, são mais facilmente observadas as relações ligadas ao circuito inferior. Quando voltadas para o lazer e para o turismo, essas atividades complementam a renda familiar e individual dos pequenos grupos de residentes, demonstrando que, no circuito inferior, o trabalho pode ocorrer de maneira mais inclusiva, distributiva e menos desigual.

Muitos homens e mulheres do Combu exercem mais de uma atividade em dias e horários diferentes. Os trabalhadores que antes se fixavam somente na pesca, no transporte fluvial e no extrativismo, agora são vistos no atendimento e na cozinha dos restaurantes e dos bares, na

condução de trilhas ecológicas, no transporte em embarcações de visitantes e auxiliando na coleta e beneficiamento do cacau para a produção de chocolate.

Para Montenegro (2011), esse fenômeno, que consiste na realização de múltiplas tarefas por parte de um mesmo agente, ou seja, no engajamento do trabalhador em diferentes ocupações simultaneamente, demonstra a especificidade do circuito inferior de Belém, cuja essência é renovadora e adaptativa. Portanto, os fins de semana que anteriormente eram voltados para a folga e para o descanso, agora se dirigem para o desenvolvimento de afazeres remunerados que complementam a renda individual e familiar. Desse modo, há uma readequação da vida em prol do lazer e do turismo, uma vez que o descanso semanal, quando possível, passa a ser realizado nos primeiros dias da semana, como na segunda-feira e na terça-feira.

Alguns dos negócios ocorrem na informalidade, posto que muitos comerciantes não possuem registro nos órgãos oficiais de regulamentação de empresas. Nesse sentido, entidades como a SETUR, com base nas orientações do MTUR, criam programas como o CADASTUR (Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos), voltado para agências, operadoras, meios de hospedagem, transportadoras, acampamentos, parques temáticos, guias e serviços de alimentação (esse último não é obrigado), para incentivar a obtenção de certidões que visam assegurar que o estabelecimento esteja em dia com suas obrigações legais. Sugere-se, inclusive, que por meio do cadastro haverá um aumento da credibilidade do estabelecimento perante à demanda.

E a gente tem também a questão da legalização dos empreendimentos turísticos, no caso os restaurantes. Eles não são obrigados a se cadastrar, porque são incluídos como opcionais, mas a gente vai tentar fazer um trabalho para legalizá-los, é uma forma de divulgar o empreendimento deles. Esse cadastro é feito através do site do Ministério do Turismo, quando é efetuado fica visível para todo mundo. Por exemplo, vem um turista pra cá, aí ele quer conhecer a Ilha do Combu, contudo, não sabe quais são os restaurantes, então, ele entra no sistema do CADASTUR e os estabelecimentos estarão disponíveis. O nosso setor conduz os cursos de qualificação e de legalização dos pescadores, porque além da legalização com o CADASTUR, tem a qualificação com o QUALITUR. Esse último, nasce com os novos cursos. Essa cartilha dá instruções para os empreendedores, informa a respeito de algumas leis, e dá outras informações legais para os empresários. Por exemplo, a utilização da ficha de hóspede, sobre os meios para hospedar menores de idade e a questão de guias de turismo para os condutores. (Representante poder público, técnica em gestão do turismo, 10 de novembro de 2017).

Para os agentes com menos recursos, a montagem de um negócio consiste em uma verdadeira atividade inventiva, sendo necessário superar as carências e deficiências, encontrando aberturas por onde as ações possam acontecer (BICUDO, 2006).

A prestação dos serviços de lazer e turismo da Ilha, compreendem também as formas urbanas de trabalho assumidas pela pobreza, diversificando-se e renovando-se constantemente (MONTENEGRO, 2011). Revelam-se nas paisagens da orla insular, onde os restaurantes são

caracterizados por estruturas de madeira e de alvenaria, variando entre telhados de palha e de telhas, todos com trapiches e rampas de acesso feitos com material reaproveitado da floresta (Fotografia 33).

Nos estabelecimentos mais novos e de melhor infraestrutura é possível perceber certa adaptação e improviso, principalmente pelas condições físicas do local, como no caso dos chuveiros instalados nas áreas de lazer (Fotografia 34), que visam proporcionar o banho daqueles clientes que não desejam contato direto com o rio, possuindo um sistema hidráulico próprio e adaptado que retira a água do igarapé, diferenciando-se dos modelos visto em clubes e balneários. Entre açazais, samaúmas, seringueiras e outras árvores, são encontradas, por vezes, piscinas, campos de futebol (Fotografia 35), passarelas para a prática de arvorismo, quadras de vôlei, antenas de televisão e de internet. Conjuntos de mesas e cadeiras também compõem a paisagem dos estabelecimentos, variando entre as feitas industrialmente em material plástico e as de madeira, aproveitadas de árvores que caem ou são retiradas da mata. Nesses cenários ainda possível usufruir de redes de descanso, fabricadas em tecido simples, dispostas entre as árvores, que fazem sombra contra o sol escaldante, disponibilizadas para os clientes gratuitamente ou com baixo custo (Fotografia 36).

A maioria das embarcações, mesmo as que conduzem grupos maiores de visitantes, como as das agências de receptivo turístico, possuem aspectos típicos da região, com estrutura adaptada de madeira e ferro, assim como pneus nas laterais, que objetivam garantir o amortecimento e a segurança ao atracar nos trapiches. As trilhas ecológicas, abertas para adentrar a Ilha (Fotografia 37), são constituídas de diversos elementos de improvisação e de reaproveitamento de materiais.

Alternativas criativas por quem possui um estoque mínimo e poucas condições de compra contrariam as expectativas sobre os serviços impostos pelo mercado padronizado do turismo, pois “antes de tudo, sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família” (SANTOS, 2008, p. 46) torna-se mais importante do que a aquisição de equipamentos modernos.

Outrossim, com a intensificação do movimento nos restaurantes, o lucro obtido é relativamente baixo, tendo em vista a concorrência e o endividamento entre os comerciantes. O anseio dos moradores donos de restaurantes em imitar o padrão estabelecido pelo mercado faz com que seja necessário criar produtos e vendas cada vez com mais qualidade e sofisticação, exigindo investimentos em tecnologia que possam garantir a permanência da atividade na Ilha e a garantia de sobrevivência do negócio. Contudo, os investimentos são pouco significantes se comparados a outros locais, uma vez que, no circuito inferior, a tecnosfera é readequada às necessidades e às condições financeiras dos agentes.

Fotografia 33 – Restaurante furo Igarapé Combu



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: esses estabelecimentos, em sua maioria, ficam abertos de quinta-feira a domingo, contando com estruturas de madeira, mesas e cadeiras, placas de identificação dos serviços oferecidos, além de decoração reaproveitada e típica da região. Ao fundo, pessoas tomam banho próximas das margens de rio, enquanto diversas embarcações chegam para deixar mais visitantes.

Fotografia 34 – Dia de lazer para visitantes no furo Igarapé Combu



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: aos fins de semana e feriados o fluxo de embarcações é intenso, conduzindo visitantes de outras áreas da cidade ou pequenos grupos de turistas. Para aqueles que preferem não usufruir de banho de rio, disponibilizam-se chuveiros ou "bicas" para aliviar o calor e garantir a diversão. Observa-se que não há um critério de padronização de um estabelecimento para o outro. Os serviços e a infraestrutura se adequam ao "capital" disponível do proprietário.

Fotografia 35 – Campo de futebol localizado na comunidade Beira Rio



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: a paisagem natural dá lugar a pequenas estruturas espaciais instaladas para atender aos praticantes de atividades de lazer. Ao fundo encontra-se uma segunda residência, construída em alvenaria e teto em telhas, mais afastada das margens se comparada a outras existentes na ilha, devido ao aumento da erosão na orla dessa comunidade.

Fotografia 36 – Terreno adaptado para o consumo de visitantes



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (dez. 2017).

Nota: atualmente, as casas que antes ocupavam a área de entrada dos terrenos, são reformadas, reestruturadas ou passam a dar lugar a novas construções voltadas para o atendimento do visitante. Nas áreas que antes eram destinadas exclusivamente para os jardins e quintais, onde era possível encontrar somente plantas, árvores e objetos de uso pessoal das famílias, agora dividem espaço com mesas, cadeiras, barracas de sol e redes para descanso. Entre um improvisado e outro, vai-se tentando reproduzir a lógica de mercado voltada para a apreciação da culinária e do lazer.

Fotografia 37 – Entrada da trilha ecológica



Autoria: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues (jul. 2017).

Nota: para realizar o percurso de caminhada na trilha ecológica, faz-se necessário agendamento prévio, informando ao morador o número de participantes e dia para realização do passeio. Em casos de aquisição de serviços de alimentação (café da manhã ou almoço), parte do pagamento deve ser efetuado antecipadamente para garantir a compra dos produtos, demonstrando, assim, o capital reduzido e o baixo estoque disponível por parte do proprietário. A caminhada é guiada pelo próprio morador, que, por vezes, em caso de grupos maiores, conta com o auxílio de outro membro da família ou de vizinhos para realização do trajeto e das demais atividades.

Outro fator agravante é a sazonalidade nos períodos de maior fluxo de visitantes, limitados aos meses de férias escolares e aos feriados, obrigando os comerciantes a acumularem certo volume de capital de giro ou a acumular outras atividades que possam garantir a renda.

A força da lógica do consumo e da alienação sobre os usos de elementos tradicionais tornam-se cada vez mais intensas. As trilhas ecológicas, tirolesa, arvorismo, arborismo, descanso nas redes e passeios de *jet-ski* são cobradas em vários desses locais, com valores semelhantes aos praticados nos grandes centros turísticos. O mesmo acontece com os doces, sobremesas e com os produtos derivados do cacau, por suas características únicas e personalizadas, agregam valores condizentes com os praticados pelos grandes empresários desse tipo de segmento, denominado pelo mercado gastronômico como “produtos de origem”, aqueles feitos com ingredientes específicos de determinada região carregados de características diferenciadas.

Entre as contradições encontradas nessas relações, observa-se que, mesmo a Ilha apresentando as diversas condições usuais de bairros da periferia de Belém, os produtos comercializados nos restaurantes, na produção de chocolate, no artesanato e nos roteiros de barco não são baratos ou tão acessíveis. A variedade de preços, de modo que seja possível atingir diferentes camadas sociais de consumidores, não acontece por completo, principalmente em se tratando dos estabelecimentos localizados nas comunidades Igarapé Combu e Beira Rio, voltados quase que exclusivamente para aquelas pessoas que não moram na Ilha.

Com o trabalho sendo cada vez mais especializado em proveito das atividades econômicas de lazer e de turismo, envolvendo diversas etapas e atores de diferentes níveis de poder em complexos processos de cooperação e concorrência – possa haver a densificação do espaço de fluxos (mais transportes, mais comunicações, mais finanças), promovendo o aumento no valor da localização e do meio construído, com isso, a expulsão de alguns atores (SILVEIRA, 2004).

Nos estabelecimentos comerciais cujos proprietários possuem maior poder econômico, capacidade e facilidades para adquirir produtos de outros locais, o cardápio é diferenciado, oferecendo variado número de ingredientes vindos de outras regiões do País e algumas vezes até mesmo importados. Por outro lado, entre os produtos regionais, destacam-se os extrativistas, como as frutas (açai, cacau, taperebá, bacuri, cupuaçu, carambola, acerola, goiaba, pupunha, manga)⁸²; o pescado (pescada amarela e branca, filhote, caranguejo, camarão, tambaqui, pirarucu, tainha, tucunaré), adquirido nas feiras da parte central e sul da cidade; os agroextrativistas e hortifrutigranjeiros (maracujá, abacaxi, limão, acerola, goiaba, frango, pato, ovos, laranja, manga,

⁸² Na ilha ainda são produzidos/cultivados frutos, plantas e ervas que são comercializadas pelos moradores nas feiras de Belém, como ingá, jambo, andiroba, babosa, sabugueiro, palmito de açai.

banana, muruci, coentro, cebolinha, chicória, pimentas, quiabo, repolho, maxixe, jambu, couve, alface, jambu, variações de pimentas, cebola, mandioca, farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, pepino).

A gente não absorve mais por causa da questão qualificação. Por exemplo, adquirei polpas de frutas da comunidade do Abacatal, em Ananindeua, e de Boa Vista. Eles têm uma associação e um espaço próprio para manipulação. Várias pessoas daqui têm o produto, mas sou insegura quanto a manipulação. [...] Aqui todos têm taperebá, mas eu compro lá do outro lado da Ilha, pois se tratam das mesmas pessoas que repassam pro Point do Açáí. Eles têm respaldo. (Comerciante e produtora rural, 52 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

A gente tem açáí, e de alguns moradores a gente compra taperebá e araçá, outras frutas. O açáí é nosso, do sítio mesmo. Como aqui não produzimos mandioca, macaxeira no caso, a gente compra de Jacarequara que é uma comunidade aqui de perto. A farinha compramos de Boa Vista, outra comunidade aqui perto. Não temos muitas coisas pra comprar deles, a não ser as frutas. O camarão, a gente nem põe no cardápio, porque nem sempre tem de qualidade. (Comerciante, 49 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

Até bem pouco tempo por exemplo, eu comprava açáí de um senhor que tira aqui [...] já houveram algumas outras vezes que comprei, né? Como falei pra você, cupuaçu e açáí. É mais nessa questão de frutas mesmo. (Comerciante, 39 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

No Ver-o-Peso tem tudo bom e novo. Ontem eu trouxe meu peixe, novinho. Me preocupo com qualidade (Comerciante, 39 anos, morador Igarapé Combu e dono de restaurante, 10 de novembro de 2017).

A partir da leitura dos cardápios dos restaurantes e dos relatos dos entrevistados, observou-se que para os elementos culinários originados para além da região, encontram-se aqueles adquiridos em supermercados (bacalhau, farinha de rosca, vinhos, bebidas alcóolicas, cebola, tomate, palmito, cogumelos, ovos, batata, cenoura, molhos industrializados, massas, carne bovina, carne suína, feijão, arroz, morango, abacate, melancia, leite condensado, creme de leite, leite de coco, chocolate, açúcar, refrigerante, água mineral, temperos prontos e demais produtos industrializados) e com atravessadores que podem ser localizados principalmente nas feiras do Porto da Palha e do Ver-o-Peso, na praça Princesa Isabel e nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA) (batata, uva, cenoura, abobora, beterraba, leite, iogurtes, cereja, abacate, ovos, laranja, maracujá, banana, pimentão, limão, tangerina, melancia, alface americana, batata, mandioca, cebola, alho, tomate, sardinha e anchova). Assim, as correlações com outras regiões do Brasil são acentuadas na Ilha, tornando-se indispensáveis para manter a concorrência entre os restaurantes e com outros atrativos turísticos da cidade.

Ainda que seja comum a variedade desses produtos industrializados ou típicos de outras regiões, compondo detalhes dos pratos e receitas, o diferencial encontra-se na proposta regional, caracterizada principalmente por peixes, crustáceos e mariscos, acompanhados de ervas, de raízes

e de frutas da região. Dentro da Ilha adquirem-se, principalmente, frutas e polpas. Nas negociações realizadas com as demais comunidades do entorno, é comum a compra de frutas, de polpas e de farinha, como no caso da comunidade quilombola do Abacatal, no Município de Ananindeua, e da comunidade Boa Vista, no Município do Acará.

Revela-se ainda a importância das feiras para a aquisição de produtos como o pescado, uma vez que a pesca realizada na Ilha é reduzida e praticamente só para consumo próprio das famílias. As falas reproduzem a preocupação em atender com maior qualidade e eficiência aos clientes, sempre exigentes quanto à apresentação e forma de preparo dos pratos. As demais compras, em sua maioria, acontecem durante a semana nas primeiras horas do dia, quando os comerciantes atravessam nas embarcações para o continente indo em direção aos centros de abastecimento.

Outro aspecto diferenciado dos restaurantes da Ilha e que se estende pelas praias e balneários da região, são as vendas de produtos dos cardápios sob o regime de “meia-porção” ou “porção para duas ou mais pessoas”. Nesse caso, os pratos podem ser comprados “a retalho” ou divididos por mais de um cliente. Para Montenegro (2011), esse processo permite alcançar e atender aos anseios das populações de menor renda, que no período atual procuram imitar o padrão de consumo das camadas mais abastadas.

As relações do circuito inferior com as ações do poder público acontecem das mais variadas formas, pois o Combu, além de ser uma APA, também é um terreno de marinha e um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Nesse sentido, a Ilha é um ambiente onde “a propriedade e o uso da terra são geridos pelo poder público” (MONTENEGRO, 2011, p. 104), sendo a gestão compartilhada por esses três órgãos governamentais de exercícios e interesses diferenciados sobre o local.

Na condição de PAE, onde os terrenos são unidades agrárias voltadas para as populações tradicionais, o usufruto da terra ocorre através da obtenção de um termo (ou contrato) de concessão de direito real de uso. Esse documento legitima o morador a realizar, desde que respeitados os critérios de proteção ambiental, atividades da economia agroextrativista, sendo proibida a sua transferência por meio de venda ou aluguel sem que a negociação passe pela autorização prévia do órgão gestor, nesse caso, o INCRA.

Ao adquirir uma unidade, o pequeno produtor passa a receber uma série de atribuições e oportunidades de investimento. Instituições como o Banco do Brasil oferecem créditos financeiros, tornando o morador qualificado para contrair recursos de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao incremento da produção rural, em que se permite a estruturação produtiva desses locais. Quando solicitado o crédito, o INCRA

encaminha as informações sobre os beneficiários ao banco; esse, por sua vez, fica incumbido de realizar o cadastro do interessado no sistema bancário. Se não for aprovado, os moradores que não conseguiram o recurso são obrigados a economizar dinheiro para a produção ou a acumularem funções em outras atividades.

A produção de cacau e a fabricação de chocolate artesanal também são realizadas por uma unidade familiar regularizada da PAE Combu. Nela encontram-se outras frutas, como o cupuaçu, a pupunha e o açaí, de onde se extrai o palmito. Essa unidade sozinha adquire a produção de cacau de todas as outras famílias, o empreendimento é composto por oito funcionários, entre eles a filha e o genro da proprietária, os demais integram o grupo de moradores da Ilha, com exceção de uma funcionária, residente da Ilha Murutucu. Nessa direção, nos restaurantes abordados, a média de subcontratações variou entre 03 a 10 pessoas, sendo a mão de obra temporária muito comum nas épocas consideradas de alta temporada (feriados e meses de férias).

Nessa multiplicidade de ações indissociáveis e contraditórias, ocorre similarmente a transmissão de renda para os moradores por parte dos programas governamentais, como o bolsa família⁸³, o bolsa verde⁸⁴ e o seguro-defeso⁸⁵, elementos novos “no orçamento de uma parcela importante da população pobre do país” (MONTENEGRO, 2011, p. 31).

Além de expandir o consumo entre os pobres da Ilha, o crédito bancário e as políticas públicas federais de transmissão de renda afetam as tentativas de enquadramento dos moradores na divisão social do trabalho, uma vez que os residentes preferem exercer diversas atividades remuneradas a ficarem presos pelo compromisso de regime de trabalho imposto pela legislação. Esse tipo de resistência gera conflitos e tensões de ordem variada entre os agentes da ilha.

Eu dependo de muitas pessoas, porque não consigo trabalhar sozinha com meu marido. Preciso trabalhar com muita gente e hoje, está muito difícil trabalhar com pessoas. Quando há uma programação, acontece de faltar uma, duas ou até três pessoas. [...] o ribeirinho tem caça, pesca, Bolsa Verde e Bolsa Família. Então, os moradores daqui, não têm vontade de morar em uma casa melhor ou de ter coisa melhor. Têm comida, farinha, camarão, peixe no rio e pronto, entendeu? Eu pensei que não fosse ser tão difícil essa realidade. (Comerciante, 31 anos, moradora Furo São Benedito e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

⁸³ Segundo dados do INCRA (2016), o número atual de unidades contempladas pelo programa bolsa família na Ilha do Combu é de 113 beneficiários.

⁸⁴ Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental ou Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável os lugares onde sobrevivem (BRASIL, 2011). De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (2017), atualmente 13 famílias recebem esse benefício na ilha.

⁸⁵ O seguro-defeso ou seguro-desemprego do pescador artesanal, trata-se de uma assistência financeira temporária concedida pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda aos profissionais de pesca durante o período de defeso dos animais fluviais e marítimos.

Com o Estado assumindo o papel fundamental no fomento de ambas as formas de avolumamento da consumação entre os moradores da ilha, as atividades de lazer e turismo vêm sendo responsáveis por acentuada especulação imobiliária. Em *sites* e páginas de *internet*, como o *Olx*, pertencente a um grupo empresarial de publicação de anúncios classificados de compra e venda com atuação em vários países, encontram-se publicações divulgando a venda de terrenos da ilha.

Por vezes, membros de uma mesma família recebem o termo de concessão de uso do solo, ocorrendo uma venda fracionada destes lotes. Observou-se ainda que a maioria dos moradores tem conhecimento da proibição de compra e de venda das propriedades, contudo parecem não entenderem como erradas ou ilegais algumas das práticas que realizam nestes locais.

Eu sei que a Ilha é uma reserva de marinha. Inclusive, eu tava falando com o superintendente da SPU sobre essa área onde a gente mora. Esse local foi comprado pelo meu sogro, temos o recibo de compra e chegamos a pagar INSS, nesse período que ela virou reserva. Aí paramos de pagar os impostos. Assim, o direito e dever que nós temos, é o de preservar e não desmatar. Essa é a nossa obrigação. Nosso direito aqui é o de colher. Pra coletar o açaí, a gente tem que fazer o manejo. Pra que isso aconteça, a gente tem que preservar a área. Fazer a roçagem, tirar o palmito e abrir o açazal, senão o mato domina toda a região. O restaurante é independente disso, porque fica em cima de uma praia e aqui, no terreno, fica independente né? (moradora e dona de restaurante na comunidade Furo São Benedito, 31 anos, novembro de 2017).

Por mais que exista a venda de terrenos, o que se percebe é que a maioria dos moradores da orla insular tenta se adaptar ao turismo, pois entendem que a atividade permite a garantia de subsistência, oferecendo melhores condições de vida para as famílias, pois com o dinheiro adquirido é possível investir em cursos, comprar material escolar para os filhos, remédios, reformar as casas e embarcações, comprar eletroeletrônicos, peças e acessórios de uso pessoal. Assim, os moradores não enxergam como um problema trabalhar com o extrativismo, pesca, carpintaria e roçagem de terrenos durante a semana e, aos fins de semana, ocuparem-se com as atividades de lazer que ocorrem na Ilha. Inclusive, na entressafra do açaí, essas ações complementares garantem o sustento das famílias, demonstrando a importância do trabalho e do meio ecológico nas transformações que vêm ocorrendo.

A tecnologia, mesmo que escassa e reduzida, é importante para a organização e atuação nesses espaços, sendo indispensável para o crescimento das atividades nos restaurantes, na produção do chocolate e no transporte fluvial (Quadro 11).

Quadro 11 – Ilha do Combu: importância da tecnologia para o circuito inferior

Agente	Principais Usos	Resposta
1	Publicidade	Todo mundo que chegava aqui se encantava, e jogava na internet. Com isso, a Ilha foi se mostrando, pois até então era vista só como um local de ribeirinhos que viviam da caça e da pesca. As pessoas acham que a gente não é tão visto, né? [...] Tem coisas que eu não sei, porque não tenho acesso à internet direto. (Comerciante e produtora rural, 52 anos, moradora Igarapé Combu, 10 de novembro de 2017).
2	Publicidade	Posso te dizer que atingimos um grande número de clientes externos, de outros estados, a partir das mídias sociais. No momento em que nós criamos o <i>site</i> e o <i>facebook</i> , começamos a atingir um número incrível de pessoas. Antes disso, nós sempre tivemos uma coisa muito positiva, que era o boca a boca. Eu já recebi pessoas que vieram do exterior com um mapinha, que amigos tinham dado pra ele. Outras pessoas que já tinham vindo no restaurante, tinham gostado e nos indicaram disseram pra eles virem nos visitar. (Comerciante, 49 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).
3	Publicidade e transporte	Tem muita gente que vem sozinha. (...) foram se informando sobre onde é o Combu, pegaram o UBER e depois a lancha. (Comerciante, 39 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).
4	Publicidade e Segurança	Você acredita que tem cliente que encostou e veio só por causa do <i>wifi</i> [...] tem a nossa rede no <i>face</i> e no <i>instagram</i> , mas não sou eu quem mexe com essa parte, é meu irmão. Eu tô querendo comprar um roteador, daqueles em que se faz o <i>check-in</i> automaticamente. Inclusive, eu mudei muita coisa aqui. Lá na rede social, antes de eu vir pra cá, veio uma cliente que detonou o restaurante. Disse que o atendimento demorou e tal. Mas eu mudei muita coisa aqui. Eu atravesso rápido e é seguro. Lá do meu quarto, quando eu escuto meu cachorro latir, olho pelas câmeras e tal (Comerciante, 39 anos, morador Igarapé Combu e dono de restaurante, 10 de novembro de 2017).
5	Capacitação	Eu aprendi muita coisa na internet, principalmente a cozinhar e a passar pra todo mundo que trabalha comigo, porque antes eu não tinha tempo. Hoje vou me aprimorando com o grupo do pessoal da Rota Ribeirinha, e assim eu vou me aprimorando. Até porque eu tenho restaurante, e o foco, é óbvio, ter clientes. Agora quero fazer uma faculdade de gastronomia, pra melhorar cada vez mais. (Comerciante, 31 anos, moradora Furo São Benedito e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).
6	Comunicação	Tem o grupo da Ilha Combu e o grupo do Piriquitaquara, então são dois grupos, e aí a gente vai avisando quem quiser participar. (Condutor embarcação, 40 anos, morador e presidente da COOPETRANS, 08 de janeiro de 2018).
7	Publicidade	A Nena e a Prazeres, se você acompanhar o <i>facebook</i> delas, dá para perceber isso. A Dona Nena já saiu em revistas de bares, e a Prazeres também. [...] a Nena, apesar de não ter uma formação de graduação, mas ela tem uma inspiração, é uma pessoa que saca das coisas, entendeu? Ela sabe fazer parceria. Ela sabe aprender. Ela se abre para o aprendizado. Então essa é a diferença dessas pessoas. (Representante poder público, gerência Programa Estadual de Qualificação Profissional do Turismo (PEQTur), 12 de novembro de 2017).

Fonte: trabalho de campo, novembro de 2017 a janeiro de 2018.

Para Montenegro (2011), essa ampliação do acesso a novas técnicas entre os pobres, que se tornaram mais acessíveis devido ao seu relativo barateamento e ingresso ao crédito, vem compondo e resignificando novos afazeres, ressaltando a face criativa do circuito inferior.

Para se inserirem cada vez mais no mercado, os residentes adquirem novos instrumentos técnicos, desde sistemas computadorizados, máquinas de cartão de crédito e pontos de *internet*, até a aquisição de lanchas e de voadeiras mais rápidas e confortáveis.

A criação e uso de aplicativos de celular, um dos objetos tecnológicos mais emblemáticos do período de globalização (MONTENEGRO, 2011) para comunicação entre os membros das comunidades e para a divulgação e venda dos serviços aos clientes, também é constante, principalmente os de baixo custo, como *whatsapp* e *facebook*.

A *internet*, utilizada para produzir propaganda, tem nas redes sociais e nos *sites* formas baratas de divulgar serviços e eventos (cartazes, grupos e páginas virtuais), oportunizando trocas de informações sobre os serviços de alimentação e sobre as festas promovidas pelos comerciantes. Também é usada “para obter informações sobre técnicas, mercados, incentivos e oportunidades de negócios. O resto da informação e da propaganda provém de revistas especializadas e da troca de informações orais (boca a boca)” (SILVEIRA, 2004, p. 19).

Os depoimentos de clientes nesses ambientes virtuais, a respeito da experiência obtida durante a estada na Ilha, tornam-se um termômetro para os comerciantes que não possuem condições de contratar empresas de consultoria, de *marketing* ou voltadas para pesquisas de mercado.

Essa rapidez na difusão, propiciada pelo uso de tecnologias (SANTOS, 2014), é relevante até mesmo para garantir a segurança dos comerciantes (informante 4) que, da mesma maneira que outros moradores e comerciantes de regiões periféricas, são alvos permanentes de assaltos em suas casas e estabelecimentos.

Uma especificidade do que vem acontecendo com o circuito inferior é que, dentro de suas condições de pobreza, há a (re)adequação às novas técnicas e não a ausência delas, tendo a tecnologia a capacidade de estender as pequenas atividades e comércios para além de suas regiões (MONTENEGRO, 2011). Na busca por atender progressivamente às exigências dos clientes, a maioria dos estabelecimentos de alimentação, o comércio de chocolate artesanal e alguns condutores de embarcação, aceitam as principais bandeiras de cartões de crédito.

A informação e o acesso ao crédito demonstram as distinções entre os produtores e comerciantes, sendo os mais capitalizados, membros das associações e das cooperativas,

participando de mais cursos e eventos de capacitação, principalmente, os promovidos pelo governo do estado e pelo SEBRAE.

Os avanços das linhas de crédito rural, da aquisição de novas tecnologias da informação e a valorização do discurso sobre a importância de formar pequenos empreendedores treinados e capacitados para a atividade turística (Quadro 12), reforça a interdependência do circuito inferior da Ilha ao circuito superior. Cabendo ao Estado, por sua capacidade de potencializar o desenvolvimento das empresas do circuito superior da economia, assumir o próprio papel desse circuito, uma vez que gera relações de complementaridade atendidas quase que exclusivamente pelas grandes empresas (MONTENEGRO, 2011).

Quadro 12 – Ilha do Combu: formação empreendedora em turismo para moradores e comerciantes

Curso	Período	Público-alvo	Executor	Parceiros
Condutor de Trilhas e caminhadas	2016	Ilhas do Combu, das Onças e de Cotijuba	SETUR / PEQtur-PA	BPA, IDEFLOR-BIO e FUNBOSQUE
Projeto Cozinha Brasil	2016	Ilhas do Combu, das Onças e de Cotijuba	PEQtur (SETUR)	SESI
Boas práticas na manipulação de alimentos	2016	Moradores ilha do Combu	PEQtur (SETUR)	SENAR / IDEFLOR-BIO
Garçom	2016	Moradores ilha do Combu	ABRADESA	PEQtur (SETUR) / Restaurante Saldosa Maloca
Qualidade no atendimento	2017	Moradores representantes das comunidades tradicionais que moram nas unidades de conservação da região metropolitana de Belém e Agentes Ambientais Comunitários APA Combu	SENAR	IDEFLOR-BIO/ SETUR
Oficina educação ambiental	2017	Membros do programa Agentes Ambientais Comunitários da APA Combu	IDEFLOR-BIO	IMAZON
Ciclo de palestras sobre hospitalidade turística (turismo de base comunitária, meios de hospedagem, planejamento comunitário, ética e bem receber, associativismo e cooperativismo)	2017	Moradores representantes das comunidades tradicionais que moram nas unidades de conservação da região metropolitana de Belém e Agentes Ambientais Comunitários APA Combu	IDEFLOR-BIO	IFPA, SEASTER, SETUR

Fonte : Trabalho de campo realizado de julho de 2017 a janeiro de 2018 e com base no PEQTUR (2014).

Acho que o Estado do Pará e as ilhas de Belém, tem um potencial gigantesco. O problema é que a gente não consegue entender a questão do profissionalismo. A questão da competitividade é algo muito complexo. Você tem de ter um serviço de excelência. Ali

as pessoas ainda estão muito na questão familiar da população muito paraense. Até a forma como eles se dividem, suas pessoas. Eu sempre digo que você pode ser amigo, mas tem de ter uma relação profissional naquele momento. Então, o que eu vejo, é que falta essa consciência de personagem na hora que você está recebendo o turista. E que aquele espaço, apesar de ser informal, é um espaço rústico, mas tem de ser um espaço extremamente acolhedor. Eu ainda acho muito amador. Eu vejo ali esse amadorismo. Mas assim, é uma quebra de paradigmas [...] as ilhas, em primeiro lugar, são patrimônios da União. Você tem de ter certo cuidado, porque aquelas terras nunca serão propriedades de ninguém. Tem uma concessão de uso. Então, investir ali ou estimular o investimento, é complexo. Você tem de estimular quem mora ali a ser empreendedor sem impactar a natureza (Representante do poder público, gerência PEQTur/SETUR, 12 de novembro de 2017).

Então, a Ilha do Combu faz parte hoje do *potfólio* do turismo receptivo. É claro que tem também, um fluxo de residentes de Belém que vão lá. Basicamente para frequentar os restaurantes. Mas já existe uma demanda consolidada, tanto de turistas nacionais como estrangeiros. Eu acho, inclusive, essa é uma preocupação do nosso projeto “Rota Gastronômica da Comida Ribeirinha”, que é preciso organização. Aquilo foi um processo espontâneo de crescimento. As empresas foram se instalando, e muitas delas não têm ainda uma estrutura legalmente constituída. Se você quiser uma nota fiscal, nem todos os restaurantes te fornecem. Então, funcionam a título precário, e essa precariedade não é só na estrutura da empresa, também na qualificação do pessoal. O processo de qualificação do serviço de restaurante, ainda carece de uma melhor preparação. Por isso, nós estamos ofertando uma grade de cursos para melhorar a qualificação dessas pessoas. [...] Então, eu acho, que a grande falha foi a questão de ter começado de uma maneira totalmente aleatória, por um fluxo espontâneo. Agora, como cresceu de forma exponencial essa oferta, há necessidade de se ajustar, de haver uma melhor preparação e qualificação para que o péssimo serviço, caso ocorra, como ocorre algumas vezes, não prejudique o destino. (Representante do poder público, Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-PA), 17 de outubro de 2017).

Conclui-se que, nas atividades turísticas e de lazer na Ilha do Combu, à luz dos circuitos da economia urbana de Santos (2008) e atualizados por diversos outros autores no decorrer dos anos, prevalecem os negócios do circuito inferior, de grau reduzido de tecnologia e de capital, de mão de obra familiar e, em alguns casos, não assalariada, de pouca organização, que adentram no circuito superior a partir da comercialização realizada pelos agentes do circuito superior marginal e por meio das ações do poder público.

Existe a preocupação que com as intervenções e políticas urbanas, cercadas por intensa publicidade em torno da "biodiversidade" e da "cultura", criem-se em Belém uma psicofera de "cidade da criatividade". Para isso são retirados investimentos públicos de setores sociais, transferindo-os para projetos econômicos que privilegiam poucos, aumentando, assim, o desemprego e as baixas condições de vida da população, que vai sendo cada vez mais expulsa para áreas distantes das suas antigas moradorias e, por conseguinte, acentuando-se de maneira considerável a pobreza.

Diante do exposto, o Combu é um desses espaços em que se (re)criam manifestações culturais de um determinado povo para serem “consumidas” (SILVA; SARAIVA, 2016), reforçando o pressuposto implícito e explícito de colocar Belém entre as cidades de “referência

global” e “referência mundial” da gastronomia, introduzindo o argumento da modernidade no cenário ribeirinho.

Por mais que novas relações da divisão social do trabalho sejam impostas e uma nova dinâmica de produção faça da Ilha um espaço turístico, isto é, ocorra apropriação de diferentes locais pela prática do turismo e pelos “modismos, produzidos pela ação determinante do *marketing*” (CRUZ, 2001, p.12), as dimensões de trabalhos anteriores não são completamente extintas, permanecendo os movimentos que colidem com as diferentes formas de dominação do capital.

A teoria dos circuitos espaciais econômicos permitiu compreender como se formam ou se (re)organizam os espaços de lazer e de turismo, que, por sua complexidade, dominam e transformam as economias pobres e as relações de trabalho, interferindo profundamente na vida das pessoas da região insular.

**5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO AO RIO E À FLORESTA:
PRESERVAÇÃO, USO DA NATUREZA E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**



5.1 A Ilha do Combu como terreno de marinha e projeto de assentamento agroextrativista

A floresta urbanizada mencionada por Becker (2001) possui uma dinâmica socioespacial própria, pela expansão das cidades e do modo de vida urbano. Representadas por milhões de consumidores, as cidades amazônicas são: sedes de instituições políticas, públicas e privadas; alternativas de emprego e renda; base potencial para o beneficiamento local de produtos florestais; centros de distribuição de serviços para as populações das Unidades de Conservação (UC) e das Terras Indígenas (TIs); centros dos assentamentos da reforma agrária; conexões logísticas de diferentes modais de transporte e redes de comunicação; por fim, assumem a condição de *relays* da unidade regional (BECKER, 2004).

As áreas de vivência ribeirinha fazem parte das espacialidades e temporalidades diversas dessa Amazônia heterogênea, onde o rio e a floresta oferecem atributos de interesse às práticas econômicas e às políticas ambientais. Assim, procura-se fugir dos discursos que referenciam essa região somente pelos usos e fins voltados para a natureza. Há o entendimento que o ambiente é diversamente urbanizado.

Nesse sentido, dando continuidade à proposta de realizar a discussão dos resultados empíricos da pesquisa, levando em consideração os dados coletados e o referencial teórico, o último capítulo traz a análise das políticas públicas dentro da perspectiva ambiental e turística, em suas diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) e como se dá o rebatimento sobre a Ilha do Combu. Objetiva-se analisar o papel dos planejadores e promotores territoriais a partir das propostas de desenvolvimento e planejamento pensadas e executadas no espaço. O argumento central se vale da observação da dissociação entre as instâncias do poder, gerando processos burocráticos longos ou esguios, oportunizando o não cumprimento das resoluções que visam atender às necessidades da população dentro de um tempo hábil que possibilite conter as mazelas que recaem sobre a ilha.

Entende-se que áreas de proteção ambiental, criadas sem um diagnóstico preliminar de situação fundiária, são uma situação comum no Pará, tornando os instrumentos de gerenciamento e controle limitados, além de potencializadores de práticas desarticuladas (GONÇALVES et al, 2016).

Considera-se nesse estudo, que o mundo é uma somatória de eventos e lugares, em que o tempo não se repete e as circunstâncias nunca são as mesmas. Os acontecimentos falam muito sobre o processo de produção espacial, podendo ser naturais ou históricos, finitos ou infinitos, nunca ocorrendo isoladamente, mas em um conjunto sistêmico, sempre de acordo com as ações dos atores envolvidos (SANTOS, 2014). Desse modo, estabeleceu-se uma síntese cronológica a

partir de códigos institucionais, dos principais eventos que marcam a atual gestão da APA Combu (Quadro 13):

Quadro 13 – Ilha do Combu: resumo cronológica da jurisdição administrativa

Legislação	Instância governamental	Documento	Dispõe sobre a ilha do Combu	Instituição responsável
LEI nº 3.131/1938	Governo do Estado	Divisão territorial do Pará	Deixa de pertencer ao município do Acará e passa a integrar o município de Belém	Governo do Estado
LEI Nº 9.760/1946	Governo Federal	Terreno de Marinha	Passa a pertencer aos bens imóveis da União e dá outras providências.	SPU/ITERPA
LEI Nº 7.682/1994	Prefeitura de Belém	Regionalização Administrativa do Município de Belém	Passa a fazer parte do 2º Distrito Administrativo - Outeiro (DAOUT)	DAOUT
PORTARIA/ INCRA/P/N ° 268/1996	Governo Federal	Projeto Assentamento Agro-extrativista	Criada em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, essa modalidade é destinada à exploração de área dotada de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que as ocupem ou venham ocupá-las.	INCRA
LEI Nº 6.083/1997	Governo do Estado	Criação da Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu	Criada no Município de Belém, enquadrada no grupo de unidades de conservação de uso sustentável do estado do Pará.	IDEFLOR-BIO

Fonte : Elaboração própria com base em Brasil (1946, 1996), Pará (1938, 1997) e Belém (1994).

Para Soto (2008), o urbano e a vida cotidiana são, ao mesmo tempo, produtos e produção do espaço, paradoxalmente dissociados em uma mesma unidade, homogênea e desarticulada. As contradições decorrem do caráter capitalista da prática social refletida em determinado espaço.

Para lidar com essas contradições, a burguesia conta com um duplo poder sobre o espaço. Em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e, em segundo lugar, pela ação e estratégia do próprio Estado, ou seja, da globalidade. No âmbito institucional essas contradições explodem entre os projetos e planos de ordenamento do espaço e os “projetos parciais dos mercadores de espaço”. Desta forma, Henri Lefebvre contesta a concepção que considera o espaço inocente, não político, isolado do contexto, como um dado, como um aspecto específico da organização social (SOTO, 2008, p. 185).

A Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, que já pertenceu ao Município do Acará, compõe atualmente o quadro de ilhas que fazem parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), da Prefeitura Municipal de Belém. Trata-se de um ambiente fruto de disputas pelo uso e posse da terra, em razão do seu enquadramento como uma APA, um terreno de marinha e um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), isto é, sua gestão acontece sob a jurisdição de

instituições públicas governamentais diferentes, o que requer integrações e negociações coletivas diversas.

A prática de proteção do território brasileiro, assegurada pelos terrenos de marinha, data desde sua formação no período colonial, tendo como primeiro ato jurídico a constituição dos sistemas de sesmarias (BORGES, 2012). Os terrenos de marinha constituem-se em determinada porção de terra em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, da posição da linha de preamar-médio, tomada no ano de 1831, referência garantida juridicamente às demarcações situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, assim como sobre as ilhas em zona onde se faça sentir a influência das marés (BRASIL 1946).

No período atual, o discurso sobre a "defesa do território", criado para justificar a legislação sobre os terrenos de marinha, vêm sofrendo várias alterações⁸⁶. Entre as justificativas mais recentes prevalecem as que giram em torno da necessidade de ordenação da zona costeira; das atividades de proteção ambiental; das ações policiais e militares; assim como as relacionadas à promoção de projetos urbanísticos, como é o caso do "Projeto Orla", desenvolvido conjuntamente pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), pelo Ministério do Planejamento e por algumas prefeituras de cidades litorâneas (BORGES, 2012), as quais se acrescenta também as de intensa atividade fluvial, como Santarém, no Estado do Pará.

Segundo dados do portal de transparência da SPU, só no ano de 2017, estima-se que o Governo Federal faturou mais de 652 milhões de reais em arrendação patrimonial (foro, taxas de ocupação, laudêmios, dívida ativa, alienação e outras receitas), ficando o Pará com a 19ª posição no *raking* de acumulação dos estados, com um pouco mais de 2,5 milhões de reais (SPU, 2017). Observam-se que os terrenos de marinha e acrescidos possuem papel considerável no recolhimento dos tributos da base econômica do governo brasileiro, garantindo a manutenção de receitas orçamentárias por meio da cobrança das taxas sobre a ocupação dessas áreas.

Para Borges (2012), os desdobramentos históricos da doação de terras em Belém, inicialmente determinava que os terrenos de marinha fossem reservados para o uso comum e para as regalias da coroa portuguesa. Posteriormente, com os diversos ciclos migratórios vividos pela cidade, as terras da Primeira Légua Patrimonial foram sendo doadas em benefício de missões

⁸⁶ Sob os desígnios da constituição de 1988, os novos dispositivos legais que ganharam destaque foram: a) Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, que dispôs sobre a regulamentação, administração, aforamento e alienação dos bens e imóveis de domínio da União; b) Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, que setencia essa lei; c) Instrução Normativa nº 2, de 12 de março de 2001, que submete a demarcação os terrenos de marinha; d) Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que altera a gestão dos bens da União ao dispor sobre sua administração, alienação e transferência, criando o Programa de Administração Patrimonial da União (PROAP), estabelecendo que os terrenos alienados devem se localizar em áreas urbanas consolidadas.

religiosas, para fins militares e para famílias de civis que possuíam relação direta com os governantes locais. Na parte sul da cidade, constituída de terras mais baixas e alagadas, esse movimento destinou-se, principalmente, às atividades pastoris. Com uma legislação imprecisa, estabeleceram-se poucos parâmetros, dimensões e limites para a tomada dos lotes, tornando as ocupações espontâneas mais habituais nessa parte da cidade.

Durante a primeira metade do século XX, outros novos proprietários do solo urbano foram surgindo nessa fração do espaço, por meio da concessão de extensas áreas de terra. Instalaram-se instituições militares, empresas de navegação, entidades públicas de saneamento, de energia e de pesquisas, assim como instituições de ensino superior (BORGES, 2012).

Essas áreas, que passaram a formar uma espécie de cinturão em torno da parte mais densamente construída da cidade, obstaculizaram a expansão horizontal contínua, ao mesmo tempo em que aceleraram o adensamento populacional e a valorização dos terrenos de níveis mais altos, dentro da Primeira Léguas da cidade. A partir de então a cidade se densificou em vários setores, estabelecendo novas possibilidades de aproveitamento do espaço, com alternativas criadas pela população para a sua instalação. Foram ocupados, por exemplo, os núcleos dos grandes quarteirões com a abertura de vilas e passagens, ocuparam-se os terrenos de cotas mais baixas (as baixadas) e só depois foi ultrapassado, efetivamente, o chamado "cinturão institucional" (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 99).

Reforça-se que enquanto os habitantes de maior renda ocuparam as áreas de terra firme, a população pobre tratou de se estabelecer nas áreas baixas e alagadas. Desse modo, justificando que os conflitos pela posse e uso da terra em Belém não remontam somente ao período atual, os terrenos de marinha e acrescidos são alvo de disputas pelo domínio da gestão, tanto em nível federal, pela SPU, quanto em nível municipal, pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Região Metropolitana de Belém (CODEM); ambas instituições responsáveis por avaliar e por conceder a titulação de posse e de uso das terras da cidade.

A prefeitura de Belém, por meio da CODEM, reclama boa parte dos terrenos deferidos pela SPU como terras de marinha. A explicação decorre da afirmativa de que esses locais foram constituídos a partir de doações registradas nos livros e nas cartas que remontam desde o período sesmarial (CODEM, 1995).

Nessa direção, outro fator relevante é a tendência atual de descentralização do governo federal, por meio do qual prefeituras e governos estaduais passam a arcar com políticas e ações de planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade, minimizando os impactos ocasionados pelas diversas atividades que recaem sobre a região.

A Lei Orgânica do Município, permite certa autonomia a tudo que diga respeito ao peculiar interesse municipal. Contam-se também com instrumentos como o Plano Diretor para a orientação

quanto à ordenação e ao controle da utilização, ocupação e aproveitamento do solo do território, no sentido de efetivar a adequada distribuição das funções e das atividades nele exercidas, em consonância com a função social da propriedade (BELÉM, 1990).

Nesse sentido, gestores municipais afirmam caber aos seus órgãos e secretarias o domínio sobre os conhecimentos da realidade local, além do protagonismo da gestão sobre os terrenos de marinha, que não consideram legal a sistemática atual que prestigia a arrecadação de receitas por parte da União. A extensa problemática em torno da regularização fundiária urbana aponta dificuldades no avanço da implementação de benefícios de ordem pública, como a construção de praças, escolas, postos de saúde, vias públicas e conjuntos habitacionais (BORGES, 2012).

Atualmente, movimentos contrários à atuação da SPU sobre áreas consideradas terrenos de marinha avançam no contexto político. Tramitam no congresso nacional 09 (nove) propostas de parlamentares para a extinção do instituto de terrenos de marinha e acrescidos, como no caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 39-A), de 2011, do deputado Arnaldo Jordy e outros, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis (BRASIL, 2011). Os argumentos principais da PEC apontam a defasagem desse instrumento de lei, visto que, de acordo com essa emenda constitucional, deixam de ser propriedade da União os terrenos situados nos litorais das ilhas oceânicas e costeiras que sejam sedes de municípios. E mais, a demarcação do terreno de marinha com base no referencial topográfico afixado na Linha do Preamar Médio (LPM) de 1831, já não corresponde à realidade, devido a processos de erosão e de elevação do nível dos oceanos.

Nos locais ocupados por comunidades tradicionais e instituídos como terrenos de marinha, como é o caso de algumas ilhas de Belém, o que se observa é uma atuação diferenciada da que ocorre na parte continental. Contempladas pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário⁸⁷ no ano de 2003 (BRASIL, 2003), essas áreas foram beneficiadas pelas políticas de acesso à terra, coincidindo com os novos instrumentos da Política Nacional de Gestão do Patrimônio Imobiliário da União (PNGPU), voltada para projetos e atividades mais inclusivas no universo da regularização fundiária.

⁸⁷ O período atual, assinalado por uma série de mudanças político institucionais desde o início do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2015, é marcado pela criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD), por meio do decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, em substituição ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nessa perspectiva, tendo como foco a função socioambiental e a manutenção da propriedade pública, criam-se projetos como o "Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia"⁸⁸, que visa regulamentar o uso do solo em comunidades ribeirinhas localizadas em terrenos de marinha da várzea amazônica.

No Pará, esse plano agrário se consolidou por meio de acordos de cooperação técnica entre a SPU e as superintendências regionais do INCRA, com destaque para os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs), disponibilizados aos residentes das ilhas estuarinas. Os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) foram elaborados como forma de reconhecimento territorial dessas áreas, admitindo a inúmeras famílias o direito à ocupação dos terrenos. Com isso, o direito ao trabalho, ao desempenho das atividades de produção que as caracterizam e que moldam sua forma específica de uso e de aproveitamento dos recursos naturais (VALADARES, 2013).

Para melhor entendimento do novo arranjo institucional da gestão fundiária no Brasil, o quadro 14 demonstra quais os órgãos responsáveis por realizar a emissão das Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) em espaços habitados por comunidades ribeirinhas e outros grupos.

Quadro 14 - Arranjo institucional da gestão fundiária no Brasil

Atribuições		União	Governo Estadual
Regularização fundiária (emissão de títulos e certidões) e reconhecimento do direito a terra por tipo de ocupante	Povos indígenas	FUNAI	Não possui competência
	População quilombola	INCRA	Órgãos estaduais de terra
	População tradicional	ICMBio, INCRA	Órgãos estaduais de terra ou órgãos estaduais ambientais
	Comunidades ribeirinhas em área de várzea	SPU	Não possui competência
	Agricultor familiar	INCRA, MDA (Terra Legal)	Órgãos estaduais de terra
	Assentados	INCRA	Órgãos estaduais de terra
	Pequeno e médio produtor rural	MDA (Terra Legal)	Órgãos estaduais de terra, Assembleia Legislativa (no Pará acima de 1.500 hectares)
	Grande produtor rural (área acima de 15 módulos fiscais)	INCRA, Congresso Nacional (acima de 2.500 hectares)	Órgãos estaduais de terra, Congresso Nacional (acima de 2.500 hectares)

Fonte: Imazon (2015).

Estima-se que a luta pela posse e uso da terra na ilha do Combu intensificou-se a partir das décadas de 1970 a 1990. Por meio de incentivos governamentais, o palmito de açaí foi explorado

⁸⁸ No projeto "Caracterização dos Imóveis da União em apoio à Regularização fundiária: cidadania e sustentabilidade na Amazônia Paraense- Ilhas", parceria entre a SPU e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), encontra-se um levantamento com 126 ilhas previstas para receber novas titularidade pela SPU/PA, dentre elas o Combu, resultado da consonância com o projeto da SPU nacional, Projeto Nossa Várzea (NASCIMENTO; FERREIRA, 2014).

de maneira indiscriminada, resultando na considerável diminuição dos açazais (GONÇALVES et al, 2016).

Terrenos da comunidade Igarapé Combu foram leiloados no final da década de 1980, período de crise para as fábricas de palmito, tornando as famílias ribeirinhas “vigilantes” do espaço, que agora possuía novos “donos”. Sustentou-se então a divisão social do trabalho e impediu-se a entrada de novos posseiros. A intervenção ilegal de bancos associados à Sudam, ao leiloar os terrenos, mobilizou os moradores a buscarem a regularização fundiária junto à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), atual SPU, a decisão de venda foi contestada pela Advocacia da União, cabendo à Justiça federal anular o processo e a decisão da Justiça estadual (GONÇALVES et al, 2016).

Os impactos ambientais, a posse ilegal das terras públicas por particulares e a imigração de pessoas para trabalhar nos açazais, tornaram conflitantes a relação com os primeiros moradores. Esse ambiente de tensão chamou a atenção de diversas entidades de pesquisa que passaram a realizar estudos e a veicular notícias sobre os problemas socioambientais pelos quais a região de ilhas passava.

No ano de 2006, com a intervenção da SPU e também do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os moradores mais antigos ganharam a causa e puderam contar com certa estabilidade, sendo conferidos nesse primeiro momento 110 Termos de Concessão de Uso, que garantiu a ocupação dos terrenos e a permissão de usufruto dos recursos da ilha de forma racional (CIRILO, 2013).

Para consolidação das ações de regularização do terrenos nos anos seguintes, a SPU estabeleceu um acordo de cooperação técnica com o INCRA, cabendo ao instituto a realização de um conjunto de atividades que objetivavam conceder títulos adequados à permanência de trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores individuais ou em regime de economia familiar. O papel da SPU passa a consistir em identificar e transferir o domínio de áreas rurais da União ao INCRA, com a finalidade de serem utilizadas no Programa de Reforma Agrária (SPU, 2008).

Nesse sentido, recaem sobre a Ilha do Combu pelo menos três das atribuições referentes à regularização fundiária na Amazônia, indicadas pelo quadro 15, não cabendo para fins legais a existência de títulos definitivos e muito menos a possibilidade de venda da terra por parte dos residentes.

O “Nossa Várzea” é o principal projeto para disciplinar a utilização e o aproveitamento dos recursos naturais em favorecimento das populações tradicionais do Brasil, facilitando o acesso a linhas de crédito e outros benefícios para os moradores, como a participação no Programa Nacional

para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), vinculado ao IBAMA; no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado pelo governo federal dentro do mesmo contexto do Programa "Minha Casa Minha Vida", cuja finalidade é possibilitar ao agricultor familiar, ao trabalhador rural e as comunidades tradicionais o acesso à moradia; e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao estímulo de geração de renda e melhorias no uso da mão de obra familiar, que financia atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários no âmbito de estabelecimentos rurais e em áreas comunitárias. O "Nossa Várzea" conta ainda com um cadastro único que permite a admissão em programas sociais como o Bolsa Verde e o Bolsa Família (BRASIL, 2010).

Santos (1991) afirmava que com a nova composição orgânica do território, identificada pela incorporação mais ampla de capital constante na instrumentalização do espaço (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas etc.), ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável, os lugares se cobrem cada vez mais da presença dos bancos. O autor chama a atenção para uma creditização do território, que concede uma nova qualidade ao espaço, no qual firmas hegemônicas (os bancos) tomam o lugar das instituições governamentais, impondo regras à totalidade dos cidadãos.

Destarte, o capitalismo assume muitas formas na Amazônia, podendo ocorrer inclusive a manutenção das relações pré-existentes (não-capitalistas), visto que os agentes hegemônicos se preocupam com a apropriação somente dos resultados.

A política de regularização fundiária de terras da União atrelou-se aos PAEs, regularizando, só no Estado do Pará, terras de 23 municípios, localizados na Região Metropolitana de Belém, Ilha do Marajó, Nordeste Paraense e Baixo Tocantins. Desde 2003, com a apresentação do II PNRA, as mobilizações de entidades ligadas às causas ribeirinhas foram cada vez mais presentes, entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Colônias de Pescadores e demais movimentos existentes nas regiões insulares, iniciando discussões junto ao ITERPA e ao INCRA a respeito da regularização de terras e da implantação dos mais de 180 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) (MAIA, 2011).

Em Belém registram-se 11 PAEs, localizados em sua maioria na região insular (BRASIL, 2016) (Tabela 11). Destaca-se, diante disso, a presença residual da floresta dentro do contexto da metrópole, no qual muitos dos moradores, além de comerciantes, de condutores de embarcação e

de proprietários de trilhas ecológicas, são também pequenos produtores rurais ligados aos movimentos pela posse e uso da terra.

Tabela 11 – Região Metropolitana de Belém : relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, 1997-2015

Nome	Criação	Município	Famílias assentadas	%	Área (HA)	%
PAE João Pilatos	2005	Ananindeua	200	18%	3.854,71	35%
PAE Ilha Santa Rosa	2005	Ananindeua	25	2%	405,99	4%
PAE Ilha Viçosa	2005	Ananindeua	20	2%	380,25	3%
PAE Ilha Grande	2006	Belém	99	9%	922,84	8%
PAE Ilha Jutuba	2006	Belém	73	6%	513,50	5%
PAE Ilha Murutucu	2006	Belém	144	13%	877,48	8%
PAE Ilha Paquetá	2006	Belém	108	10%	802,26	7%
PAE Ilha do Combu	2006	Belém	230	21%	1.508,79	14%
PAE Complexo Maracujá	2008	Belém	150	13%	824,81	8%
PAE Ilha Nova	2009	Belém	50	4%	273,89	3%
PAE Ilha Sororoca	2010	Ananindeua	22	2%	573,73	5%
Total Geral		1.121	100%	100%	10.938,26	100%

Fonte: Paulino (2017) com base em Brasil (2016).

Os dois projetos mais expressivos na Região Metropolitana de Belém são João Pilatos, criado em 2005 no Município de Ananindeua, com 35% da área total dos assentamentos, processando-se como o maior da região, com 18% das famílias assentadas; e o PAE, Ilha do Combu, criado em 2006, sendo o assentamento mais expressivo do Município de Belém, com 14% da área total dos PAEs e 21% das famílias assentadas. Ademais, salienta-se o PAE Murutucu, no qual, anteriormente, funcionou uma empresa de capital estrangeiro voltada para beneficiamento de açaí e cacau (PAULINO, 2017).

Assim, a política de regularização fundiária e reforma agrária adotada na Amazônia a partir do II PNRA, trouxe mudanças às populações das ilhas do estado do Pará. Na RMB há uma diversidade de modos de vidas, em convivência de grupos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, caboclos e outros grupos sociais, num ambiente urbano, com características insulares, onde as ilhas são fonte de suprimentos alimentícios para a cidade e, também são áreas de expansão urbanísticas como possibilidade de crescimento da cidade [...] Por sua vez, os serviços ofertados pela cidade são intensamente usados pelos ribeirinhos, que a ela se dirigem para escoar a produção, fazer compras, ir ao médico, frequentar a rede escolar e utilizar outros serviços. Além disso, destaca-se a presença de práticas de comercialização que remontam ao sistema de aviação, estabelecido no ciclo da borracha, onde se destaca o papel do atravessador nesse processo (PAULINO, 2017, p. 15).

Apesar dos planos de utilização exigidos pelos projetos de assentamento afirmarem o uso coletivo dos recursos, muitos PAEs foram realizados de forma processual e padronizada, não estabelecendo uma análise profunda das singularidades e particularidades existentes nesses locais, e muito menos considerando o sentido de pertença dos habitantes. Desse modo, o PAE configura-

se um assentamento pré-existente, não alterando a estrutura fundiária, promovendo somente o reconhecimento de posse da terra às comunidades ribeirinhas e não o título definitivo (MAIA, 2011).

Os resultados da política estabelecida pelo II PNRA vêm sendo questionados nos últimos anos, uma vez que a sua condução demonstra que a sustentabilidade socioambiental dos projetos não é uma prioridade, viabilizando-se somente o compromisso político assumido pelo governo com a reforma agrária, destacando-se dentre as irregularidades a excessiva ingerência de organizações sociais e grupos políticos na estratégia de obtenção de imóveis e formação da lista de beneficiários; a descontinuidade de ações/investimentos, principalmente em infraestrutura para escoamento de produção e assistência técnica em outras áreas; as impropriedades na aplicação dos créditos; e os índices de emancipação de Projetos de Assentamento insignificantes. Acrescenta-se também, o modo como foram conduzidos, resultando em abandono de assentamentos por parte do governo devido aos elevados custos para prosseguir com as obras de infraestrutura e de assistência técnica, além das irregularidades no uso dos recursos (MAIA, 2011).

Diante do exposto, o problema da venda de imóveis na Ilha do Combu reforça-se em decorrência das visitas que vêm acontecendo em função das atividades de lazer e de turismo, processo que preocupa alguns gestores públicos e lideranças de moradores mais engajadas e comprometidas com as causas locais, promovendo entraves burocráticos e ações desarticuladas entre as instâncias de poder público que se voltam para atender primeiramente a seus interesses particulares e partidários.

As pessoas que residem na Ilha do Combu, “em nenhum momento poderão vender seus terrenos ou sentir-se proprietários de direito, somente de fato, configurando-se uma territorialidade que constitui a afirmação de um poder, o poder do Estado por meio de órgãos governamentais, como a Superintendência de Patrimônio da União (SPU)” (RIBEIRO, 2010, p. 40). Estudos como o de Dergan (2006), Ribeiro (2010) e Cirilo (2013), vêm evidenciando essa problemática, sendo tal prática uma queixa constante de alguns moradores junto à gerência da área de proteção ambiental, que, por sua vez, afirma que a questão é de responsabilidade da SPU.

O Combu é uma mistura doída. Para os termos que foram dados, não fomos nós. E aí, a gente da gestão estadual informa que além da nossa gestão, tem a atuação da prefeitura de Belém, pois é uma área de Belém e ainda tem a questão da União, por ser uma ilha e uma área de marinha, a União também atua. Eu acredito que a União que deu os termos, eles que deveriam fiscalizar essa questão dos termos e como vem sendo feito esses repasses. A gente também tinha muito a questão da SPU inserida nesse trabalho, só que assim, o Peabiru tava trabalhando nesse diagnóstico voltado justamente sobre essa questão da produção das terras, ligado aos assentamentos, [...] então eles tem mais esses termos (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental IDEFLOR, 24 de outubro de 2017).

No ano de 2014, com o objetivo de monitorar e atualizar o quadro das ações da gestão agrária e ambiental nos PAEs, o INCRA abriu uma chamada pública para atendimento nas ilhas de Belém e Ananindeua, valendo-se dos serviços da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁸⁹, que tem como diretrizes as ações capazes de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, assim como o levantamento da situação atual das famílias cadastradas.

O Instituto Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com vários trabalhos sobre a Amazônia, foi a entidade vencedora dessa chamada pública, realizando durante todo ano de 2015 os serviços de ATER nas ilhas da RMB, denominando o trabalho de "Belém Ribeirinha" (PEABIRU, 2014).

Entende-se que para a proteção e manutenção da conservação ambiental, são criados órgãos federais, estaduais e municipais por parte do Estado. Consequentemente a essas ações, a sociedade civil também se organiza, levando ao surgimento de novas articulações entre as esferas pública, privada e não governamental (SILVA, 2010).

As pesquisas foram realizadas em parceria com a academia e com fornecedores locais, como a Costa Contabilidade, a Mapinguari Design e a Agência de turismo Estação Gabiraba, tendo como público preferencial comunidades ribeirinhas extrativistas e grupos de mulheres artesãs das ilhas. As ações desenvolvidas voltaram-se para: o fortalecimento da participação social da mulher na comunidade; das cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade, como a polinização de abelhas nativas; do acesso a serviços e direitos civis básicos e serviços ambientais; da orientação para o manejo de recursos naturais e da agricultura; para a promoção da inclusão social pelo encaminhamento de demandas sobre água, habitação, transferência de renda; pela distribuição de sementes e outros insumos durante as atividades; além da realização de diagnósticos participativos, oficinas de planejamentos, palestras de fortalecimento das organizações sociais, tendo ainda iniciativas nos segmentos de ecoturismo (PEABIRU, 2015).

A assistência técnica que previa a duração de dois anos e meio, com previsão de atendimento para cerca de 1.030 famílias residentes nos 11 PAEs da região das ilhas de Belém e de Ananindeua,

⁸⁹ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que para os fins desta Lei, entende-se por ATER: o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; a declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e o levantamento da Relação de Beneficiários (RB) do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

foi encerrada no ano de 2016, pois, de acordo com o relatório anual das atividades do Instituto Peabiru, o INCRA não honrou com os pagamentos à instituição (PEABIRU, 2016).

A trajetória institucional do planejamento ambiental no Pará reflete a postura assumida pelo Estado nacional a partir da década de 1970, quando, no âmbito do Ministério do Interior, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), refletindo as ações que ocorriam ao redor do mundo. Posteriormente, na década de 1980, é instituído em todo território a Semana Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Nesse período, são criadas a maioria das unidades de conservação de uso indireto (proteção integral) no País. Em paralelo, ocorre a expansão das fronteiras econômicas e das políticas desenvolvimentistas em direção à Amazônia.

Em nível estadual, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), criada no ano de 1988, posteriormente substituída pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), em 2007, trouxe por finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades setoriais que visem à proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente no Estado (PARÁ, 2007).

Em nível municipal, a preocupação sobre a questão ambiental nas ilhas, é referenciada na Lei Orgânica do Município, que afirma a região insular como uma área de relevante interesse ecológico, no qual todas as modificações ambientais deverão ser avaliadas no âmbito do seu impacto ecológico e regulamentadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BELÉM, 1990).

No Plano Diretor do Município de Belém, outro instrumento político local, busca-se fomentar, orientar e capacitar as atividades econômicas do setor primário, agregando valor às cadeias produtivas das ilhas, desde que respeitando a proteção do meio ambiente. Esse plano, entende a Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) da cidade, como as áreas correspondentes não urbanizadas das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba, às demais ilhas em sua totalidade, assim como a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém (APA-Belém), devendo ser desenvolvidos estudos e diagnósticos com a finalidade de caracterizar a região em vias de definir quais deverão ser transformadas em unidades de conservação, respeitando-se as normas do SNUC (BELÉM, 2008).

O Plano Diretor estabelece a MZAN com os objetivos e diretrizes de preservar, proteger e recuperar os recursos naturais do município; promover o desenvolvimento sócioeconômico e ambiental das ilhas, de modo a garantir sua sustentabilidade; promover a melhoria das condições de acessibilidade e habitabilidade; organizar e utilizar de forma adequada o solo municipal, com

vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental; recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais para que possam ser incorporadas a Unidades de Paisagem; mitigar os impactos advindos da sazonalidade de uso intenso sem prejuízo à população local; resgatar e valorizar a fisiografia e a visualização dos elementos naturais e paisagísticos peculiares das ilhas; assegurar espaços necessários, em localização adequada, destinados ao desenvolvimento de atividades humanas; respeitar as características geomorfológicas do sítio das ilhas, para a adequação dos usos e atividades; incentivar o turismo por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais (BELÉM, 2008).

Para Trindade Júnior (2005), o papel do Estado não é o de simples administrador do conflito de classes, esse agente tem uma função fundamental na reprodução das relações capitalistas de produção, pressupondo-se a descartar, também, o espaço como um simples receptáculo da sua ação reguladora.

A preocupação com a natureza permeia os discursos da maioria dos planos e projetos governamentais, estabelecendo novos padrões às políticas urbanísticas, que se não forem bem fiscalizadas e articuladas com os interesses coletivos locais, podem transformar esses espaços em mercadorias voltadas somente para o público externo ou para minorias privilegiadas. A prática turística em unidades de conservação, está cada vez mais envolvida a essas lógicas externas, voltando-se a formas de circulação e de conexão que contribuem para a anulação, (re)definição ou ainda (re)direcionamento das relações dos agentes com o rio e com a floresta.

5.2 A Ilha do Combu como Área de Proteção Ambiental: a articulação entre as políticas ambientais e de turismo

A criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, em 1997, permitiu ampliar a chegada das redes de informações que transmitem e impõem ordens distantes à ordem próxima, uma vez que as articulações dos instrumentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)⁹⁰ são baseados nas orientações da Convenção do Patrimônio

⁹⁰ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Antes disso, na constituição de 1934, já eram impulsionadas ideias preservacionistas que circulavam pelo país e pelo mundo, induzindo ao Estado prever a proteção dos bens culturais e naturais do território nacional.

Natural Mundial da UNESCO, que garante a preservação e a soberania (política e jurídica) do território nacional, assim como assegura futuras investigações e descobertas sobre a biodiversidade⁹¹ amazônica.

As definições sobre patrimônio natural surgem a partir da década de 1970, com a emblemática Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em Paris de 17 de outubro a 21 de Novembro de 1972, onde constata-se o patrimônio cultural e natural como ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, como também pela evolução da vida social e econômica que as agrava (UNESCO, 1972).

Nesse encontro definiu-se como patrimônio natural os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. A cada Estado com parte na presente Convenção, cabe identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território enquadrados nessa categoria (UNESCO, 1972).

Seguindo a tendência mundial de preocupação sobre o uso e o consumo da natureza, em que é preciso "lidar com a contradição de um mundo real influenciado por uma forma global de pensar" (BECKER, 2001, p. 95), a APA Combu permitiu proibir e limitar a implantação e funcionamento de empreendimentos de relevante potencial poluidor, caracterizados como aqueles que apresentam aspectos danosos à fauna, à flora e à subsistência das populações tradicionais. No entanto, por se enquadrar na categoria de uma unidade de conservação de uso sustentável, não se proíbem incentivos financeiros, governamentais ou privados nesse espaço, desde que visem à proteção e ao uso racional dos recursos naturais.

O Estado possui papel fundamental no estabelecimento das "regras do jogo" entre as parcerias público-privadas, disciplinando-as e controlando-as, por meio de mecanismos de valorização da terra (BECKER, 2001). Entende-se que na fase atual do capitalismo, o Estado e o mercado caminham lado a lado na construção de "novos lugares" e na obtenção de "novas

⁹¹ A biodiversidade não é um conceito abstrato, nem puramente físico-biológico, mas, sim, também humano, pois que tem uma localização geográfica e formas de apropriação com feições específicas, o que lhe confere uma dimensão material, concreta e, portanto, a insere necessariamente no contexto das relações sociais. A biodiversidade emerge hoje como uma mediadora de sistemas ecológicos e sociais para a valorização das espécies e a gestão dos recursos, exigindo que se encontrem modos de desenvolvimento capazes de respeitá-la (BECKER, 2001, p. 92).

imagens” aos lugares antigos, cujas representações vão sendo essenciais para a atração de turistas-consumidores e de investidores (CARLOS, 2002).

A APA Combu foi proclamada por uma legislação pouco esclarecida no que diz respeito às responsabilidades do órgão gestor e das ferramentas de gestão, permanecendo por quase dez anos desconhecida da maioria da população da cidade, restrita ao conhecimento das entidades que a criaram. Mesmo com o reforço diante das mudanças ocorridas na jurisprudência ambiental a partir da criação do SNUC⁹², no ano 2000, somente após esse período foi constituído seu conselho gestor, de caráter deliberativo, seguido pelo regimento interno no ano seguinte.

O Conselho Gestor da APA⁹³, criado somente em 2008, levantou inúmeras discussões sobre a proteção ambiental da Ilha, questões debatidas nas reuniões que eram direcionadas para a análise das demandas, dos direcionamentos e das resoluções dos conflitos que se rebatem nesse espaço.

Nesse sentido, a partir da leitura das atas desses encontros, procurou-se observar quais os principais entraves e problemáticas levantadas e se estas correspondem aos resultados das entrevistas e à observação sistemática da paisagem; assim como, quais foram as posturas assumidas pelos planejadores e promotores territoriais.

Entende-se que o marco para consolidar a Ilha do Combu enquanto uma APA, nasce somente a partir do interesse em reverter os recursos disponibilizados pela compensação ambiental obrigatória do Projeto Portal da Amazônia à sociedade, não havendo por parte do órgão de gestão ambiental nenhuma outra ação significativa anteriormente as citadas.

⁹² O SNUC prevê em seus objetivos básicos de proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, prevendo os seguintes critérios: 1) constituição em terras públicas ou privadas; 2) respeitados os limites constitucionais, poderão ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de propriedade privada; 3) condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público estabelecidas pelo órgão gestor da unidade; 4) nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais; 5) disposição de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (BRASIL, 2000).

⁹³ O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu foi instituído pela Portaria no. 1.945 de 24 de outubro de 2008, sendo competência: acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo; buscar a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; evitar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; avaliar o orçamento e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC; ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), no caso de gestão compartilhada da unidade por determinação do órgão executor; acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; manifestar-se, sempre que solicitado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), agora pelo IDEFLOR, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto; propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e elaborar o seu regimento interno.

Quadro 15 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2008

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2008	1ª Memória	Identificação das entidades com interesse em compor o Conselho Gestor da APA Combu.	SEMA e lideranças da Ilha
		Apresentação da equipe técnica da SEMA e das lideranças comunitárias presentes.	
		Orientações quanto aos estudos e pesquisas desenvolvidas na área.	
		Pedido de revisão do termo de ajuste de conduta realizado pelo Ministério Público, GRPU, IBAMA e outras.	
		Pedido de revisão do plano de utilização do INCRA.	
		Proposta de oficinas para a comunidade a respeito das leis sobre crimes ambientais.	
	2ª Memória	Informativo sobre a assinatura do Termo de Compromisso entre a Prefeitura Municipal de Belém e a SEMA, relativo ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Orla, na Estrada Nova. Assim como da elaboração do Plano de Trabalho para aplicação dos repasses do recurso de compensação ambiental desse projeto para a SEMA por meio da PMB.	SEMA, EMATER, BANCO DO BRASIL, Associação de moradores das Ilhas, INCRA, EMBRAPA, SEDUC, GRPU, SEMMA, PARATUR, SEBRAE
		Solicitações por parte da SEMA às bibliotecas e órgãos de pesquisa referente aos diagnósticos e estudos sobre a Ilha, no que diz respeito a informações sobre o número de comunidades, atividades econômicas e outras, reforçando o apoio e incentivo a realização de pesquisas na APA Combu.	
		Representante do INCRA informou a criação do Projeto Agroextrativista (PAE) na área do Combu, afirmando desconhecer que a ilha seja um APA.	
		O SEBRAE e a SEDUC informaram possuir projetos e diagnósticos diversos sobre as ilhas, entre eles, o de manejo florestal não-madeireiro do açaí, de uso sustentável da natureza, de educação ambiental, além de cursos e oficinas infanto-juvenis sobre água, fogo, terra e ar.	
		Avanços sobre o processo de licenciamento da CELPA junto a SEMA para implantação do "Programa Luz para Todos", para fornecimento de energia para as comunidades da Ilha.	
		Falta de retorno dos resultados de pesquisas para as comunidades.	
		Relato a respeito dos atos libidinosos, de violência sexual e tráfico de entorpecentes na Ilha, pedindo-se maior fiscalização por parte da DEMA e do BPA.	
		Presença de barcos em alta velocidade nos furos e igarapés da Ilha.	
Apresentação do Fórum Social Mundial e da escolha das ilhas para a realização de roteiros. Pedido de divulgação dos "produtos" das ilhas, pois poucos sabem da atuação da PARATUR. Ressaltou-se que algumas agências possuem passeios na Ilha.			
Atuação da EMATER na Ilha desde 1997, com o projeto de "revitalização" das ilhas, em parceria com o Banco do Brasil, revelando que muitas instituições começam a realizar atividades sem conhecimento sobre as demandas das comunidades.			

	<p>Atuação do PAE Combu de acordo com os objetivos da APA, e que antes de qualquer intervenção, se faz necessário verificar a legislação, sendo interessante buscar formas de unir todas as instituições para a constituição de uma única ação. Havendo um esforço por parte do INCRA em fazer prevalecer o que foi instituído pelo PAE, uma vez que se trata de uma lei federal. Considera-se a implantação da APA um "entreve" aos demais projetos.</p>	
	Necessidade do Plano de Ação/Manejo	
	Falta de retorno quanto ao resultado das pesquisas que são realizadas na Ilha.	
	Solicitação junto ao Ministério Público para proibição das lanchas na Ilha.	
	Previsão de implantação de uma sede da SEMA na Ilha.	
3ª Memória	Efetividade do turismo na Ilha e sua repercussão sobre as comunidades.	SEMA e lideranças da ilha
	Importância da sinalização na APA, bem como de campanhas educativas e de fiscalização por parte das polícias civil e militar, Capitania dos Portos etc.	
	A importância do PRONAF para a comunidade local.	
	Denúncia a respeito da construção de um restaurante onde funcionava o núcleo da escola nativa, bem como a construção de um estaleiro.	
	A importância do SEBRAE como parceiro na realização de cursos para as comunidades da Ilha.	
	Apresentação de um morador que trabalha com artesanato de biojóias, utilizando a matéria prima do "cipó" de açaí.	
	A preocupação em relação aos acidentes envolvendo lanchas, inclusive, com morte de pessoas. Destaque para os ocorridos envolvendo barcos, lanchas e <i>Jet-sky</i> no Furo da Paciência.	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 16 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2009

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2009	1º	Portaria de nomeação dos membros do conselho deliberativo APA Combu.	SEMA, Comunidade Igarapé Combu, Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu, Policia Civil, EMBRAPA, PARATUR, MPEG, Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTRB), INCRA, ICMBio, Associação do Moradores da Ilha do Combu (AMIC), Associação dos Usuários PAE COMBU, Centro Comunitário Piriquitaquara, Cooperativa dos Barqueiros da Ilha da Combu, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Comunidade Beira Rio, Associação dos Moradores do Furo de São Benedito a Preservar, DIAP.
		Apresentação do plano operacional de 2009.	
		Esclarecimentos sobre os recursos financeiros disponíveis a respeito da compensação ambiental do Projeto Portal da Amazônia e do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA).	
		Captação do PRODETUR.	
		Posse e entrega dos certificados aos novos conselheiros.	
		Agendamento de visita técnica à APA Combu, visto que a maioria de seus conselheiros desconhece a realidade da UC.	
	2º	Apresentação do regimento interno e pedidos de alteração no mesmo.	SEMA, PARATUR, Banco do Brasil, PAE Combu, IDESP, Polícia Civil, Comunidade Igarapé Combu, Cooperativa dos Barqueiros da Ilha da Combu, Comunitário Piriquitaquara, DIAP.
		Apresentação do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável das Ilhas Sul realizado pelo Banco do Brasil.	
		Apresentação do projeto de captação de água da chuva elaborado pela PARATUR em parceria com a Cáritas Brasileira, e dos ajustes necessários para o sistema atual.	
		Apresentação do FOMENTUR.	
		Doação de uma voadeira da PARATUR para auxiliar no deslocamento dos técnicos.	
		A importância da parceria entre a SEMA, PRODETUR /PARATUR e Ministério do Turismo.	
		Sugestão de inserção da Ilha do Murutucu na APA Combu.	
		Existência de construções irregulares na Ilha.	
	3º	Oficina de Educação Ambiental na unidade pedagógica Santo Antônio (Furo da Paciência).	SEMA, Associação dos Moradores e Usuários do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE Combu), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTR), PARATUR, Comunidade Igarapé Combu, Centro Comunitário Santo Antonio, SEBRAE, EMBRAPA, UFPa, DIAP/SEMA.
		Legislação do SNUC prevê implantação de uma secretaria administrativa para o Conselho Gestor.	
		Programa de capacitação de conselheiros de todas as UC de responsabilidade da SEMA.	
		Conclusão da análise e elaboração de minuta de regimento interno	
		Mudanças na direção da SEMA e do trabalho de planejamento para não haver atrasos nas atividades.	
		Ausência e rotatividade de conselheiros convocados para as reuniões.	
		Problema causados pela presença de ferro na água da Ilha e a existência de um projeto da UFPa voltado para a resolução desse assunto, havendo necessidade de recursos para sua execução.	
Existência de um projeto da PARATUR voltado para a melhoria da água consumida nas ilhas, que quando pronto, poderá captar recursos junto ao Ministério de Turismo.			

	Existência de 300 (trezentos) formulários a serem entregues para a população a respeito da autorização para manejo de açai.	
	Existência do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil que contém projetos para a cadeia produtiva e financiamentos para o pequeno agricultor.	
	Existência de projetos da EMBRAPA sobre boas práticas e beneficiamento do açai.	
	Proposta da criação do Instituto do Açai.	
	Proposta de divisão do conselho em coordenações/câmaras técnicas responsáveis pelos principais problemas demandados na Ilha.	
	Inserção da APA no PRODETUR.	
	A pedido da comunidade Igarapé Combu, a SEMA afirmou que será mais rigorosa quanto as autorizações de pesquisa na Ilha.	
	Proposta de um portfólio contendo todas as informações da Ilha.	
	Maior presença da polícia na comunidade.	
	Proposta de descentralização do conselho em 05 câmaras técnicas: 1) Gestão de Unidade (SEMA); 2) Geração de Conhecimento (MPEG); 3) Proteção Social e dos Recursos Naturais (PAE Combu); 4) Manejo Sustentável dos Recursos Naturais (EMBRAPA); 5) Uso Público (PARATUR).	
	Ausência de 13 (treze) conselheiros titulares na reunião.	
4º	Disponibilidade de recurso para a construção da sede administrativa da Ilha e a importância da GRPU para disponibilizar a área de construção.	SEMA, ICMBio, PARATUR, INCRA, SEBRAE, STTR, PAE COMBU, COOPBARP, Comunidade Furo São Benedito a Preservar, Polícia Civil, CNS, Comunidade Igarapé Combu, EMBRAPA.
	Disponibilidade da lancha para as atividades rotineiras dos técnicos da SEMA, da PARATUR e dos conselheiros.	
	Necessidade de campanha de conscientização envolvendo instituições, população, Prefeitura e Governo do Estado quanto a necessidade de combater o acúmulo de lixo no Rio Guamá, principalmente, durante as visitas à Ilha.	
	Proposta de parceria com a UFRA para elaboração de projeto de manejo em açais.	
	Disposição do Banco do Brasil para abertura de créditos de financiamento para os produtores da ilhas.	
	Pouca participação da comunidade nas oficinas de educação ambiental que aconteceram na APA.	
	Definição das câmaras técnicas, divididas em: a) Gestão de UC (SEMA); 2) Geração de Conhecimento (MPEG, CNS); 2) Proteção Social e dos Recursos Naturais (Polícia Civil, STTR); 3) Manejo Sustentável dos Recursos Naturais (EMBRAPA, PAE Combu, Cooperativa dos Barqueiros, INCRA e SEBRAE); 4) Uso Público, Interpretação e Educação Ambiental (PARATUR, Comunidade Igarapé Combu e Comunidade Igarapé Piriquitaquara).	
	Conclusão e aprovação da análise da minuta do Regimento Interno.	
5º	Complicações para fazer o transporte na Ilha, motivo pelos quais as reuniões não acontecem nesse local.	SEMA, SEMMA, PARATUR, Polícia Civil, ICMBio, EMBRAPA.
	Disponibilidade de recursos financeiros para a construção de uma sede na APA, com apresentação da planta do projeto e dos benefícios a serem trazidos para a comunidade, como é o caso do turismo.	

	Investimento do BID para o Pólo Belém de turismo envolvendo as seguintes ilhas: Combu, Cotijuba, Mosqueiro e Outeiro.	
	Elaboração do plano de manejo da APA por meio da contratação de uma consultoria especializada.	
6º	Grande demanda por reuniões referentes à Ilha do Combu.	SEMA, EMBRAPA, STTRB, MPEG, PARATUR, SEBRAE, Comunidade Igarapé Combu, Polícia Civil.
	Dificuldade para fazer contato com os representantes do GRPU.	
	Atraso na execução de algumas atividades devido as mudanças na direção da SEMA e a necessidade de um balanço da situação.	
	Necessidade de envio por e-mail de assuntos referente ao plano operacional da Ilha.	
	Necessidade de fiscalização a respeito da construção da sede da APA na Ilha.	
	Funções e obrigatoriedade do plano de manejo para resolução das demandas da Ilha.	
	Possibilidade da Ilha deixar a categoria de APA e mudar para RDS, garantindo maior qualidade de vida e econômica para as famílias, valorizando as atividades extrativistas e de pesca.	
	Chegada da energia elétrica na Ilha.	
	Disputa por lotes será reduzida com a implantação do plano de manejo.	
	Campanha de combate ao lixo no rio.	
	Segurança na Ilha, com a proposta de uso de rádios transmissores para fiscalização permanente.	
	Realização de um curso voltado para os extrativistas sob responsabilidade do SEBRAE.	
	Necessidade de outras atividades além das desenvolvidas pelo extrativismo, sugerindo-se maior estímulo ao turismo.	
7º	Publicação do regimento interno do conselho no Diário Oficial.	SEMA, PARATUR, COOPBARP, STRB, SEBRAE, AFAPIP, COOPETAGRI.
	Cotação eletrônica para contratação de empresa voltada para elaboração do plano de manejo.	
	Proposta de construção de uma escola de ensino médio na Ilha.	
	Busca por parcerias com a UFPA e IFPA para realização de cursos profissionalizantes.	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 17 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2010

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2010	8º	Apresentação do trabalho de educação ambiental e da oficina de formação de professores e líderes comunitários.	SEMA, PARATUR, INCRA, COOPBARP, AFAPIP, Polícia Civil, ICMbio), Comunidade Igarapé Combu, SEBRAE, CNS.
		Parceria sem fins lucrativos com a Faculdade Ideal para a realização do questionário socioambiental da Ilha.	
		Necessidade de ouvir as demandas da população, que precisam melhor expressar seus reais interesses.	
		Contemplação da Ilha pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR).	
		Problemas relacionados a acidentes com barcos de grande porte e balsas nas remediações da Ilha.	
		Orçamentos e recursos disponíveis para a realização do plano de manejo.	
		Disponibilidade de recursos do MTUR para Belém e Santarém, que poderão ser disponibilizados às necessidades da APA.	
		Proposta de parceria entre a polícia civil e o Corpo de Bombeiros para instalação de medidas de segurança.	
		Utilização dos recursos do PRODETUR para a construção da sede da APA.	
	9º	Ausência de médicos na Ilha desde 2009.	SEMA, INCRA, Polícia Civil, Comunidade Igarapé Combu.
		Pedido de maior inclusão da Polícia Civil nas atividades extensionistas realizadas nas ilhas.	
		Atividades da polícia militar nos finais de semanas e meses de férias escolares.	
		Contratação de empresa responsável pela elaboração do plano de manejo. Informação recebida com insatisfação pela representante da Comunidade Igarapé Combu, visto que se trata de uma empresa de outro estado, desconhecidora da realidade amazônica.	
		Disponibilidade da lancha para maior interação entre a SEMA e as comunidades da Ilha.	
		Solicitação da participação da Guarda Municipal nas reuniões.	
		Criação de um conselho comunitário para esclarecimentos sobre a legislação e atuação das cooperativas e associações.	
		Diagnóstico socioambiental com os seguintes questionamentos: amostragem muito pequena, imprecisão das informações sobre o sistema de captação de água da chuva, ausência da atividade de pesca; presença de moradores exercendo a atividades de "caseiro" e a venda irregular de terrenos.	
		Principais doenças e síndromes que acometem a Ilha, com destaque para a diarreia.	
		Projeto de construção da sede nas ações previstas pelo PRODETUR que se encontra adequado e pronto para aprovação.	
		Cursos de capacitação com foco na elaboração de projetos disponibilizados pelo SEBRAE aos conselheiros.	
	10º	Ausência dos conselheiros nos cursos, sugerindo-se a retirada dos membros menos frequentes.	SEMA, EMBRAPA, Ig. Combu, PARATUR, SEBRAE, INCRA, Vida e Meio ambiente.
		Falta de motivação e mobilização da comunidade.	
		Apresentação da empresa Vida e Meio Ambiente, responsável pela elaboração do plano de manejo da unidade.	
		Apresentação do Plano de Operação previsto para 2011, informando que os recursos financeiros não foram utilizados e que permanecem disponíveis para as atividades do POA.	
	11º	Apresentação dos resultado do plano operacional de 2010.	SEMA, PARATUR, EMBRAPA, MPEG, SPU, Ig. Combu, Ig. Piriquitaquara.
		Necessidade de reunir todas as pesquisas e diagnósticos sobre a Ilha para composição de um único documento.	
		Necessidade de organizar a atividade de venda e compra de terrenos, com maior interação entre a SEMA e a GRPU, atualizando e fiscalizando o cadastro das famílias moradoras.	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 18 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2011

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2011	13º	Baixo orçamento para conclusão do plano de manejo.	SEMA, Comunidade Igarapé Combu
		Preocupação com a regularização fundiária devido as constantes "invasões", além de divergências nos documentos de uso da terra entregue a alguns moradores.	
		Falta de conhecimento da comunidade a respeito dos projetos que estão sendo relacionados na Ilha.	
		Qualificação dos moradores em cursos na área de turismo de base comunitária, principalmente os jovens.	
		Necessidade de renovação do conselho gestor conforme previsto no SNUC.	
		Ausência dos conselheiros nas reuniões.	
	14º	Importância da participação e das obrigações dos conselheiros nas reuniões e atividades do conselho.	SEMA, CNS, STTR, PAE Combu, Beira Rio, INCRA, ICMBIO, SEMMA, Polícia Civil, EMBRAPA, SEBRAE, COOPBARP, Comunidade Igarapé Combu.
		Aspectos legais e metodológicos para a renovação do conselho gestor (participação nas reuniões, proposição de assuntos relevantes, repasse das informações às comunidades, conhecimento para solução dos problemas, elaboração, implementação e revisão do plano de manejo, clareza no posicionamento; pontualidade).	
		Falta de relatório referente as atividades realizadas durante o ano de 2010.	
		Ausência da SEMA nas atividades de educação ambiental e de fiscalização realizadas durante o ano de 2010.	
		Necessidade de sinalização turística, respeito as pequenas embarcações, falta de segurança, retorno dos estudos realizados na Ilha.	
		Falta de encaminhamentos da pauta das reuniões e a improdutividade do conselho.	
		Importância da organização em forma de associações para viabilização de projetos.	
	15º	Documentação do Plano Operacional, do termo de referência do plano de manejo e a cópia do regimento interno.	SEMA, ICMBio, MPEG, Comunidade Igarapé Combu, SEBRAE
		Pedido de cursos e oficinas de combate a poluição no Rio Guamá.	
		Fiscalização a respeito do beneficiamento de açaí e do desmatamento para construção de "rabetas".	
Parceria efetivada com SEBRAE desde 2008.			
16º	Interesse do MPEG em conduzir um projeto sobre a produção de remédios a partir de plantas medicinais.	SEMA, ICMBIO, INCRA, PARATUR, SEMMA, MPEG, EMBRAPA, STTR, COOPBARQ, Polícia Civil, DEMA, SEGUP.	
	Importância do Plano Operacional Anual (POA).		
	Contato com instituições acadêmicas, como a Faculdade de Turismo da UFPA, acerca da proposta de realização de atividade voltada à identificação da capacidade de carga para atividades turísticas na APA.		
	Apresentação dos projetos do PRODETUR que envolvem a APA Combu.		
	Critérios para monitoramento da frequência dos conselheiros.		
Importância da participação dos conselheiros nas oficinas de elaboração do plano de manejo, conduzidas pela Empresa Vida e Meio Ambiente.			

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 19 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2012

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2012	17º	Apresentação do novo conselho, com as desistências da EMBRAPA, da PAE Combu e da Cooperativa de Artesãos das Ilhas como membros integrantes.	SEMA, Ig. Piriquetaquara, Ig. Combu, MPEG, ICMBio, SEMMA, INCRA, Fórum Estadual de Regularização, Desenvolvimento Sustentável Fundiário e Direitos Humanos, SPU.
		Interesse do Fórum Estadual de Regularização, Desenvolvimento Sustentável Fundiário e Direitos Humanos em fazer parte do Conselho Gestor da APA.	
		Retirada do STTR, da Associação de Barqueiros da Ilha do Combu e da FETAGRI do conselho gestor da APA.	
		Apresentação da nova composição do conselho Gestor: SEMA, MPEG, CNS, ICMBio, Comunidade Igarapé Combu, SEMMA, Polícia Civil, PARATUR, SEBRAE, GRPU, INCRA, Comunidade Beira Rio, Associação do Furo São Benedito.	
	18º	Alterações no regimento Interno visando uma participação mais ativa.	SEMA, Ig. Piriquetaquara, Ig. Combu, ICMBio, SEMMA, Fórum Estadual de R. D. S. Fundiária e Direitos Humanos, Polícia Civil, Comunidade Beira Rio, SEBRAE, São Benedito.
		Recursos da compensação ambiental referente ao Projeto Orla, administrado pela SEMA.	
		Problemas de especulação imobiliária, construções irregulares, trânsito de veículos náuticos em alta velocidade nos igarapés e furos, provocando acidentes e prejuízos aos moradores da APA.	
		Sugestão para que as Cartas Náuticas contenham informações sobre a APA, de modo que os frequentadores saibam que se trata de uma área protegida. Necessidade motivada pela ausência de sinalização ambiental e turística na Ilha.	
		Preocupação com a “venda” de lotes.	
		Reunião na sede da SPU para tomada de providencias quanto aos problemas de venda de terrenos na APA.	
	19º	Revisão do regimento interno da APA da Ilha do Combu.	SEMA, Ig. Combu, ICMBio, SEMMA, Fórum Estadual de R. D. S. Fundiária e Direitos Humanos, SPU, Polícia Civil, Beira Rio, SEBRAE, São Benedito, CNS.
		Apresentação das alterações realizadas no regimento interno do conselho deliberativo da APA.	
		Esclarecimentos da SPU sobre a venda de terrenos, títulos de posse para antigos e novos moradores e o não recebimento de INSS por meio da apresentação do título de concessão de terras.	
		Aviso de reunião futura com a SPU para resolução dos problemas.	
		Destituição dos conselheiros que não participam ativamente das reuniões do conselho gestor.	
20º	Problema no trânsito de embarcações na APA (acidentes, alagamento de rabetas, pilotos inabilitados), sendo proposto contato com a Capitania dos Portos para resolução do assunto.	SEMA, Comunidade Igarapé Combu, MPEG, SEMMA, SPU, SEBRAE, DEMA, Comunidade Beira Rio.	
	Apresentação do regimento interno do conselho gestor, que não foi aprovado por falta de quorum.		

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).
Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 20 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2013

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2013	21º	Apresentação do Planejamento Operativo Anual (POA) da APA e da publicação do Regimento Interno da APA Combu.	SEMA, Comunidade Igarapé Combu, ICMBio, SEMMA, DEMA, SEBRAE, Comunidade Beira Rio, SETUR.
		Informação sobre a inscrição de ribeirinhos agricultores da APA junto ao PRONAF para obtenção de financiamentos.	
		Ações a serem executadas em 2013, como o potencial turístico da APA.	
		Pedido de criação de um "link" da APA no site da SEMA.	
		Monitoramento de pesquisas dentro da APA.	
		Encaminhamento de abaixo-assinado ao Ministério Público para futura notificação da SPU a respeito da ausência da entidade nas atividades de fiscalização e de regularização dos lotes.	
		Ações referentes à educação ambiental nas unidades pedagógicas da Ilha.	
		Sugestão de utilização do espaço do entorno das unidades pedagógicas para reflorestamento com mudas de açáí, assim como intercâmbio entre professores e alunos com outras UC.	
		Capacitação para os conselheiros, haja vista que houve renovação no quadro de membros.	
		Fortalecimento das organizações sociais dentro da APA para busca de investimentos em projetos.	
	Dificuldades de deslocamento haja vista que a embarcação utilizada pela gerência está sem condições de uso.		
	22º	Informações acerca do andamento da contratação de empresa responsável pelo plano de manejo.	SEMA, Comunidade Igarapé Combu, ICMBio, SEMMA, SEBRAE.
		Informações sobre a reunião realizada com a Capitania dos Portos a respeito de uma possível campanha preventiva acerca das embarcações que circulam na Ilha.	
		Possível recategorização da APA na categoria de MOSAICO, RDS ou RESEX.	
Preocupação a respeito do acidente com vítima fatal e feridos no Rio Guamá, nas proximidades da APA, envolvendo dois barcos de turistas. Sugerindo-se mais ações que coibissem esse tipo de comportamento na APA, assim como mais parcerias com os barqueiros para que os mesmos contribuíssem com a sensibilização junto aos turistas que frequentam o local.			

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 21 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2014

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2014	23°	Cancelamento da primeira reunião de 2014, por falta de quorum.	SEMA, MPEG, SEMMA, SEBRAE, SETUR
		Ausência de algumas instituições nas últimas gestões do conselho, sugerindo-se a substituição por outras entidades como EMATER e CEPLAC, como também, o retorno da EMBRAPA.	
		Sugestão de diminuição do número de membros, pois mesmo com a presença de instituições importantes no conselho, não há retorno de melhorias sobre a vida das pessoas que vivem na APA.	
		Preocupação com os moradores que não podem viver somente do manejo de açaí, sugerindo-se o incentivo a outras formas de renda que procurem o desenvolvimento e não aumente os índices de marginalidade e de pobreza da Ilha.	
		Importância do plano de manejo, que está em processo de licitação, para o bom desenvolvimento das ações a serem implantadas na APA.	
		Criação do Mosaico de UC da Região Metropolitana de Belém, envolvendo os Municípios de Marituba, Ananindeua, Santa Izabel, Benevides e Belém, estabelecendo um "cinturão verde" entre todas as áreas protegidas da RMB. Diante da sugestão surgiram os seguintes questionamentos: qual a finalidade prática na participação; desburocratização dos processos e ações na APA; motivação para a criação do mosaico; ganhos e perdas; pontos positivos e negativos; agilidades nos processos da APA.	
		Sugestão do MPEG a respeito da maior divulgação das ações da SEMA nos demais municípios do interior do estado.	
Pedido de manifestação de permanência das instituições no conselho gestor.			

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 22 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2015

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2015	24º	Mudanças administrativas no Governo do Estado no que diz respeito às novas atribuições da SEMAS e do IDEFLOR-Bio, ficando a competência da gestão de unidades de conservação para esse último.	IDEFLOR-Bio, Comunidade Piriquetaquara, Comunidade Beira Rio, INCRA, SEMMA, Comunidade Igarapé do Combu, Associação dos Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (PAE-AMEPI), DEMA, CNS.
		Impasses para a consolidação da nova equipe técnica.	
		Falta de solução para os problemas por parte da antiga gestão.	
		Sugestão de uso da metodologia do Sistema de Indicadores Socioambientais de Unidades de Conservação (SISUC) pelo conselho gestor.	
		Saída da representante da Comunidade Igarapé Combu pelos seguintes motivos: estagnação do conselho; não consolidação do plano de manejo; ausência do documento de autorização para o manejo dos açazais; ausência de informações sobre o andamento do sistema de abastecimento de água da Ilha.	
		Saída do representante do PAE Combu pelos seguintes motivos: ausência de respostas às demandas; ausência de fiscalizações para combater as invasões aos terrenos; falta de interesse dos moradores pelas questões sociais (problema justificado pela falta de resultado nas ações da gestão).	
		Erros cometidos pela antiga gestão concentrando-se atividades e decisões.	
		Questionamentos quanto aos recursos disponíveis para a construção da sede da APA na Ilha. Segundo o IDEFLOR o recurso ainda existe, contudo, está destinado para elaboração do plano de manejo.	
		Disponibilidade de embarcações para realização das atividades de gestão da UC.	
		Impedimento para realização das atividades de manejo.	
		Ausência do plano de uso, sendo cada vez mais intensa a construção de empreendimentos na Ilha.	
		Presença de quorum para renovação dos membros do conselho.	
		Conclusão de 90% do plano de manejo, havendo a necessidade de revisão.	
		Formação de câmara técnica composta pelo INCRA, SEMMA, IDEFLOR-Bio, MPEG (a ser convidado) e pela Comunidade Piriquetaquara.	
		Pedidos de detalhamentos a respeito da construção da sede da APA por meio dos recursos do PRODETUR, reforçando-se que apenas uma pequena parte das ações são de responsabilidade do IDEFLOR. Sendo prioridade naquele momento, o abastecimento de água potável para as comunidades, ficando o posicionamento para um outro momento.	
		Questionamentos a respeito da parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e a Secretaria de Assistência Social do Estado do Pará, prevendo contemplar a Ilha em ações voltadas para o saneamento e para captação de água da chuva. Reforçou-se a existência da iniciativa do PRODETUR a respeito dessa problemática, não cabendo retomada dessa proposta junto ao MDS.	
		Ausências dos conselheiros nas reuniões durante os anos de 2013 e 2014.	
Dificuldades de transporte para realização das reuniões.			
Pouca frequência de reuniões.			
Utilização das ferramentas/metodologias de trabalho do SISUC para os conselhos.			

	Apresentação dos seguintes interessados em permanecer no conselho: SEBRAE, Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (PAE – AMEPI), Centro Comunitário de Moradores do Piriquiretaquara, CNS, IDEFLOR-Bio, SEMMA, Polícia Civil, DEMA, ICMBio e INCRA.	
25°	<p>Renovação do Conselho Gestor da APA do Combu.</p> <p>Importância do plano de manejo e do Conselho Gestor como instrumentos de gestão em unidades de conservação.</p> <p>Processo de renovação do conselho da APA após a reestruturação institucional (SEMAS/IDEFLOR-Bio).</p> <p>Apresentação do histórico do conselho da APA, contendo o número de renovações do conselho e o total de reuniões realizadas.</p> <p>Atual composição do conselho e necessidade de chamada pública para sua renovação.</p> <p>Aceitação da ASTIB, CEPLAC e da SPU como membros integrantes do conselho após renovado.</p> <p>Paridade de instituições do conselho prevista no SNUC, aprovando-se a atual formação.</p> <p>Proposta de retorno das associações da Ilha para participação no conselho gestor.</p> <p>Disponibilidade de 03 (três) vagas no conselho para organizações da sociedade civil ligadas a APA.</p> <p>Aprovação da composição do conselho, com os seguintes representantes: IDEFLOR-Bio, SPU, INCRA, SETUR, Polícia Civil/DEMA, ICMBio, SEMMA, CEPLAC, CNS, Comunidade Piriquiretaquara, ASTIB, SEBRAE, Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEBI), com portaria a ser publicada pelo IDEFLOR-Bio.</p>	IDEFLOR-Bio, SETUR, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), SEBRAE, SEMMA, SPU, Comunidade Piriquiretaquara, Associação de Moradores Extrativista e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI), CNS, DEMA e Comunidade Piriquiretaquara.
26°	<p>Apresentação dos presentes. Informativo sobre a reforma administrativa do Estado, que modificou a competência da gestão das unidades de conservação da SEMA, atual SEMAS, para o IDEFLOR-Bio.</p> <p>Situação do plano de manejo, não concluído devido a problemas administrativos entre a SEMA e a empresa contratada para execução do plano.</p> <p>Processo de renovação do conselho.</p> <p>Convite aos representantes de organizações da Sociedade Civil para participação nas reuniões.</p> <p>Apresentação do Instituto Peabiru, responsável pela implantação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Metrópole Ribeirinha) a ser realizada na Ilha.</p> <p>Apresentação do representante da Comunidade Furo São Benedito a Preservar, membro da Cooperativa de Transporte Escolar na Ilha do Combu. O morador disponibilizou parte do seu terreno para a construção de uma escola para os habitantes da Ilha.</p> <p>Apresentação dos representantes da comunidade Igarapé Combu, que reforçaram a baixa efetividade da SEMA na APA, principalmente quanto às ações voltadas para o ordenamento territorial da Ilha.</p> <p>Pedido de encaminhamento das denúncias para a SPU visando solucionar essa problemática.</p> <p>Votação para o reingresso de antigos e para a entrada de novos membros no conselho, entre eles o Instituto Peabiru, a Comunidade do Furo São Benedito a Preservar e a Comunidade Igarapé Combu.</p> <p>A respeito do recurso de compensação ambiental da prefeitura de Belém, destinado ao plano de manejo, constatou-se que o valor está abaixo das necessidades de implantação do plano.</p> <p>A respeito do recurso do PRODETUR para realizar o saneamento básico na APA, não houve esclarecimentos por parte da SETUR, que justificou informando que as ações estão concentradas em torno da "Rota Belém-Bragança".</p> <p>Socialização a respeito do curso Jardim Botânico a ser realizado no restaurante Saldosa Maloca.</p>	IDEFLOR-Bio, SEMMA, SPU, SETUR, ICMBio, INCRA, AMEPI, ASTIB, Comunidade Igarapé Piriquiretaquara, Comunidade Igarapé Combu, Instituto Peabiru, Comunidade São Benedito.

	Nova composição do conselho: IDEFLOR-Bio), SETUR, ICMBio, SEMMA, Polícia Civil/DEMA, INCRA, SPU, CEPLAC, SEBRAE-PA, Comunidade Igarapé Combu, Comunidade São Benedito, Centro Comunitário Piriquitaquara, CNS, ASTIB, Instituto Peabiru, Associação dos Ribeirinhos Barqueiros e Condutores das Ilhas do Município de Belém (ARBCIMB).	
27°	Apresentação das atividades realizadas pela Gerência da APA Combu no ano de 2015.	IDEFLOR-Bio, ICMBio, SEMMA, SPU, CEPLAC, CNS, Comunidade Piriquitaquara, Associação dos Trabalhadores de Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará (ASTIB), Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém, Instituto Peabiru.
	Leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor.	
	Realização de Metodologia de Planejamento da APA para 2016.	
	Descrição dos painéis para resolução dos principais problemas da Ilha, utilizando a ferramenta 5W2H: 1) Destinação do lixo; 2) Casos de Hanseníase; 3) Especulação imobiliária desordenada da APA; 4) Alta velocidade, atentado ao pudor por embarcações particulares; 5) Insegurança no transporte escolar estadual; 6) Poucas alternativas de renda; 7) Pessoas de carteira assinada não podem entrar na relação de beneficiários do INCRA; 8) Não existe água potável; 9) Poluição do solo pelo esgoto sanitário; 10) Violência na Ilha do Combu; 11) Insegurança nas embarcações; 12) Poluição sonora nos bares e restaurantes; 13) Turismo desordenado na área; 14) Falta de sinalização da APA; 15) Falta de transporte de agente comunitário de saúde no Piriquitaquara; 16) Acidentes em embarcações no rios e igarapés; 17) Falta do termo de autorização de Uso de parte dos moradores da ilha; 18) Não podem fazer limpeza da área.	
	Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor.	
	Encaminhamento do relatório da Oficina de Planejamento para os conselheiros.	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 23 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2016

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2016	28º	<p>Apresentação da nova equipe de trabalho da Gerência Regional de Belém (GRB);</p> <p>Posse dos conselheiros presentes.</p> <p>Apresentação das atividades que estão sendo desenvolvidas e das prioridades para o ano de 2016.</p> <p>Apresentação do "Projeto Agentes Ambientais Comunitários" voltado para capacitação de moradores, sob responsabilidade do AMAZON.</p> <p>Questionamentos a respeito do cadastramento das famílias da comunidade, realizado pelo INCRA, visto que a venda desordenada de lotes/terrenos na Ilha permanece, principalmente, na comunidade Beira Rio, fato que pode ter ligação com a venda e uso de entorpecentes e, conseqüentemente, o aumento da violência na Ilha.</p> <p>Convite do PAE Combu para reunião a ser realizada no restaurante Saldosa Maloca a respeito da produção e beneficiamento de cacau na Ilha, reafirmando as parcerias com a CEPLAC e com o SEBRAE.</p> <p>A SESAN, como convidada, tratou de assuntos acerca dos resíduos sólidos da Ilha, incentivando o trabalho de conscientização na comunidade e o direcionamento dos resíduos para a cooperativa localizada na Bernardo Sayão.</p> <p>Aumento do número de frequentadores aos finais de semana, responsáveis pelo acúmulo de lixo nos rios. Sugerindo-se a implementação de placas educativas para sinalização do local.</p> <p>Elaboração de estratégias que envolvam os jovens da Ilha.</p> <p>Apresentação do projeto de inserção social da Ilha através da gastronomia, indicando que haverão verbas disponíveis através do PRODETUR para realização de diversas ações, entre elas a instalação de um Centro de Recepção ao Turista.</p> <p>Questionamento quanto aos demais recursos do PRODETUR para os projetos estruturais básicos (distribuição de água potável), ficando o representante da SETUR responsável por enviar o estudo de prospecção para a COSANPA.</p> <p>Problemas de moradores com hanseníase na comunidade, sugerindo-se parceria com o Unidade de Referência Especializada (URE) Marcelo Candia e com o projeto de Agentes Ambientais Comunitários.</p> <p>Pedido de implantação de uma escola estadual de nível fundamental (6º ao 9º ano) e médio para os jovens, que atualmente precisam se deslocar diariamente para o continente.</p>	<p>IDEFLOR-Bio, SEMMA, SETUR, SPU, INCRA, CEPLAC, Comunidade Piriquitaquara, AMEPI, Comunidade Igarapé Combu, PAE-Combu, Comunidade Beira Rio, Instituto Peabiru, ASTIB, SESAN.</p>
	29º	<p>Alteração do 4 art. 20 do regimento interno, sugestão votada e aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.</p> <p>Monitoramento das ações planejadas para o ano de 2016, objetivando a transparência nas ações.</p> <p>Apresentação da nova empresa contratada para a elaboração do plano de manejo, a ECOSSIS, do Rio Grande do Sul, sendo fundamental a colaboração da comunidade e dos técnicos do IDEFLOR-Bio.</p> <p>Morosidade para conclusão de algumas ações, que não dependem exclusivamente do IDEFLOR-Bio.</p> <p>Solicitar ao Instituto Peabiru e ao INCRA dados sobre os pontos referenciais de localização dos terrenos da Ilha, para que sejam viabilizados CEPs para os moradores. Reforçando-se que a ausência de um CEP acarreta prejuízos, como no levantamento de valores da energia elétrica consumida e pela deficiência na entrega das correspondências. Atualmente, os moradores do Combu são cadastrados com CEPs de bairros do centro de Belém, e disso decorrem inúmeros outros transtornos.</p> <p>Reunião com os técnicos da SPU, responsáveis pela emissão do TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável), para regularização dos terrenos. Contudo, a Superintendência informou o quadro reduzido de técnicos para maior agilidade das atividades.</p>	<p>IDEFLOR-Bio, ICMbio, Comunidade Igarapé Piriquitaquara, SETUR, SEMMA, ASTIB, CNS.</p>

	<p>Falta de fiscalização nas embarcações que circulam em alta velocidade, sendo conduzidas em sua maioria por turistas que visitam a ilha, principalmente, aos fins de semana. Pede-se a deliberação de ofícios para Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e para o Grupamento Fluvial de Segurança Pública, como também para a SEDURB.</p>
	<p>Reforça-se que nem todas as atividades dependem exclusivamente do IDEFLOR-Bio, que o papel da instituição é o de articular e provocar outras instituições a respeito de suas responsabilidades sobre os serviços.</p>
	<p>Saída e encerramento das ações do Instituto Peabiru na Ilha, não sendo informado os motivos do cancelamento das atividades. Reforçando assim o sentimento de rejeição e insatisfação dos moradores perante a postura de ONGs e outras entidades de pesquisa.</p>
	<p>Informes da SETUR a respeito dos eventos realizados com pequenos produtores rurais dos municípios que fazem parte da Rota Turística.</p>
	<p>Apresentação do "Projeto Agrovárzea" e das feiras de produtos orgânicos desenvolvidas pelo projeto, onde os produtores poderão divulgar e comercializar seus produtos.</p>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Quadro 24 - Ilha do Combu: resumo das atas do conselho gestor no ano de 2017

Ano	Reunião	Discussões	Participantes
2017	30º	<p>Atualização do regimento interno do conselho gestor com propostas sugeridas pela gestão, tendo alterações como: o artigo segundo, que trata da composição do conselho. De acordo com o IDEFLOR-Bio, nem sempre a paridade é benéfica, pois acontece que instituições que podem contribuir ficam de fora do processo, enquanto se prioriza membros, que muitas vezes, estão ausentes nas reuniões. Trataou-se também da alteração do número de reuniões, passando de quatro para três encontros anuais, bem como a convocação e atrasos dos conselheiros nas reuniões, a substituição de conselheiros. A respeito desse assunto, deixará de fazer parte do conselho aquele membro que não comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas. Ressaltou-se que todas as modificações ocorridas no regimento interno serão em comum acordo com os dois conselhos presentes: APA da Ilha do Combu e Refugio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.</p>	<p>IDEFLOR-Bio, Universidade Federal do Pará (UFPA), Restaurante Terra do Meio, Instituto Pirelli, Ong Anani, Agrovila São Pedro, SEMMA Ananindeua, Batalhão de Policia Ambiental (BPA), SETUR, ICMbio, CEPLAC, Associação dos Moradores do Conjunto Beija Flor-(AMCOB), Comunidade Vila do Dique, Ong Ambientalista Anani, Associação dos Moradores e produtores quilombolas do Abacatal/Aura, SEMMA Santa Izabel, SEBRAE, INCRA, Comunidade Piriquitaquara, Associação dos Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI), ASTIB, PAE-Combu, Polícia Civil/DEMA.</p>
		<p>Efetivação do conselho gestor da APA Metropolitana de Belém, existente desde o ano de 1993. Na mesma oportunidade, foi lançado o convite para composição do conselho dessa APA às instituições presentes.</p>	
		<p>Distribuição das atas de reuniões anteriores aos conselheiros.</p>	
		<p>Segundo o representante da ONG Anani, falta maior divulgação para a sociedade civil, posto o número de ausentes. Contudo, de acordo com o representante do IDEFLOR, mesmo com divulgação são inúmeros os faltosos.</p>	
		<p>Encaminhamento do regimento interno ajustado para publicação.</p>	

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Em busca de entendimento sobre a lentidão nos processos e o que motivou a retomada dos interesses sobre a Ilha, observou-se que entre outros motivos, como as mudanças no contexto político nacional e estadual, no ano de 2006, foi firmado um termo de compromisso entre a antiga SECTAM⁹⁴ e a Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Esse documento se deu em virtude da compensação ambiental⁹⁵ do Projeto Orla, na Bacia da Estrada Nova, atual Portal da Amazônia, que definiu as Ilhas do Combu, Papagaio, Onças, Murutucu, Japaracu e Grande, como áreas de influência direta dos impactos dessa obra (SEMA, 2006). Parte dos recursos financeiros disponíveis pelo Programa de Compensação Ambiental poderiam assim ser revertidos em diversos projetos.

No ano de 2007, iniciou-se a parceria com a PARATUR, que começava a desenvolver as ações previstas pelo macroprograma de regionalização do turismo. As primeiras incursões à Ilha, objetivavam levar informações sobre os projetos aos moradores e adquirir conhecimento quanto ao desenvolvimento das atividades existentes no local, haja vista que uma das exigências para a liberação do recurso de compensação ambiental era a consulta pública e a anuência dos moradores (CIRILO, 2013).

A formação do conselho gestor⁹⁶, para além das exigências da legislação do SNUC, era a possibilidade de proporcionar aos moradores mais um instrumento político para cobranças acerca dos problemas que atingiam a Ilha, como os que dizem respeito à regularização fundiária, ao acúmulo de lixo, ao abastecimento de água, aos acidentes com embarcações e à comercialização

⁹⁴ O Governo do Estado do Pará, por meio da Lei nº 7.026, de 30 de julho de 2007, altera dispositivos da Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, que dispõe sobre a reorganização e cria cargos na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), desmembrando esse órgão em três outros: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (SEDECT), atual Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET); e Instituto Estadual de Florestas (IDEFLOR), atual Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio); as mudanças recentes ocorrem a partir das modificações na estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, a partir do ano de 2015.

⁹⁵ Conforme instaurado no regulamento do SNUC (BRASIL, 2002), a partir de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA), é previsto um ressarcimento financeiro ao município pelos danos negativos causados ao meio ambiente decorrentes da realização de grandes obras.

⁹⁶ A respeito da regulamentação do SNUC, compete ao conselho gestor: 1) elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; 2) acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; 3) buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; 4) esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; 5) avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; 6) opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade; 7) acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; 8) manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; 9) propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002).

ilegal de produtos ilícitos decorrentes do aumento das visitas e da urbanização. Acreditava-se também no sucesso das novas possibilidades de desenvolvimento econômico, como o manejo dos recursos da floresta e a integração da ilha aos roteiros turísticos da cidade.

O regimento interno do conselho gestor foi publicado no Diário Oficial no ano de 2009, nomeando como conselheiros representantes da gestão pública, algumas representantes de entidades da sociedade civil organizada e líderes das comunidades, detalhando nesse documento as principais ações a serem desenvolvidas pela SEMA e executadas em unidades de conservação do estado.

Desde os primeiros anos até os dias de hoje, as reuniões do conselho foram permeadas por dificuldades, como a ausência dos conselheiros, o que impossibilitava o andamento de algumas ações e as mudanças estruturais sofridas pela SEMA. Essa problemática foi reforçada por outros assuntos, como a falta de retorno das pesquisas realizadas na ilha, em especial, pelas universidades.

A respeito desse assunto, o trabalho de campo e a análise documental identificaram a confusão por parte de alguns residentes em distinguir quais eram as pesquisas realizadas pela universidade, pelas OSCIP e pelos setores de órgãos públicos; fato justificado pelo tipo de parcerias que ocorrem entre essas instituições, muitas vezes não deixando clara para o morador qual a finalidade do estudo. Nas pautas das reuniões, demonstrava-se a necessidade de que as pesquisas realizadas na Ilha tivessem certo ordenamento e que fossem comunicadas previamente ao conselho. Os representantes das comunidades entendiam que o conselho deveria articular esses projetos dentro das comunidades.

Ademais, as pautas mais recorrentes se desenvolviam em torno das construções irregulares nos terrenos da Ilha; nas dificuldades de manter contato com os representantes da SPU, responsável pela regularização fundiária; na falta de segurança devido à ausência de policiamento, que conforme relatos nas reuniões, era mais extensivo aos finais de semana e meses de férias escolares; na proliferação de doenças e outras complicações da área de saúde; nas dificuldades em transporte para os técnicos e conselheiros, que em um primeiro momento foram solucionados com a doação de uma lancha pela PARATUR; e no acúmulo de lixo, que possui relação direta com a parte continental, por se tratar de um território pequeno com constante influência das marés, tornando-se um depósito de resíduos, prejudicando os moradores, que não possuem coleta regular.

Durante a realização do trabalho de campo não foi identificada nenhuma atividade ou mobilização por parte dos centros comunitários da Ilha. Segundo Nunes (2017), a indiferença quanto à participação nas tomadas de decisão do conselho gestor por parte de atores reconhecidos como lideranças comunitárias do Igarapé Combu, principal comunidade articuladora das ações

que se desenvolvem na ilha, deve-se, primeiramente, à extinção de algumas cooperativas (como a Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu), à falta de atuação dos centros comunitários, bem como de controle e de fiscalização dos meios de transporte, responsáveis por causar uma série de acidentes. Contudo, para a autora, apesar da desmobilização, a comunidade não está completamente “parada”, várias reuniões acontecem nos espaços do posto de saúde e da escola, resultantes de projetos de instituições governamentais e não-governamentais, isto é, as iniciativas e ações acontecem, porém quase sempre motivadas por atores sociais de fora da comunidade.

Para agravar a situação de conflitos e descontentamento das comunidades do Combu perante a gestão pública, a Ilha não dispõe do plano de manejo, instrumento norteador do planejamento e da gestão das unidades de conservação, elaborado a partir da análise dos recursos naturais e das ações antrópicas que ocorrem no local. Nesse sentido, a APA ainda apresenta outros obstáculos, como a falta de programas de ordenamento territorial e a indefinição da sua vocação econômica, considerando que alguns defendem seu potencial turístico e outros defendem a atividade extrativista como a principal fonte de renda dos moradores.

O conselho gestor, cada vez mais enfraquecido pela falta de apoio dos moradores e pela ausência de entidades consideradas estratégicas para a gestão da APA, não conseguia, ano após ano, solucionar junto a SEMAS os diversos problemas colocados em pauta nas reuniões.

Sobre a irregularidade de entidades e instituições no conselho gestor, percebeu-se o distanciamento da Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR)⁹⁷ (Quadro 25), da participação em ações e atividades que digam respeito à Ilha do Combu, como também nos encontros do conselho; sendo essa instituição complacente com as ações desenvolvidas pelo governo do estado, pouco interferindo em cada uma delas.

⁹⁷ No caminho percorrido pela legislação municipal de turismo, encontra-se: a Lei Ordinária N.º 7349, de 20 de outubro de 1986, que autoriza a constituição de Sociedade de Economia Mista com a denominação de Companhia de Turismo de Belém (BELTUR), criando estímulos fiscais à indústria do turismo e dando outras providências; Lei Ordinária n.º 7931, de 23 de dezembro de 1998, que cria o Conselho Municipal de Turismo (CMT), órgão composto por 12 membros (entre poder público e iniciativa privada), de caráter deliberativo, destinado a propor políticas para o desenvolvimento do turismo no Município de Belém; Lei Ordinária n.º 8291, de 30 de dezembro de 2003, que altera a estrutura da Administração Pública Municipal, criando a Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR), extinguindo a Companhia de Turismo de Belém (BELEMTUR); Lei Ordinária n.º 8815, de 04 de maio de 2011, institui o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), tendo por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao atendimento das políticas, programas e ações voltadas para o desenvolvimento e promoção do turismo, formuladas, executadas ou controladas pela Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR); Lei n.º 8833, de 04 de maio de 2011, que institui no Município de Belém, o projeto "Turismo Educativo", cujo objetivo prioritário é proporcionar ao alunado da Rede Pública Municipal acesso ao acervo cultural, artístico e turístico do município, por meio da realização de um cronograma de visita anual das Escolas participantes, tornando-se obrigatório que cada escola municipal participe pelo menos uma vez durante cada semestre letivo de uma visita. Para sua execução, poderá a PMB, obter junto a empresas públicas e particulares, patrocínio, parcerias e convênios, sendo que, as referidas empresas poderão promover divulgação do apoio emprestado ao Projeto.

Quadro 25 – Ilha do Combu: atuação da Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR)

Entrevistado	Tipo de atuação	Resposta
1	Capacitação	Eles fizeram uns cursos pra gente aí. (Condutor embarcação, 40 anos, morador e presidente da COOPETRANS, 08 de janeiro de 2018).
2	Publicidade	Ela não faz um mapa, um guia, mas, para dizer que não escutei falar da BELEMTUR, agora, no período da Cidade Criativa da Gastronomia, que era um evento desenvolvido pela prefeitura, tinha gente deles envolvida, mas fora esse evento. (Representante mercado turístico, 38 anos, administrador e guia de turismo, 08 de janeiro de 2018).
3	Nenhuma	Não vou dizer da prefeitura, vou falar mais do Estado, porque eles estão apoiando essa parte aí, entendeu? A Secretaria de Turismo tá mais preocupada em desenvolver o turismo no Estado, estão trabalhando bem. Da prefeitura de Belém, eu não vou falar, até porque eles estão preocupados com outras coisas. (Representante mercado turístico, 37 anos, condutor de turismo de aventura, 27 de dezembro de 2017).
4	Publicidade	A gente não percebe nenhum tipo de ação, nenhum tipo de atividade, e infelizmente, é uma coisa que tem que se trabalhar [...] a Secretaria atua, corre atrás, faz e trabalha muito com os empresários. Eu acho que tem sido feito um trabalho muito bom em relação a isso. Tem avançado e tem que avançar muito mais. Agora com a BELEMTUR, a gente não percebe nenhum tipo de trabalho. Acho que isso, é mais uma questão política mesmo. Não vejo foco ou objetivo maior para que o turismo possa crescer. Eu sei que o título de Cidade Criativa da Gastronomia pesa, porque de alguma forma, enfim, vem um evento desse. Mas ficou a desejar. Não foi trabalhado. O trabalho que deveria ter sido desenvolvido junto aos empresários, para que tivesse mais esse olhar de crescimento. (Representante mercado turístico, 55 anos, psicóloga, proprietária de agência de viagens e diretora da ABAV, 08 de janeiro de 2018).
5	Publicidade	A Prefeitura de Belém é parceira do Estado, assim como todas as prefeituras que tem o turismo como atividade econômica importante. Recentemente, dentro do mapa da regionalização do turismo, nós conseguimos estabelecer conexão com mais de 120 municípios do Estado. Ou seja, dos 144 municípios, um pouco mais de 120 têm uma relação com a Secretaria e estão dentro do mapa da regionalização do turismo no Brasil. E a partir dessa conexão é feito todo um trabalho de parceria. A BELEMTUR faz parte do Fórum Estadual de Turismo. Agora, na realização do Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia, o Governo do Estado está patrocinando, está ajudando. Embora, seja um projeto da Prefeitura, nós estamos colaborando de forma bastante intensiva, tanto na programação quanto na parte financeira. (Representante do poder público, turismólogo, diretoria PRODETUR, 17 de outubro de 2017).
6	Nenhuma.	Bem, com a BELEMTUR não, nenhum projeto nesse sentido. (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental IDEFLOR, 24 de outubro de 2017).
7	Nenhuma	Olha, eu ignoro e eu vou te dizer o motivo. Minha grande dificuldade com a BELEMTUR é ter um ponto de elo entre a SETUR e a Prefeitura. A Prefeitura tem as ilhas, tem Belém, tem vários lugares para trabalhar, mas, infelizmente os profissionais não estão conseguindo fazer. Aí, não é uma questão minha, por isto não temos nenhuma parceria. Aliás, para não dizer que não, quando entramos em Icoaraci, passamos a trabalhar com a Agência Distrital de Outeiro, nem é com a BELEMTUR, mas sim com a administração local, assim como em Mosqueiro. A gente trabalha com a administração local, que é tipo a Prefeitura naquele lugar, mas não com a BELEMTUR. (Representante do poder público, gerência Programa Estadual de Qualificação Profissional do Turismo (PEQTur), 12 de novembro de 2017).

Fonte: Trabalho de campo realizado de julho de 2017 a janeiro de 2018.

*Entre os demais entrevistados, moradores, condutores de embarcação e comerciantes, foi perguntado se tinham conhecimento sobre algum trabalho realizado pela BELEMTUR, e todos afirmaram desconhecer qualquer iniciativa desse órgão.

Atualmente, a BELEMTUR realiza dois projetos de promoção do destino turístico, denominados "Amigo do Turista" e "Turismo na Escola". O primeiro, lançado pela primeira vez em 1996, consiste na implantação de pontos de informações turísticas em locais previamente determinados da cidade, principalmente em períodos de grandes eventos, como o Círio de Nazaré, no mês de outubro. O segundo, visa incentivar alunos da rede pública municipal, a conhecer e a valorizar os espaços culturais por meio da prática do turismo pedagógico, com visita acompanhada em pontos turísticos, como Estação das Docas e Mangal das Garças. A Coordenadoria ainda atua em parceria com a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB), para instalação de placas de sinalização turística em diversos pontos da capital (GELAK, 2015).

O Turismo na Escola, que já existe no perímetro urbano, onde nós levamos os alunos do 6º ao 8º ano para terem um dia de aula fora, por exemplo, no Mangal das Garças, na Estação das Docas e no Teatro da Paz. Eles ficam maravilhados com isso. Eles saem da escola e vão ter um dia fora, né? Para conhecer a história daquele lugar e isso entra na grade curricular. Por exemplo, além da história e da geografia, entra o processo turístico, e passam a gostar mais da cidade. Nesse projeto, a ideia é fazer a extensão agora para as ilhas, tanto do Combu como de Cotijuba, para que a gente possa trabalhar essas crianças. Aí certamente, esse projeto vai melhorar a qualidade de vida desse lugar, porque as pessoas vão ter mais critério com isso. Agora, em 2018, se Deus quiser, já está sendo agregado. Estamos na quarta edição dele aqui no perímetro urbano, a partir da quinta, já entra no Combu e em Cotijuba (Representante do poder público, 50 anos, turismólogo, diretoria de planejamento BELEMTUR, 10 de outubro de 2017).

No ano de 2017, deu-se início ao projeto "Turismo na Melhor Idade", que, nos mesmos moldes do programa desenvolvido nas escolas, procura atingir o público com mais de 60 anos (MESQUITA, 2017). Até o momento, nenhum dos dois principais projetos da BELEMTUR foram visualizados nos espaços da Ilha do Combu.

Na verdade, hoje, se um gestor puder parar para analisar, ele tem que fazer parcerias. Por exemplo, quem faz a evolução do turismo não é o poder público, é o poder privado, é o empresário. Quem faz essa melhoria é o poder privado. É o empresário que pode colocar um transporte de qualidade para que seja usufruído. A prefeitura ou órgão público, deve acompanhar e dar condições para que isso seja feito. Tá certo? E a própria Universidade Federal do Pará, por exemplo, acompanhando com a sua qualidade técnica, com seus profissionais bem qualificados. Porque se você chegar na UFPA, por exemplo, o que não vai faltar para vocês são inúmeros projetos, só que engavetados, de professores renomados, pessoas que têm conhecimento na área, mas que dependem única e exclusivamente do fator parceria. Esse fator parceria, se resume especificamente ao fator financeiro, investimento financeiro, para que você possa melhorar a qualidade de vida do local e do morador, principalmente, da comunidade local em geral, tanto de visitantes, como de recebedores. Aquelas pessoas que estão ali, aguardando o turismo chegar. Hoje, por exemplo, quando eu estava falando com você, também estava na OCRIM. A OCRIM vai ser nossa parceira. Uma empresa privada, né? Hoje é a parceira da BELEMTUR. A SIMINERAL, por exemplo, o Sindicato das Mineradoras é nossa parceira no Turismo na Escola. Os alunos recebem lanche, ouvem falar do nosso minério, de toda a história e tudo mais. Hoje, estamos buscando a parceria. Tem melhorado um pouco, essa ótica de

que o poder público e o poder privado têm que estar juntos, senão, não vai dá certo. Nesses últimos cinco anos, criamos uma espécie de parceria, posso dizer que foi um termo de cooperação técnica entre a BELEMTUR e a SETUR. Não cheguei a fazer com o IDEFLOR, mas fiz uma espécie de “guarda-chuva”, para que possamos trabalhar em parceria. Nós fizemos agora, por exemplo, o receptivo no aeroporto. Nós temos esse “Vivência Ribeirinha”, uma parceria com a SETUR, que vem com a sua qualidade técnica, enquanto a BELEMTUR executa as ações para essas delegações que vão vir. A gente tem uma boa relação técnica, mas acho que ela devia ser melhorada, né? Quem tem a responsabilidade de tomar conta do turismo no Município é a BELEMTUR. A Secretaria de Estado é estadual, tem 144 municípios, mas acho que deveria ter aquela parceria maior, sabe? [...] Acho que o Estado teria que ter a obrigação em fazer mais investimentos no município, principalmente, no nosso caso, tá? Belém é 80% de tudo que acontece no Pará. Pra você chegar em 80% de tudo, com exceção de Santarém e de algumas outras, você tem que passar por Belém. Então, eu acho que o Estado teria que ter essa ótica, essa visão técnica, posso assim dizer. Nós estamos, inclusive, terminando agora nosso inventário turístico de Belém, e estamos aguardando a questão das ilhas. Já foi feito em Cotijuba. Estamos aguardando o Combu, Mosqueiro e Outeiro, entre outras. Esse inventário, na verdade, é nosso “raio-x”, totalmente adaptado, revisto e atualizado, que é o mais importante. Ele vai nos dar realmente um termômetro real do que nós precisamos fazer, tanto no plano de *marketing*, como no Plano Diretor para os próximos dez anos. Sem esse inventário turístico, a gente não vai poder definir realmente o que nós queremos da cadeia do turismo. Então, acho que hoje o maior objetivo da BELEMTUR é a conclusão do inventário. Para que possamos fazer o nosso plano turístico de desenvolvimento e também o plano de *marketing* de Belém. Acredito que até o final do ano, ou no máximo no início do próximo ano, estamos concluindo esse inventário, em fevereiro de 2018, pois é uma prioridade a conclusão. Nós estamos trabalhando em parceria com a SETUR nisso, porque eles fazem a consolidação dos dados, que é o mais importante. (Representante do poder público, 50 anos, turismólogo, diretoria de planejamento BELEMTUR, 10 de outubro de 2017).

De acordo com o representante da BELEMTUR, o foco principal da prefeitura, no momento, diz respeito às ações relacionadas ao inventário da oferta turística do município, processo que vem acontecendo em parceria com a SETUR. Esse instrumento é previsto no Programa de Regionalização do Turismo, inserido nas orientações do módulo de Sistema de Informações Turísticas, que prevê a gestão de informações criadas e coletadas no âmbito do programa (BRASIL, 2006).

Os inventários da oferta turística reúnem informações da cidade em um único banco de dados, difundindo-as por meio de estratégias de comunicação, processo de iniciativa do Município. Parte-se do pressuposto de que é no município que o país e a nação começam a existir, da mesma forma, é sob a sua jurisdição que se encontra o patrimônio natural e cultural das cidades. A inventariação compreende o levantamento, identificação e registro quantitativo dos atrativos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio, compondo a base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística (BRASIL, 2006).

O inventário da oferta turística do Município de Belém encontra-se desatualizado. Segundo as diretrizes desse instrumento, isso impossibilita a sistematização de informações e de dados confiáveis a respeito da oferta de serviços turísticos, que ficam indisponíveis aos visitantes,

planejadores e gestores territoriais; não permitindo a análise do significado econômico do fenômeno e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal.

As ações da BELEMTUR apresentam-se rasas e de alcance limitado a poucos grupos de sujeitos sociais, chamando a atenção para a multiplicação de ações combinadas com a iniciativa privada; o que, na fala do representante da BELEMTUR, é vista como essencial para o sucesso dos projetos, visto que os recursos governamentais disponíveis não são suficientes para a realização das ações.

Frente a essa e outras constatações, a gravidade da não elaboração do plano de manejo da Ilha, instrumento guia da gestão em áreas de proteção ambiental, cujas diretrizes devem estar disponíveis a todos os interessados, durante todos esses anos, é de um peso considerável sobre os problemas que acontecem no Combu.

Inicialmente, em outros anos, na época da SEMA, houve a tentativa de se fazer um plano de manejo e isso gerou um produto, mas não foi para frente. Então, a gente trabalha muito em cima disso, na busca do próprio plano. Eu não sei te dizer o porquê de não se ter o plano de 1997 para cá. O que sabemos é que no SNUC existe uma demanda, que diz que em cinco anos o plano de manejo da unidade deve estar pronto e efetivado, mas, infelizmente, a realidade não é essa. A gente sabe que os órgãos ambientais não têm recursos suficientes para execução de todos os programas e projetos. E aí, anteriormente, não sei te dizer o porquê de não ter. Mas do ano passado pra cá, foi o que te falei, uma empresa ganhou e tivemos alguns problemas com essa empresa, então, a gente achou melhor reincidir. Por prezar pela qualidade do produto no final. A gente fala de plano de manejo, mas gostamos muito de falar de plano de gestão da unidade, que, é justamente o que vai nortear todos os programas e ações. Desde a administração até a questão da valorização e da educação ambiental. Esse é um tema que circula por todos os outros programas, assim como o uso público e a pesquisa. A gente precisa justamente desse plano, para direcionar e saber quais programas e projetos devem ser feitos. É como você mesmo falou, desde 1997, né? Então, a gente já precisa disso, muito mesmo. Para poder entender a fundo a questão da dinâmica da própria unidade. [...] dentro da própria gestão há esse rodízio de técnicos entre as unidades, então é interessante ter o plano de manejo, para que a gente possa dar o norte de acordo com a necessidade da própria comunidade. (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental do IDEFLOR-Bio, 24 de outubro de 2017).

A primeira tentativa de contratação de uma entidade especializada na elaboração do plano de manejo aconteceu no ano de 2011, tendo como vencedora da concorrência pública a empresa Vida Meio Ambiente, com sede em Minas Gerais. Esse não foi muito bem recebido pelos representantes das comunidades, por se tratar de uma empresa de outro estado, alheia às demandas e realidade da Ilha (CIRILO, 2013).

A empresa vencedora do processo licitatório chegou a realizar todo o trabalho de reconhecimento da APA junto à equipe técnica da SEMAS. Definiu-se o roteiro metodológico de elaboração do plano, realizou-se uma oficina de socialização com a população da Ilha, e, ao final desse mesmo ano, a empresa apresentou o plano de trabalho para os membros do conselho.

Contudo, devido a questões relacionadas às dificuldades financeiras para a continuidade do projeto, uma vez que o valor pago pela compensação ambiental, ao que foi indicado pela consultoria, não abarcaria a dimensão do trabalho, não permitiu a continuidade da segunda fase do plano de manejo. Cirilo (2013), reforça que além dos atrasos na entrega dos primeiros resultados, foram descobertas incorreções que impossibilitaram a renovação do contrato.

O diagnóstico ambiental e socioeconômico da Ilha do Combu realizado pela primeira consultoria apresentou algumas implicações para a elaboração do plano de manejo: a) baixo conhecimento da população sobre as implicações de morar em uma unidade de conservação; b) dificuldade da equipe da gerência da APA para mobilizar as comunidades; c) falta de solução para os problemas de ordem fundiária; d) existência de quatro principais organizações de moradores (uma para cada comunidade) que estão desarticuladas, interna e externamente, e com pouca credibilidade junto aos moradores da Ilha, dificultando a legitimidade de representação dos moradores junto ao conselho gestor; e) presença de várias instituições públicas atuando na Ilha de maneira isolada, fazendo com que projetos de diferentes instituições atuem num mesmo problema, criando ações concorrentes (CIRILO, 2013).

O plano de manejo é um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso e o manejo dos recursos naturais das unidades de conservação e a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC. Esse instrumento deve abranger a área de atuação e o entorno, incluindo medidas de integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, elaborado no prazo de até cinco anos a partir da data de criação da unidade de conservação (BRASIL, 2000).

As tentativas de consolidar o plano de manejo da Ilha foram retomadas entre os anos de 2015 e 2016, pouco depois da transferência da jurisdição das unidades de conservação do Pará para o IDEFLOR-Bio. Preocupava-se que a ausência desse instrumento técnico se tornasse um entrave para implantação legal das novas políticas, projetos e acompanhamento dos empreendimentos econômicos que estavam sendo construídos.

Ano passado a gente abriu o edital, um primeiro edital, houve uma ganhadora, mas aí ela não vinha cumprindo os prazos. O primeiro produto apresentado não condizia com a expectativa, alguma falta de informação também, não da nossa parte, mas com relação a eles mesmos e ao próprio produto. Erros esdrúxulos, por exemplo, colocaram que o Combu é uma ilha com aptidão à pecuária, e a gente sabe que não precisa muito pra saber que não. Então, esses pequenos detalhes fizeram com que a gente encerrasse esse primeiro edital e encerrasse o contrato com a empresa. A gente abriu um novo edital, agora, em julho desse ano, porém apenas uma empresa se apresentou (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental do IDEFLOR-Bio, 24 de outubro de 2017).

A Ecossis Soluções Ambientais, responsável por oferecer serviços de assessoria e consultoria ambiental, com sede em Porto Alegre, venceu o primeiro processo de licitação após a transferência para o IDEFLOR-Bio. Contudo, também não foi possível a continuidade de elaboração do plano de manejo, devido as discrepâncias apresentadas pela empresa em relação às atividades que deveriam ser desenvolvidas, que "fugiam da realidade" socioespacial da ilha, conforme reforçado pela representante do IDEFLOR e pela representante da comunidade Igarapé Combu durante as reuniões.

Assim, em 2017, deu-se a abertura de uma nova concorrência, tendo como vencedor o Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais (Instituto Avaliação), sediado em Brasília, que, no momento atual, é responsável pela elaboração dos planos de manejo da Área de Proteção Ambiental de Paytuna, em Monte Alegre, e mais recentemente o da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre Metrópole Amazônia (REVIS), na Região Metropolitana de Belém.

[...] Foi uma abertura de envelope, só faltaram alguns documentos de apresentação, e aí, foi passado para o jurídico e o jurídico negou. Agora, a gente tá naquele prazo deles terem um período de resposta, de justificativa. Caso a empresa não consiga atender com esse prazo que tá pendente, infelizmente a gente vai ter que abrir novamente até que se cumpra. Ela é de fora, mas tem alguns profissionais que são daqui, e tem alguns trabalhos voltados para unidades de conservação (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental do IDEFLOR-Bio, 24 de outubro de 2017).

De acordo com as regras publicadas pelo edital de concorrência do IDEFLOR-Bio, a entidade foi considerada inabilitada pela ausência de parte da documentação, tendo o prazo de cinco dias úteis para corrigir tais divergências, o que não foi possível constatar até a conclusão da pesquisa. Chama-se a atenção para a quantidade de empresas pertencentes a outros estados e até mesmo a outros países atuando nas atividades de consultoria e elaboração dos planos e projetos do governo do Estado. Esse alargamento do contexto e fluidez de informações realizadas por meio de intercâmbios e parcerias público-privadas aumentam exponencialmente o número de trocas entre os agentes.

Entende-se que os conflitos que emergem no espaço amazônico, reconhecem a cidade como um espaço de possibilidades e tensões reais e virtuais. Desse modo, as demandas e as necessidades das populações insulares, reveladas nas inúmeras reivindicações das atas do conselho gestor, como também nas conversas e entrevistas, demonstram que a Ilha do Combu se estabelece como um dos pontos de "delinquência" e de "agitação" da cidade, que não consegue esperar pela deliberação de processos burocráticos longos e muitas vezes esguios, como os de regularização fundiária e de

implantação do plano de manejo, pois a vida cotidiana se realiza independente das vontades hegemônicas.

Os embates sobre a regularização fundiária vão sobrepondo-se aos embates relacionados ao manejo dos recursos naturais e aos embates na instalação de empreendimentos de lazer e turismo. Molina (2007) atribui essa problemática a um "conflito de responsabilidade", pois ora a responsabilidade é do IDEFLOR-Bio, ora é da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ora é da prefeitura de Belém.

Os moradores, ao cobrarem a resolução dos problemas fundiários à SPU, receberam como resposta que tais obstáculos só poderiam ser resolvidos com a elaboração do plano de manejo, que permitiria o levantamento do número de famílias existentes e quais possuíam o direito de concessão de uso da terra. Somente de posse dessas informações, poder-se-ia dar início às ações (CIRILO, 2013). No momento atual, o impasse permanece, pela ausência da elaboração do plano de manejo e também pelo fato do não pagamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) acordada com o Instituto Peabiru.

Considera-se que, da contratação da empresa até a elaboração e implementação do plano de manejo, caberia ao IDEFLOR-Bio, por sua competência no planejamento e na gestão das unidades de conservação do Estado, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), por sua jurisdição no licenciamento ambiental⁹⁸ de empreendimentos não sujeitos ao EIA/RIMA ou de "baixo impacto", e ainda favorecendo-se das políticas do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e da própria lei de criação da APA, buscar estratégias de avaliação, fiscalização e encerramento de atividades de empreendimentos gastronômicos, turísticos ou qualquer outra ação individual ou de grupos que comprometa a sobrevivência e subsistência das comunidades da Ilha.

Outrossim, a intencionalidade que busca e é capaz de portar projeções futuras, pode ser observada na permanência dos esforços de instrumentalização do espaço. Durante a realização da 6ª reunião do conselho gestor, sugeriu-se a mudança da situação de área de proteção ambiental para a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), visto que o manejo em áreas de proteção ambiental prevê ações mais voltadas para a preservação, reflorestamento e pesquisa de

⁹⁸ No âmbito do licenciamento ambiental, a respeito da autorização do órgão responsável pela administração de unidades de conservação, a determinação do ente federativo correspondente como órgão ambiental licenciador de atividades dentro de uma APA, dependerá da análise da abrangência da atividade e o seu decorrente impacto ambiental. Desta forma, tanto a União como os estados e os municípios, além do Distrito Federal, poderá licenciar atividades dentro dos limites de uma APA. A determinação dependerá do impacto que a atividade gera. Se local, caberá ao município; se regional caberá ao estado; e se nacional ou internacional, caberá à União. Deve-se observar que, quando se tratar de competência municipal e o município não possuir órgão ambiental capacitado para o licenciamento a competência passa a ser do órgão estadual (BRASIL, 2011).

elementos naturais e de espécies nativas, enquanto nas RDS, por sua maleabilidade quanto às restrições estabelecidas pelo SNUC, é permitida às comunidades tradicionais residentes a maior exploração dos recursos naturais, desde que baseados em sistemas sustentáveis, que, na maioria das vezes, não acompanham a renovação dos ecossistemas.

Outro assunto a ser ponderado, foi a pretensão de transformar as unidades de conservação da Região Metropolitana de Belém em um Mosaico, o que possibilitaria a constituição de um "cinturão verde" envolvendo todas as áreas protegidas da RMB; sugestão recebida com muitos questionamentos por parte dos representantes de moradores da Ilha, que enquanto sujeitos mobilizadores demonstraram-se resistentes à ideia, indagando sobre qual a finalidade prática dessa participação, e até que ponto o mosaico desburocratizaria e agilizaria as ações previstas para a APA, o "que se ganha e o que se perde" com essa mudança, assim como o porquê da junção entre as demais unidades de conservação.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o reconhecimento de um mosaico⁹⁹ ocorre quando existe um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas umas às outras, sejam elas pertencentes a diferentes esferas de governo ou não. O mosaico tem como objetivo primordial compatibilizar, integrar e otimizar atividades desenvolvidas nas UC que o compõem, especialmente: os usos na fronteira entre unidades; o acesso às unidades; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica; e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental. Para atingir esses objetivos, a gestão é acompanhada por um Conselho Consultivo, presidido por um dos gestores das unidades, sendo fundamental a participação da comunidade local.

Conselhos consultivos são uma prática originada na governança corporativa, que dentro de uma visão neoliberal são bem vindos no âmbito institucional, respaldando as políticas e notificando os agentes. Contudo, se comparados aos conselhos deliberativos, possuem poder de opinião, porém pouco poder de decisão sobre os dispositivos da gestão pública.

⁹⁹ A proposta de reconhecimento do mosaico deve ser encaminhada ao departamento de áreas protegidas do MMA contendo os objetivos e a justificativa para a formação do mosaico e a composição de seu conselho consultivo. A proposta de reconhecimento do mosaico deverá ser instruída pela solicitação de reconhecimento nos termos do artigo anterior, lista com todas as unidades de conservação e outras áreas protegidas que poderão integrar o mosaico, manifestação dos órgãos gestores, no caso de unidades de conservação, sobre a adesão ao mosaico e composição do Conselho Consultivo, manifestação das instituições ou pessoas responsáveis pela gestão de outras áreas protegidas sobre a adesão ao mosaico e composição do conselho consultivo e, por fim, a lista das instituições que deverão integrar o conselho (BRASIL, 2010).

No Brasil, atualmente, são reconhecidos pelo MMA, 13 mosaicos de unidades de conservação¹⁰⁰. Alguns contam com a cooperação internacional da França¹⁰¹, responsável por desenvolver apontamentos e instrumentos que apórtem contribuições à gestão territorial no Brasil. Os mosaicos se mostram, então, como uma iniciativa de gerenciamento internacional das áreas protegidas nacionais.

O último encontro do conselho gestor do ano de 2017, reforça a ideia de junção das unidades de conservação e dos seus conselhos. Nessa reunião estiveram presentes os membros interessados em fazer parte do conselho da "APA Metropolitana de Belém" e os integrantes da APA Combu. Dentre os assuntos debatidos não foi aprofundada a discussão sobre as lutas pontuais dos moradores do Combu, dando-se ênfase à formação da APA Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.

[...] Em uma das reuniões que a gente foi tinha muita coisa pra ser esclarecida, como falei pra eles, pro pessoal do Agrovárzea, mas não era direcionada do conselho. Eu fiquei chateada, porque o assunto que eles trataram era muito importante, mas assim, eles deveriam ter tratado todos os assuntos pendentes e depois fechasse a pauta, e abrissem pra tratar são do outro. Porque chamaram imprensa, chamaram Ministério Público, chamaram um monte de gente, mas era um assunto direcionado são   APA Ananindeua, n ? A questão do lixo. Então, a gente ficou l  com aquilo boiando, enquanto eles tratavam um assunto específico são da outra APA, e a gente ficou a ver navios. Fiquei chateada, sei que   a vida das pessoas que tava em jogo. Acho que   uma questão muito s ria, mas que deveria ser tratada, mas deveriam ter o respeito de tratar os outros têm. (Comerciante e produtora rural, 52 anos, moradora igarapé Combu, 10 de novembro de 2017).

Nas articula es entre as políticas de meio ambiente e as políticas de turismo, bem como suas a es, tem-se, entre os projetos previstos para solucionar parte dos transtornos e valorizar economicamente a Ilha do Combu, o da constru o de uma sede administrativa e a cria o de um

¹⁰⁰ Mosaicos de unidades de conserva o reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente: Capivara-Confusões; Litoral de São Paulo e Paraná; Bocaina; Mata Al ntica Central Fluminense; Mantiqueira; Sertão Veredas-Perua u; Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral; Mico-Leão-Dourado; Baixo Rio Negro; Foz do Rio Doce; Extremo Sul da Bahia; Carioca; Amazônia Meridional (MMA, 2017).

¹⁰¹ O Brasil e a França acumularam nas duas últimas décadas várias iniciativas de coopera o técnica internacional em meio ambiente e, em especial, naqueles temas relacionados às áreas protegidas. Dado os  xitos alcançados, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil e o Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento do Território da França, assinaram um Memorando de Entendimento em 2004, impulsionando a sistematiza o da experiência bilateral através do Projeto "Fortalecimento da Gestão Integrada e Participativa em Mosaicos de áreas Protegidas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável". Posteriormente, em 2008, durante o encontro dos Presidentes do Brasil e da França, ambos assinaram uma declara o adicional sobre o desenvolvimento de a es de coopera o descentralizada e federativa. Como parte integrante do Memorando de Entendimento sobre o Meio Ambiente firmado entre os dois países, foi elaborado um plano de trabalho que prevê a es estratégicas, como atividades direcionadas especificamente para apoiar o reconhecimento e implanta o de mosaicos de áreas protegidas no Brasil e têm, oferecer uma reflexão sobre a experiência do Brasil e da França em coopera es com enfoque em áreas protegidas. Atualmente, o projeto de coopera o está organizado em grupos temáticos e no apoio ao reconhecimento e implanta o de mosaicos. O projeto conta com recursos do MMA por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e, do lado francês, conta com uma interface estreita com regiões Nord-Pas de Calais, Provence Alpes Cote d'Azur e Rhône Alpes na França (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA, 2012).

sistema de abastecimento de água; propostas que seriam viabilizadas por meio dos recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR).

O PROECOTUR e posteriormente o PRODETUR estão entre os principais programas de incentivos econômicos ao turismo desenvolvidos na Amazônia. Segundo o MTUR, o primeiro foi inserido dentro das políticas do segundo. Tais propostas nunca saíram da primeira fase, descartada da agenda política do governo federal por não ter sido considerada uma política de desenvolvimento regional, mas uma política ambiental promovida por uma instituição pública, o Ministério do Meio Ambiente. Assim, o PRODETUR substituiu os programas públicos anteriores de investimentos ao turismo no País (CORDOVIL, 2017).

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR), nasce como um projeto piloto na região Nordeste do Brasil, espalhando-se posteriormente entre os demais estados, que comprometeram-se a apresentar ao MTUR um plano estratégico de desenvolvimento de Áreas Turísticas (ATs), orientadas para o crescimento estratégico e dispostas a arrecadar investimentos por meio de financiamentos (PARÁ, 2011).

O PRODETUR tem sua trajetória com enfoque territorial, iniciada com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, esse programa foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal, destacando-se por sua visibilidade nas esferas federal, estadual e municipal; e também pela mobilização realizada, servindo de base para as políticas públicas subsequentes, alicerçadas na regionalização do turismo (NASCIMENTO, 2015). Nesse sentido, torna-se importante verificar a evolução dos planos e programas de turismo desenvolvidos no estado do Pará (Quadro 26):

Quadro 26 – Amazônia e Estado do Pará: principais planos e programas para o desenvolvimento do turismo

Documento	Instância	Instituição responsável	Ano de lançamento	Diretrizes/ objetivos	Observações
Plano de Turismo da Amazônia (I PTA)	Federal	SUDAM	1977	Dinamizar o turismo na Amazônia, como setor planejado e rentável, causando impacto sobre as atividades econômicas, com reflexos nos níveis de emprego, renda e investimentos, justificado plenamente pelo apoio especial das várias esferas governamentais e na mobilização da iniciativa privada.	Inventário da oferta turística da região, indicando as políticas para o desenvolvimento do turismo: a) preservação e valorização do patrimônio turístico regional; b) desenvolvimento e diversificação da oferta turística; c) comercialização turística; d) formação de recursos humanos.
Plano de Turismo da Amazônia (II PTA)	Federal	SUDAM	1992	Promover o desenvolvimento turístico de forma ecologicamente sustentada; revitalizar as ações estruturais das instituições públicas e privadas componentes do trade turístico regional; minimizar o aproveitamento dos recursos naturais e culturais na produção do turismo receptivo; integrar os roteiros turísticos regionais; revigorar a imagem da Amazônia com destino das correntes turísticas. Programas prioritários: 1) Educação turística; 2) Estudos, pesquisas e planejamento; 3) Marketing e promoção; 4) Infraestrutura e equipamentos turísticos.	Incentivo ao segmento do ecoturismo, definindo a ideia de polos de desenvolvimento através de subprogramas.
Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)	Federal	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	1994	Concebido para dinamizar as oportunidades de trabalho, emprego e renda em âmbito municipal, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos. Considera-se o primeiro incentivo a descentralização do planejamento turístico para a escala local, por meio de incentivos para os municípios, resultando em diversas ações, como a criação de Conselhos, Fundos e Planos de turismo.	Sofreu diversos impasses ¹⁰² , sendo substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo, que permitiu acrescentar aos discursos governamentais a retórica do desenvolvimento sustentável, garantindo assim, que um conjunto de municípios pudesse fazer parte ou ampliar a cadeia produtiva do setor.
Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia (PROECOTUR)	Federal	MMA	1998	Promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e meios através de infra-estrutura turística básica em toda Amazônia Legal.	Por meio da proposta de gestão compartilhada, elaborou planos para o desenvolvimento do ecoturismo em vários pólos, desenvolvendo políticas de promoção do ecoturismo como

¹⁰² Para Nascimento (2015), a fragilidade do PNMT consistia na banalização da complexidade do fenômeno turístico, posto que muitas pessoas se diziam conhecedoras da atividade sem o serem e no fato da mobilização realizada não ter conseguido avançar para um nível mais elevado, no qual os resultados concretos beneficiassem as comunidades locais.

					instrumento de conservação ambiental em todo o país.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT)	Estadual	PARATUR	2001	Converter o Pará no destino turístico preferencial de mercados nacionais e internacionais mediante um desenvolvimento competitivo e sustentável; incrementando o volume de permanência média e o gasto turístico.	Elaborou diagnóstico das condições do turismo no Estado, apontando os principais produtos/mercados para os 06 polos do estado.
Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”	Federal	MTUR	2004	Centrou-se no propósito de execução das políticas de turismo de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, de modo a repercutir, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território.	O estado do Pará apresentou as seis regiões turísticas, de acordo com as novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, sendo estas: Amazônia Atlântica; Tapajós; Xingú; Marajó; Belém; e Araguaia-Tocantins
Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	Federal	MTUR	2010	Objetiva fortalecer a Política Nacional de Turismo e a consolidação da gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local. Busca parcerias com bancos nacionais e internacionais por meio do instrumento básico de planejamento denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que oferece subsídios para todas as etapas do Programa.	Os objetivos específicos para o Estado do Pará são: fortalecer o turismo nos polos Marajó, Belém e Tapajós, promovendo o incremento do gasto turístico por meio de investimentos direcionados ao Ecoturismo.
Plano Estratégico de Turismo Ver-o-Pará	Estadual	SETUR	2011	Adotou a metodologia internacional de planejamento estratégico indicada pela Chias Marketing, empresa responsável pela elaboração do plano, sendo subdividido em três fases: 1) análise da situação atual do turismo no Pará, no contexto nacional e mundial; 2) planejamento estratégico, decorrente das conclusões da análise da situação atual; 3) elaboração de dois planos operacionais, que definem as atuações necessárias para pôr em prática as linhas estratégicas geradas durante a etapa anterior.	Reestruturou o sistema de gestão de turismo do estado, levando à criação da SETUR e a redefinição do papel da PARATUR (extinta em 2015). Com ações previstas para até o ano de 2020, apresenta objetivos e metas que apontam para projetos operacionais de execução das ações, assim como a permanência da divisão dos produtos e serviços turísticos por polos regionais.

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (1977, 1992, 1994, 2004, 2010), Cordovil (2017), Ministério do Meio Ambiente (2002), Nóbrega (2006), Pará (2001, 2011, 2012), PDTIS (2009), Nascimento (2015).

Compondo o macroprograma da regionalização do turismo, o PRODETUR visa integrar as regiões mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e leis facilitadoras do desenvolvimento, descentralizando¹⁰³ sua gestão, aparelhando roteiros turísticos integrados e buscando a gestão compartilhada e participativa, como, por exemplo, por meio da criação de fóruns estabelecidos nas regiões turísticas, onde estão congregados atores sociais representantes dos roteiros.

Não sei se você sabe, existe o FOMENTUR, que é Fórum de Turismo, onde estão todas as entidades públicas e privadas. Nele existe todo um trabalho que é colocado e que é, de alguma forma, consultado, onde se escuta muito mais o que tá acontecendo no mercado, e claro, a própria Secretaria como te falei, de alguma forma, tem trabalhado muito junto com os empresários. Então, tem a escuta, é claro que tem muitas coisas que precisariam ser antes discutidas. Vamos dizer, a Pará 2030, deveria ser melhor discutida com os empresários, mas de alguma forma vem, e claro que a gente conversa, vê qual é o foco e ver como vai trabalhar conjuntamente. E tem dado muito certo, a Secretaria tem dado essa abertura para se trabalhar conjuntamente. Já com a prefeitura não, nem nessa segunda gestão do Zenaldo a gente não tem conseguido avançar com a prefeitura. Com a secretaria a gente tem trabalhado, existe sim um diálogo e comunicação mais aberta pra conseguirmos avançar no turismo (Representante do mercado turístico, 55 anos, psicóloga, dona de agência de viagens, diretora da ABAV, 08 de janeiro de 2018).

Para atender aos objetivos da gestão compartilhada, criou-se em 2003, o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR), constituído por representantes governamentais e por representantes da sociedade civil organizada, principalmente, aqueles ligados ao mercado. Esse fórum representa bem as características do planejamento estratégico, sendo composto por um colegiado consultivo propositivo e mobilizador, vinculado à presidência da SETUR¹⁰⁴.

Uma característica peculiar do planejamento estratégico é a forma de integração em redes, capaz de produzir transformações culturais e políticas em nível local, que passam a ser o centro de atenções da gestão global. Essa forma de atuação, trata-se, portanto, da criação de estratégias que possam inserir a participação de representantes influentes nas estratégias de desenvolvimento global, processo que não envolve a todos, pois existem espaços que mesmo afetados permanecem excluídos (AMARAL, 2005).

¹⁰³ O planejamento estratégico associado à descentralização da esfera federal e à maior articulação com o mercado, são notadas desde a implantação do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), no período de 1996 a 1999, cuja finalidade aborda a “descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização da atividade para o setor privado do turismo” (BRASIL, 1996, p. 12).

¹⁰⁴ Em 2011, foram criados o Sistema Estadual de Gestão do Turismo (SEGETUR) e a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), tornando a gestão compartilhada entre SETUR e PARATUR, cabendo à primeira coordenar a política estadual de turismo e o Plano de Desenvolvimento e à segunda as atividades de promoção e divulgação, viabilizadas pelo Plano de *Marketing*. Entretanto, no ano de 2014, foi autorizada a extinção da PARATUR passando a SETUR a ser a única responsável pela gestão do turismo no estado do Pará (PARÁ, 2014).

O PRODETUR tem a operacionalização realizada por meio das recomendações da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) do Ministério do Planejamento e a execução por intermédio de recursos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondendo, assim, aos objetivos de financiamento dos programas regionais aprovados mediante à análise do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) dos polos (BRASIL, 2011). Nesse sentido, para a organização e coordenação do processo de planejamento turístico, voltado para a arrecadação dos recursos do PRODETUR, cabe a cada estado viabilizar a construção do PDITS, instrumento cuja conceituação e metodologia de elaboração indica as melhores estratégias e planos de ação dos governos estaduais.

O relatório PDTIS foi o instrumento orientador das futuras ações do Plano Ver-o-Pará, atual plano de turismo do Estado. Seu conteúdo apresentou os desafios para o desenvolvimento do turismo no polo Belém e, mesmo incluído em um viés macro-político, prioritariamente mercadológico, marcado pelo elemento da competitividade entre as regiões, também possibilitou a reflexão, por meio da sua leitura, de que o tão "sonhado" turismo mais justo e com menos desigualdade social, deve favorecer primeiramente as populações locais, dando a elas condições de vivência no espaço, uma vez que o seu relatório demonstra as principais carências e deficiências das populações das comunidades receptoras.

O PDTIS surge como norteador para o plano Ver-o-Pará e para a captação de recursos junto ao BID, viabilizando projetos nas áreas de infraestrutura, comercialização, promoção e gestão ambiental para o Polo Belém (Figura 9). Para sua construção, o plano leva em consideração outros instrumentos específicos, tais como: Plano Nacional de Turismo, Planos de Manejo, Planos Territoriais, Plano Diretor, Inventários de Oferta Turística, Estudos sobre Ecoturismo, Pesquisas de Mercado, Pesquisas em Receptivo da Demanda Turística e demais legislação específica da área (PDTIS, 2009).

O plano Estratégico Ver-o-Pará, lançado em 2011, dá continuidade às estratégias iniciadas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT), prevalecendo o viés economicista atrelado à ideia de sustentabilidade. Entretanto, se analisado o plano, tais conceitos aparecem no corpo de uma justificativa muitas vezes banidos de um significado que, de fato, os sustentem. O plano vem a ser o resultado da união da gestão pública juntamente com empresas e a sociedade em geral pelo desenvolvimento do turismo no Estado.

Figura 9 – Polo Belém: demanda atual, potencial e segmentos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

Pólo	Demanda Real (Atual) Segmentos	Demanda Potencial Segmentos	Segmentos a serem Trabalhados	Produtos a serem Comercializados
Pólo Belém	<p>Belém Continental</p> <p> Turismo Cultural Turismo de Negócios e Eventos </p>	<p>Belém Continental</p> <p> Turismo Cultural Turismo de Negócios e Eventos Ecoturismo </p>	<p>Belém Continental</p> <p> Turismo Cultural Turismo de Negócios e Eventos (Ênfase em Eventos Culturais) Ecoturismo </p>	<p>Pólo Belém</p> <p> Círio de Nazaré Corredor Histórico (Rota do Círio) Comunidades Ribeirinhas e Quilombolas APAs e Parques Ecológicos Pólo de Cerâmica de Icoaraci Praias Fluviais Gastronomia Foz do Rio Amazonas </p>
	<p>Belém Insular</p> <p>Mosqueiro/Caratateua/Cotijuba</p> <p> Turismo de Sol e Praia Turismo Cultural Ecoturismo Náutico e Pesca Esportiva </p> <p>Ilha do Combu</p> <p> Turismo de Estudos e Intercâmbio Ecoturismo </p>	<p>Belém Insular</p> <p>Ilhas de Mosqueiro/Caratateua</p> <p> Turismo Cultural Ecoturismo Náutico </p> <p>Ilha de Cotijuba</p> <p> Ecoturismo Turismo Rural </p> <p>Ilha do Combu</p> <p> Ecoturismo Turismo de Estudos e Intercâmbio </p>	<p>Belém Insular</p> <p> Turismo Cultural Ecoturismo Turismo de Sol e Praia Turismo de Negócios e Eventos (Ênfase em Eventos Culturais) </p>	

Legenda: Local Regional Nacional Internacional

Fonte: PDITS (2009).

Dentro da metodologia de trabalho do planejamento estratégico, o plano Ver-o-Pará foi subdividido em 3 fases: 1) análise da situação atual; 2) planejamento estratégico; 3) plano operacional. Na fase I encontra-se o demonstrativo dos principais mercados emissores, que assim como no PDT, são compostos por países da Europa (Holanda, Rússia, Itália, França, Inglaterra e Alemanha), América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e países da Ásia (Japão e China), cujo interesse nas viagens gira em torno, principalmente, dos Polos Belém, Marajó e Tapajós (PARÁ, 2011).

Na fase II encontram-se as metas quantitativas a serem desenvolvidas até 2020, que apostam no: 1) mercado nacional, de modo a triplicar o número de turistas brasileiros no Pará; 2) ampliação da participação do volume e da receita gerada pelo turismo internacional para 15% sobre o volume e a receita global do turismo do Estado (PARÁ, 2011). Nessa fase criou-se a marca “Pará: obra-prima da Amazônia”, que reforça a estratégia de *marketing* do governo, trazendo cores e concepção que fazem alusão à natureza e à cultura paraense.

A fase III apresenta os planos operacionais de Desenvolvimento e *Marketing* que se subdividem em 3 macroprogramas cada, totalizando um total de 70 projetos. As ilhas estão incluídas na estruturação dos produtos voltados para o segmento de sol e praia, náutico, ecoturismo, pesca, estudos e intercâmbio (PARÁ, 2011).

O Plano Operacional de Desenvolvimento, inicialmente estabelecido para o período de 2012 à 2014, e atualmente estendido para até 2020, foi dividido em três macroprogramas: estruturação de produtos, qualidade e competitividade (Quadro 27).

O ciclo inicial do Ver-o-Pará, entre os anos de 2011 e 2014, apresentou os primeiros resultados das metas e ações estabelecidas pelo plano (Quadro 28), como o aumento da receita turística nas visitas que passaram a ocorrer no estado, fruto das ações de marketing e da participação em eventos nacionais e internacionais. Houveram ainda mudanças na estrutura organizacional da administração pública estadual, como a redefinição do papel da PARATUR e da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Após três anos de implantação, muitas das ações previstas não foram concretizadas, o que justifica o aumento do horizonte temporal do Plano Ver-o-Pará até o ano de 2020 (Fase II), dividido nas seguintes fases distintas: Avança Pará (2011-2014) e Pará Destino Líder (2015-2020).

Quadro 27 - Plano Ver-o-Pará: planos, macroprogramas e programas operacionais

	Descrição	Macroprogramas	Programas
Plano Operacional de Desenvolvimento	Define a sustentabilidade como eixo sistêmico, a qualidade e a competitividade como vértices estruturantes para os macroprogramas, programas e projetos, com o objetivo de garantir o ambiente favorável para os negócios, promover a inclusão através da redução da pobreza e desigualdade social, fazer o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais sem comprometer sua viabilidade no tempo, estimular a capacidade de produção e de inovação no âmbito do setor de turismo.	M1: Macroprograma de Estruturação de produtos	Programa de estruturação de produtos Turísticos (10 projetos); Programa de melhoria dos produtos Turísticos (03 projetos); Programa Serviços e Equipamentos Turísticos (06 projetos);
		M2: Macroprograma de Qualidade	Programa de Infraestrutura Turística - Sinalização e Informação (02 projetos); Programa casa do Turismo: Centro de qualificação profissional do Turismo (03 projetos); Programa Infraestrutura Urbana (05 projetos); Programa Infraestrutura Turística – Acessibilidade ((04 projetos);
		M3: Macroprograma de Competitividade	Programa de Gestão (05 projetos); Programa Turismo Verde (07 projetos);
Plano Operacional de Marketing	Apresenta as ações de promoção, tanto em sua vertente de comunicação aos públicos como na de comercialização do produto turístico junto ao trade turístico, chegando também a definir projetos de sensibilização do setor privado. Paralelamente propõe a implantação de um sistema de monitoria, informação e controle de marketing que permitirá a revisão e atualização permanente do Plano Operacional, bem como sua renovação a cada três anos em função dos resultados alcançados	M1: Macroprograma de Comunicação	Identidade Turística (02 projetos); Materiais De Comunicação (04 projetos); Comunicação Digital (04 projetos);
		M2: Macroprograma de Promoção	Promoção ao Trade (04 projetos); Promoção ao Consumidor (02 projetos); Promoção à Imprensa (02 projetos);
		M3: Macroprograma de Inteligência de Mercado e Inovação	Bureau de Informação (03 projetos); Observatório do Turismo Paraense (04 projetos);

Fonte: PARÁ (2011)

Quadro 28 - Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação (2012-2014)

Plano Operacional de Desenvolvimento	Macropro-gramas	Ações realizadas ou em fase de conclusão	
	M1: Macroprograma de Estruturação de produtos	Preparação da equipe da DPRT para o trabalho com produtos turísticos	04 viagens de benchmarking ¹⁰⁵
04 destinos internacionais como parâmetros de competitividades			
12 <i>workshops</i> internos			
07 oficinas de planejamento			
05 cadernos de resultados			
Sensibilização dos atores públicos e privados		02 edições exclusivas do Café com o <i>Trade</i>	
		48 reuniões de implantação do Plano de Melhoria de Produtos	
Melhoria dos produtos		34 produtos avaliados	
		321 intervenções pontuais de melhoria	
		79 recomendações de intervenções urbanas	
		43 parceiros para sensibilizar	
		02 destinos turísticos que integram o Passaporte Pará têm seus produtos em fase de qualificação: Salinópolis e Tucuruí	
		O Círio de Nazaré foi reconhecido como o 1º Produto da Cultura Imaterial da Amazônia, título concedido pela UNESCO.	
		Foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do Pará: Encontro das Águas dos Rios Tapajós e Amazonas e o Festival do Caranguejo de São Caetano de Odivelas.	
Estruturação de produtos		05 praias avaliadas para o credenciamento no Programa Bandeira Azul, principal certificação internacional do segmento de sol e praia.	
		03 comitês de turismo instituídos no âmbito do Programa Bandeira Azul nas praias do Pesqueiro (Soure), Praia de Joanes (Salvaterra) e Praia da Princesa (Algodoal/Maracanã).	
		01 diagnóstico de arquitetura permacultural, realizado nas praias do Pesqueiro e Joanes, com vistas à implantação de equipamentos de uso público	
		03 inventários da oferta de Turismo Náutico: Belém e região insular, Marajó e Tapajós	
		01 projeto elaborado para o estudo da cadeia produtiva do turismo náutico no Pará	
		09 eventos e festas populares avaliados	
		02 termos de cooperação técnica	
		03 novos roteiros turísticos; 01 rota turística “Belém - Bragança”	

¹⁰⁵ *Benchmarking* consiste em uma ferramenta de gestão do planejamento estratégico voltada para a comparação de produtos, preços, serviços e demais práticas realizadas por empresas e instituições de destaque em determinado mercado. Tem por objetivo a melhoria das ações e estratégias das organizações que realizam a pesquisa comparativa.

			01 escola de Gastronomia	
			33 produtos avaliados para fins de estruturação	
	M2: Macroprograma de Qualidade	Acessibilidade		04 terminais hidroviários em construção ou em processo de revitalização
				03 inventários da oferta de serviços e equipamentos náuticos
				11 terminais rodoviários de passageiros avaliados e sugeridas melhorias e ordenamento
				03 marinas privadas e 1 pública em construção em Belém
				02 novos voos internacionais
				08 rodovias estaduais recuperadas
		Infraestrutura turística		Centro de Convenções de Marabá
				Centro de Convenções de Santarém
		Qualificação para o turismo		9.440 pessoas foram qualificadas pelo PQTur (7.918 profissionais do setor de turismo, 749 servidores e gestores públicos de turismo, 596 empresários do trade turístico)
			05 ações de qualificação dos equipamentos e serviços de gastronomia	
			12 ações de qualificação do turismo receptivo	
			09 eventos avaliados pela Incubadora de Eventos da Diretoria de Produtos Turísticos (DPRT)	
			01 Seminário Centro de Convenções: Estrutura e impactos do negócio	
	M3: Macroprograma de Competitividade	Competitividade para o turismo		704 empreendimentos registrados no CADASTUR
				462 visitas técnicas realizadas a empreendimentos turísticos
				22 eventos de sensibilização empresarial
				03 edições do Café com <i>Trade</i> realizadas em 2013
				06 Fóruns Regionais de Turismo reativados a partir dos <i>workshops</i> regionais de Política de Turismo com eleição das diretorias.
				23 diagnósticos sobre a gestão municipal de turismo dos municípios que integram o Plano Ver-o-Pará.
				40 inventários municipais da oferta turística com georreferenciamento e hierarquização dos atrativos concluídos e 05 em andamento.
				01 sistema de dados e informações estatísticas do turismo no Pará implantado (Ver-os-Dados).
				01 banco de dados no formato do “software” SPSS implantado.
				06 pesquisas de demanda do turista atual.
				02 pesquisas de demanda turística internacional (perfil e contagem).
			01 pesquisa de volume dos meios de hospedagem.	
			04 Pesquisas de demanda turística em Eventos realizadas (Círio, Marujada de Bragança, Çairé e Carnaval de Curuçá).	
				02 Viagens de <i>benchmarking</i> com objetivo de harmonizar as estatísticas estaduais, sendo uma com o Ministério do Turismo e outra com a São Paulo Turismo
			18 municípios do Plano Ver-o-Pará integrados pelo Navega Pará DTID.	
			23 municípios do Plano Ver-o-Pará aderiram ao Programa Municípios Verdes.	

Plano Operacional de Marketing	M1: Macroprograma de Comunicação	Comunicação para o turismo	Criação da marca
	M2: Macroprograma de Promoção	Promoção do turismo	70 veículos da imprensa nacional e internacional visitaram o Pará.
			Participação em 15 feiras nacionais e 9 feiras internacionais.
			120 operadoras internacionais e 104 agentes de viagens brasileiros sensibilizados para a comercialização do “Roteiro Destino Pará”.
			35 operadores internacionais e 70 brasileiros realizaram o “Roteiro Destino Pará”.
	M3: Macroprograma de Inteligência de Mercado e Inovação	Inteligência de mercado e inovação	I. Pesquisas Qualitativas: Demanda potencial: nos municípios de São Paulo e Belo Horizonte e com turistas de congressos e eventos no município de Belém
			I. Pesquisas Quali-quantativas: Imagem e posicionamento do destino junto ao turista atual; e Nível de satisfação junto ao turista sobre os serviços e equipamentos turísticos do destino.

Fonte: PARÁ (2015)

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

O Plano Ver-o-Pará incluiu as ilhas na estruturação dos produtos voltados para o segmento de sol e praia e de natureza. Dentro da proposta de Infraestrutura Urbana, que prevê para a região insular de Belém a implantação de microssistemas de abastecimento de água; a criação de sistemas de esgotamento sanitário; a construção de usinas de compostagem com coleta seletiva; a implantação de lixeiras para coleta de lixo; e a construção de banheiros públicos, duchas e projetos paisagísticos nas regiões de praia (PARÁ, 2011).

No que diz respeito à acessibilidade, preveem-se ações no sistema de iluminação pública das trilhas ecológicas do Parque Ambiental de Mosqueiro; melhorias das estruturas físicas de trapiches, portos e terminais; e a pavimentação e/ou revitalização das vias de acesso às praias (PARÁ, 2011). Na matriz de investimentos em equipamentos de uso público, são esperadas ações de roteirização turística, apoio a rede de operadores receptivos e a sinalização (PARÁ, 2011), intervenções que de alguma forma (re)ordenam o espaço, programando ainda mais a vida cotidiana das comunidades das ilhas.

Das estratégias voltadas para a competitividade, desenvolvidas no âmbito do Programa de Gestão Integrada, chama-se a atenção especial para ações de elaboração de planos de desenvolvimento de atividades turísticas em áreas protegidas, com a inclusão de atividades de educação ambiental por meio do Programa Turismo Verde (PARÁ, 2011).

A previsão de investimentos no desenvolvimento da atividade turística no Pará é de 44 milhões de reais, sendo 60% dos investimentos provenientes do BID e 40% do governo do Estado, abrangendo a distribuição dos recursos para os projetos a serem desenvolvidos nos três polos de desenvolvimento desenvolvidos pelo PDITS, a saber: Belém (Belém e as ilhas de Mosqueiro, Caratateua ou Outeiro, Cotijuba e Combu); Tapajós (Santarém e Belterra); e Marajó (Salvaterra, Soure e Ponta de Pedras), que surgem com o intuito de diversificar a oferta turística em vistas de atrair uma demanda nacional e internacional (PARÁ, 2011).

Tanto o Ver-o-Pará quanto o Pará 2030 são dois marcos de orientação. O Ver-o-Pará é o plano estratégico de turismo do Estado, e o PARÁ 2030, é o plano global de desenvolvimento do Estado, onde a gastronomia e o turismo são duas atividades estratégicas. Olha, nós temos aqui mais de 30 instrumentos de cooperação com outros órgãos, porque para a estruturação do PRODETUR, em um primeiro momento de negociações com o BID, a relação de cooperação era uma premissa, era uma condição para o desenvolvimento do programa. Então, foi feita uma série de convênios com o IDEFLOR-BIO, com a Secretaria de Meio Ambiente, com a Secretaria de Justiça, com a EMBRAPA, com o EMATER. Enfim, várias organizações. E esses documentos continuam vigentes, embora agora não tenhamos mais a participação do BID no processo. Houve uma mudança, uma reorientação do Governo do Estado para uma outra instituição financeira. Mas os processos de cooperação continuam válidos (Representante do poder público, turismólogo, diretoria PRODETUR, 17 de outubro de 2017).

O que eu sei que este centro, é de um recurso que viria de sei lá quantos bilhões. Recurso que nunca veio e nunca virá. Porém, eu não sei se o IDEFLOR-BIO sabe. (Representante do poder público, Programa Estadual de Qualificação Profissional do Turismo (PEQTur/SETUR), 12 de novembro de 2017).

Os atrasos na viabilização do PRODETUR comprometeram a meta de maior expressividade na etapa inicial, restando a expectativa de que o financiamento fosse liberado no começo de 2015 (SETUR, 2013), o que, segundo a SETUR, ainda não aconteceu (Quadro 29).

Quadro 29 – PRODETUR Pará: ciclo de preparação das propostas

Atividade	Situação
Carta-consulta	Concluída
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável(PDITS)	Concluída
Perfil de Projeto (PP)	Concluída
Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD)	Concluída
Negociação e contratação da Operação	Em fase de aprovação

Fonte: Setur (2012).

De acordo com o relatório anual da SETUR, três ações foram realizadas junto ao BID. A primeira, para identificação e assinatura do documento "Ajuda Memória" de aprovação da proposta, ocorrida no ano de 2009. A segunda, de orientação para a preparação dos documentos referentes aos projetos do PRODETUR, no ano de 2010. A terceira, com orientações para a conclusão da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD) e início da negociação para liberação dos recursos.

Nessa perspectiva, considerando que a produção do espaço, seguramente, ocorre mesmo quando essa produção não tem a amplitude das grandes autoestradas, dos aeroportos e das obras de arte (LEFÈBVRE, 2008), a Paratur (atual SETUR) em parceria com a SEMA, insere o Combu e outras ilhas (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba) em seus projetos e ações desde o ano de 2009.

Durante as reuniões do conselho gestor, a SEMA reforçava que as ações previstas para as UC do polo Belém se encontravam em fase de captação de recursos, o que foi reforçado pelo relatório PDTIS (2009), que apresentou duas propostas, uma voltada para a APA da Ilha do Combu e outra para o Parque Estadual do Utinga. Esse relatório demonstrou a fragilidade dos componentes da infraestrutura de serviços básicos e comunitários da Ilha do Combu, o que dificultaria uma gestão voltada para atividade econômica do turismo. Ao mesmo tempo, considerou algumas potencialidades que facilitariam a inclusão do local nas rotas turísticas que estavam sendo pensadas para o Estado (Quadro 30).

Quadro 30 – Ilha do Combu: características dos componentes da infraestrutura de serviços básicos e comunitários.

Serviço	Características da região	Conclusão
Sistema de Abastecimento de Água	Problemático haja vista que a população sofre com a falta de água diariamente. Por ser uma ilha e não haver ligação de dutos com Belém, o abastecimento é feito por meio de poços artesanais.	A carência desse sistema básico tanto para a população local quanto para os turistas compromete as atividades turísticas.
Sistema de Esgotamento Sanitário	Não apresenta sistema de esgotamento sanitário. Os resíduos sólidos correm a céu aberto, contaminando o solo, poluindo as praias e os rios, provocando doenças e comprometendo o turismo.	A população sofre com a precariedade da rede sanitária, sendo obrigada a viver em um local que compromete sua saúde e o desenvolvimento do turismo.
Sistema de Limpeza Urbana	Lixo depositado a céu aberto em condições inadequadas, provocando degradação ambiental e comprometendo a saúde da população, sendo recolhido apenas uma vez ao ano.	O acúmulo de lixo em áreas de grande potencial turístico como o Mercado Ver-o-Peso, nos portos fluviais, nas ilhas e nas margens dos rios pode comprometer as atividades turísticas.
Rede de Drenagem Pluvial	As ilhas não possuem sistema de rede de drenagem pluvial, as inundações são frequentes e a população atingida sofre os danos decorrentes. Muitas doenças são ocasionadas em virtude das águas das chuvas que se misturam às fezes de animais, aos dejetos humanos e ao lixo que se encontra nas margens dos rios, bem como ao esgoto que corre a céu aberto (SESAN, 2008).	As comunidades residentes nas ilhas e a população ribeirinha também são atingidas pela ausência de drenagem pluvial. Existem pontos críticos que são identificados e que comprometem os atrativos turísticos em todo o Polo.
Sistema de Transporte Urbano	Na sede da ilha a população locomove-se a pé e de bicicleta e em seu entorno locomove-se por meio de barcos, canoas e lanchas.	População não dispõe de equipamentos urbanos. Nessa região, a tranquilidade, a acessibilidade e o estilo diferente de transporte são fatores positivos de grande potencial para o turismo.
Sistema de Comunicação	População possui dificuldade de acesso a jornais, revistas e rádio. O uso da televisão somente é possível com antena parabólica e o acesso à internet não é realizado. A telefonia fixa não possui boa cobertura e não existe sinal de telefonia móvel.	Não atende as ilhas em virtude da ausência de sinais de telefonia nessas regiões. A falta de comunicação, mesmo que apenas no sistema de telefonia, é um fator negativo para o desenvolvimento dos potenciais turísticos.
Cobertura da Iluminação Pública	A iluminação é feita por lâmpadas a gás que são acessadas pela população, atraindo insetos como besouros e mosquitos, afastando os visitantes no período da noite. (SEURB, 2008).	A Ilha do Combu não apresenta sistema de iluminação pública.
Serviços de Saúde	O atendimento é feito na Unidade Municipal de Saúde do Combu, de estrutura física simples, faltando equipamentos, materiais e remédios constantemente, além de número reduzido de profissionais de saúde para atender aos pacientes (SESMA, 2008).	O sistema de saúde do Polo Belém apresenta-se deficiente em relação ao número de leitos, aos serviços ambulatoriais em hospitais e clínicas, na qualidade dos equipamentos, na quantidade de profissionais.
Situação da Segurança	Sem policiamento e equipes de resgate e salvamento, comprometendo a segurança dos moradores e dos visitantes. Relatos dos moradores apontam para os assaltos nas casas, fatos que não aconteciam normalmente.	Na Ilha do Combu a falta de policiamento compromete a segurança dos visitantes e moradores da ilha.

Fonte: PDTIS (2010).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

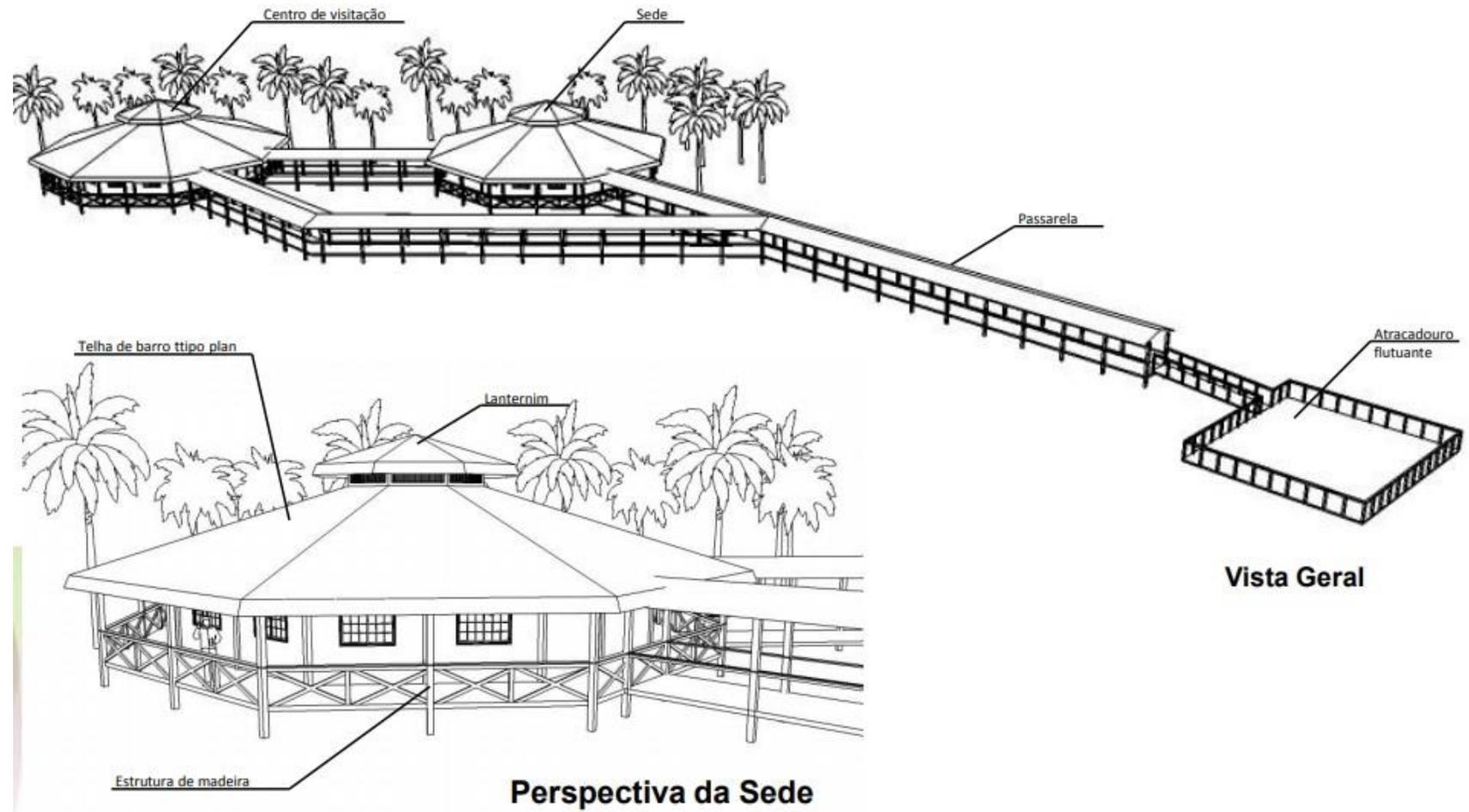
Assim, por sua natureza e propósitos, as ações previstas pelo Plano Ver-o-Pará com o apoio do PRODETUR, eram recorrentemente abordadas nas reuniões do conselho gestor da APA, prevendo a materialização de um sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como a construção de uma Sede Administrativa e de um Centro de Recepção de Visitantes (Figura 10).

O descrédito e a demora para liberação dos recursos do PRODETUR, assim como o início da implementação dos projetos, dificultam as tentativas de garantir as promessas realizadas quanto as melhorias da qualidade de vida e a geração de mais emprego e renda para as comunidades do Combu. Essa situação se agrava visto que não há uma divulgação detalhada a respeito do andamento das ações. Nos portais de transparência do MTUR e da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), coordenada pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEAIN/MP), o "Programa de Desenvolvimento do Turismo do estado do Pará" encontra-se pendente de assinatura.

Outras parcerias são firmadas e desenvolvidas por meio dos Termos de Cooperação Técnica (TCT)¹⁰⁶ entre entes públicos ou instituições privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes às do governo, que nem sempre consideram as práticas residuais existentes nesses locais, transformando a cidade em uma vitrine do ritmo urbano moderno, que valoriza as relações com o rio e com a floresta, em prol dos interesses de um único grupo de agente.

¹⁰⁶ Os TCT vigentes até o momento na SETUR, são: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP) para a construção do Centro de Convenções de Marabá e do Centro de Convenções de Santarém; o Banco da Amazônia (BASA) para dinamização do acesso a recursos financeiros direcionados a investimentos em projetos turísticos nas rotas turísticas implementadas pelo Estado do Pará; o Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e SEDOP, objetivando manter projetos e ações integradas dentro do grupo de trabalho do PRODETUR; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/PA) para promoção de ações de formação inicial e continuada para pessoas envolvidas na área de turismo e gastronomia nos 06 polos turísticos do estado do Pará no âmbito do fortalecimento do Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQTUR); a Associação Rede de Desenvolvimento Sustentável e Turística da Amazonia Atlântica (REDESTUR) para o instrumento de cessão de direito de uso e administração, manutenção e preservação do Centro de Informações Turísticas (CIT) do município de Salinópolis; a Associação Comercial do Pará (ACP) e SEDEME Realizações de ações cooperadas entre os partícipes para captação de recurso junto ao setor privado, de forma individual ou conjuntamente, para o desenvolvimento das ações de turismo e gastronomia do Plano Pará 2030, buscando a articulação com as instituições públicas e os atores privados integrantes das referidas cadeias produtivas do Estado do Pará; a Prefeitura de Santarém estabelecendo os termos e condições a que estará sujeita a cooperação entre os Partícipes, para a execução das atividades a serem implantadas no município no contexto do PRODETUR PA; a Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) Disponibilização do servidor Roberto Baltazar da Costa, Matrícula nº 5888291, ocupante do Cargo de engenheiro mecânico, para auxiliar na fiscalização de contratos administrativos; a Azul Linhas Aéreas objetivando estabelecer ações visando o apoio na promoção dos destinos paraenses e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Belém / Val de Cans-Júlio Cezar Ribeiro; Instituto Federal do Pará (IFPA) visando ao desenvolvimento de ações conjuntas no campo da qualificação profissional para o mercado de trabalho, principalmente aquelas relacionadas à Cadeia Produtiva do Turismo.

Figura 10 – Ilha do Combu: sede administrativa e centro de recepção de visitantes



Fonte: Setur (2012).

Na verdade é assim, o PRODETUR é mais voltado para essa questão de estrutura do centro de visitação, mas, a gente trabalha com outra diretoria [...] a gente parte para a gerência de qualificação, porque entendemos que qualificar aquelas pessoas que trabalham diretamente com atendimento ao público e ao visitante é primordial para a qualidade desse atendimento. A gente ainda sofre com esse amadorismo em alguns momentos. Então, buscou-se essa parceria com a gerência de qualificação, com o PEQTUR. [...] Pra nossa temática, que é a questão ambiental, a gente fez junto com o pessoal do Agrovárzea um pacote voltado para a hospitalidade turística. Então, foram vários cursos, como de manipulação de alimentos e de qualidade no atendimento ao turista. A gente fez um ciclo de palestras sobre várias temáticas ligadas ao turismo (Representante do poder público, turismóloga, técnica em gestão ambiental do IDEFLOR-Bio, 24 de outubro de 2017).

Preocupa-se que, com a aprovação do Novo Código Florestal em 2012 (BRASIL, 2012), a atuação de instrumentos mercadológicos em favorecimento do crescimento econômico do País, crie cada vez mais no meio ecológico "bons ambientes" para o agronegócio, reafirmando a condição do Brasil enquanto exportador de recursos primários, o que também se reflete na Divisão Internacional do Trabalho.

Ademais, a cultura é outro ponto a ser considerado nas mudanças políticas que se desenvolvem na região, sendo tratada como uma oportunidade de negócios, como é o caso da gastronomia, constroi toda uma rede mercadológica, em festivais, centros globais, exposições, feiras, encontros e rotas turísticas.

No discurso governamental atual, a Belém gastronômica é a nova imagem do turismo na capital paraense, fazendo parte do novo contexto instituído pela Política de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará (Pará Sustentável)¹⁰⁷. Ela segue os moldes da nova política do governo federal, cuja finalidade é a de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e com a sociedade civil organizada, visando promover o desenvolvimento sustentável, com atuações integradas e sistêmicas.

Para Silva e Saraiva (2016), a abordagem da gastronomia como produto, possibilita a criação de outros produtos, cujas características ficam evidentes na seleção lexical do governo do Estado, que destaca a culinária de Belém em entidades reconhecidas internacionalmente, como é o caso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Projetos como o Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia,

¹⁰⁷ A nova política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, deve englobar os seguintes programas: 1) Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030); 2) Pará Social, que coordenará as ações de promoção e proteção social, visando à emancipação e o protagonismo de famílias em situação de maior vulnerabilidade social; 3) Pará Ambiental, cuja finalidade é a proteção do meio ambiente, o combate ao desmatamento e a preservação da biodiversidade, assegurando crescimento econômico e social de forma simultânea; 4) Municípios Sustentáveis, política estadual de fomento ao desenvolvimento municipal, a partir do planejamento integrado, governança interfederativa inovadora, assistência técnica e sistema de financiamento público e privado, a ser implantado nos municípios paraenses (PARÁ, 2017).

anunciado inclusive, na ExpoMilão, na Itália, chamam a atenção da imprensa nacional e internacional, com várias reportagens sobre o tema.

Na minha área, o projeto que nós desenvolvemos nas ilhas, é o projeto da Rota Gastronômica da Comida Ribeirinha. O ponto principal em termos de atuação da Secretaria está na estruturação da rota, onde encontram-se os restaurantes e a parte chamada de produção associada ao turismo, voltada para a produção dos insumos da gastronomia. Então, na nossa linha de trabalho esse é o foco. [...] Eu acho, que principalmente nessa área de gastronomia, houve uma evidente expansão da atividade nos últimos anos, basta ver o crescimento das ofertas de restaurantes. Antigamente você tinha só a Saldosa Maloca, era a única. Então, quem quisesse comer do outro lado, só podia ir pra Saldosa. Hoje você tem uma infinidade de alternativas, e não só lá. Começou na Ilha do Combu, mas hoje você tem restaurante na Ilha Grande e na Ilha do Murutucu. Então, abriu um leque de alternativas de turismo e gastronomia nas ilhas. Eu acho, inclusive, que esta é uma preocupação do nosso projeto “Rota Gastronômica da Comida Ribeirinha”. É preciso organização, porque aquilo foi feito em um processo espontâneo de crescimento. As empresas foram se instalando e muitas delas, inclusive, não têm ainda uma estrutura legalmente constituída. Se você quiser uma nota fiscal, nem todos os restaurantes te fornecem. Então, funcionam a título precário, e essa precariedade não é só na estrutura da empresa, também está na qualificação do pessoal. O processo de qualificação do serviço de restaurante, basicamente, ainda carece de uma melhor preparação. Por isso, nós estamos ofertando uma grade de cursos para melhorar a qualificação dessas pessoas. Ontem, inclusive, nós começamos um na Ilha de Cotijuba, de gastronomia básica e geração de renda, que é para preparar as pessoas da Ilha na preparação dos alimentos. Então, eu acho que a grande falha foi a questão de ter começado de uma maneira totalmente aleatória, por um fluxo espontâneo, e agora, como cresceu de forma exponencial essa oferta, há necessidade de se ajustar, de haver uma melhor preparação e qualificação, para que o péssimo serviço, caso ocorra, como ocorre algumas vezes, não prejudique o destino (Representante do poder público, turismólogo, diretoria PRODETUR, 17 de outubro de 2017).

A cultura associada ao turismo encontra-se no contexto dos discursos de espetacularização do espaço, que, fragmentado, cria cenários ideais para os consumidores globais da culinária local. O projeto de governo atual, reforça as premissas de um planejamento estratégico eficiente e eficaz, que se propõe a incluir um número significativo de agentes, desde que esses sigam as regras que estão propostas nesse mercado e possuam recursos suficientes para realizar os investimentos que estão previstos.

O Governo do Estado cria uma série de instrumentos para elencar o turismo e a gastronomia entre as cadeias produtivas do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado (Pará 2030), lançado em 2016, cuja previsão de investimentos promete dobrar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que deve gerar um incremento aproximado de 76 bilhões de reais nos próximos anos. Com base nisso, a SETUR firmou protocolos de intenções para concessão de créditos e incentivos fiscais, visando à implementação de parques aquáticos e *resorts* no municípios de Salinópolis, Santa Bárbara, Salvaterra e Santa Izabel do Pará; instituiu o Programa “Voe Pará”, para ampliar a malha aérea regional; desenvolveu mecanismos de incentivo à malha aérea nacional e internacional e mais

três Rotas Turísticas (Rota do Queijo do Marajó, Rota da Comida Ribeirinha, na região insular de Belém, e a Rota do Peixe da Esquina, em Santarém, no polo turístico do Tapajós) (SEDEME, 2017) para além da Rota Turística Belém-Bragança.

Outras ações de apoio vêm sendo executadas, como o Programa de Educação Profissional e Tecnológica (Pará Profissional), que visa desenvolver planos de ensino profissionalizante para diminuir a escassez de profissionais formados no Estado, tendo como parceiras as seguintes entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) (PARÁ, 2016). Observa-se que enquanto a educação básica no Brasil enfrenta um dos seus maiores desafios dos últimos anos, devido ao congelamento dos investimentos e à reformas que desrespeitam a formação do futuro cidadão, por outro lado, os governos vêm buscando formentar o ensino profissionalizante segmentado dentro de um modelo alinhado com o setor produtivo.

Dentro do contexto da Pará 2030, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) passa a autorizar Licenciamento Ambiental Simplificado, por meio do qual a emissão eletrônica do Licenciamento Prévio (LP), de Licenciamento de Instalação (LI), de Licença de Operação (LO) e de Licença de Regularização (LR), poderá ocorrer sem a necessidade de vistoria prévia, para atividades de baixo impacto ambiental. A exceção é para os grandes projetos, considerados mais complexos, para os quais será exigida a apresentação dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos no Meio Ambiente (EIA/RIMA) (SEDEME, 2017).

Outrossim, o governo do Estado prospectou a empresa OCRA Cacau da Amazônia, que firmou um protocolo de intenções para a produção de licor e manteiga de cacau, principais matérias-primas utilizadas na produção de chocolate, com instalação industrial iniciada em uma unidade física localizada no bairro do Tapanã, no Município de Belém. Observa-se, assim, as intenções da SEDEME em prospectar fábricas para fortalecer a cadeia econômica do cacau, que, produzido principalmente na região dos municípios de Medicilândia e Altamira, tem a centralidade logística de Belém para escoamento da produção.

A fragilidade na separação entre as esferas pública e privada é questionada desde o século XIX, marcada pelo intervencionismo estatal nas relações de troca, não sendo possível abordar questões do mercado sem que estas estejam interligadas às ações dos governos. Entender o comportamento dessas instituições nos permite projetar futuras ações que possam minimizar os possíveis impactos que suas atividades ocasionam. Entretanto, definir o papel das

instituições dotadas de poder de resolução de conflitos sociais é uma tarefa árdua, pois o poder de barganha dos indivíduos e o acesso a recursos coercitivos são desiguais (LEVI, 1991).

Desde o golpe parlamentar de 2016, além de profundas reflexões sobre o futuro da democracia no Brasil, acontecem uma série de mudanças no cenário político, que, refletidas nas instâncias econômica e espacial, demonstram o retorno efetivo de abertura econômica do País para o capital internacional, assim como o reforço ao empresariamento urbano, que busca condicionar simbolicamente as cidades como sustentáveis, deixando-se de lado as políticas sociais.

O turismo em áreas protegidas, atrelado à prestação conjunta de serviços, exige a presença de consumidores onde as atividades se desenvolvem, permitindo o crescimento, sobretudo do setor de comércio e de serviços, agregando ganhos econômicos ao poder público local (VALENÇA, 2015). Contudo, o desenvolvimento local deve ser, sobretudo, um desenvolvimento em escala humana, cujo interesse principal é o de atender às demandas sociais. Nele, os sujeitos passam a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro (CORIOLANO, 2002).

As relações imediatas, pessoais e interpessoais (família, vizinhança, profissões e corporações, a divisão do trabalho entre as profissões) reforçam a existência de uma cidade que se transforma não apenas em razão de processos globais relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações cidade-campo (ou cidade-rio-floresta), nas relações de classe e de propriedade (LEFÈBVRE, 2008).

Nesse sentido, não se deseja na Ilha do Combu um turismo em que a mercadoria turística possa valer mais que o cidadão da comunidade. Mesmo diante das rupturas que alteram completamente a configuração territorial da Amazônia, não se excluem as resistências e permanências de modos de vida anteriores. As atividades residuais de pesca, de extração dos elementos florestais, assim como comportamentos, linguagens, símbolos, lutam para permanecer na Ilha do Combu. O turismo, ao se apropriar do diferente e do particular nas regiões em que se instala, deve respeitar as relações de horizontalidade e as memórias enraizadas no lugar. Talvez, desse modo, possa haver uma ou várias oportunidades de desenvolvimento local.

A photograph of a person climbing a tree in a dense tropical forest. The tree has a thick trunk and is covered in numerous vines. The person is wearing a blue shirt and shorts. The forest is lush with green foliage, including palm leaves. The text "6 CONSIDERAÇÕES FINAIS" is overlaid on the image.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

NUM DE TAG

A necessidade de associar as análises sobre a produção social do espaço, com as mesmas componentes que conduzem ao entendimento do espaço turístico, ocorre da compreensão de que a Amazônia é um campo diverso e não-homogêneo, constituída por um conjunto de relações humanas de interesses múltiplos, muitas vezes conflituosos, mas que também possibilitam novas estratégias de desenvolvimento e manutenção das populações originalmente estabelecidas.

Nas cidades amazônicas, tanto o ambiente construído quanto o ambiente natural estão repletos de intencionalidades quanto ao uso, seja por parte do Estado, do mercado ou da sociedade. Entende-se que são raras as vezes em que a instrumentalização da natureza nessa região é unicamente voltada para a tentativa de proteção ou preservação diante dos males causados pela ação antrópica. O que se observa é o meio ecológico transformado em mercadoria, vendido para os agentes econômicos como “ouro verde” e para os visitantes como promessa de retorno à natureza e à tranquilidade roubada pela cotidianidade.

O turismo associado à ideia de natureza, como o conhecemos hoje, surge com a ascensão do capitalismo, tratando-se de um fenômeno social de repercussões espaciais, em que as relações econômicas e de trabalho se voltam para a esfera do lazer, daquelas atividades fora do contexto do trabalho. Isso significa que o turismo em termos estruturais e amplos, nasce com a sociedade urbana, e seu conteúdo evolui e se altera acompanhando os processos históricos.

Dentro da ideia de mercado, esse fenômeno pode influenciar a economia na escala internacional, nacional, regional e local, colocando-se como propiciador de impactos socioespaciais, capazes de impulsionar a geração de emprego e de renda, melhoria da qualidade de vida, aquecimento dos setores produtivos como os de infraestrutura, de saneamento, imobiliário e de serviços. Por outro lado, pode ocasionar reflexos negativos, como o aumento das desigualdades sociais além de impactos ao meio ecológico.

Para Rodrigues (2006), as novas tendências que caracterizam o turismo contemporâneo estão centradas na descentralização da gestão; na adoção de um leque de estratégias de cooperação, em alianças e parcerias nas destinações para suprir bens e serviços que estariam a cargo de pequenas e médias empresas; na desvinculação em relação aos fatores naturais condicionantes por meio da criação de ambientes artificiais e simulacros; no maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; na adoção de códigos de certificação, de ética e da criação de incentivos à fidelização, com acompanhamento pós-viagem, só para citar algumas.

As comunidades locais são inseridas no turismo, principalmente o de massa, de maneira bastante diferenciada e pouco igualitária, se relacionada ao papel com que as grandes redes

empresariais, com o apoio do poder público, assumem perante a atividade turística, pois, assumem em sua maioria, funções de caráter operacional básico e subempregos, conformando-se com contratações temporárias, propiciadas pelas altas e baixas temporadas.

Em Belém, nos ambientes de maior densidade de componentes naturais e de maior proximidade com o rio, parece que estão sendo criados valores de uso de acordo com as necessidades do mundo da mercadoria, portanto, também valores de troca, vendidos em fragmentos para públicos previamente selecionados. A região insular é um desses exemplos, com forte incidência de comunidades ribeirinhas, marcada pela circulação de barcos e canoas, de pequenos portos, de trapiches e de atividades ligadas ao circuito inferior da economia, demarcando uma dinâmica regional de forte expressão cultural.

Com o incremento do turismo nas ilhas de Belém, observa-se a maior atuação de guias de turismo, empresas de transporte e de agências de receptivo turístico, ligados ao circuito superior marginal, caracterizado atualmente por sua inserção na divisão territorial do trabalho e pelos "seus graus e combinações de capital, tecnologia e organização, e não apenas pelo capital" (SILVEIRA, 2017, p. 350).

A presença desses agentes e das ações promocionais desenvolvidas pelo Governo do Estado, faz com que a região de ilhas torne-se um local propício para a busca por novas aspirações econômicas. Assim, a chegada de novos moradores e empresários para abrir comércios e realizar atividades diversas passa a ocupar um dos centros de disputas socioespaciais.

Em ilhas como o Combu apresentam-se duas realidades dentro de um mesmo processo espacial. De um lado, manifesta-se o espaço enquanto lugar de festa, prazer e ludicidade, sendo facilmente reconhecido pelas atividades ligadas à floresta e aos rios, diretamente relacionados ao seu valor de uso. De outro lado, encontra-se um ambiente atraente para o mercado, de ações planejadas e engendradas pelo Estado, de relações sociais conduzidas por um valor de troca. Esses ambientes acabam por atrair tanto agentes do mercado como também novos moradores que buscam por mais oportunidades de renda e qualidade de vida, estabelecendo novos laços afetivos com o lugar.

Assim, a produção do espaço da Ilha do Combu é marcada por uma série de eventos, considerando-se como principal para essa análise a criação da APA Combu, no ano de 1997, período em que se intensificou o número de visitas ao local, motivadas por estudos acadêmicos e pesquisas governamentais, que giravam em torno das atividades e potencialidades econômicas atribuídas à ilha.

Posteriormente, devido a todo esse movimento e seguindo a tendência nacional de valorização das áreas protegidas como locais turísticos, surgem estabelecimentos comerciais voltados para atividades de lazer, gastronômicas, trilhas ecológicas, banhos de rio, passeios de barcos, lanchas e *jet-skis*, tornando a ilha um espaço de "vivência" ribeirinha para a "experiência" do turista. Não se negaria essa afirmativa se de fato o vivido pelos agentes fosse para além do concebido nas representações atribuídas aos "destinos turísticos"; formas e ações que não vêm pensando a cidade em suas múltiplas manifestações e diferenças.

A maioria dos residentes da Ilha do Combu possuem características das populações ribeirinhas, compostas por agrupamentos, quase que exclusivamente constituídos por membros da mesma família, que sobrevivem da coleta e da extração de produtos florestais não madeireiros (DERGAN, 2006). Esses membros divergem de opinião quando abordados sobre os benefícios e malefícios que as atividades ocasionadas pelas visitas podem trazer às suas comunidades.

As ocupações nos bares e restaurantes, na coleta e beneficiamento do cacau, na condução de embarcações e nas trilhas ecológicas, possibilitam complementar a receita familiar, bem como propiciam a troca de experiências e conhecimentos entre visitado-visitante. Estes últimos, atraídos pela beleza, bucolismo e biodiversidade, adquirem os produtos e serviços disponíveis. Considera-se que, em alguns poucos casos, o visitante consiga vivenciar a vida ribeirinha e as formas de uso e recursos da floresta.

Essa experiência visitado-visitante, quando não marcada pela superficialidade de roteiros pré-programados voltados para comercialização em massa, pode estabelecer vínculos e proximidades, desde que seja respeitado o tempo lento e as diferenças daqueles que recebem o recém-chegado, tornando-se uma experiência significativa para ambos.

Observa-se hoje, que cidades inteiras se transformam com o objetivo essencial de atrair turistas, causando o sentimento de estranhamento para os seus moradores, posto que transforma rapidamente os lugares em espetáculo (CARLOS, 1996), contudo, nem sempre essa proposta de cidade atrai ou convence o turista, principalmente, a médio e longo prazo, pois nem sempre esse sujeito é um espectador passivo ou amorfo aos problemas que ocorrem no lugar devido a intensidade das atividades turísticas.

Nesse sentido, confirma-se o argumento principal deste estudo, de que o concebimento da APA Combu transformou o modo de vida dos moradores, influenciados pela presença de agentes exógenos (poder público, empresários e visitantes), que possuem interesses distintos quanto ao uso do espaço para fins turísticos na ilha. Considera-se que não há interesse, por parte

de alguns desses agentes, em minimizar os impactos negativos provocados pelo uso do espaço, ocasionando conflitos, tensões e diversos problemas socioambientais.

Para corroborar com esse argumento, entende-se que a atividade turística é motivada pelas ações dos planejadores do Estado e do mercado que alteram o modo de vida dos grupos sociais ribeirinhos de maneira considerável, o que não torna os residentes afeitos a aceitar tudo o que é imposto por esses agentes. Nesse jogo de consensos, tensões e contradições há o entendimento de que os moradores do Combu, principalmente os mais antigos, organizam-se em associações, cooperativas, centros comunitários e conselhos, mostrando-se como seres políticos e organizados, resistindo ao seu modo a algumas das racionalidades que lhes são impostas, discordando, interferindo ou simplesmente ignorando ações e intervenções que os impeçam de garantir suas condições de moradia e sobrevivência.

Posto isto, o desempenho do Estado como principal articulador na produção dos espaços turísticos que surgem no Pará, é ratificado por meio das tentativas de atrair investidores para a região, colocando, na maioria das vezes, o valor de troca acima do valor de uso, homogeneizando e hierarquizando os lugares a partir de lógicas alheias ou particulares às necessidades primárias das populações residentes.

As políticas públicas focadas no empresariamento urbano não consideram temporalidades e espacialidades cotidianas, propondo modelos que acompanhem o ajustamento das formas urbanas a tendências mais homogeneizadoras e hegemônicas. É assim que se têm apresentado, por exemplo, as políticas de renovação urbana implementadas no contexto neoliberal, criando modelos de cidades que se pretendem competitivas (TRINDADE JÚNIOR, 2011).

As articulações estabelecidas entre Estado e mercado, como a *gourmetização* de elementos da culinária regional, traz reflexos significativos nos usos e no consumo da população. Em Belém, componentes alimentares originários da floresta, representantes das relações tradicionais de trabalho e da reprodução da vida, comumente negociados nas feiras e nos supermercados, estão cada vez mais raros ou caros. Em contrapartida, nas mesas dos bares e restaurantes da cidade e até mesmo em outras regiões, os mesmos elementos agora acrescidos de técnicas alimentícias mais modernas, tornam-se cada vez mais presentes.

A circulação de informações e a implantação das políticas ocorre sobre forte discurso ambiental e de sustentabilidade, entretanto, percebe-se que por trás dessa veiculação estão inseridas lógicas de mercado que revelam contradições, uma vez que o poder público intermedia e negocia o uso turístico do território. Criam-se normas que, muitas vezes, traduzem-se na imposição de verticalidades, reduzindo o espaço à condição de mercadoria.

Evidencia-se o enfoque neoliberal dos atuais programas governamentais, como a “Pará 2030”, que dentro do discurso da nova Agenda 2030 da ONU, passa a ser uma premissa entre os governos estaduais da Amazônia brasileira. A sua implementação aponta para novas pesquisas sobre as contradições existentes no espaço; sobre os conflitos entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas; e sobre o aprofundamento dos vínculos entre organizações internacionais, o poder público local e as grandes corporações globalizantes; que impõe a retórica do desenvolvimento sustentável para a permanência do capitalismo enquanto sistema dominante (ARAGÃO; SANTOS NETO, 2015).

Acredita-se que as políticas de turismo que envolvem a Ilha do Combu, não desvinculando-as das políticas ambientais e fundiárias, interveem no espaço e na vida das pessoas, não resolvendo adequadamente os problemas sociais e ambientais a que se propõem solucionar. Tais políticas seguem modelos pré-estabelecidos, que muitas vezes negam o rio, a floresta e aqueles que dela vivem e sobrevivem.

Nos trapiches, nos pequenos portos, nas tabernas, no açaizal e nos muitos caminhos que levam até o interior da Ilha, manifestam-se persistências de um grupo social que tem suas demandas prioritárias ignoradas pelo poder público, tornando-os vulneráveis para a apropriação do capital. Por outro lado, pequenos movimentos de resistência e persistências, tornam essa dominação mais difícil, pois mesmo diante das rupturas que alteram completamente a configuração do espaço, não se exclui os processos anteriormente estabelecidos. Isso se deve, ao modo como a vida ribeirinha acontece em diversos pontos da Amazônia, desenvolvendo-se e reproduzindo-se sobrepostas às relações homogeneizantes. Acredita-se, assim, que sempre existirá espaço e tempo para o futebol, para as idas à igreja, para as festas de aparelhagem, para os banhos de rio, para a pesca, para a coleta de frutos, que continuarão existindo em conjunto com as relações familiares e de proximidade, como também com as relações econômicas dominantes.

Há o entendimento que o morador do Combu muitas vezes torna-se invisível ao misturar-se aos demais espaços urbanos, por sentir-se parte e adaptado aos bens, recursos, objetos e relações rápidas e modernas, includentes e excludentes, da parte continental da metrópole. Por outro lado, o morador do continente, ao visitar o Combu, sente-se um *outsider*, pouco habituado ao ritmo lento, residual e de relações próximas tão comuns nas dimensões dessa outra Belém.

Preocupa-se com a forma como as políticas públicas são concebidas para esse local, sejam elas ambientais, territoriais ou de turismo, pois não solucionam os problemas sociais bem como não atendem a maioria das demandas a que se propõem a resolver. Percebe-se que mesmo após

20 anos de criação da APA Combu ainda não é possível valer-se de todos os instrumentos técnicos de gestão previstos para essa categoria, visto que até o momento não há a consolidação do plano de gestão e muito menos ações conjuntas com a comunidade para a fiscalização e controle da situação fundiária, educação ambiental, manejo dos recursos florestais e outras formas de integração socioeconômica que possibilitem aos moradores garantir seu sustento e bem-estar. Atribui-se essa demora ao lento processo de consolidação do plano de manejo, que deveria ser a ferramenta prioritária nas ações dos integrantes do conselho gestor e das demais lideranças da Ilha.

Reforça-se que esse mecanismo, só poderá de fato ser efetivo se em sua composição considerar as particularidades e singularidades do local; assim como, as práticas residuais refletidas no espaço, que revelam o cotidiano das comunidades ribeirinhas, que devem permanecer com seus direitos de uso da floresta, do rio e da cidade.

Direitos e usos que no Combu vão sendo gradativamente substituídos por práticas, conteúdos e elementos cada vez mais padronizados e artificializados, influenciados pela lógica mercadológica do lazer, significantes nos processos de acumulação. Essa constatação espalha-se pelos demais espaços turísticos criados na cidade, que, nos últimos anos, têm os agentes do mercado com mais oportunidades dentro das consultas, fóruns e conselhos das políticas públicas municipais e estaduais do que a própria população, diretamente afetada pelas ações. Esses agentes e grupos empresariais são responsáveis pela introdução de novas lógicas de consumo no espaço, incorporando interesses de ordem global na implantação das políticas locais.

Portanto, torna-se importante refletir sobre a capacidade que o turismo tem de produzir “não-lugares”, onde o espaço é cada vez mais produzido pelas empresas turísticas, e as praias, florestas e até mesmo o rio entram nos circuitos de troca, apropriados privativamente, enquanto áreas de lazer para quem pode fazer uso delas (CARLOS, 1996). Em contrapartida, se faz necessário buscar por formas de turismo que possam acontecer de maneira mais residual, onde o fenômeno “não produz um não-lugar, mas sim permite a construção de um lugar onde a marca principal está na troca de experiências pessoais, entre o habitante e o turista” (FRATUCCI, 2001, p. 30).

Nosso entendimento é de que não há como se ter turismo sustentável a longo prazo sem que as políticas sociais pertinentes às demandas das populações locais sejam colocadas como prioritárias. Portanto, a estratégia de *marketing* governamental atual busca promover e valorizar o potencial dos componentes naturais e culturais da cidade, tornando-a nos discursos uma

“Belém ribeirinha” outra vez, o que é bem diferente da prática, que não reafirma sua identidade amazônica de fato, e não torna as políticas instrumentos de desenvolvimento local.

Procurou-se mostrar que os problemas de infraestrutura básica, a ocupação intensa e os problemas ambientais em decorrência das atividades de entretenimento são inibidores de visitantes na Ilha do Combu. O turista vem a primeira vez, porém dificilmente retorna pelas condições que se apresentam no local. Observou-se no trabalho de campo que as principais demandas e reclamações dos visitantes não dizem somente respeito aos elementos modernos e padronizados requeridos em centros de lazer e turismo. Reclamou-se do acúmulo de lixo, da ausência de saneamento, do acesso, da poluição e da segurança. Portanto, buscar alternativas em que se desenvolva o turismo e, ao mesmo tempo, preserve-se a natureza e garanta-se a diminuição das desigualdades sociais, é uma tarefa das políticas que se aproximam da ordem próxima e que se desatam das influências impositoras de ordens distantes.

Por entender que o espaço se estabelece como produto, condição e meio para a realização do turismo, desse modo, as políticas governamentais devem se preocupar em formar espaços para cidadãos e não somente para usuários. É preciso valorizar-se a memória e as rugosidades espaciais, como também a cultura e a identidade local (culinária, linguagem, religiosidade, histórias e estórias), e, ainda, suas diferenças, dando oportunidade ao maior número de sujeitos possíveis, considerando que os espaços “abandonados” “sujos” ou “inseguros” podem esconder laços, traços e pessoas que merecem ser incluídas nas vivências e experiências que o lazer e o turismo podem proporcionar.

Por meio dessa postura reflexiva, argumenta-se que a relação entre as cidades e os rios amazônicos revelam a própria produção do espaço geográfico, na medida em que são criados meios de sobrevivências e de expressão desse viver (TRINDADE JÚNIOR, 2005). Dessa forma, a perspectiva aqui desenvolvida, não tenta negar os conflitos sociais e os interesses contrários existentes nas formas de apropriação do espaço (OLIVEIRA; SCHOR, 2008). Considera-se que a partir da coexistência desses grupos sociais, se respeitadas as relações de horizontalidade e as memórias enraizadas no lugar, pode-se ter uma oportunidade única de desenvolvimento da atividade turística.

Acredita-se que novas técnicas e tecnologias, se de fato apropriadas de maneira inclusiva, coletiva e mais horizontal, podem garantir a permanência do direito à diferença e o acesso ao moderno, sem necessariamente negar a floresta, o rio e as relações anteriores.

Vislumbra-se a necessidade de se pensar políticas que não fiquem presas a modelos esquemáticos, que reconheçam as dinâmicas e as diferenças no espaço da cidade. Para a realização das práticas do turismo é necessário que sejam estabelecidos pressupostos que

valorizem as vivências e trocas de experiências entre os sujeitos que dela participam. Nesse encontro de mundos, a análise do vivido é a melhor alternativa para se pensar as cidades e seus entornos, como a Ilha do Combu.

Desse modo, para que existam as “rotas” é necessário construir caminhos para que os polos de desenvolvimento turístico desenvolvam infraestruturas e capacitações capazes de proporcionar o protagonismo das comunidades locais, permitindo-os comprar suas próprias ferramentas de trabalho, adquirir novas tecnologias e qualquer outro material físico ou simbólico que reforce ou aprimore seus conhecimentos, proporcione conforto e segurança às suas famílias. Por outro lado, sem organização e senso coletivo, entre novos e antigos moradores, jovens ou mais velhos, para que se possa buscar melhorias para o local e para as atividades desenvolvidas, problemas, como os de ordem fundiária, de poluição, erosão e violência podem continuar a acontecer.

É preciso fortalecer as horizontalidades, que o local mantenha controle sobre os processos que lhe são impostos. E por mais que isso seja difícil de acontecer, devido a influência dos fluxos informacionais de pessoas e de tecnologias trazidas pelo turismo da ordem distante, é preciso observar que esse fenômeno só será de fato sustentável e real quando substituir-se a busca pelo exótico e pela novidade, pela direito à diferença.

O turismo enquanto atividade econômica poderá se tornar um propulsor de desenvolvimento nas comunidades da Ilha do Combu quando suas demandas básicas forem assistidas e, seus sujeitos forem os protagonistas das ações que vêm ocorrendo no local. Espera-se com esse estudo contribuir com o desafio da pesquisa social em turismo, principalmente quando as informações produzidas pelos órgãos oficiais apresentam-se, por vezes desencontradas e indisponíveis para a população e para os pesquisadores. Espera-se também somar com as investigações que consideram a análise do cotidiano e para revelar o embate entre o concebido e o vivido, apontando para a gênese dos problemas e para as formas de se insurgir sobre eles. Assim, buscou-se analisar as lutas, as persistências e as desistências das minorias pertencentes a essa pequena fração do espaço, entendendo que suas ações podem implicar em mudanças na divisão social do trabalho e redirecionar as ações do Estado, podendo até mesmo se voltar contra interesses hegemônicos, de maneira a não deixar desaparecer por completo com o valor de uso que marca a vida insular do Combu.

REFERÊNCIAS

- ALBACH, V. M. *Panorama da pesquisa em turismo nos mestrados em geografia do Brasil: o caso do mestrado em geografia da UFPR*. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- ALDEN, D. *O significado da produção do cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada*. 1. ed. Belém: NAEA, 1974.
- ALMADA, J. A. B. A reestruturação produtiva e o circuito inferior do turismo nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, Extremoz – RN. *Revista InterEspaço*, Grajaú, v. 2, n. 6 p. 60-83, mai. 2016.
- ALVES, M. L. B. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 599-613, dez. 2011.
- ALVES, E. S. O programa Chão Legal e ações insurgentes de moradores no Projeto de Urbanização e Saneamento Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- AMARAL, M. D. B. *A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)*. 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.
- AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, ano 13, n. 20, p. 34-40, dez. 2008.
- ANDRADE, T. K. *Da emergência da modernização: os primeiros lugares turísticos de uma cidade Amazônica*. *Archive Ouverte HAL*, Paris, abr. 2011. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00583789/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- ANDRADE, T. K.; TAVARES, M. G. O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Confins*, Paris, v. 14, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/7466>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- ANDRADE, S. S. *Põe tapioca, põe farinha d'água? Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém*. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- ANGELO-MENEZES, M. N. Cartas de datas de sesmarias: uma leitura dos componentes de mão de obra e sistema agroextrativista do Baixo Tocantins. *Papers do Naea*, Belém, ano 5, n. 151, p. 1-57, jun. 2000.
- ARAÚJO, F. S. *Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas*. 2008. 168 f. Dissertação

(Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ARAUJO, F. S. S. Breve análise de trinta anos do Distrito Industrial de Ananindeua/PA no contexto econômico local: 1979 – 2009. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7, 2012, Palmas. *Anais...* Palmas, 2012, p. 1-8.

ARAGÃO, D. M. C.; SANTOS NETO M. J. A Agenda Pós-2015 de desenvolvimento da ONU: aprofundamento da virada neoliberal? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI, v. 5, 2015, Belo-Horizonte. *Anais...* Belo-Horizonte, 2015, p. 1-16.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, cap. 1, p. 11-74.

AZEVEDO, A. D. M.; PERES, E. S. A presença negra na Amazônia: um olhar sobre a Vila de Mangueiras em Salvaterra (PA). *Revista Marupitá*, Belém, v. 2, p. 8-14, dez. 2015.

BAENA, A. L. M. *Compendio das Eras da Província do Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1969.

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 11. ed. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

BAUER, M. W.; GASKEL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BECKER, B. *Amazônia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v.12, n.1, p.135-159, set. 2001.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEDIM, B. P. ; PAULA, H. E. “Relatos visitados”: história oral e pesquisa em turismo e hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 63-77, jan. 2007.

BELÉM. *Intendência Municipal*: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de nov. de 1902 pelo Exmo Sr. Intendente Antônio José de Lemos, 1987-1902. Belém: A. A. Silva, 1902.

_____. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. *Diário Oficial do Município de Belém*. Belém, PA, 31 mar. 1990. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, n. 7.680, 11 jan. 1994.

_____. Lei nº 8291, de 30 de dezembro de 2003. Altera a estrutura da administração pública municipal, cria a Coordenadoria Municipal de Turismo - BELEMTUR, extingue a companhia de turismo de Belém - BELEMTUR e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 31 dez. 2003.

_____. Lei nº 8.483, de 29 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2006/2009 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 29 dez. 2005.

_____. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: Câmara Municipal de Belém, 2008.

_____. *Programa Desenvolve Belém*. Belém, 2017. Disponível em: <<http://agenciabelem.com.br/multimediaSGN/anexo/08.12.2017/fc72efdec40f4a6c95133dac6d4a85be.pdf>>. Acesso em: 18 de dez. 2017.

BENI, M. *Análise estrutural do turismo*. 8. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BEZERRA NETO, J. M. *Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão Pará, 1840/1860*. Topói, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-112, jan. 2001.

BICUDO JR., E. C. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. 2006. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORGES, D. R. *As institucionalidades na gestão do território: os limites das dominialidades territoriais sobre os terrenos de marinha em Belém-Pa*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BOULLÓN, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. *UNIrevista*, v. 1, n. 3, p. 1-11, jul. 2006.

BRAMBATTI, L. E. O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 12. 2015. Natal. *Anais...* Natal : ANPTUR, 2015, p. 1-12.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. I Plano de Turismo da Amazônia (Nova República). Belém, 1977.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Plano de Desenvolvimento da Amazônia. 1980-1985. Belém, SUDAM/CDR, 1982.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Plano de Turismo da Amazônia. Belém, 1992.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria n.268 de 23 de outubro de 1996. Dispõe sobre a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n.208, seção I, p. 21903, 25 out. 1996.

_____. *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: EMBRATUR, 1999.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. Resolução nº 341 de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=379>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Decreto-lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm >. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano de reforma agrária*. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil: diretrizes políticas*. Brasília, Ministério do Turismo. 2004.

_____. Ministério do Turismo. *Projeto Inventário da Oferta Turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. Portaria nº 284, 14 de outubro de 2005. Dispõe sobre o Termo de Autorização de Uso. *Diário Oficial da União*, Brasília, out. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010. Institui procedimento para reconhecimento de mosaicos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://eugestor.com/legislacao/arquivos/174>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BROWDER, J.; GODFREY, B. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.

CAMELY, N. C. *A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre*. 2009. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

CARDOSO, I. C. C. O Espaço urbano e a re-Produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica. *Libertas*, Juíz de Fora, v. 11, n. 2, p. 26-42, 2012.

CARDOSO, A. C. D. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. In: CARDOSO, A.C.D.; LIMA, J. J. F. (Org.). *Belém: transformações na ordem urbana*. ed. 1, Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

CARLOS, A. F. *A (re)produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

_____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, E. D. F. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920*. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2011.

CARVALHO, M. A. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUSA, F. et all (Org.). *Portugal e migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. ed. 1, Porto: CESEPE, v. p, 198-217, 2014.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/200/284>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: _____. (Org.) *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, p. 13-21, 2006.

_____. Terras de preto entre rios e igarapés. In: _____. (Org.). *Belém de Águas e Ilhas*. Belém: CEJUP, p. 137-160. 2006.

CASTRO, E.; CAMPOS, Í. (Orgs.). *Formação socioeconômica da Amazônia*. ed. 1, Belém: NAEA, 2015, 640 p.

CASTROGIOVANNI, A. C., O Lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA CRITICA, 9, 2007,

Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: Geocrítica , 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/castroge.htm>>. Acesso: 04 out. 2017.

CATAIA, M; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/111>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CAUMO, T. Pesquisa Qualitativa no Campo do Turismo. In : SEMINARIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4, 2006, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: SEMINTUR, 2006, p. 1-17.

CHAVES, A. F. A. *Tribos do Portal: uma análise sobre o espaço do Portal da Amazônia pós-inaugurado e de seus frequentadores*. 2013. 22f. Monografia (Especialização em Gestão de Cidades e Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al* (Org). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CIRILO, B. B. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

COELHO, G. M. Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Escritos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://escritos.rb.gov.br/numero05/artigo08.php>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

CORDOVIL, J. C. S. *Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará*. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

CORIOLO, L. N. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. *et al*. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Expressão Popular, p. 267-378, 2006.

CORDEIRO, I. J. D. e. *Um estudo sobre a produção capitalista do espaço turístico e as perspectivas de desenvolvimento local na Praia de Gamela – Barra de Sirinhaém - PE*. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CORREIA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 03, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, G. G. As Cidades Amazônicas na América Portuguesa. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5, 2013, Petrópolis. *Anais eletrônicos...*

Petrópolis: UFRJ, 2013. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59681.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COSTA, P. *Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, A. C. J. et al. A importância do (re) conhecimento dos atrativos turísticos no sucesso da atividade turística em Belém do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, 8, 2013, Recife. *Anais...* Recife: Bureau de Cultura, 2013. 1 CD-ROM.

CRUZ, R. de C. A. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

_____. *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

_____. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, S. H. R. *Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus*. 2012. 318f. Tese (Doutorado em Ciências desenvolvimento socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 51-66, 1996.

CUNHA, M. C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”. In: M. C. Cunha. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 311-372.

DANTAS, A.; Avelino T.; Matheus A. Os dois circuitos da economia urbana em João Câmara-RN, BRASIL. *Mercator*, Fortaleza, vol. 11, n. 26, p. 57-73, set. 2012.

DELELIS, C.; REHDER, T.; CARDOSO, T. *Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira*. Brasília: MMA, 2010, 148 p. (Série Áreas Protegidas).

DERGAN, J. M. B. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha de Combu – Belém (PA) 1980-2006*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DIAS, M. B.; SILVA, M. J. B. *O Distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico*. Montevideo: Unión Geográfica Internacional/EGAL, 2009. 9 p.

DIAS JÚNIOR, J. Entre cabarés e gafieiras: um estudo das representações boemias na periferia de Belém do Pará, 1960-1980. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...*São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473843_ARQUIVO_ENTRECABAR ESEGA FIEIRASARTIGO.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DIEGUES, A. C. S. *Ilhas e sociedades insulares: coletânea de textos apresentados no seminário sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB, 1997.

- DIEGUES, A. C. S. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Escritos & ensaios I: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, D. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo: Edusp, 2003.
- EMMI, M. F. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. In: Aragón, L. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009.
- FERREIRA, V. M. S. *A rede de cidades criativas da Unesco: uma perspectiva das cidades brasileiras*. 2017. 164. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- FRASSON, A. C. A configuração "sociedade": numa ótica de Norbert Elias. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 4., 2001, Assis. *Anais...* Assis: UNESP, 2001, p. 107-202.
- FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *Revista Geographia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 26-45, out. 2000.
- FUNDAÇÃO AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. *Zoneamento Econômico e Ambiental nas Ilhas do entorno de Belém*. Belém: FADESP, 2012, 44 p.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDO E PESQUISAS. Anuário Estatístico do Estado do Pará (2015). Belém: FAPESPA, 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario_estatistico/> . Acesso em: 18 dez. 2017.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- GELAK, R. Prefeitura investe em projetos para aumentar ainda mais o fluxo de turistas na capital paraense. *Agência Belém*, Belém, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://agenciabelem.com.br/Noticia/112823/prefeitura-investe-em-projetos-para-aumentar-ainda-mais-o-fluxo-de-turistas-na-capital-paraense>> Acesso em: 19 jan. 2018.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. No labirinto de rios, furos e igarapés: camponeses negros, memórias e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX e XX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n.3, 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/Agila/Downloads/6182-18874-1-SM.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. G. Belém e Abaetetuba. In: ALVES, F. (Org.). *A Função Socioambiental do Patrimônio da União da Amazônia*. Brasília: IPEA, 2016, p. 63-106.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. 2 ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

Governo oficializa despejo de museu de arte. *Diário do Pará*. Belém, 22 jun. 2016. Disponível em: < <http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-371919-.html>>. Acesso em: 26 de nov. 2017.

Governo do Pará retoma posse de restaurante da Casa das Onze Janelas. *Jornal de Notícias Rede Globo de Televisão*, Belém, 22 jul. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/governo-do-para-retoma-posse-de-restaurante-da-casa-das-onze-janelas.html>> Acesso em: 24 de nov. 2017.

GUERRA, G. *Ilhas estuarinas e ocupação humana*. Belém: NAEA, 2004.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GUZMÁN, D. A. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*. Belém, vol. 3, n. 2, 2008. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/5%20-%20III%20-%202%20-%202008%20-%20Decio%20Guzman.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

HARVEY, D. *Los límites del Capitalismo y teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, 470 p.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano 16, n 39, p. 48-64, 1996.

HENRIQUE, W. *O Direito e a natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009.

IMAZON. Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia. *Fortalecimento da gestão ambiental na Amazônia*. Belém: IMAZON, 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. *Gestão de Unidades de Conservação*. Disponível em: < <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Painel dos assentamentos do Brasil*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: 03 jan. 2018.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA. *Ribeirinhos das ilhas de Belém*. Manaus: UFAM; Belém: IAGUA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, 8).

INSTITUTO PEABIRU. *Programa Belém Ribeirinha*. Belém: Instituto Peabiru, 2014. Disponível em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2014/08/belemribeirinha-marcocontextual.pdf> >. Acesso em: 12 jan 2018.

INSTITUTO PEABIRU. *Relatório anual de atividades ano de 2015*. Belém: Instituto Peabiru, 2015. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/05/160427_relatorioanual2015_v3.pdf >. Acesso em: 12 jan 2018.

INSTITUTO PEABIRU. *Relatório anual de atividades ano de 2016*. Belém: Instituto Peabiru, 2016. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/11/170711_peabiru-relatorioanual2016.pdf >. Acesso em: 12 jan 2018.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 254-294.

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 62-74.

KETTLE, W. O. *Um súdito capaz no vale amazônico (ou Landi, esse conhecido): um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará*. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

KOZINETS, R. V. On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. *Evanston, Illinois*, 1997.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

KUSHANO, E. S. *Turismo, infância e cotidiano: percepções e sentimentos de crianças residentes em Matinhos (PARANÁ - BRASIL)*. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Economia do Turismo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFÈBVRE, H. *La producción de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____. *La Presencia y la Ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVI, M. Uma lógica da mudança institucional. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1 p. 79-99, 1991.

LEÃO, M. B. M. S. *Remoção e reassentamento em baixadas de Belém: estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010)*. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LIMA, E. N. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” do Marajó, 1850/1920. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.59-89, dez. 1996.

LIMA, E. L. O lugar do sujeito em “a natureza do espaço”, de Milton Santos. *Revista Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2013.

LIMA, M. M. *A ribeira & a orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação*. 2013. 258 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LIMA, M. A. Relações de poder entre os estabelecidos e os outsiders. *Revista Holos*, Natal, v. 6, n. 31, p. 544-554, 2015.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande. V. 17, n.1, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. ; GASKELL, G. G (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

MACÊDO, S. C. F. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

MAIA, O. M. M. *A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará*. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) –

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

MARQUES, F. L. T. *Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX*. 2004. 196 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARICATO, E.; VAINER, C.; ARANTES, O. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, Belém, ano 5, n. 153, p. 1-29, out. de 2000.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefèbvre. In: _____. (Org) *Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 35. 2012. São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ANPOC, 2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/mr-5/mr17/1279-a-dialetica-do-metodo-regressivo-progressivo-em-dois-temas-brasileiros-cidade-e-campo/file>>. Acesso em : 04 jul. 2016.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MASSUKADO, M. S. Análise comparativa de estratégias qualitativas de investigação: possibilidades para a pesquisa em turismo. *Revista Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 1, n.1, p. 9-27, abr. 2008.

MATIUS, C. *Ilhas arenosas da Província do Pará, no Rio Amazonas*. 1842. 1 desenho.

MATTA, R. A. A. *Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local*. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MELO, O. C. *O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba*. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MERGULHÃO, P. T. *A paisagem amazônica no paisagismo de Belém: caso parque naturalístico Mangal das Garças*. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MESQUITA, D. Programa Turismo na Melhor Idade leva idosos de Belém ao Mangal das Garças. *Agência Belém*, Belém, 24 ago. 2017. Disponível em:

<<http://agenciabelem.com.br/Noticia/151943/programa-turismo-na-melhor-idade-leva-idosos-de-belem-ao-mangal-das-garcas>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Programa de desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)*: propostas de pré-instrumentos. Brasília: MMA, 1998.

MIRANDA, L.M. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. *Labor & Engenho*, Campinas, v.9, n.2, 2015. < <http://www.conpadre.org> >. Acesso em: 14 dez 2017.

MIYATA, H. *Trabalhos, redes e territórios nos circuitos da economia urbana*: uma análise da venda direta em Jundiá e Região Metropolitana de São Paulo. 2010. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOLINA, F. S. *Turismo e produção do espaço*: o caso de Jericoacoara. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MONTARDO, S. P.; ROCHA, P. J. *Netnografia*: incursões metodológicas na cibercultura. *Revista E-compós*, Brasília, v. 4, n.55, 2005. Disponível em : < <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/55/55>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

MONTEIRO, V. Projeto premiado propõe a criação de uma agroindústria de cacau na ilha do Combu. *ASCOM UFRA*, Belém, 31 out. 2017. Disponível em: < https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1305:projeto-premiado-propoe-a-criacao-de-uma-agroindustria-de-cacau-na-ilha-do-combu&catid=17&Itemid=121>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano*: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989. v.1.

_____. Sentido econômico da fundação de Belém. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 2, p. 309-313, dez. 2010.

MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas*: seleção e manejo. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

MOURÃO, L. *Memórias da Indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.

_____. *Do açaí ao palmito*: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém: Açaí, 2011.

NASCIMENTO, D. M.; FERREIRA, A. S. *Bens da União em Várzea e Ilhas com Influência de Maré e/ou Fluviais*. Belém: NAEA, 2014. 20p.

NASCIMENTO, V. L. Q. *Políticas Públicas de turismo na Amazônia brasileira: o estabelecimento das agendas governamentais do Amazonas e do Pará*. 2015. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NEVES, I. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. *Moara*. Belém, [S.l.], n. 43, 2016. Disponível em: <www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/2776>. Acesso em: 13 dez. 2017.

NÓBREGA, W. R. M. *Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, 2006.

NUNES, D. A. *Feiras-livres & feiras de exposição: expressão de relação cidade-floresta no sudeste do Pará*. 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NUNES, T. G. *Viver às margens do rio: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA*. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S-C. C; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 15-26.

OLIVEIRA, A. *Almir Gabriel: trajetória e pensamento*. Belém: Delta, 2002.

OLIVEIRA, J. B. *Territórios e políticas de ação afirmativa para remanescentes quilombolas na Amazônia: Programa Raízes e Pará Quilombola nas comunidades de Itacoã-Miri e Guajará Miri*. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

OLIVEIRA, N. Os destinos saborosos do chocolate brasileiro. *Ministério do Turismo*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7822-os-destinos-saborosos-do-chocolate-brasileiro.html>> Acesso em: 03 jan. 2018.

OMT. Organização Mundial de Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment – ONU 1972*. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. Organização das Nações Unidas. Conferência das Nações Unidas para o Comércio o Desenvolvimento. *Relatório da economia criativa 2010*. ONU: 2010. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

PARÁ. Arquivo Público. *Relatório de governo*. Belém, PA, 1889, 80 p.

_____. *Album do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excia o Senr. Dr. José Paes de Carvalho*. Parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa. Photographias e composição de F.A. Fidanza. Berlin, s.d.

_____. Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948. Define os limites municipais do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, dez. 1948.

_____. Governo do Estado. *Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR; THR - Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

_____. Decreto nº 221, de 26 de junho de 2003. Dispõe sobre o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 2003.

_____. Companhia Paraense de Turismo. *Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém – PA*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2009.

_____. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará – Plano estratégico de turismo do estado do Pará*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2011 (Fase II: o planejamento estratégico).

_____. Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012. Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências, nos seguintes termos. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 32.206, 25 jul. 2012.

_____. Governo do Estado do Pará. *Plano Ver-o-Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará: 2012-2002 – Relatório Executivo*. Belém: Chias Marketing Consultoria, 2011.

_____. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação 2012-2014*. Belém: SETUR, 2015.

_____. Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016. Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.159, 30 jun. 2016.

_____. Lei nº 8.427, de 16 de novembro de 2016. Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.253, 18 nov. 2016.

_____. Governo do Estado. *Pedido de Manifestação de Interesse Social – Centro Global de Gastronomia*. Belém: SEDEME, 2017.

_____. Portaria nº 010, de 27 de outubro de 2017. Admite e instaura o Procedimento de Manifestação de Interesse Social e autorizar a oitiva da sociedade referente à proposta

apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) denominada Centro Global de Gastronomia. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.488, 30 out. 2017.

PAULINO, G. S. Economia agrária e diversidade local: Projetos de Assentamentos Agroextrativistas na Região Metropolitana de Belém. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPA, 28, 2017, Belém. *Resumos*. Belém, 2017.

PENTEADO, A. R. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA-Imprensa Universitária, 1968, 2v.

PERES, E. S.; AZEVEDO, A. D. M. A presença negra na amazônia: um olhar sobre a vila de mangueiras em Salvaterra (PA). *Revista Marupiíra*, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/marupiira/article/view/909>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PINHEIRO, W. C. *O instituto orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)*. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. *Ribeirinhos das Ilhas de Belém*. Belém: PNCSA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia).

RIBEIRO, J. A. *Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2010.

RIBEIRO FILHO, G. B. *O Banco Mundial e as cidades: construindo instituições na periferia, o caso do PRODUR, BA*. 2006. 243 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, E. B. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. Belém: NAEA, 1996.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: DE LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 297-315.

RODRIGUES, C. C.; RODRIGUES, J. L. K. *A sazonalidade e a indústria do turismo no Vale do Paraíba Paulista*. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13, 2009, São José dos Campos. Anais eletrônicos... São José dos Campos: UNVIAP, 2007. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/-arquivos/1033_0679_01.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

RODRIGUES, D. S. *Revolução Cabana e construção da identidade amazônica*. Belém: EDUEPA, 2009.

SÂNCHEZ, F. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SÂNCHEZ, F. et. Al. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul. 2004.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Espaço e Método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O tempo nas cidades. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 54, n. 2, out./dez. 2002.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2006.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed., São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. *A natureza do espaço*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, A. Governo tentar fechar o Boteco das Onze. *Diário do Pará*, Belém, 06 jul. 2015. Disponível em <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-336172-.html>> Acesso em: 24 de nov. 2017.

SANTOS, J. *Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do Município de Belém-PA, no período de 2005-2012*. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Revista Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v.2, n.18, p. 24-42, ago. 2008.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SEABRA, O. C. L. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, J. S. (Org). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades: Grupo de Estudos Urbanos*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p.181-206, jul. 2004.

SEDAP. Secretaria de Estados de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. *Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau do Pará (PRODECACAU 2011-2019)*. Belém: SEDAP, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2015-1/20-08-2015/hildegardo-de-figueiredo-nunes/apresentacao-sr-hildegardo-nunes/view>>. Acesso em: 28 de jan de 2018.

SECULT. Secretaria de Estado de Cultura. *Projeto de preservação e revitalização: Estação das Docas. Traços*, Belém, n. 7, 2001.

SECULT. Secretaria de Estado de Cultura. *Projeto de preservação e revitalização: Estação das Docas*. Belém: SECULT, 2000.

SECULT. Secretaria de Estado de Cultura. *Projeto de revitalização do núcleo histórico e cultural Feliz Lusitânia*. Belém: SECULT, 2000.

SEDEME. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. *Balanço do primeiro ano do programa Pará 2030*. Belém: SEDEME, 2017.

SEMMA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Áreas especiais e protegidas*. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/semma/site/?page_id=72>. Acesso em 07 jan. 2017.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. *GEOUSP: espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538>. Acesso em: 25 de nov 2017.

SILVA, L, C. M. *Lazer, turismo e agricultura entre populações tradicionais da ilha de Cotijuba – Belém, Pará*. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, F. C. *Parque Nacional do Jaú, unidade de conservação e patrimônio natural mundial na Amazônia brasileira: a articulação de instrumentos permite melhor proteção?* 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SILVA, C. H. C. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial, *Revista Geografia Ensino e Pesquisa*, Santa Maria, v.16, n. 2, p. 47-61, maio. 2012.

SILVA, M. A. S. A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815). 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2016, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: CBEO, 2016. Disponível: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/124/116>> Acesso em 28 jan. 2018.

SILVEIRA, M. L. Os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. 8, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Seminário RII, 2004, p. 1-25.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os dois circuitos da economia urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 10, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Simpurb, 2007, p.1-21.

_____. Metropolização, território e circuito superior marginal. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C.; (Org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 333 – 353.

SOUSA, J.O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, v. 6, n. 6, p. 1-18, 2002.

SOUSA, L. Projeto destaca Belém como Centro de Gastronomia e Biodiversidade. Agência Pará de notícias, Belém, 16 out. 2015. Disponível em: <http://agenciapara.com.br/Noticia/118048/projeto-destaca-belem-como-centro-de-gastronomia-e-biodiversidade>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, J. A. A. Cidade amazônica, turismo e Henri Lefèbvre. *Revista Ipiranga*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 1-16, ago. 2014.

SOTO, W. H. G. Espaço e Política em Lefèbvre. *Pensamento Plural*. Pelotas, ano 2, n. 3, p. 179-185, jul, 2008.

SUDAM. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. *Operação Amazônia*, Serviço de documentação e divulgação. Belém: SUDAM, 1968, 134 p.

TAVARES, D. R. As influências da Belle-Époque e a prática de educação patrimonial em Mosqueiro. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA, 29, 2017, Brasília. *Anais*

eletrônicos... Brasília: SNH, 2017. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em 14 jan 2017.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 51-66, out. 2005.

TOMAZZONI, E. L. Análise do discurso turístico da Serra Gaúcha. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 339- 365, jun. 2006.

TRINDADE, G. O. A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. In: ENCUENTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 7., 2001, Santiago. *Anais...* Santiago: Universidad de Chile, 2001. p.35-45.

_____. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Revista Humanitas*, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

_____. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA). In: VALENÇA, M.; COSTA, M. (Org.). *Espaço, cultura e representação*. Natal: EDUFRN, 2005. p. 123-150.

_____. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 51, p. 113-137, mar./set., 2010.

_____. Das “cidades da floresta” às “cidades na floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-293.

_____. *Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social*. Projeto de Pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Belém, 2014.

_____. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.

_____. *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; BARBOSA, E. J. S. Restruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 20, n.2, p. 349-363, ago. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 111, n. 1, p. 73-103, dez. 2006.

TRIGO, L. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993.

TRIGO, L. G.; PANOSSO NETTO, A. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003 (Série Turismo).

TULIK, O. *Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo*. 1995. 154 f. Tese (Livre docência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VALADARES, A. A. Terra legal e Nossa Várzea: duas concepções diversas de políticas de regularização fundiária e acesso a terra. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental IPEA*, Brasília, ano 5, n. 8, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5587/1/B-RU_n08_terra.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

VALENÇA, M. R. A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá-PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 04, n. 1, p. 129-149, fev. 2015.

VASCONCELLOS, L. M.; MELLO, M. C. F. “Re: atrás de, depois de...”. In: VARGAS, H. C. e CASTILHO, A. L. H. (Org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006, p. 53-65.

VELOSO, T. *Metrópole e região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís*. 2015. 276 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VIANA, N. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. *Revista Panorama*, Goiânia, v.1, n.1, p. 5-14, 2011.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

VIDAL, M.C.; MALCHER, M.A. *Sesmarias*. Belém: ITERPA, 2009.

WAHAB, S. E. A. *Introdução à administração do turismo*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

XAVIER, D. *Arquitetura metropolitana*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

XAVIER, L. G. Ciência e método: o pensamento marxista de Henri Lefebvre. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 16, 2013. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/viewFile/2651/1624>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CARACTERÍSTICAS

Grupo de Proteção Integral	Estação Ecológica (ESEC)	Voltada unicamente para a preservação da natureza e para a realização de pesquisas científicas. É proibida a visitação pública, exceto quando o objetivo é educacional, de acordo com o que é disposto no plano de manejo da unidade ou regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
	Reserva Biológica (REBIO)	Tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. É proibida a interferência humana direta ou modificações ambientais, com exceção de medidas de recuperação de seus ecossistemas e de ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É restrita a visitação pública, exceto quando o objetivo é educacional, de acordo com o disposto em regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições pré-estabelecidas em regulamento.
	Parque Estadual (PE)	Tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico. A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, às normas do órgão responsável pela administração e ou previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou pelo Município, serão denominadas, respectivamente de, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.
	Monumento Natural (MN)	Busca a preservação dos sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável pela administração e ou previstas em regulamento. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais.
	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Área em que são asseguradas as condições para a existência e reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória. A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável pela administração e ou previstas em regulamento.
Grupo Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar de grupos humanos, tendo como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade de uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. O objetivo principal consiste em manter e regular os ecossistemas naturais de importância regional ou local, de modo a compatibilizá-los com os princípios de conservação da natureza.

Florestas Estaduais (Flotas)	O objetivo principal é unir a conservação da natureza com o uso adequado de produtos florestais madeireiros, permitindo-se o uso manejado dos produtos florestais não-madeireiros e dos recursos minerais e animais. Nessas áreas admitem-se atividades de ecoturismo, de recreação, de estudos científicos e de educação ambiental, como também a residência de populações tradicionais, desde que esses grupos populacionais se encaixem nesse tipo de categoria.
Reserva Extrativista (RESEX)	Área constituída por populações extrativistas tradicionais de regulamentação específica, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Os objetivos básicos consistem em proteger os meios de vida e a cultura desses grupos, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. A visitação é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo. A pesquisa científica é permitida e incentivada, desde que possua autorização do órgão responsável pela administração da unidade respeitando-se as condições e restrições previstas em regulamento. É proibida a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros será admitida sob condições sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas, conforme o disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade.
Reserva de Fauna (REFAU)	Área com populações de animais nativos, terrestres ou aquáticos, residentes ou migratórios, adequada para estudos técnico-científico. As áreas particulares dentro de seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o previsto em lei. A visitação é permitida, desde que compatível com o plano de manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão administrador. É proibida a atividade de caça. A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes de pesquisas obedecerá ao disposto em lei e no regulamento da UC.
Reserva desenvolvimento Sustentável (RDS)	Área ocupada por populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. O objetivo principal da RSD consiste em preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais e a exploração dos recursos naturais, de modo a valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo ambiental. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas de acordo com o disposto em lei. É permitida e incentivada a visitação pública e a exploração de componentes dos ecossistemas naturais, desde que compatíveis com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo. É permitida e incentivada a pesquisa científica voltada para a educação ambiental, para a conservação da natureza e para a melhor relação das populações residentes com o meio ambiente, desde que autorizado pelo órgão administrador da unidade de acordo com as normas e restrições previstas em regulamento.
Reserva Particular Patrimônio Natural (RPPN)	Área privada, gravada com perpetuidade, cujo objetivo é a conservação da diversidade biológica. A pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais é permitida de que conforme disposto em regulamento.

Fonte: SNUC (2000) e IDEFLOR-Bio (2016).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

APÊNDICE B – INSTITUIÇÕES CONSELHO GESTOR APA COMBU

Ano	Integrantes Conselho Gestor APA Combu
2008	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); 2. Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU); 3. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); 4. Companhia Paraense de Turismo (PARATUR); 5. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA); 6. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); 7. Assessoria de Relações Institucionais da Polícia Civil; 8. Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); 9. Comunidade do Igarapé Combu; Centro Comunitário Santo Antonio; 10. Associação dos Moradores São Benedito; Comunidade Beira Rio; 11. Associação dos Moradores e Usuários do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE Combu); 12. Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTR); 13. Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); 14. Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu; 15. Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu.
Ano	Integrantes Conselho Gestor APA Combu
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO); 2. Superintendência do Patrimônio da União (SPU); 3. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); 4. Divisão Especializada em Meio Ambiente - Polícia Civil do Estado do Pará (DEMA/PC-PA); 5. Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 6. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-PA); 7. Superintendência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Pará (CEPLAC); 8. Instituto Peabiru; 9. Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (PAE -AMEPI); 10. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará (SEBRAE-PA); 11. Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); 12. Comunidade Piriquitaquara; 13. Comunidade do Igarapé Combu (PAE - Combu); 14. Associação dos Ribeirinhos, Barqueiros e Condutores das Ilhas do Município de Belém (ARBCIMB); 15. Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará (ASTIB); 16. Comunidade São Benedito;

APÊNDICE C - ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE MESTRADO - REPRESENTANTE DO PODER PUBLICO

PROJETO DE PESQUISA – “A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu”.

1. Informações pessoais
 - a) Profissão
 - b) Cargo que ocupa
 - c) Nível de instrução/ Formação Acadêmica
 - d) Naturalidade/ Nacionalidade
 - e) Local de residência
 - f) Tempo de ocupação no cargo atual

2. Relação entre a gestão pública e a comunidade local
 - 2.1 Quais os espaços na Ilha do Combu identificados como espaços para as práticas de lazer e turismo para visitantes? Como você avalia esses espaços?
 - 2.2 Você considera que a Ilha recebe turistas vindo de outras cidades e regiões ou o número de visitantes que o Combu recebe são oriundos somente de Belém e região metropolitana?
 - 2.3 Existem áreas de lazer comuns para os residentes e visitantes/turistas? Quais são elas?
 - 2.4 Como você avalia a relação entre o antigo residente e os novos residentes/comerciantes?
 - 2.5 Em sua opinião, o desenvolvimento do turismo, tem sido satisfatório para o conjunto de residentes? Enumere os aspectos positivos que o turismo proporcionou para o conjunto de residentes do Combu.
 - 2.6 Qual a principal influência do turismo na mudança de valores culturais (religião, gastronomia, modo de ser/vestir, hábitos, linguagens, costumes) do Combu? Houveram essas mudanças? Descreva:
 - 2.7 A comunidade local participa de que forma na tomada de decisões na Gestão da Ilha?
 - 2.8 Há participação da comunidade local no conselho gestor?

3. Relação entre a gestão pública e a iniciativa privada
 - 3.1 Existem instrumentos de gestão que aproximem o poder público e os comerciantes/empresários do turismo? Quais são?

- 3.2 O poder público desenvolve alguma ação específica para estimular os investimentos de pessoas da própria comunidade? De que forma?
- 3.3 Existe alguma reivindicação por parte dos comerciantes e trade turístico em relação as políticas, projetos e ações desenvolvidos pela sua instituição no local?
- 3.4 Como se efetiva a participação dos moradores locais nas atividades econômicas desenvolvidas?
- 3.5 Qual a sua avaliação sobre desenvolvimento do turismo na ilha?
- 3.6 Você identifica algum tipo de conflito entre comerciantes e moradores na área? Quais?
- 3.7 Você identifica algum tipo de conflito entre comerciantes e o trade turístico na área. Quais?
- 3.8 Você identifica algum tipo de conflito entre moradores e o trade turístico na área. Quais?
- 3.9 Há participação ativa dos comerciantes locais no conselho gestor?
- 3.10 Há participação ativa do trade turístico da cidade no conselho gestor?
- 3.11 Os pequenos empreendimentos e estruturas para fins turísticos implantados na ilha passam por algum tipo de registro? Há exigência de algum documento ou licença para implantação de empreendimentos de lazer e turismo na Ilha?

4. Sobre a gestão ambiental da APA Combu

- 4.1 Como você avalia a gestão pública, representada pela sua instituição, no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística na Ilha? Quais as ações e/ou projetos sendo desenvolvidos na área?
- 4.2 A sua instituição possui documentos de gestão ligados diretamente às ações voltadas para o turismo na Ilha? (Inventários, diagnósticos, plano municipal de turismo etc)? Quais são?
- 4.3 Como você avalia a participação da sua instituição na mediação de conflitos na APA do Combu?
- 4.4 Como você avalia a representatividade e participação dos membros do conselho gestor?
- 4.5 Qual a importância da implantação do plano de manejo para o desenvolvimento das ações na APA do Combu? E quanto a sua importância na mediação dos conflitos? Por que até o momento o mesmo não foi implantado?
- 4.6 Como é desenvolvida a parceria com as outras secretarias (SETUR, BELEMTUR, ETC)?
- 4.7 Existe articulação entre a sua instituição e outros órgãos públicos ou privados no desenvolvimento dos projetos (Universidades, Secretarias, ONGs, Associações) para a ilha do Combu?

**APÊNDICE D – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A
PESQUISA DE MESTRADO - MORADOR**

PROJETO DE PESQUISA – “A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu”.

1. Identificação do entrevistado:
 - a) Qual o seu nome completo?
 - b) Qual a sua idade?
 - c) Qual a sua profissão?
 - d) Em qual parte da ilha você mora?
 - e) Há quanto tempo você mora na ilha do Combu?
2. Antes de morar aqui, você morou em outros lugares? Onde?
3. O que significa morar na Ilha do Combu para você?
4. Qual a importância que a floresta e o rio tinham no passado para o seu trabalho e a sua vida?
5. Como é a sua vida atualmente?
6. Qual a importância que a floresta e os rios possuem atualmente para o seu trabalho e a sua vida?
7. A vida no Combu do passado é melhor do que hoje?
8. Para você, o que é ser ribeirinho?
9. A chegada do turismo e das atividades econômicas voltadas para o lazer provocaram mudanças na sua vida? Quais?
10. Na sua opinião, o que motivou o desenvolvimento do turismo na Ilha?
11. A construção dos restaurantes provocou mudanças na importância do rio e da floresta para você? Quais?
12. Você acha que a produção artesanal de chocolate (cacau) provocará mudanças na importância do rio e da floresta?
13. Você considera a existência de algum tipo de conflito entre você e o poder público, empresas ou qualquer outro tipo de pessoas/grupos que atua na Ilha? Quais? Por que acontecem?
14. O que poderia ser feito pelo poder público para melhorar a vida aqui na Ilha?
15. Você possui alguma atividade política na Ilha? É membro de associação, conselho, sindicato, cooperativa, centro comunitário e outros?

16. Você possui parentes/familiares entre as demais famílias que moram na Ilha?
17. A vinda de novos moradores se intensificou a partir de quando?
18. Como você avalia a inserção da comunidade na atividade turística?
19. Como você percebe o investimento do poder privado (das empresas) na Ilha do Combu?
20. Os restaurantes e empresas turísticas que usam o espaço da Ilha do Combu compram produtos vindos das comunidades? Quais?
21. Você participa de alguma discussão ou decisões sobre as questões que envolvem o turismo na Ilha. Se sim, de que forma acontece?
22. Você sabe que o Combu é uma área de proteção ambiental (APA)?
23. Quais ações voltadas para o turismo o poder público já desenvolveu na sua comunidade?
24. Você conhece o trabalho realizado pelas Secretaria Municipal e Secretaria Estadual de Turismo na ilha do Combu? Em caso afirmativo, como você avalia?
25. Você conhece, ou já ouviu falar do Prodetur ou do Plano Ver o Pará de Turismo?
26. Na sua opinião, qual a atividade econômica predominante na Ilha do Combu?

**APÊNDICE E – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A
PESQUISA DE MESTRADO - COMERCIANTE**

PROJETO DE PESQUISA – “A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu”.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

- b) Qual o seu nome completo?
- c) Qual a sua idade?
- d) Qual sua profissão?
- e) Onde mora?
- f) Origem do comerciante (local de nascimento)?

2. Quanto ao tipo de negócio:

2.1 Qual a localização do seu estabelecimento na ilha?

2.2 Quanto à natureza da mão de obra:

- () Autônomo (sem funcionários)
- () Mão de obra Familiar
- () De 01 a 05 funcionários
- () De 06 a 10 funcionários
- () Mais de 10 funcionários

2.3 Origem/endereço da maioria dos funcionários:

2.4 Qual o tipo de atividade desenvolvida no seu estabelecimento?

2.5 Há quanto tempo você tem este estabelecimento na ilha?

2.6 Antes de desenvolver esta atividade na ilha, você desenvolvia a mesma em outro lugar?

2.7 Quais as relações/ incentivos e oportunidades que fizeram você investir na ilha do Combu?

2.8 Qual a importância do turismo para o seu negócio?

2.9 Quais as principais mudanças acarretadas pelo turismo ao seu negócio?

2.10 Você sabe que o Combu é uma área de proteção ambiental (APA)?

2.11 O fato da ilha ser APA afeta o tipo de comércio estabelecido?

2.12 Como se dá a relação da sua empresa/comércio com o meio ambiente (ecológico)?

2.13 Existem projetos integrados entre moradores, comerciantes/empresários, o poder público local e o *trade* turístico em prol do meio ambiente? Em caso afirmativo, quais são os projetos?

- 2.14 Existe algum problema de convivência ou algum tipo de conflito entre você e a sua atividade e as empresas turísticas, outros comerciantes, poder público e pessoas/grupos que moram na ilha? Quais? Por que acontecem?
- 2.15 As ações do poder público (municipal, estadual e federal) têm valorizado a importância do lazer e do turismo para a ilha e para o seu negócio? Por quê?
- 2.16 Você sabe o que significa o termo CADASTUR? Possui cadastro no CADASTUR?
- 2.17 Existe algum tipo de ação conjunta entre você e demais comerciantes/empresários da ilha? Qual?
- 2.18 Participa de alguma associação, conselho, sindicato e/ou cooperativa? Qual?
- 2.19 Você tem conhecimento da existência de instrumentos de gestão ambiental e do turismo (inventários, diagnósticos, projetos) que aproximem o poder público local e os empresários/comerciantes? Quais são?
- 2.20 De que forma, você observa o envolvimento da comunidade com o turismo?
- 2.21 A sua empresa/comércio compra produtos da comunidade local? Se sim, quais são esses produtos?

**APÊNDICE F – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A
PESQUISA DE MESTRADO – REPRESENTANTE MERCADO TURÍSTICO**

PROJETO DE PESQUISA – “A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu”.

1. **INFORMAÇÕES PESSOAIS**
 - b) Profissão
 - c) Cargo que ocupa
 - d) Nível de instrução/ Formação Acadêmica
 - e) Naturalidade/ Nacionalidade
 - f) Local de residência
 - g) Tempo de ocupação no cargo atual

2. Qual a categoria da empresa?
3. Quais são as atividades turísticas desenvolvidas na região insular de Belém?
4. Quais atividades desenvolvidas na Ilha do Combu (comercialização de produtos / serviços, roteiros/ pacotes)?
5. Qual o perfil do público que adquire pacotes, roteiros e passeios para a Ilha do Combu?
6. Quando iniciaram as atividades da sua empresa na ilha do Combu?
7. Qual a origem (local, regional, nacional, internacional) da maioria do fluxo turístico nos últimos anos?
8. Qual a importância do turismo para o desenvolvimento local?
9. Você considera que o Combu tem condições adequadas para o desenvolvimento do turismo? Justifique.
10. Qual a principal motivação para o visitante conhecer a Ilha do Combu?
11. Quais intervenções deveriam ser realizadas para melhorar a prática do turismo na ilha?
12. Você sabe que o Combu é uma área de proteção ambiental (APA)?
13. Como se dá a relação entre a empresa e o meio ambiente (ecológico)?
14. As ações do poder público (municipal, estadual e federal) têm valorizado a importância do lazer e do turismo para a ilha e para o seu negócio? Por quê?
15. Existe algum tipo de ação conjunta entre a sua empresa, moradores e demais comerciantes/empresários da ilha? Qual?

16. Sua empresa participa de alguma entidade de classe, associação, sindicato, conselho gestor da ilha e/ou cooperativa? Qual?
17. Você tem conhecimento da existência de instrumentos de gestão ambiental e de turismo (inventários, diagnósticos, projetos) que aproximem o poder público e os empresários? Quais são?
18. De que forma, você observa o envolvimento da comunidade com o turismo?
19. A sua empresa adquire produtos da comunidade local? Se sim, quais são esses produtos?
20. Quais as relações/ incentivos e oportunidades que fizeram com que sua empresa investisse na prestação de serviços turísticos na ilha do Combu?
21. Você tem conhecimento das ações do Plano Ver-o-Pará? Se sim, como você ficou sabendo das ações desse plano?
22. O desenvolvimento da sua atividade na ilha sofre com a sazonalidade?